

XI SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DE 28 A 31 DE OUTUBRO

MARGINALIDADES

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL HOJE | VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INDÍGENAS | PERIFERIA, CRIME, DROGAS | DIREITOS HUMANOS E LEGITIMIDADES | A FIGURA DO DIABO E A IDEIA DO MAL NAS RELAÇÕES DE PODER NA CULTURA OCIDENTAL | AS HIPER MULHERES | ANTROPOLOGIA E OBJETOS | FORMAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | DOIS OLHARES PARA A RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE: ASPECTOS METODOLÓGICOS

<http://www.semanasociais.ufscar.br>



**ANAI DA SEMANA
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 2358-4009**

A P O I O



CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DE 28 A 31 DE OUTUBRO

MARGINALIDADES

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL HOJE VIOLAÇÕES DOS
DIREITOS INDÍGENAS PERIFERIA CRIME DROGAS DIREITOS
HUMANOS E LEGITIMIDADES A FIGURA DO DIABO E A IDEIA
DO MAL NAS RELAÇÕES DE PODER NA CULTURA OCCIDENTAL
AS HIPER MULHERES ANTHROPOLOGIA E OBJETOS
FORMAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DOIS OLHARES PARA A RELAÇÃO
ESTADO/SOCIEDADE ASPECTOS METODOLÓGICOS



COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Carina Sabadin

André Salles

Caroline Mendes dos Santos

Diego Wander Thomaz

Giovanna Mariano Silva

Heythor Santana de Oliveira

Laila Tavares

Leticia Pauletto Fragalle

Lucas de Carvalho Ferreira

Marco Antonio Gavério

Maurício Caetano

Rafaela Soldan

Yasmin Lucita Miranda

COLABORADORES

Felipe Gonçalves Brasil

Guilherme Boldrin

Guilherme Ubeda

Leticia Canonico de Souza

Marina Pereira Novo

Tarsila de Menezes

Thais Santos Moya

Vanessa Perin

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof.^a Dr.^a Clarice Cohn (PPGAS)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Luci de Oliveira Cargo (PPGS)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (PPGS)

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden (PPGAS)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (PPGS)

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andreello (PPGAS)

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Sinhoretto (PPGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo (PPGAS)

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna (PPGAS)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Sousa Braga (PPGPol)

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (PPGPol)

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério (PPGS)

Prof.^a Dr.^a Vera Alves Cepêda (PPGPol)

A SEMANA:

MARGINALIDADES

A urgência de se discutir o que se pensa e o que se produz sob a rubrica da marginalidade é o mote principal de inquietações da XI Semana de Ciências Sociais da UFSCar. Urgência intelectual, social e política. Quem são e como emergem os “marginais” contemporâneos? Como se montam os discursos autorizados sobre essa marginalização, em diferentes escalas, com diferentes marcadores sociais? A partir dessas perguntas buscaremos debater como uma se sobrepõe a outras, se localiza e traduz novas maneiras de pensar o mundo, em consonância com os rumos da nação brasileira, que paradoxalmente caracteriza e estabelece modelos de “inclusão” ao mesmo tempo em que reage às falas desses novos atores, sujeitos marginalizados, pessoas que surgem na cena pública e política nacional. Como se dão as resistências e como surgem determinadas dissidências? E o que os marginais têm a dizer sobre sua condição e suas formas de concerto sócio-político? É possível criar espaços de negociação entre a universidade e um de seus objetos de análise para que o discurso sobre si, proferido por esse outro, tenha o valor político de transformação social?

Índice

<i>RESUMOS DOS GTs:</i>	4
GT 1 – CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES.....	4
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO: ESTUDOS SOBRE O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	4
CHIAPAS: OS SUBTERRÂNEOS DA INSURGÊNCIA	5
RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE DELFIM MOREIRA, GONÇALVES e MARMELÓPOLIS – MG	5
GT2 – CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA	6
PENSANDO AGENCIA (GELL) ATRAVÉS DA TATUAGEM	6
A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS NA COPA LIBERTADORES	7
ARTE CONTEMPORÂNEA E GLOBALIZAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS, IMAGENS E DIFERENÇAS	7
DESCOLONIZANDO O TRANSFEMINISMO: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	8
SAÚDE E PERIFERIA: A FORMAÇÃO MÉDICA E OS BAIROS PERIFÉRICOS	8
UMA QUESTÃO VIRTUALMENTE COMPLEXA: O DISCURSO COLONIAL NA INTERNET	9
GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL	9
ANÁLISE DA DOMINAÇÃO SOCIAL DO REFUGIADO PELO PROCESSO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO (2009-2013)	9
GT 3 – ESTADO, PODER E ILEGALIDADES	10
O CONGRESSO NACIONAL E A LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DE DOIS PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO FEDERAL EM TEMPOS DE DISCUSSÃO SOBRE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA	10
OS TORCEDORES NAS MARGENS DO ESTADO: A PRODUÇÃO DA LEGALIDADE DO TORCER NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS	11
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MÍDIA	11
REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS	12

PSDB: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS DE 1989 A 2013	12
CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: ENCLAVE DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL? OS CASOS DE BRASIL E PERU	13
PAPEL DO FACEBOOK NO COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS ENTRE OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR	13
O PAPEL DO ESTADO NA TEORIA DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE KENNETH WALTZ: SERIA O ESTADO O ÚNICO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?14	
A INFLUÊNCIA DE LULA NA CAMPANHA ELEITORAL DE DILMA NAS ELEIÇÕES DE 2010	14
DOMINAÇÃO, PROVISÃO E PLURALIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	15
TRABALHOS COMPLETOS	16
GT 1 – CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES	16
Sessão única.....	16
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO: ESTUDOS SOBRE O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	16
CHIAPAS: OS SUBTERRÂNEOS DA INSURGÊNCIA	22
RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE DELFIM MOREIRA, GONÇALVES e MARMELÓPOLIS – MG	34
GT 2 – CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA	47
Sessão 1	48
PENSANDO AGENCIA (GELL) ATRAVÉS DA TATUAGEM	48
A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS NA COPA LIBERTADORES	56
ARTE CONTEMPORÂNEA E GLOBALIZAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS, IMAGENS E DIFERENÇAS	71
Sessão 2	86
DESCOLONIZANDO O TRANSFEMINISMO: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	86
SAÚDE E PERIFERIA: A FORMAÇÃO MÉDICA E OS BAIROS PERIFÉRICOS	100
UMA QUESTÃO VIRTUALMENTE COMPLEXA: O DISCURSO COLONIAL NA INTERNET	113
GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL	123
ANÁLISE DA DOMINAÇÃO SOCIAL DO REFUGIADO PELO PROCESSO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO (2009-2013)	135

GT 3 – ESTADO, PODER E ILEGALIDADES	149
Sessão 1	149
O CONGRESSO NACIONAL E A LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DE DOIS PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO FEDERAL EM TEMPOS DE DISCUSSÃO SOBRE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA	149
OS TORCEDORES NAS MARGENS DO ESTADO: A PRODUÇÃO DA LEGALIDADE DO TORCER NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS.....	161
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MÍDIA	175
REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS	185
Sessão 2.....	200
PSDB: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS DE 1989 A 2013	200
CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: ENCLAVE DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL? OS CASOS DE BRASIL E PERU	207
PAPEL DO FACEBOOK NO COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS ENTRE OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR	220
O PAPEL DO ESTADO NA TEORIA DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE KENNETH WALTZ: SERIA O ESTADO O ÚNICO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?....	226
A INFLUÊNCIA DE LULA NA CAMPANHA ELEITORAL DE DILMA NAS ELEIÇÕES DE 2010.....	236
DOMINAÇÃO, PROVISÃO E PLURALIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	244

RESUMOS DOS GTs:

GT 1 – CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO: ESTUDOS SOBRE O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Amanda dos Santos (UFSCar)
dossantos_amanda@hotmail.com
Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)
joelson@ufscar.br

Resumo: Este artigo apresenta um projeto de pesquisa, em fase inicial, como foco a produção e reprodução social camponesa em áreas hegemônicas pelo agronegócio. Além de apresentar sucintamente os objetivos da pesquisa, o artigo também problematiza a questão agrária, na medida em que busca, a partir de um estudo de caso, demonstrar que além de não estar superada, a reforma agrária ainda pode ser uma política pública válida para a melhora das condições de vida dos trabalhadores e o enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: reforma agrária; agronegócio; assentamentos rurais; campesinato.

CHIAPAS: OS SUBTERRÂNEOS DA INSURGÊNCIA

Luiz Guilherme Veppo (UNESP/Marília)
guigaveppo@hotmail.com
Financiamento: CNPQ/PIBIC

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre uma hipótese elaborada durante a nossa primeira aproximação da discussão sobre as origens do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e do conhecimento da teoria especificista. O Especificismo é o nome dado pela Federação Anarquista Uruguaia a sua proposta de organização política revolucionária desenvolvida em meados da década de 1960, a partir de um balanço da história do movimento socialista internacional. Em um franco contraponto às concepções vanguardistas de organização, o especificismo se coloca enquanto alternativa organizacional para a militância revolucionária. Tendo em vista os vários elementos em comum entre a teoria especificista e a história do EZLN, pretendemos neste trabalho discutir sobre a possibilidade de utilização da teoria especificista como instrumental teórico para analisar a trajetória do movimento zapatista, por meio da interação entre a organização político-militar (EZLN) e o movimento indígena de Chiapas. Desta forma, faremos uma sumária apresentação dos elementos centrais da proposta especificista de organização revolucionária, seguida pela demarcação das peculiaridades zapatistas e chiapanecas que poderiam distorcer a nossa leitura a partir do especificismo. Concluiremos com a problematização da bibliografia disponível sobre este obscuro período da história do zapatismo e com algumas conjecturas sobre as possibilidades que uma leitura especificista criaria para o avanço da compreensão sobre o fenômeno chiapaneco.

Palavras-chave: EZLN; Chiapas; Insurgência; Especificismo; Anarquismo Organizado.

RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE DELFIM MOREIRA, GONÇALVES e MARMELÓPOLIS – MG

Rafael de Mello Castro Bacha
rafael_mello_1@yahoo.com.br
Laura Arantes Gobbi
lauragobbi8@gmail.com
Alexandre Carvalho de Andrade
andrade.a.c@uol.com.br

Resumo: Dentre as novas práticas relacionadas ao meio rural, o turismo aparece como possibilidade de “quebra” no baixo dinamismo econômico de certas regiões, porém este processo deve seguir um conjunto de planejamentos, respeitando as potencialidades locais e a relação com o meio ambiente. A Serra da Mantiqueira é conhecida por suas belezas naturais, assim, a entrada e a intensificação do turismo nos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis devem ser observadas como expressão de uma vertente “neorrural”, mas ao mesmo tempo visando manter uma boa relação “homem-natureza”.

Palavras-chave: Intensificação do turismo; Serra da Mantiqueira; espaço rural; planejamento.

GT2 – CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA

PENSANDO AGENCIA (GELL) ATRAVÉS DA TATUAGEM

Beatriz Patriota Pereira
bia.patriota@hotmail.com

Resumo: A tatuagem é uma arte. Está relacionada à busca de diferenciação e identidade. O

corpo é ferramenta, agente e objeto da técnica, uma memória que carrega marcas sociais de um determinado tempo e lugar. A tatuagem configura-se como uma representação externa do eu, mas, ao mesmo tempo, vinculada a coletividades. Proponho, a partir de Gell (em que obras de arte são tratados como pessoas, enfatizando sua agência) pensar o quanto as tatuagens, na sua relação com os seres, dizem sobre as interações humanas, considerando-as ‘desenhos/tatuagens agentes’. Já que o indivíduo que a adquire transfere a ela uma memória, marcando momentos especiais, homenageando pessoas e animais queridos e atraindo sentimentos.

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS NA COPA LIBERTADORES

Diogo Corrêa Meyer
diogo.correa92@yahoo.com.br
Financiamento: PIBIC/CNPq

Resumo: Busca-se com esta pesquisa compreender o fenômeno da formação de identidades regionais e o surgimento de visões sobre o Outro através do futebol. Para isso, o foco serão alguns confrontos entre brasileiros e argentinos e, num contexto interno, gaúchos e paulistanos na Copa Libertadores da América, principal torneio interclubes da América Latina. As equipes que participam desta competição auxiliam na constituição imaginada de identidades e comunidades e levam consigo uma representação, ora nacional (de um todo), ora regional (de uma parte). Os jornais exercem um papel essencial na produção e reprodução das imagens do Eu e do Outro, reforçando a identidade interna através das narrativas dos jogos. O elemento central analisado será a importância do futebol e dos meios de comunicação impressos que farão a cobertura deste esporte na construção de identidades regionais tomando como base um torneio internacional de clubes.

Palavras-chave: futebol; identidade; meios de comunicação; fronteiras; nacionalismo.

ARTE CONTEMPORÂNEA E GLOBALIZAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS, IMAGENS E DIFERENÇAS

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos
nelma13@gmail.com

Resumo: Partindo de uma revisão bibliográfica, interessa-nos nesse trabalho propor uma pequena reflexão sobre as implicações das marcas identitárias locais nas cartografias artísticas contemporâneas, cada vez mais globalizadas. As identidades periféricas estão muito lucrativas para o mercado artístico global. Entretanto, no afã de se representar as diferenças, corre-se o risco de cristalizar novos estereótipos, de se reforçar ou reconstruir hierarquias estéticas. A geopolítica do sistema da arte está em questão desde que o tema identidade se tornou frequente entre os seus profissionais. Ou seja, desde os anos 1970, quando um clima de deslocamentos das referências intelectuais, políticas e estéticas, instaurou-se no mundo com uma incrível densidade. Essas manifestações propiciaram novas posturas e abordagens das diferenças. A crítica à visão reducionista e uniformizadora das criações locais tem sido bastante elaborada nas últimas décadas. Reflexões apontam que termos utilizados para designar essas produções simbólicas locais, tais como arte latino-americana, arte africana, arte asiática, entre outros, são insuficientes para traduzir a diversidade existente nos respectivos territórios. É comum a retórica de que não há fronteiras entre centro e periferia, e que

prevalece o critério artístico no meio operacional, mas na prática, o sistema reforça a representação de estereótipos da periferia.

Palavras – Chave: Arte Contemporânea. Globalização. Identidades. Diferenças.

DESCOLONIZANDO O TRANSFEMINISMO: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Antonio César de Almeida Portugal
antoniocezarportugal@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo propõe a partir de um mapeamento inicial do movimento *trans* (transexuais, travestis e transgêneros), uma etnografia política que investiga o Transfeminismo¹ no Estado do Espírito Santo como um pretense movimento social, a fim de compreender através de uma análise crítica a sua invisibilidade social e política na arena pública em um contexto local dentro do Sul Global. Ao se discorrer o texto possibilita tal proposição pelo exame do referencial teórico dos novos movimentos sociais em conexão às teorias decoloniais. Desta forma problematiza as forças e os discursos refletidos nos sujeitos sociais subalternizados respectivos a este debate e evidenciando, portanto, os atores sociais insurgentes, seus projetos políticos e intelectuais e seus limites de atuação no campo sociopolítico atual. Destarte este artigo fornece informações valiosas, pois de acordo e relacionada com a interlocução teórica em proposição apresenta-se a ONG ASTRAES² - uma organização que desenvolve projetos e promove ações locais -, e o projeto municipal do EJA³ como forma de apreender as tensões e articulações políticas em torno dos debates que envolvem o movimento *trans* em âmbito local.

Palavras-chave: Estudos decoloniais; novos movimentos sociais; Transfeminismo; Espírito Santo.

SAÚDE E PERIFERIA: A FORMAÇÃO MÉDICA E OS BAIROS PERIFÉRICOS

Arieli J. Buttarello
arielibuttarello@hotmail.com

Resumo: A problemática dos serviços de saúde pública apresenta-se complexa, envolvendo questões sob diversas abordagens que visam atingir e garantir a saúde dos considerados excluídos socialmente. Tal problema faz-se tanto institucionalmente quanto na construção da relação entre os cuidadores e os solicitadores desse cuidado. O curso de Medicina da Universidade Federal situada na cidade de São Carlos tem como base de ensino a formação dos alunos dentro dos conceitos da saúde pública; com atendimentos em unidades de saúde instaladas em bairros localizados longe do centro da cidade. A necessidade de se pensar sobre a disseminação do discurso acerca da população periférica, com base no entendimento dos discentes desse curso se faz relevante para buscar compreender um tipo de inclusão que se supõe ser metafórica. A partir de entrevistas informais buscou-se repensar questões sobre a hierarquização de saber entre o “da cidade” e o “da periferia” sob a visão da ciência médica. Foram aferidos certos pré-conceitos negativos pelos graduandos em relação à população de bairros periféricos; assim como algumas hipóteses de como melhorar a compreensão de tal

¹ O Transfeminismo ou Feminismo Transgênero é um confronto reflexivo ou a articulação na aplicação de debates feministas a um discurso que insere e/ou representa as pessoas trans. Portanto, é um movimento intelectual e político que ressignifica a crítica referente à biologização do gênero como paradigma, assim, reconhecendo a pessoa trans como sujeito político potencializador da práxis do movimento feminista.

² Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo.

³ Escola de Jovens e Adultos.

população sobre a área médica. Desse modo, foi possível refletir sobre a imposição de um saber legitimado a partir do que é lido como compreensão e incompreensão do tratamento, sobre problemáticas de acesso dos grupos periféricos a serviços de saúde e também sobre como são vistos diante dos pré-profissionais pautados em uma Medicina que visa considerar os aspectos sociais da população. O que é proposto com tais reflexões é o interesse de diálogo com outros campos de estudo, além do das Ciências Sociais, que interferem cotidianamente em todas as esferas da vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Saúde pública; segregação; inclusão social

UMA QUESTÃO VIRTUALMENTE COMPLEXA: O DISCURSO COLONIAL NA INTERNET

Erik Wellington Barbosa Borda
ewborda@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo problematizar tendências contemporâneas que vêm na internet a possibilidade de construção de laços sociais onde a diferença não tem um papel central. É justamente a imagem de um “*sujeito virtual*” existente fora do discurso ou de posicionalidades sociais específicas que pretendo problematizar, ao mesmo tempo em que mostrarei que as relações poder/saber “de fora” do virtual estão aqui também presentes, moldando sujeitos e estabelecendo maneiras de se lidar com a alteridade. Para sustentar esse ponto me debrucei sobre o discurso colonial, identificando sua presença na internet e suas formas de enunciação. Esse discurso foi identificado em uma série de páginas, em especial as de jogos eletrônicos. A situação aqui analisada é um *meme* referente às atitudes dos brasileiros em jogos digitais. Para lidar com a problemática, optou-se pelas perspectivas oferecidas por autores pós-coloniais e decoloniais, como Homi Bhabha e Ramón Grosfoguel.

Palavras-chave: teoria pós-colonial; memes; estereótipo; internet; racialização.

GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL

João Rodrigo Vedovato Martins
jrvmpunk@hotmail.com
Financiamento: PIBIC/CNPq

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar os processos de *generificação* dos corpos das crianças na educação infantil. A perspectiva teórica adota a crítica às categorias binárias de gênero *masculino-feminino* e de sexo *macho-fêmea* fundamentadas no estabelecimento e na reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

Palavras-chave: Gênero; performatividade; educação infantil.

ANÁLISE DA DOMINAÇÃO SOCIAL DO REFUGIADO PELO PROCESSO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO (2009-2013)

Ludmilla Maria Mendes Leal
ludleal@hotmail.com
Luci Mendes de Melo Bonini
luci.bonini@umc.br

Resumo: A ciência do Direito, no cenário atual, tem apresentado uma tendência à transdisciplinaridade, principalmente no que se refere a fatos sociais mais complexos, como no caso do direito internacional dos refugiados. A crescente imigração para os países fora dos centros hegemônicos, como o Brasil e outros países da América Latina, causa uma onda migratória, dentro da qual, ainda, há muitos na condição de refugiados, sem a titularização de seus direitos individuais. A consequência disto são as constantes dificuldades sociais, políticas e econômicas para amparar as garantias individuais e coletivas como país receptor, em virtude da interpretação restritiva do direito dos refugiados. Este estudo, que faz parte da pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas e tem o objetivo de apontar os núcleos de refugiados em território nacional, identificar e compreender as formas de violência simbólica sofrida pelos refugiados na sua dimensão subjetiva, tendo em conta a lacuna nas políticas públicas nacionais que lhes garantem os direitos fundamentais. Pretende-se compreender o nível de cobertura de políticas públicas que respaldam os refugiados na seara federal, estadual e municipal à luz das teorias neoinstitucionalistas. Neste primeiro momento, empreende-se uma revisão da literatura, delineando-se o conceito de violência simbólica em BOURDIEU (2010), identidades e mediações culturais em HALL(2008)e imigração e alteridade em SAYAD (1998), tratando-se primeiramente do conceito de violência simbólica e como ela pode ser identificada nos núcleos de refugiados em território brasileiro. Neste sentido, busca-se compreender como a política para os sujeitos refugiados exprime a dominação social desse grupo, haja vista que é esse processo político que compõe um sistema de relações sociais capaz de estabelecer alianças ou subordinação de demais grupos. A afirmação dos direitos e garantias fundamentais expressa na Constituição Federal de 1988 deve ser capaz de efetivar uma conscientização humanitária e metamorfosear a etnicização das ideologias nacionais do Estado que acolhe o refugiado, trazendo desta forma um caminho em que se vislumbre a inserção destes sujeitos no sistema e a retirada da condição de subalternidade deles, alijando-os do estado de vulnerabilidade integrando-os por meio de diálogos culturais com vertentes multiculturalistas.

Palavras chave: imigração; refugiado; políticas públicas; violência e dominação social

GT 3 – ESTADO, PODER E ILEGALIDADES

O CONGRESSO NACIONAL E A LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DE DOIS PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO FEDERAL EM TEMPOS DE DISCUSSÃO SOBRE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Bernardo Coldebella (UFSM)
bernie11@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise dos principais projetos de lei em tramitação no congresso nacional sobre temas relacionados às drogas ilícitas e seus usuários. O “PL 111/2010” que tramita no Senado, e o “PL 7663/2010” que foi recentemente aprovado pela Câmara Dos Deputados. Para compreender o contexto em que as propostas se inserem, foi feita uma análise a partir da perspectiva das políticas públicas sobre portadores de transtornos mentais, dando principal atenção ao movimento pela reforma psiquiátrica, o qual as lutas

resultaram na aprovação da Lei Nº10.216/2001, partindo então para as especificações trazidas pela Lei Nº11.343/2006 mais conhecida como “Lei de entorpecentes”. Para alcançar os objetivos da pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica das obras produzidas no âmbito da luta antimanicomial, bem como análise documental dos textos dos projetos de lei em tramitação, e das leis abordadas no trabalho. Obteve-se que, o tema balizador das discussões são as políticas de enfrentamento ao “crack”, as duas trazem como proposta principal a alteração do artigo 28 da Lei Nº11.343/2006, passando a prever internação involuntária ou compulsória de dependentes químicos. Os debates em torno dos projetos apresentam opiniões divergentes, quanto à eficácia desse tipo de tratamento na recuperação de toxicodependentes, e quanto à sua aplicação em grande escala, que segundo especialistas poderia levar a graves consequências humanitárias.

Palavras-chave: Congresso nacional; Política de drogas; Lei de entorpecentes; Projeto de lei; Internação compulsória

OS TORCEDORES NAS MARGENS DO ESTADO: A PRODUÇÃO DA LEGALIDADE DO TORCER NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS

Eric Monné Fraga de Oliveira
ericmfo@hotmail.com
Financiamento: CAPES

Resumo: O trabalho discute as linhas teórico-metodológicas de projeto de pesquisa (um estudo em andamento, a ser desenvolvido durante os próximos três anos e meio) que tem como objetivo investigar como os poderes do Estado e da FIFA se articulam e justapõem para regular o comportamento dos torcedores, produzindo as margens do que deve ser o ato de torcer. Neste trabalho, a análise será conduzida a partir dos documentos lançados pela FIFA em 28 de setembro de 2012 (nona versão) e em 20 de agosto de 2013 para orientar o comportamento dos torcedores durante, respectivamente, a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, ambas realizadas no Brasil. Também tomamos como foco de análise a Lei 12.299, de 27 de julho de 2010, que altera a Lei 10.671/03 (conhecida como o “Estatuto do Torcedor”), de 15 de Maio de 2003, ambas sancionadas pelo presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Ao regular o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol, a FIFA e o Estado delimitam as margens entre ser um torcedor e ser um infrator. Em outras palavras, a ilegalidade de certas formas de torcer é introduzida pelo Estado e pela FIFA – o que remete à ideia, apresentada por Veena Das e Deborah Poole, de co-produção entre o Estado e suas margens. Os documentos supracitados constituirão a primeira parte do *corpus* da pesquisa, e serão, posteriormente, associados a fontes complementares, como os discursos dos torcedores, sendo eles afiliados às organizadas ou não, e da imprensa. Como método para analisar os documentos, elegemos a análise discursiva de linha francesa, a partir, sobretudo, das proposições de Michel Foucault sobre a arqueologia do saber e as articulações entre discurso e poder. Desse modo, os documentos serão examinados de modo a se refletir sobre a formação discursiva da qual fazem parte. Vemos que, nessa formação discursiva, o que está em jogo é o controle sobre o comportamento do torcedor de futebol, por meio da cristalização de verdades, da produção de regulações e, assim, da separação entre formas aceitas e formas ilegais de se torcer.

Palavras-chave: Legalidade; Torcidas de Futebol; Discurso; Poder; Copa do Mundo.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MÍDIA

Mariana Seno Flores, UFSCar
Mariana_seno@yahoo.com.br
Financiamento: FAPESP

Resumo: O Programa Bolsa Família é utilizado como um exemplo que deu certo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais por organismos internacionais de renome como a ONU e o FMI. Já no Brasil é criticado pelo seu caráter assistencialista. A hipótese a ser investigada é que essa forma de olhar os direitos sociais é reflexo de uma representação social vigente na mentalidade brasileira, que tende a desmoralizar os direitos sociais provenientes do Estado, tratando-os como “favor”, assistencialismo. Portanto, existiria uma construção social (mesmo que inconsciente) da desmoralização do Estado (e da coisa pública) e como consequência, dos direitos sociais oriundos desses. Ao coletar discursos sobre o Programa Bolsa Família (opositores e defensores) e analisá-los sociologicamente, buscaremos compreender as representações sociais que motivam essas análises sobre o programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, representação social, mídia, direitos sociais, Estado, Pobreza

REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS

Natália Maximo e Melo
natmmelo@gmail.com
Financiamento: FAPESP

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela assistência social em São Carlos. No Brasil, há alguns trabalhos que demonstram uma transformação do trabalho das entidades sociais para uma gestão no sentido mercadológico. Por outro lado, o que o presente trabalho pretende investigar é a trajetória de uma instituição estatal de atendimento à população de rua a partir do qual se percebe uma gestão governamental. Embora o atendimento social seja norteado pelas diretrizes da Assistência Social, no entanto, estas são diretrizes gerais incapazes de regular detalhes das relações cotidianas da instituição com a população de rua atendida. Se de um lado, há um mecanismo de gestão através do estabelecimento de critérios para a inclusão de indivíduos no atendimento, por outro lado, ao longo dos atendimentos as regras internas da instituição se transformam em mais um mecanismo de gestão sobre os indivíduos de modo a controlar e disciplinar a população de rua do município.

Palavras-chave: população de rua, gestão do social, instituição.

PSDB: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS DE 1989 A 2013

Brina Deponte Leveguen
brinadl@hotmail.com
Pedro Floriano Ribeiro
Financiamento: Programa Jovens Talentos para a Ciência - CAPES

Resumo: O presente trabalho analisa a estrutura organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desde 1989 até 2011-2013, dando ênfase na Executiva

Nacional como órgão dirigente mais importante do partido e o processo de oligarquização da cúpula tucana. Para tanto, busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos, como Duverger e Michels, com artigos atuais sobre o PSDB, de Ribeiro e Roma. Além disso, faz um estudo empírico sobre o grau de oligarquia do partido, com base nos indicadores de Schonfeld e assim formular hipóteses sobre os valores encontrados e situações tanto endógenas como exógenas que possam ter afetado esses resultados.

Palavras-chave: Partidos Políticos; PSDB; Comissão Executiva Nacional; Oligarquização

CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: ENCLAVE DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL? OS CASOS DE BRASIL E PERU

Felipe Augusto Duarte
fad.drp@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da forma pela qual se dá a inserção do capitalismo mundializado na região amazônica (RA), com especial atenção a sua porção brasileira e peruana. Nosso foco, para além da sabida riqueza de recursos naturais da RA é elucidar a importância que tem seus recursos humanos, a saber, a atividade de sua população originária, tentando recolocar a centralidade de seu trabalho como fonte do valor. Propõem-se, por meio do método materialista histórico desvelar e compreender a importância dos ameríndios na conformação da RA como espaço econômico, político e social de relações. Fundamentado na concepção de que é a partir da atividade consciente, o trabalho, que a espécie humana se relaciona com o meio e realiza sua existência, na produção e reprodução material, orientamos a reconstrução teórica do movimento do trabalho indígena, a partir do contexto objetivo dos meios de produção e da sociabilidade por eles ensejada no interior da RA. Trata-se, portanto de estudar “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX E ENGELS, 1979 p.26).

Palavras-chave: Amazônia; Acumulação de Capital; Sociedades Indígenas; Capital Mundializado.

PAPEL DO FACEBOOK NO COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS ENTRE OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

Gabriela Pandeló Paiva – UFSCar
gabippaiva@gmail.com

Resumo: As redes sociais têm desempenhado um papel importante na comunicação política nos últimos anos, devido à facilidade de interação e troca de informação entre os usuários. O Facebook, em especial, se mostrou essencial na mobilização de indivíduos partidários de causas comuns permitindo a construção de debates e se tornando então um novo espaço para a discussão política. Esse fenômeno induziu que as mídias tradicionais como jornal e televisão cunhassem em seu espaço online, possibilitando à sua audiência que recebessem suas notícias diretamente em suas páginas pessoais e de forma personalizada. Os internautas então, além de terem diversas fontes de informação distintas a sua disposição, podem também transmitir os conteúdos desejados aos outros membros de sua rede. Assim, este estudo tem por objetivo discutir teoricamente a importância das redes sociais no debate político contemporâneo e

indicar uma possibilidade de pesquisa sobre o papel dessa rede na troca de informações entre os estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Como se compartilham as notícias postadas, se são oriundas de conhecidos portais de informação, ou de fóruns informais, e como estas são recebidas e agregadas no processo de formação desses jovens.

Palavras-chave: Ciência Política; Internet; Redes Sociais; Facebook; Estudantes de Ciências Sociais

O PAPEL DO ESTADO NA TEORIA DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE KENNETH WALTZ: SERIA O ESTADO O ÚNICO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt, UNESP/Marília
paulovbittencourt@gmail.com

Resumo: O propósito principal deste trabalho é a análise do papel do Estado enquanto unidade na teoria elaborada por Kenneth Waltz em “Theory of international politics”. Tal obra é de profunda relevância no estudo das relações internacionais, sendo um dos grandes expoentes do segundo grande debate teórico da disciplina, devido à metodologia aplicada. Em Waltz, que divide as teorias de política internacional entre “reducionistas” e “sistêmicas” há o isolamento do conceito de “estrutura”, há muito falando dentro dos estudos de política internacional, mas para o qual nunca foi dada a devida importância e conceituação. Dessa forma, examinaremos, através da obra supracitada, bem como de artigos e do livro igualmente importante “Man, the state, and war”, do mesmo autor, o papel do Estado na política internacional de acordo com cada uma das teorias descritas pelo autor: as “reducionistas”, baseadas no comportamento humano e na organização do Estado (primeira e segunda imagens de análise, respectivamente), e nas “sistêmicas”, baseadas no conceito do sistema internacional, sendo este formado pela “estrutura” e pela “interação das unidades políticas”. Assim, pretende-se, a título de conclusão, responder a uma pergunta muito frequente nos estudos de política e relações internacionais: seria o Estado o único ator das relações internacionais?

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais, Política Internacional, Neorealismo, Estado, Teoria Política.

A INFLUÊNCIA DE LULA NA CAMPANHA ELEITORAL DE DILMA NAS ELEIÇÕES DE 2010

Raquel Moretti Luchesi
raqluchesi@gmail.com;
Fernando A. F. de Azevedo
fa@uol.com.br
Financiamento: FAPESP

Resumo: Em períodos eleitorais a televisão exerce papel fundamental no processo da competição eleitoral, já que é responsável por aproximar a figura dos candidatos aos eleitores. Para tanto, o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) ocupa um papel central nesse cenário, pois direciona a propaganda eleitoral à grande maioria dos eleitores brasileiros através da mídia televisiva. Em 2010, Dilma Rousseff passava por seu primeiro pleito eleitoral e para alcançar o eleitor, que tinha poucas informações sobre ela, fez uso dessa

ferramenta eficaz e de alto impacto. O presente trabalho busca discutir a intensidade e a influência que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) teve na corrida eleitoral da então candidata Dilma Rousseff, nas eleições gerais de 2010. A análise foi feita por meio do HGPE que compreendeu o primeiro turno das eleições, e do uso da ampla literatura de propaganda política eleitoral. O então presidente Lula foi um ator essencial nesses programas, ele ocupou o papel de patrono eleitoral da candidata. O HGPE de Dilma também trouxe um forte elemento de convencimento buscando associá-la a Lula e ao sucesso do seu governo. Ela era a candidata da situação que deixava um governo extremamente bem avaliado, portanto sua estratégia era “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”, e para realizar esse processo de persuasão a campanha da candidata abordou *issues* que tinham mais tendência de convencer o eleitor de que seu governo garantiria estabilidade em relação ao governo que estava no poder. Os resultados mostraram que Lula esteve presente por meio de vídeo e voz (quando apresentados juntos) em 70% dos programas e ocupou um total de 5,49% do tempo total de programa. A análise feita permitiu a elaboração de gráficos para melhor visualização dos resultados os quais possibilitaram compreender que Lula foi muito atuante, e por isso essencial para a formação da agenda de campanha de Dilma nas eleições de 2010.

Palavras-chave: Ciência Política; Comunicação Política; HGPE; Campanha Eleitoral; Eleições.

DOMINAÇÃO, PROVISÃO E PLURALIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Rodrigo Albano Nascimento dos Santos – UFMG

rodrigoalbano.santos@gmail.com

GT: Estado, poder e Ilegalidade

Resumo: O advento do Estado Democrático de Direito promoveu a reestruturação do ente estatal tendo em vista a consecução dos direitos sociais, já integrantes do grupo de direitos fundamentais ditos de primeira geração. Entretanto, apesar da previsão prestacional e participativa do ordenamento jurídico brasileiro, o indivíduo encontra-se em posição de exclusão e desamparo na atual conjuntura política. A baixa efetividade das garantias individuais liberais atrelada ao exagerado distanciamento que há entre Direito e realidade é um dos sintomas deste lapso social. O objetivo deste trabalho é compreender o antagonismo do poder estatal no que concerne à efetivação de garantias materiais em oposição ao crescente afastamento do cidadão da vida política tendo como material de estudo a obra de Giorgio Agamben “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua” e de Ingo Wolfgang Sarlet “Direitos Fundamentais Sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado”. A pesquisa de caráter bibliográfico procurou estabelecer relações de semelhança e oposição entre os distintos pontos de vista sobre a conformação do Estado, de modo a compreender as razões pelas quais houve um decaimento da participação política e do interesse do indivíduo na coisa pública. A pesquisa indicou que há, na mesma estrutura, ações de provimento e dominação sobre a população, provável reflexo da formação estatal a partir da pluralidade de interesses concorrentes. Este achado pode ser crucial na formulação de políticas públicas mais equilibradas tendo em vista a consideração de, num mesmo contexto, o desequilíbrio das funções do Estado.

Palavras-chave: Estado, democracia, cidadania, direitos fundamentais, vida nua, exclusão.

TRABALHOS COMPLETOS

GT 1 – CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES

Sessão única

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO: ESTUDOS SOBRE O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Amanda dos Santos (UFSCar)
dossantos_amanda@hotmail.com
Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Resumo: Este artigo apresenta um projeto de pesquisa, em fase inicial, como foco a produção e reprodução social camponesa em áreas hegemônicas pelo agronegócio. Além de apresentar sucintamente os objetivos da pesquisa, o artigo também problematiza a questão agrária, na medida em que busca, a partir de um estudo de caso, demonstrar que além de não estar superada, a reforma agrária ainda pode ser uma política pública válida para a melhora das condições de vida dos trabalhadores e o enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: reforma agrária; agronegócio; assentamentos rurais; camponato.

Introdução

Este artigo é um esforço de síntese de um projeto maior que se encontra em sua fase inicial. Propusemo-nos para problematizar a visão hegemônica de desenvolvimento agrícola, apontando que a produção e reprodução social camponesa devem ser pensadas para além da lógica da produtividade e, especialmente, para além do entendimento da terra como mero fator de produção. Nossas inferências, serão feitas a partir de uma realidade específica, a saber: o assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, município emblemático para ser estudado, na medida em que é internacionalmente conhecido como capital nacional do agronegócio.

No lugar comum das ciências sociais, é frequente o desenvolvimento econômico da agricultura, com toda a sua diversidade social, ser entendido apenas como agronegócio, reduzindo sobremaneira o grau de complexidade que é inerente a este conceito. Neste sentido, enquanto nota introdutória necessária, o agronegócio é entendido aqui de modo bem diferente do conceito apresentado por Davis e Goldberg (1957), segundo o qual seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas. Não o reduziremos às somatórias das atividades agrícolas divididas em “antes da porteira” (insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária), “dentro da porteira” (produção agropecuária em si) e, “depois da porteira” (processamento agroindustrial e sua distribuição), mesmo sendo esta a linha hegemônica dos estudos que dizem sobre agronegócio e sua importância.

Quando o agronegócio é entendido como mera derivação do *agrobusiness* – com o *farmer* (empresário rural) sendo o responsável pelas atividades agrícolas (primárias, secundárias e terciárias) - seu avanço é considerado a solução dos problemas agrícolas e agrários do país, mas que passa a representar um setor que não leva em consideração as diferentes realidades sociais dos produtores, homogeneizando-os, além de considerar o agronegócio e seu avanço como a solução dos problemas agrícolas e agrários do país.

Acreditamos que esta visão não pode ser tão objetiva assim. Ao observarmos o modelo de desenvolvimento rural no Brasil hoje, verificamos que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, violência no campo e, entre outros fatores, manutenção dos elevados índices de pobreza rural.

1. Nossa problemática: o agronegócio

Percebemos o agronegócio como uma extensão do latifúndio tradicional, monocultor, superexplorador de força de trabalho, que no período neoliberal sentiu os impactos das alterações no padrão de acumulação do capitalismo, transformando-se em um apêndice da indústria, superando a lógica dos complexos agroindustriais rumo à fase na qual o capital financeiro passa a ser decisivo no processo de acumulação de capital na agricultura. Em síntese, aceitamos, portanto, que o agronegócio é a associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro. É a forma como a economia capitalista trabalha no campo na busca por lucros cada vez maiores, sendo o capital financeiro o articulador desse processo de acumulação (FERNANDES, 1999 e CARVALHO, 2011).

Entretanto, é patente que mesmo em regiões de forte predomínio do agronegócio, como a região de Ribeirão Preto, existe forte desigualdade econômica e social presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra por parte de movimentos sociais camponeses organizados.

Enquanto digressão necessária, podemos afirmar que os primeiros camponeses no Brasil – um conjunto composto de portugueses pobres, indígenas e africanos – fizeram parte da formação social brasileira, mas com o processo de integração da economia nacional tanto em termos internos quanto internacionais e o início do processo de industrialização, as terras camponesas foram se reduzindo de modo significativo (WELCH, 2009).

Os privilégios concedidos aos grandes latifundiários que sempre estiveram bem representados no Estado ratificaram o latifúndio monocultor de produtos exportáveis, o que, por seu turno, comprometeu sistematicamente a produção e reprodução social camponesa no Brasil (WELCH, 2009, p. 24). O campesinato entendido, em termos mais gerais, como categoria analítica e histórica, “é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo” (ibidem, p. 9).

Em que pese a multiplicidade de formas sociais que podem ser identificadas como

camponesas é importante termos claro algum norte que nos ajude a qualificar o camponês e este sentido pode ser buscado na mão de obra familiar ou, nas palavras do professor Shanin, na economia familiar: “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade” (2008, p. 34). Em outras palavras, campesinato só pode ser definido em termos dinâmicos, ou seja, camponês é aquele que faz e não aquele que tem ou que é. Como diria Teodor Shanin (2008): camponês é, antes de tudo, um modo de vida.

Diante do exposto, entender o histórico processo de apropriação privada do território e as formas de organização social que derivaram desta apropriação é condição fundamental para que se possa compreender o atual estágio do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e suas inter-relações com a economia e a sociedade de modo geral.

Como a natureza deste artigo é o de apresentar um trabalho em fase inicial de desenvolvimento, cabe dizer que o tema central do projeto é pensar a produção e a reprodução social camponesa em territórios hegemonzados pelo agronegócio, notadamente no município de Ribeirão Preto, em São Paulo. Este recorte metodológico não foi aleatório, pois é nele que podemos perceber que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais, que, segundo Elias (1996) se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que, por seu turno, alterou a composição técnica e orgânica do capital.

O município de Ribeirão Preto é considerado um dos polos agroindustriais mais importantes do país, porém, é muito grande a desigualdade social no meio rural, e essa é marcada pela luta pela terra, organizada por movimentos sociais e sindicais desde a década de 1980 (CARVALHO, 2011).

Nossa proposta visa contribuir, com seus objetivos mais gerais, para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional e sua não resolução no Brasil, caracterizado pela agricultura moderna, diversificada e rentável, convivendo mesmo que de modo não pacífico com uma agricultura de caráter familiar muitas vezes arcaica e de subsistência. Os objetivos mais específicos a serem enfrentados em nossa pesquisa se circunscrevem na investigação de se, mesmo diante de uma agricultura dinâmica e moderna, a implementação de uma política de reforma agrária continua sendo importante para a melhoria das condições de emprego e de vida da população rural, bem como verificar as mudanças nas condições de emprego e vida para a população assentada na experiência de assentamento rural localizada no município de Ribeirão Preto, denominada Projeto de Desenvolvimento

Sustentável da Barra.

2. O objeto de estudo propriamente dito

O PDS da Barra localiza-se no município de Ribeirão Preto, tendo sido efetivado em 2007. Esse assentamento apresenta uma dificuldade adicional à sua análise, pois comporta internamente três “divisões internas” decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área: o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias⁴. Sua área total é de 1.541,34 hectares, que poderia ser considerada grande, mas, abrigando 464 famílias, acaba por ter complicações de viabilização de atividades agropecuárias pela diminuta área para produção familiar, em torno de 1,6 ha. Em que pese existirem três projetos com movimentos distintos na fazenda, para o INCRA, existe apenas o PDS da Barra. Nosso projeto se deterá apenas na área coordenada pelo MST, denominada pelos assentados de “PDS Mário Lago”.

Este assentamento foi planejado, segundo os critérios do INCRA, na ótica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Para o MST, que organiza mais da metade das famílias assentadas, a ideia é associar o PDS com a Comuna da Terra⁵. O processo de ocupação da Fazenda da Barra, com um número expressivo de famílias, é um marco no aprofundamento da luta pela terra na região de Ribeirão Preto.

A Fazenda da Barra, localizada em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, estava destinada à construção de um condomínio de luxo, dada a sua proximidade com o perímetro urbano, ficando a apenas 10 km do centro da cidade.

Em 2000, a Promotoria de Justiça constatou significativo passivo dano ambiental na área. Diante disto, o INCRA foi acionado pelo Ministério Público para instaurar processo de desapropriação para fins de reforma agrária. No fim de 2004, a área pleiteada pelo MST foi destinada oficialmente para fins de reforma agrária pelo Governo Federal.

Cabe frisar que, para o MST, este assentamento é emblemático, pois no município considerado a “capital nacional do agronegócio”, a sua desapropriação se deu justamente pelo não-cumprimento da função social da propriedade rural. Entretanto, o elevado número de

⁴ Fato importante a observar é que inicialmente o MST era o único movimento na área, contudo, desde 2003, sérios conflitos internos ocasionaram, na linguagem dos militantes um “racha” entre os acampados, nascendo daí os dois movimentos que hoje dividem o PDS com o MST. Para uma descrição detalhada deste processo, ver Firmiano (2009).

⁵ A ideia da Comuna da Terra, formulada pelo MST e em desenvolvimento no PDS da Barra é um diferencial no fortalecimento da vida camponesa, pois nela não são tratados apenas como unidades produtivas, mas também como núcleos de convivência social, responsáveis por atividades comunitárias autônomas. Na Comuna da Terra criam-se núcleos de famílias, próximos à cidade, com uma melhor infraestrutura. As famílias passam a ter uma maior relação social, viabilizando a produção e a ação coletiva.

famílias assentadas e a reduzida área familiar do projeto comprometeram significativamente o futuro da produção agropecuária no assentamento.

Com a renda agrícola extremamente baixa e a curta distância da área urbana, a renda não-agrícola é fundamental para as famílias do PDS da Barra. A complementação da renda se dá principalmente de duas principais formas: o acesso a programas específicos do Governo Federal, tais como a previdência e o bolsa-família; e pela realização de trabalhos temporários, externos ao assentamento, quando os assentados exercem atividades de pedreiros, serventes, faxineiras etc. (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010).

É fato que o assentamento caracteriza-se mais como um acampamento provisório ou um pré-assentamento, pois não dispõe ainda da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento de seu potencial. Outro complicador, como já antecipado, é o tamanho dos lotes individuais. As parcelas de terra estão dimensionadas em 1,5 ha para a produção individual, além da área coletiva. Em seu estágio atual, a produção do assentamento produz e reproduz a condição de agricultura de subsistência, o que impele o assentado a buscar trabalhos temporários na área urbana (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010).

As dificuldades são muitas; sim todavia, o assentamento da Fazenda da Barra, datado de 2007, é fruto de um projeto recente e seu pleno desenvolvimento está intrinsecamente ligado à dotação da infraestrutura necessária à produção e reprodução social para além da subsistência, de modo a evitar uma reprodução social à margem da dignidade.

3. Considerações finais

Traçamos, neste artigo, uma síntese de uma proposta de investigação que se encontra em sua fase inicial. Cabe frisar, entretanto, que a pretensão é a de contribuir com o debate da questão agrária no país a partir do exame de uma realidade complexa e contraditória, expressa no estudo de caso, de modo a criar subsídios para a formulação de políticas fundiárias mais progressistas, socialmente justas e ambientalmente corretas. Sendo assim, espera-se que os resultados do presente projeto possam auxiliar no fornecimento de dados, informações, ou outros instrumentos analíticos capazes de identificar as necessidades e as potencialidades do desenvolvimento rural em geral e dos assentamentos rurais em específico; estimular novas pesquisas no âmbito acadêmico sobre assentamentos rurais e desenvolvimento rural gerando novas pesquisas de iniciação científica e trabalhos monográficos; e dar visibilidade a práticas camponesas exitosas que tragam consigo elementos sinérgicos com benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo, assim, para a sua reprodução social, contribuindo para a difusão do conhecimento direcionado à questão agrária brasileira.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. G. (2011). *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado. IE/Unicamp.

ELIAS, D. (1996). *Meio Técnico-Científico-Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

FERRANTE, V. B e BORELLI FILHO, D. (2010). O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: Uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: *Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, julho.

FERNANDES, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

SHANIN, T. (2008). Lições camponesas. IN: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular.

WELCH, C. A. et al (2009). *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

CHIAPAS: OS SUBTERRÂNEOS DA INSURGÊNCIA

Luiz Guilherme Veppo (UNESP/Marília)⁶
guigaveppo@hotmail.com
Financiamento: CNPQ/PIBIC

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre uma hipótese elaborada durante a nossa primeira aproximação da discussão sobre as origens do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e do conhecimento da teoria especificista. O Especificismo é o nome dado pela Federação Anarquista Uruguaia a sua proposta de organização política revolucionária

⁶ Luiz Guilherme Veppo é estudante de Ciências Sociais na UNESP/Marília e atualmente desenvolve com financiamento PIBIC/CNPQ uma pesquisa que busca compreender as origens do EZLN.

desenvolvida em meados da década de 1960, a partir de um balanço da história do movimento socialista internacional. Em um franco contraponto às concepções vanguardistas de organização, o especificismo se coloca enquanto alternativa organizacional para a militância revolucionária. Tendo em vista os vários elementos em comum entre a teoria especificista e a história do EZLN, pretendemos neste trabalho discutir sobre a possibilidade de utilização da teoria especificista como instrumental teórico para analisar a trajetória do movimento zapatista, por meio da interação entre a organização político-militar (EZLN) e o movimento indígena de Chiapas. Desta forma, faremos uma sumária apresentação dos elementos centrais da proposta especificista de organização revolucionária, seguida pela demarcação das peculiaridades zapatistas e chiapanecas que poderiam distorcer a nossa leitura a partir do especificismo. Concluiremos com a problematização da bibliografia disponível sobre este obscuro período da história do zapatismo e com algumas conjecturas sobre as possibilidades que uma leitura especificista criaria para o avanço da compreensão sobre o fenômeno chiapaneco.

Palavras-chave: EZLN; Chiapas; Insurgência; Especificismo; Anarquismo Organizado.

Introdução

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) desponta para o mundo através de uma ação de extrema ousadia. No primeiro dia do ano de 1994 os rebeldes zapatistas (como eles costumam se denominar) tomam de assalto várias cidades do sudeste mexicano. Contudo, a história deste exército começa pelo menos 10 anos antes, em 17 de novembro de 1983, quando o EZLN é fundado.

Com o levante de 1994 se explicitam algumas debilidades da estratégia de guerra contra o Estado e este malogro viabiliza a emersão de várias questões que se encontravam em latência no seio do movimento zapatista. Deste “fracasso” militar irrompem aspectos ideológicos, objetivos finalistas e uma nova concepção estratégica do EZLN que tem uma sensível aproximação com a proposta anarquista especificista.

O anarquismo especificista é uma criação da FAU (Federação Anarquista Uruguiaia) pautada na história do movimento anarquista e em uma ampla discussão teórica relativa à organização nos círculos libertários. Embora estejamos cientes das diversas especificidades do EZLN que inviabilizam que o tratemos como uma organização especificista, acreditamos que o especificismo pode ser uma valiosa ferramenta teórica para a análise das enormes lacunas presentes nos anos que precedem o Levante de 1994.

Trabalhamos, portanto, com a hipótese de que alguns elementos centrais do especificismo surgem como uma resposta racional aos anseios revolucionários refratários a idéia de que é possível a utilização do Estado para a superação da sociedade capitalista. A história do anarquismo reforça a nossa tese através dos diversos processos históricos em que a

dualidade organizacional foi colocada em prática por militantes libertários sem que desse origem a um conceito, ou a uma teoria organizacional acabada como a levada à cabo pela FAU⁷.

O EZLN se desenvolve a partir de um núcleo de militantes herdeiros da tradição marxista-leninista e embora não se reivindique anarquista, rompe com a estratégia leninista de tomada do poder para a realização do comunismo e desenvolve uma relação política com as comunidades e com o movimento indígena que tem muito a ver com a propalada pelo especificismo.

Tendo em mente que para o anarquismo especificista a revolução se dá de modo processual, em uma longa cotidiana luta pela construção do poder popular, a utilização do especificismo para perscrutar este longo trabalho político realizado pelo EZLN desde a sua fundação até o levante de 1994, se justifica por alguns motivos. Primeiro, porque é durante este interstício que o núcleo político que funda o EZLN sobre uma orientação claramente alinhada com a tradição marxista-leninista vai se afastar da estratégia da tomada do poder e adotar outra concepção estratégica para a realização da transformação social. A proximidade entre a práxis zapatista e a proposta especificista também nos subsidia para conjecturar sobre as diversas lacunas presentes no processo chiapaneco, já que há uma clara aproximação entre as duas concepções estratégicas. Assim a leitura do processo a partir da análise da interação entre a organização político-militar e o movimento social indígena nos dá a perspectiva mais acurada para a compreensão da ampliação da influência zapatista dentro do movimento social indígena, assim como para o crescimento da organização político-militar.

Com isto buscaremos perscrutar as possibilidades que a adoção do especificismo como referencial teórico podem trazer para a análise deste processo histórico. Além disto, com este trabalho, indiretamente, também suscitamos um debate em torno do papel que este tipo de exercício teórico pode desempenhar para o desenvolvimento da teoria especificista e para a estratégia especificista na luta de classes. Assim, daremos continuidade a este trabalho com uma sumária apresentação do especificismo para buscarmos justificar a sua adoção para a investigação do período mais obscuro da história do movimento zapatista.

Especificismo

⁷ Para este debate indicamos: CORREA, Felipe. Questões Organizacionais no Anarquismo. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/>> (Acessado em: 3 ago. 2013)

Entre as diversas correntes existentes dentro do movimento anarquista, a corrente organicista (que considera imprescindível a organização política para a coordenação da militância anarquista) é uma das mais relevantes dentro do movimento anarquista. Apesar disto, quando o assunto é anarquia ou anarquismo, ainda hoje é comum vermos esta corrente libertária do socialismo ser associada à idéias como: desordem, ausência de organização, espontaneísmo, entre outras.

Não nos cabe neste momento a discussão dos meandros deste intrincado processo que culminou na cristalização desta distorcida “imagem” do anarquismo. Por ora nos contentaremos em ressaltar que a história do anarquismo organizado, de certa forma se confunde com a própria história do movimento anarquista e que o especificismo se coloca como herdeiro da secular história de militância e luta anarquista organizada.

O especificismo é uma concepção de organização anarquista. O termo é utilizado e foi difundido pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que com ele refere-se à corrente anarquista que historicamente defendeu a necessidade da organização específica anarquista. Assim, o especificismo acredita que a organização da luta deve se dar em dois níveis distintos: o da organização anarquista e o dos movimentos populares – que devem se formar com base na necessidade e não se resumir a uma determinada ideologia(...). (DICIONÁRIO DE ANARKIA, retirado de página da internet)

Mikhail Bakunin talvez seja o militante anarquista mais conhecido no Brasil. Considerado o fundador do movimento anarquista, ele é um dos “grandes” defensores da necessidade de uma organização especificamente anarquista para coordenar a atuação política dos militantes que estejam em acordo com um determinado programa revolucionário (Leval, 2007). Este teórico militante fundou e participou de uma organização estritamente composta por anarquistas, que se chamava “Aliança da Democracia Socialista” e o principal objetivo desta organização era coordenar o trabalho político da ala bakuninista dentro da célebre Associação Internacional dos Trabalhadores.

Para reforçar a argumentação da importância e relevância da corrente organicista no anarquismo, poderíamos citar mais um importante militante que apontava para a necessidade de uma organização política especificamente composta por anarquistas. Errico Malatesta, assim como Bakunin, entendia que a organização política era fundamental para a realização da revolução social sob a perspectiva libertária, já que o movimento popular/social possui uma série de limites.

(...) em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de idéias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Frequentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater. (MALATESTA, *Anarquia e Organização; texto retirado da internet*)

O “Partido Anarquista” é na obra deste autor sinônimo da organização que cumpre a função de ajuntar sobre o acordo pautado em um programa revolucionário a militância anarquista. Contudo, é importante frisar que para Malatesta, “partido” é simplesmente a designação de um agrupamento organizado de pessoas com os mesmos objetivos e que neste caso, o partido anarquista não possui qualquer motivação institucional legal (Malatesta, 2013).

A revolução russa e a derrota política dos militantes anarquistas para o Partido Bolchevique também dá origem a uma corrente organicista, que após a tragédia da makhnovtchina (Makhno, 2001) se organiza no grupo *Dielo Truda*. Sem a menor sombra de dúvida poderíamos seguir elencando vários outros importantes militantes que possuem uma clara relação com o organicismo, contudo, o nosso objetivo consiste somente em defender a tese de que o especificismo é a expressão teórica mais bem acabada de uma prática militante e de um debate teórico consideravelmente recorrente na história do socialismo libertário.

De modo extremamente sumário, ousaríamos resumir a proposta especificista em duas principais idéias: a divisão entre níveis político e social da militância; e a centralidade do trabalho social, ou de base, como eixo da construção política da proposta anarquista (FARJ, 2009).

A divisão entre o nível político e o social, de certo modo, leva a utilização dos círculos concêntricos para a coordenação da militância anarquista. De modo muito esquemático, poderíamos afirmar que os círculos concêntricos se orientam através dos níveis de: confiança, segurança, comprometimento e responsabilidade existentes entre militantes. O círculo mais interno sempre é o da Organização Específica Anarquista (OEA), pois deste círculo só participam os indivíduos que possuem explícito acordo com o programa revolucionário da organização. Neste esquema teórico existem sempre ao menos dois círculos: o da OEA e o do movimento social. Contudo, podem existir outros círculos que se pautam por outros

parâmetros que não são os expressos no programa revolucionário. A idéia é a de que conforme a OEA possui os mais sólidos vínculos políticos e que a identidade e a unidade que constitui cada eventual círculo tende a se enfraquecer conforme os acordos que o definem afastam-se daquilo que pauta o programa da organização revolucionária.

Isto não quer dizer que exista uma hierarquia entre os círculos. Em hipótese alguma isto faz do círculo interno o mais importante, ou o melhor entre os demais. A proposta teórica só é viável com a existência de círculos complementares e interdependentes, pois é através da simbiose entre os círculos que se torna possível a realização dos objetivos finalistas do programa revolucionário. Como afirmamos há pouco: as distinções que existem entre os círculos são estritamente relativas aos níveis de segurança, confiança e responsabilidade existentes entre os militantes envolvidos em cada nível.

Embora tenhamos nos alongado um pouco nesta seção, não é o nosso intuito fazer uma profunda discussão sobre o especificismo, mas somente colocar os aspectos centrais desta corrente que surge da necessidade de fornecer respostas a problemas concretos colocados pela militância revolucionária, para começarmos a esboçar a nossa hipótese de interpretação da história do movimento zapatista.

O EZLN não surgiu como uma organização anarquista e na verdade reivindicava a herança de uma corrente revolucionária que tem uma trágica relação com o anarquismo. Não obstante, é notório que muitos dos elementos que definem as práticas políticas e os objetivos da organização específica em sua relação com os movimentos sociais podem ser observados na relação do EZLN com o movimento indígena radicado na região sudeste do México. Entre eles poderíamos citar a divisão entre os níveis político e social, assim como a utilização dos círculos concêntricos para a organização do movimento zapatista.

EZLN e Movimento Indígena: Algumas especificidades

Como já sinalizamos anteriormente, estamos cientes das dificuldades que a investigação dos anos que precedem o levante de 1994 comporta, dadas as poucas fontes existentes e as enormes lacunas presentes entre as mesmas. Também sabemos que existem várias idiossincrasias chiapanecas que podem criar alguns problemas para a nossa discussão e que por isso precisam ser pontuadas para não incorrerem em perniciosos equívocos. Nesta breve seção, nosso objetivo não é esgotar a discussão, mas apenas pontuar alguns dos aspectos mais singulares da realidade chiapaneca, que caos não sejam devidamente assinalados, podem criar alguns problemas para a realização do nosso trabalho.

Portanto, seria muito pertinente iniciar a nossa depuração do objeto com uma ponderação sobre as orientações políticas e ideológicas do EZLN. Como já foi dito acima, esta organização é fundada no início dos anos oitenta e neste primeiro momento se caracteriza como uma organização vinculada à tradição marxista-leninista com uma forte inspiração foquista (Hilsenbeck, 2009; Le Bot, 1996). Ou seja, logo no início nos deparamos com um primeiro problema para a nossa discussão: é possível usar o especificismo para analisar a interação de uma organização vanguardista com um movimento social? E caso, a resposta seja afirmativa, teria algum valor tal análise? Solicitamos a generosidade dos nossos interlocutores para que nos dêem permissão para não respondermos a estas perguntas já neste primeiro momento e que deixemos para “arriscar” uma resposta após a colocação de outras questões também problemáticas.

Outro ponto fundamental que precisa ser pautado diz respeito às tradicionais práticas de auto-organização presentes em algumas das comunidades maias que entram em contato com o EZLN (Gennari, 2001; Le Bot, 1996). Esta questão talvez seja menos problemática que a primeira, mas isto não quer dizer que também não traga os seus inconvenientes para o nosso trabalho. Pois, por mais que dentro da proposta especificista haja espaço para a influência do movimento social sobre a organização política, dentro do esquema teórico é a organização política específica que impulsiona o movimento social para os objetivos finalistas colocados no programa revolucionário. No caso do movimento zapatista o processo não se dá exatamente desta forma. Não aprofundaremos esta questão agora, mas veremos mais adiante que é possível atribuir ao movimento indígena um maior peso na definição dos objetivos finalistas e até mesmo nos princípios zapatistas do que à organização político-militar que possuía um programa revolucionário consolidado.

Tal questão é bastante valorosa, pois abre uma profícua possibilidade de discussão sobre os limites do movimento zapatista. Seriam estes limites do zapatismo resultado dessa demasiada influência do nível social sobre o político? Uma organização anarquista específica não enfrentaria estes mesmos problemas? Enfim, várias outras questões também podem ser colocadas nesta seara e com isto já podemos começar a avaliar se a colocação destes questionamentos pode trazer alguma eventual contribuição para o debate teórico.

É mister pontuar que os aspectos geográficos, sociais, econômicos e étnicos também possuem contornos específicos neste processo. Quando falamos do movimento zapatista é fundamental ter em mente que se trata de um movimento centrado, quase que exclusivamente, no campo (Figueiredo, 2003; Le Bot, 1996). Conseqüentemente não existem grandes centros

urbanos na principal zona de influência zapatista, o que nos leva a concluir que estamos tratando de um tipo de trabalho político muito peculiar, exclusivamente desenvolvido em pequenas comunidades indígenas que possuem uma “cosmovisão” muito específica.

Além disto, é preciso salientar que nem todas as peculiaridades do movimento zapatista são problemáticas. Um exemplo bem emblemático disto, diz respeito à já pontuada organização produtiva da maioria destas comunidades campesinas, que estruturam-se a partir da posse coletiva da terra, dentro dos *ejidos*⁸. Estas comunidades estruturam o trabalho coletivo sobre práticas autogestionárias que representam um aspecto muito favorável para a militância política que já pode contar com o respaldo de certa tradição de auto-organização da vida coletiva.

Por último, mas não menos significativo é o fato de que durante todo o período aqui tratado a militância do EZLN se deu na clandestinidade. Nem é preciso pontuar que este fator impõe uma dinâmica e coloca desafios para o desenvolvimento da atividade política que são muito específicos.

Colocados estes poucos, mas significativos aspectos da singularidade chiapaneca, acreditamos que podemos seguir adiante com a nossa discussão sobre o eventual valor de uma análise especificista deste processo.

Os subterrâneos da Insurgência

Até agora apresentamos algumas convergências que apontam para a validade de uma leitura especificista da trajetória do movimento zapatista. Nossa hipótese é a de que sendo o período que precede o Levante marcadamente obscuro, por meio da utilização de um referencial teórico com claras aproximações com a longa trajetória do movimento zapatista, teríamos melhores condições para compreender este insigne processo.

Como a história da resistência indígena no México é secular e o seu início pode ser localizado, de certa forma, já nos processos de enfretamento aos invasores espanhóis (Todorov, 1985), mesmo sabendo que esta histórica insubordinação indígena faz parte do

⁸ Modalidade de posse coletiva da terra instituída durante a Revolução Mexicana celebrizada no artigo 27 da constituição do México. Uma parte significativa das comunidades indígenas mexicanas organiza o trabalho coletivamente e a vida comunitária em ejidos.

ideário zapatista, não podemos nos deter por muito tempo nestas questões.

A referência ao Exército do Sul, que tem na figura de Zapata o seu maior expoente, também é central para a compreensão da organização do EZLN. Infelizmente, não podemos fazer uma discussão muito aprofundada deste momento de grande radicalidade da resistência campesina no México. Tendo em vista que o nosso objetivo consiste em analisar a simbiose da organização político-militar com o movimento social, nos restringimos a sinalizar a extrema relevância deste processo para o conjunto de valores, aspirações, assim como para as orientações teóricas e práticas dos zapatistas, mas nos concentraremos no período em que ocorre o surgimento da organização político.

A nossa análise encontra no ano de 1968 a sua primeira parada mais demorada, já que este ano entrou para a história do Ocidente como sendo um dos momentos de maior intensidade da atividade política no século XX. Massivas manifestações com uma incisiva contestação da ordem capitalista eclodem em vários países do centro e da periferia global. Na maior parte dos países onde estes massivos levantes ocorreram (em função de uma série de questões que não podemos discutir aqui) uma escalada repressiva sucedeu e esmagou as mobilizações (MATOS, 1998).

No México a situação não foi diferente e segundo diversos autores, o ponto alto dos enfrentamentos teria se dado no episódio que ficou conhecido como o “Massacre da Praça das Três Culturas”, em Tlatelolco, quando dezenas de manifestantes foram mortos em confrontos com o aparato repressivo do Estado. Este evento é considerado um marco da história política contemporânea deste país, afinal, uma parte significativa das diversas correntes e agrupações atuantes em seu cenário político atual, entre estas o núcleo que irá fundar o EZLN, são oriundos desta conjuntura (Genari, 2003; Hilsenbeck; 2009; Le Bot, 1996).

Sob o peso desta derrota, parte das lideranças se integra ao sistema, outra se engaja em movimentos sociais urbanos ou camponeses, funda novos partidos de esquerda, enquanto alguns dos antigos líderes optam pela guerrilha urbana. Entre os que fazem esta opção, há pequenos grupos que iniciam um processo de acumulação de forças bem diferente do que é trilhado pelos demais. (Gennari, 2003, p.7).

Segundo Figueiredo (2003), já em 1969 são fundadas as Frentes de Libertação Nacional (FLN)⁹ com o objetivo de desenvolver um projeto revolucionário inspirado na tradição guerrilheira latino-americana. Claramente inspirada na conjuntura do período que

⁹ As Frentes de Libertação Nacional são fundadas no final da década de 1960 na cidade de Monterrey (Hilsenbeck, 2007; Figueiredo, 2003; Le Bot, 1997). Na bibliografia consultada não existe consenso nem com relação ao ano da fundação das FLN, nem a respeito da sua relação com o EZLN.

apontava para o sucesso da luta armada após a vitória da Revolução Chinesa (1949) e da Cubana (1959), as FLN acabaram sendo forçadas a desenvolver uma estratégia distinta das demais guerrilhas da América Latina, porque não podia contar com o apoio financeiro de Cuba e da URSS. Isto porque o Partido Revolucionário Institucional¹⁰ (PRI) nesta época pousava para o restante da América Latina como sendo uma exceção progressista entre as diversas ditaduras que se instalaram em diversas nações latino-americanas neste período. Desta forma, mesmo que a relação do PRI com a esquerda estivesse confinada ao plano discursivo, vide o Massacre de Tlatelolco, ainda assim o México era um dos poucos lugares em *nuestra América* que a militância revolucionária não era considerada indesejável e isto fazia com que nenhuma tendência política mais radical estivesse disposta a bancar grupos revolucionários neste país.

Em decorrência destas injunções, a FLN à revelia das demais guerrilhas americanas acabou sendo forçada a desenvolver meios autônomos para financiar a luta armada, de modo a prescindir de auxílios oriundos do estrangeiro, fossem eles: financiamento, armas, ou treinamento militar. Não conhecemos nenhum estudo específico sobre a história das FLN, mas diversos autores apontam que na sua estratégia existia uma recusa da utilização de assaltos a banco como fonte de divisas para o movimento e que as Frentes se propunham a uma organização da luta numa perspectiva financeiramente mais modesta, mas de maior fôlego, numa estratégia de longa duração (Le Bot, 1997; Hilsenbeck, 2007, Figueiredo, 2003).

Durante a década de 1970 teria se instalado em Chiapas o primeiro núcleo das FLN. Este estado marcado por enormes contrastes sociais vê durante esta década o florescimento de um forte e combativo movimento indígena. Não obstante, a guerrilha é descoberta pelo Exército mexicano e antes mesmo de conseguir avançar no desenvolvimento da sua estratégia de luta revolucionária é dizimada.

Independentemente disto o movimento indígena continua na sua trajetória ascendente e em 1974 a Igreja Católica na figura do Bispo Samuel Ruiz, adepto da Teologia da Libertação, organiza o primeiro Congresso Indígena de Chiapas que marca a primeira articulação mais substantiva do movimento indígena neste estado¹¹.

¹⁰ O Partido Revolucionário Institucional governou o México durante mais de 70 anos e é conhecido na bibliografia como Partido-Estado, dada a sua fusão com o aparato burocrático legal e a sua hegemonia incontestada na vida política mexicana durante tanto tempo.

¹¹ Sobre a importância do Congresso Indígena de Chiapas também não existe consenso na bibliografia. Existe um trabalho prestes a ser publicado em que o autor, Igor Luis Andreo, defende a tese de que o Congresso Indígena de 1974 teria sido a expressão de um amplo trabalho político desencadeado pelo Bispo Samuel Ruiz em

Após o Congresso Indígena, na maior parte dos trabalhos tornam-se mais esparsas as informações sobre a vida política em Chiapas e o melhor trabalho para este período é, El sueño zapatista, de Yvon Le Bot que pinça alguns fatos e datas marcantes para o desenvolvimento do movimento indígena, como o surgimento de diversas Associações e a atuação de várias correntes políticas dentro do movimento indígena até o início da década de 1980, quando o EZLN é fundado.

Mesmo com a morte de diversos dirigentes dos grupos guerrilheiros urbanos e rurais, e a integração institucional de outros membros por meio da anistia, alguns sobreviventes das FLN voltaram a implantar o núcleo guerrilheiro tendo por ponto de apoio e direção as redes urbanas (GPM, 2005). Desta forma, alguns remanescentes e herdeiros das FLN se deslocaram, primordialmente nos anos 1980, para regiões agrárias bem afastadas dos grandes centros urbanos, para realizarem um “trabalho de base” com as comunidades, com vistas a efetivar a idéia do “foco” de guerrilhas, oriunda do guevarismo, e permanecer com as esperanças revolucionárias. (HILSENBECK, 2007, P. 91)

É assim que os guerrilheiros que das FLN retornam à Chiapas. Conforme o tempo passa e o pequeno grupo se fixa na região, o que o Subcomandante Marcos denomina de “intelectuais orgânicos” ou de a “elite” do movimento indígena se aproxima dos guerrilheiros. Estas duas correntes rapidamente entram em acordo com relação ao esgotamento da via pacífica como alternativa para a mudança do panorama político e social do México. E é com o objetivo de criar uma saída alinhada com esta análise de conjuntura que, em novembro de 1983, o grupo de guerrilheiros oriundos do meio urbano e os militantes mais experimentados do movimento indígena fundam o EZLN.

As informações sobre o que vai de 1983 até 1994 quando não são muito escassas, não buscam fazer uma análise da relação do EZLN com o movimento indígena em Chiapas. Nosso objetivo com este trabalho não é realizar esta análise, que pretendemos realizar posteriormente, mas utilizar o espaço do evento para discutir e pensar sobre o valor desta abordagem para a compreensão do movimento zapatista.

Considerações Finais

Neste trabalho procuramos fazer a apresentação de uma proposta de abordagem para a

Chiapas e que sem este evento o surgimento posterior do EZLN seria improvável.

análise da história do movimento zapatista. Nos esforçamos para trazer alguns elementos que nos motivaram a formular esta hipótese de interpretação do processo de construção da revolta zapatista, assim como da posterior base teórica e prática que possibilitou a construção dos Municípios Autônomos Zapatistas. Esperamos que tenhamos alcançado o nosso objetivo e que de alguma forma esta discussão contribua para o evento.

Referências Bibliográficas

CECENA, Ana Esther. 20, 10 y la historia infinita de las utopías en construcción. In: Debates: Diez Anos Del Levante Zapatista. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal12/d2cecena.pdf> (Acesso em: 10 ago. 2013)

CORREA, Felipe. MAGONISMO E ZAPATISMO: Paradigma Latino de Resistência. Disponível em: < http://www.fondation-besnard.org/article.php3?id_article=646>. Acesso em: 9 jul. 2013.

_____. Questões Organizacionais no Anarquismo. Disponível em: < <http://www.anarkismo.net/>> (Acesso em: set. 2013)

FARJ. Anarquismo Social e Organização. Rio de Janeiro: Faísca, 2001.

FIGUEIREDO, Guilherme Githay. A guerra é o espetáculo: Origens e transformações da estratégia do EZLN. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LE BOT, Yvon. EL sueño zapatista. Ebook. Disponível em: <http://bibliocdd.6te.net>

HILSENBECK, Alexander. Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército zapatista de Libertação Nacional. Dissertação (Mestrado). Marília: UNESP, 2007.

MALATESTA, Errico. Anarquismo e Organização. Disponível em: < <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1927/mes/anarquia.htm>> Acesso em: Jan. 2012.

MATTOS, Olgaria C. F.. Paris 1968: As barricadas do desejo. Brasiliense: Rio de Janeiro, 1989.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre. Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

PÓLITO, Elizabete; ESPONDA. Juan González. Cronología. Veinte años de conflictos en el campo: 1974-1993. Revista Chiapas Número 2. Disponível em: < <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>> (acessado em: 4 set. 2013).

JOXE, Alain. Siete características de las guerrillas latinoamericanas. Revista Chiapas Número 5. Disponível em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>

TODOROV, Tzevtan. A Conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

**RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O
TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE DELFIM MOREIRA, GONÇALVES e MARMELÓPOLIS
– MG**

Rafael de Mello Castro Bacha¹²
rafael_mello_1@yahoo.com.br
Laura Arantes Gobbi¹³
lauragobbi8@gmail.com
Alexandre Carvalho de Andrade¹⁴

¹² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Participa do Ruras - Ruralidades, Ambiente e Sociedade, têm interesse nas temáticas de Sociologia Rural e Estudos das Relações de Poder.

¹³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Têm interesse nas temáticas de Comunicação Política e Comportamento Eleitoral.

¹⁴ Geógrafo, Especialista em Geografia do Turismo e Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia: Organização do Espaço (Unesp/ Rio Claro). Professor na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/Pouso

Resumo: Dentre as novas práticas relacionadas ao meio rural, o turismo aparece como possibilidade de “quebra” no baixo dinamismo econômico de certas regiões, porém este processo deve seguir um conjunto de planejamentos, respeitando as potencialidades locais e a relação com o meio ambiente. A Serra da Mantiqueira é conhecida por suas belezas naturais, assim, a entrada e a intensificação do turismo nos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis devem ser observadas como expressão de uma vertente “neorrural”, mas ao mesmo tempo visando manter uma boa relação “homem-natureza”.

Palavras-chave: Intensificação do turismo; Serra da Mantiqueira; espaço rural; planejamento.

Introdução

O turismo é frequentemente apontado como uma atividade que pode colaborar e alavancar o desenvolvimento, sobretudo em áreas de restrito dinamismo econômico, onde existem recursos naturais e culturais propícios para a visitação. Serve de exemplos o

Tennissy Valley Authority, nos Estados Unidos, em 1933, o *Plan Nacional d' Aménagement du Territoire*, na França, em 1950, a *Cassa per il Mezzogiorno*, na Itália, também em 1950; e o *Plan de Estabilización*, na Espanha, em 1959 (PUJADAS E FONT, 1999).

Com certa recorrência, o turismo está atrelado a um significativo potencial de desenvolvimento local e/ou regional, mas necessita de um planejamento prévio e adequado, visando sua consolidação de forma coerente, tendo em vista que, ao contrário disso, temos um crescimento descontrolado que resulta mais em prejuízos do que em benefícios aos centros receptores (KRIPPENDORF, 1989; YÁZIGI, 2003). Os impactos, algumas vezes irreversíveis, em âmbito socioambiental, decorrentes da atividade turística, são evidentes e corriqueiros. A exemplo destes “danos” temos a deterioração da paisagem, desorganização e/ou ruptura das relações sociais e culturais de anfitriões, a especulação imobiliária, as construções em áreas inaptas, o encarecimento do custo de vida para os

“nativos” em decorrência do “nivelar” o padrão dos turistas pelas posses financeiras o encarecimento do custo de vida para os “nativos” e como forma de “nivelar” o padrão dos turistas, o acúmulo de resíduos sólidos, o desmatamento e mudanças paisagísticas que remodelam as características marcantes do local, entre outras situações que assolam os mais diversos “paraísos” no Brasil (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; MARAFON, 2006; ALMEIDA, 2007).

Sobre a forma pela qual as ramificações do turismo são propagadas, temos que lançar um olhar crítico sobre as propagandas e as práticas privadas e públicas que propagam um determinado discurso, mas são divergentes quanto à aplicação e manutenção dos mesmos, gerando uma incoerência discursiva, e por assim dizer, ressaltando a falta de planejamento.

Partindo das descritas situações, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o processo de intensificação do turismo na Serra da Mantiqueira, que ocorreu com maior efetividade após a década de oitenta do século XX, em especial devido a três fatores: as potencialidades paisagísticas, a satisfatória conservação dos recursos naturais e a localização geográfica. Para tanto, o presente trabalho irá demonstrar as características gerais da Serra da Mantiqueira, em especial dos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis, para, assim, traçar algumas considerações acerca dos processos de implantação de unidades de conservação e de expansão da atividade turística na região, como também as suas consequências socioambientais, que divergem do discurso propagado por privado e público quanto a preservação dos recursos naturais, a cultura local intocada e autêntica, além da forte entrada de capital exógeno nas áreas estudadas. Finalmente serão destacadas algumas ações que visam promover um centro receptor de turistas, mas que nem sempre apresentam bons resultados, devido à preferência em “atrair visitantes” ao invés de “organizar o território”.

Contexto do "neorrural" brasileiro, ruralidades e novas práticas no meio rural

O dualismo binário entre “rural e urbano” foi amplamente debatido ao longo do século XIX – XX. As categorizações provenientes das discussões marxistas sobre a relação entre “campeinato” e seu par oposto perfeito o “proletariado” foram alongadas até os anos 80, posteriormente a centralidade do camponês como ator chave no meio rural foi substituída pelo aparecimento de “ruralidades”, ou simplesmente o alargamento deste conceito do *continuum* “campo x cidade” (MARTINS, 1981; CARNEIRO, 2005).

A diferenciação dos estudos voltados simplesmente para a compreensão do “agrário” e dos responsáveis por abordar situações do “neorrural”, consistem em três pontos de grande divergência, são eles: Reconhecimento do campeinato como centralidade da condição de existência do meio rural, assim, fica relacionado o fim do camponês com o próprio desaparecimento do meio rural. Diminuição da população agrícola por sucessivas perdas para outras regiões consideradas urbanas, reforçando o “campo” como espaço produtivista e simplesmente ligado ao conceito de extensão das indústrias situadas fora do meio rural. Por último, transpassando os dois pontos anteriores, temos o impulso da

“modernização” atuando como vetor de uma “equalização” entre as especificidades antes encontradas no termos de oposição “campo e cidade”, assim, a proposição do “moderno” viria como algo natural e inerente a todos os espaços, propagando uma lógica urbana e “dinâmica”. Os três pontos apresentados anteriormente são responsáveis por uma série de constatações “direcionadas” sobre o espaço rural, visto que carrega um grande teor de “desejo citadino”, presente nas falas glamourizadas do século XIX sobre o conceito de cidade e consecutivamente sobre o “mito do urbano” (CARNEIRO, 2012; WANDERLEY, 2009).

A constituição do rural como espaço para além das dimensões puramente produtivas ou simplesmente por caracterização do “não urbano” concede lugar ao novo conjunto de formas de sociabilização e redes de relações, produzindo um rumo tangencia o processo de homogeneização espacial e social dos meios “rural e urbano”. Logo, a dualidade presente na construção “campo-cidade” fica em constante mediação, não apresentando uma conceituação fixa e retilínea, mas colaborando para interação de diversos fatores que culminaram na construção da ideia de “ruralidade” (WANDERLEY, 2000). O fluxo de trocas entre os “universos culturais” campo-cidade tem se intensificado, porém isso não corresponde a um processo de descaracterização de todo o sistema cultural e social do meio rural, pois a “autenticidade”, termo que emana sentido na própria chave do turismo e das potencialidades esperadas pelos turistas, convive paralelamente as novas formas de relação com o “outro” e com a própria natureza, produzindo diferenciações nas percepções sobre o mundo, a maneira como ocupam e correlacionam suas posições, não necessariamente levando a uma drástica ruptura, mantendo condições de tempo e espaço.

Nas ideias de Bernard Kayser, presentes na década de 90, temos a compreensão destas novas “significações” do espaço rural, como o fim da “dualidade” no modelo de escala modernizante e consolidação da figura campesina em posição de destaque como algo ligado ao “campo tradicional” (amplamente valorizado por determinados segmentos turísticos), assim estes processos vem carregados de novas perspectivas para a multifuncionalidade da agricultura e inúmeras práticas discursivas relacionadas ao “ecologicamente correto” (CARNEIRO, 2012). Estas marcas do novo ambiente rural são consideradas facetas do “renascimento rural”, termo que carrega uma gama de possibilidades, porém, devemos tratar os aspectos das discussões de “perda populacional” e “aumento na qualificação da mão-de-obra rural” como dois debates abertos, assim, os rumos e as práticas deste “neorrural” vão além de simples categorizações, pois a transformação real e a significação dos espaços, práticas, discursos, relações, vai de encontro com inúmeras possibilidades dos conceitos de “pós-modernidade” e “contemporaneidade” (respeitando as discussões sobre as terminologias

e teorizações sobre as periodizações).

Serra da Mantiqueira e os municípios de Gonçalves, Delfim Moreira e Marmelópolis

Abrangendo territórios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a Serra da Mantiqueira apresenta como características geomorfológicas a existência de áreas com significativa declividade e amplitude topográfica, sendo a Pedra da Mina (2790 metros) o ponto culminante do espaço microrregional. Tendo uma paisagem constituída por altas e íngremes encostas, vales encaixados e áreas aplainadas ao longo dos cursos dos rios principais, tendo destaque para a rede hídrica regional os rios Sapucaí, Verde, Grande e seus afluentes, o processo de ocupação antrópica ocorreu com maior intensidade dos fundos de vale” em direção às encostas, e isto é perceptível na configuração das cidades e bairros rurais.

Em toda a área, o clima tropical de altitude do tipo Cwb (classificação de Köppen), possui verões brandos e chuvas concentradas nesta estação. Porém, influenciado pelas significativas amplitudes topográficas, há variações microclimáticas relevantes, o que resulta em diversificações biogeográficas e do uso e ocupação do solo. Nos locais de menor altitude, a formação vegetal predominante é das “florestas tropicais latifoliadas”, que, devido a estar em áreas mais densamente povoadas, se apresentam mais transformadas, predominando as atividades agropecuárias. Nas áreas intermediárias, há o predomínio das “matas de raucárias”, onde a ocupação humana é mais esparsa, e predominam as atividades agropecuárias, silvícolas e as práticas turísticas e recreacionais, a exemplo do que ocorre nos municípios de Gonçalves, Campos do Jordão e Camanducaia em especial no distrito de Monte Verde). Nos locais mais elevados, situados acima de 1700 metros, há presença dos campos de altitude, sendo locais de baixas densidades demográficas e constituídos basicamente por APPs (áreas de preservação permanente).

A princípio, Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis apresentam certas similaridades, como a posição geográfica, na Serra da Mantiqueira, nos limites entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, o pequeno contingente populacional, eminentemente rural, a paisagem natural, e a histórica importância da agricultura familiar para a economia. Porém, apesar disto, houve significativa diferença no processo de desenvolvimento do turismo nestes municípios, e por consequência dos impactos decorrentes destas atividades para o ambiente e as sociedades locais.

Com 4220 habitantes, sendo 27,8% na área urbana (IBGE, 2010), Gonçalves apresentou considerável intensificação da atividade turística, em especial a partir de meados

do século XIX. Todavia, apesar de todo o espaço municipal apresentar características como o modo de vida e produção rural, a “sensação de sossego e tranquilidade”, e mesmo a conservação ambiental, os locais situados a maior altitude, onde a paisagem se caracteriza pela presença de picos e das matas de araucárias, neste caso decorrente do clima “frio”, foram os que mais atraíram investimentos como pousadas, residências secundárias, restaurantes, dentre outros usos voltados ao turismo. A concentração espacial da atividade turística resultou em consideráveis impactos socioambientais, como adensamento de construções, por vezes em áreas ambientalmente inaptas, especulação imobiliária, e a poluição visual decorrente das propagandas dos estabelecimentos.

Delfim Moreira possui 7975 moradores, 38% destes na cidade (IBGE, 2010), e os demais espalhados por diversos bairros rurais. No período entre as décadas de 30 e de 70 do século XX, o município teve relevante produção de frutas de “clima frio”, como figo, pera, ameixa, e especialmente marmelo; isto contribuiu para a implantação de agroindústrias, e da linha férrea que a integrava a Itajubá e outras localidades. A decadência desta produção e o fechamento das empresas colaboraram para significativo êxodo rural, e para fomentar a busca por outras práticas econômicas, como a piscicultura de trutas, e o turismo, que em certa medida se inter-relacionaram a partir de meados da década de noventa do século XX. Apesar de também ter concentrado nas áreas de mais altitudes, a atividade turística em Delfim Moreira ocorreu com maior dispersão espacial do que em Gonçalves, e incidiu na área rural, mas também na cidade.

Por sua vez, Marmelópolis, é a menos populosa (2935 habitantes, 52,4% na área urbana – IBGE, 2010) e ainda não apresenta ligação por rodovias pavimentadas com outros centros urbanos, o que deve mudar com a conclusão do asfaltamento da MG-350, entre a cidade e Delfim Moreira. E, apesar do potencial paisagístico e sociocultural local, devido aos picos com altitudes superiores a 2400 metros, com destaque ao Marins, às cachoeiras, os fragmentos de matas de araucárias e campos de altitude, e a organização do espaço rural, a atividade turística no município ainda é bem restrita, o que é evidenciada pela incipiente infraestrutura de hospedagem e alimentação.

Mesmo havendo um processo de povoamento além-indígena que remonta o século XVII, as condições climáticas e topográficas regionais não foram incentivadoras para as atividades econômicas mais relevantes no cenário rural do sudeste brasileiro, como a cafeicultura ou a agroindústria da cana-de-açúcar. Desta forma, a presença da produção familiar, voltada à subsistência, foi a prática mais difundida, excetuando, conforme

mencionado, o ciclo da fruticultura em Delfim Moreira, e em menor intensidade em Marmelópolis e Gonçalves. Em certa medida, estes municípios estão dentre os de menor desenvolvimento socioeconômico da macrorregião de planejamento do Sul de Minas, e a estagnação econômica motivou o êxodo rural, que não foi absorvido pelas pequenas áreas urbanas destas localidades, e isto levou a um processo de decréscimo populacional (IBGE: Censos Demográficos, 1970, 1991 e 2010).

A figura 1 evidencia algumas características das paisagens dos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis.



Figura 1: Aspectos da paisagem regional, no ano de 2012. 1 – Espaço rural do

município de Marmelópolis, tendo ao fundo o Pico dos Marins; 2 – Pequeno povoado em Delfim Moreira; 3 – Pedra Chanfrada no município de Gonçalves; 4 – Em um entroncamento de estradas rurais de Gonçalves, a evidência da intensificação do turismo, e de seus impactos negativos à paisagem. Fonte: Arquivo Pessoal de Rafael de Mello Castro Bacha.

A partir da década de 80, e em especial da década de 90, houve a intensificação do discurso da importância do turismo para dinamizar a economia dos municípios da Serra da Mantiqueira, que até então era mais efetivo apenas em setores da região, como em Campos do Jordão, Monte Verde e nas proximidades do Parque Nacional do Itatiaia. Mas, como em outras práticas econômicas, a seletividade espacial se fez presente, e as áreas onde interagem elementos naturais, como clima “frio”, matas de araucárias, cursos d’água encachoeirados, e que são localizadas nos setores com maior altitude, foram as que apresentaram maior valorização, e isto é evidenciado, por exemplo, em Gonçalves, mas também em Delfim Moreira.

A preferência por estes ambientes também foi subsidiado pelas localizações geográficas e as redes de transportes, pois, enquanto Gonçalves, situado nas proximidades de centros receptores de turistas já consolidados, como Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí (SP), atraiu consideráveis afluências de visitantes, e, por consequência, de investidores em infraestrutura de hospedagem, alimentação e entretenimento, Delfim Moreira, com ligação por asfalto com outros centros urbanos de Minas Gerais, mas também com a BR-116 (via Dutra), por onde se atinge cidades dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, obteve certo êxito no desenvolvimento do turismo. Porém, Marmelópolis, mesmo com certa proximidade com centros turísticos (Passa Quatro, Itamonte, e outros do Circuito “Terras Altas da Mantiqueira”), e com significativo potencial paisagístico e sociocultural, a atividade turística ainda se encontra embrionária, e que pode ser impulsionada com a conclusão da MG-350, que permitirá melhor acessibilidade aos visitantes. Todavia, há de se ressaltar que o maior dinamismo do turismo em Gonçalves não resultou apenas em desenvolvimento socioambiental aos seus moradores, pois a ausência de planejamento, a concentração espacial, e o domínio do capital externo ao local são fatores que também geraram prejuízos diversos.

Os turistas estão chegando, mas e o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental?

Com a crescente valorização da natureza em todas as esferas da sociedade, e reforçando este movimento com apoio público e de diversas ramificações da mídia, há na Serra da Mantiqueira um contínuo processo de implantação de unidades de conservação, sendo estas particulares, estaduais e federais, ocorrendo de forma simultânea à expansão da atividade turística. Nela está localizado o mais antigo Parque Nacional do Brasil, o Itatiaia, que abrange territórios dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Até a década de

setenta do século XX, o entorno desta unidade de conservação atraía um pequeno número de visitantes, em grande maioria constituída por alternativos, adeptos do estilo “aventureiro” e estudiosos ligados às ciências naturais, realizando trabalhos sobre a área. Com o discurso de valorização da natureza como “produto” turístico, ocorreu o adensamento de construções e a maior afluência de visitantes, especialmente nos vilarejos de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba (QUINTEIRO, 2008). Em forma contraditória ao intuito ecológico propagado, ocorrendo em localidades onde o turismo tem uma pretérita importância para a economia e os arranjos sócio-espaciais, evidenciados nos casos de Monte Verde (MG) e Campos do Jordão (SP), a intensificação do turismo alavancou a degradação natural e a marginalização dos habitantes locais.

Na década de oitenta do século XX foi implantada, através de decreto federal, a APA (Área de Preservação Ambiental) da Serra da Mantiqueira, que, por ser considerada de “uso sustentável”, permite apenas o desenvolvimento de atividades produtivas “não impactantes” em seus domínios. Em via contrária a promoção de políticas de capacitação dos produtores rurais, que poderiam ocorrer através de uma parceria dos órgãos ligados ao setor educacional e agropecuário, relevando a premissa de que muitos deles eram assentados em terras historicamente pertencentes aos seus antepassados, foi incentivado, partir de variadas ações municipais, estaduais e nacionais, o desenvolvimento turístico regional, o que deu preferência a expansão da atividade, e, por consequência, atraiu em sua maioria investidores externos a região, para a implantação de infraestrutura de hospedagem, alimentação e entretenimento. Semelhante situação ocorreu na APA Fernão Dias, implantada pelo governo de Minas Gerais no início do presente século.

Os impactos socioambientais decorrentes do crescimento da atividade turística na Serra da Mantiqueira, já foram analisados por Mendes Júnior (1991), Costa (1994) Gonçalves (2003), Alves (2005), dentre outros autores. Os mais recorrentes são a marginalização das comunidades locais, a especulação imobiliária, o encarecimento do custo de vida que tende a “peneirar” o nível dos turistas e abala o estilo de vida dos moradores locais, a descaracterização das práticas culturais e uma aculturação das mesmas, a implantação de construções em áreas com restrições do meio físico, os desmatamentos, o aumento da quantidade de rejeitos, a artificialização das paisagens e sua descaracterização, e, principalmente, os discrepantes interesses entre os moradores e os investidores. Quanto à divergência entre os interesses dos “locais” e investidores, é explícito e exorbitante as ações publicitárias que, em detrimento das políticas de planejamento e ordenamento territorial,

acontecem com o “aval” público, reforçando as incoerências regionais e/ou locais.

Nesta mistura de conservação e potencialização desenfreada do turismo, em que os moradores do local são jogados para longe, reside uma contradição. De modo geral, as comunidades de regiões em que se encontram áreas em boas condições ambientais são as responsáveis pela conservação do meio onde vivem. Assim, o “paraíso” desejado pelo cidadão urbano buscando um lugar em que possa descansar ou meramente contemplar a natureza foi resultado de práticas culturais de uso do solo entre as comunidades que se fixaram historicamente ali. E, concomitante ao processo de afluência de migrantes

“neorrurais” para estes locais, e ao maior investimento no turismo, os antigos moradores, por vezes, deixam seus espaços e partem em direção às oportunidades econômicas nas cidades médias da região, e mesmo nas metrópoles.

Tais coletividades são frequentemente associadas, pelos moradores urbanos, como atrasadas e utilizadores dos recursos naturais sem se preocupar muito com sua conservação, o que leva a uma imagem associada a barreiras a conservação ambiental. Entre os fatores que levam a isso estão a escolaridade baixa, capacitação de baixo nível, pequena produtividade nas atividades econômicas, serviços públicos precários, capitalização insuficiente, além da restrita circulação por espaços externos a região. Deste forma, acaba ocorrendo um paradoxo, pois com o aumento da valorização da natureza e do rural por uma sociedade dita “pós-moderna”, tais espaços ocupados historicamente por determinados habitantes passaram a serem desejados pelos cidadãos urbanos para turismo. Consequentemente houve o aumento no número de pousadas, condomínios rurais, residências secundárias, entre outras formas de ocupações características destas áreas que nem sempre são “sustentáveis”. Tal termo é utilizado recorrentemente por empreendedores turísticos ou pelo poder público em anúncios publicitários (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; QUINTEIRO, 2008).

A situação fica mais grave devido ao fato de que as pressões vindas das atividades turísticas são mais fortes nas áreas mais remotas da Serra da Mantiqueira, em que há a interação no espaço entre a conservação ambiental e as condições socioeconômicas precárias dos habitantes. Em alguns casos, essas pressões acabam levando a conflitos com as comunidades locais e unidades de conservação. Uma contradição destas áreas é que os próprios administradores públicos preferem incentivar o turismo como atividade mais importante, ao invés de investirem em outras práticas econômicas as quais não anulariam a atividade turística, não se sabe ao certo se isso ocorre por simples desconhecimento ou interesses diversos.

Novas práticas no espaço rural, discurso da “autenticidade” e a necessidade de planejamento no turismo

Da mesma forma que acontecem em outras práticas produtivas, o turismo precisa de recursos para seu desenvolvimento como as paisagens, a sensação de tranquilidade e segurança e as práticas culturais dos moradores do local. Porém, o grande interesse em atrair turistas ajuda a causar cada vez mais impacto no ambiente, o que leva também a prejuízos na paisagem e na vida dos moradores.

A atividade turística deve ser desenvolvida de maneira harmônica de modo a não impactar as relações socioculturais, ambientais, econômicas e espaciais. Sendo assim, é fundamental o aparecimento de ações de planejamento sobre o ordenamento espacial, a ocupação apenas das áreas aptas por suas condições naturais, uma maior valorização das práticas relacionadas à cultura de seus habitantes, uma maior diversidade de práticas econômicas e a formulação de roteiros, eventos e divulgação da região. Mas, é fácil encontrar locais em que a divulgação vem como primeira demanda, sem se importar com a infraestrutura local e isso resulta em malefícios a longo e médio prazo.

Com a intenção de trazer grande número de turistas, diversas localidades da Serra da Mantiqueira deixam de lado seus verdadeiros potenciais e começam a dar espaço a referências de lugares desconexos a sua realidade. Como exemplo há os das “Suíças brasileiras”, climas ditos “europeus” e as construções “alpinas”. Isso demonstra o surgimento de uma falta de “autenticidade”, valor tão almejado por certos turistas, relegando ao local uma carga de “desmerecimento” frente aos outros espaços ditos “sofisticados” (aqui ainda temos o enquadramento do turismo rústico, mas sofisticado na administração das potencialidades como produto).

A ressignificação do espaço rural para algo além-agrícola passa pela nova compreensão da relação “natureza-cultura”, aceitando que o alargamento do conceito de “produção” do campo também colabora para alimentação de indústrias culturais e pontes de ligação entre “universos” distintos, valorizando este caráter simbólico, porém atuante e constantemente sendo convertido em outros capitais (CARNEIRO, 2012). Nesta convergência entre “sofisticado externo” e “autenticidade local”, temos uma supressão de potencialidades regionais pouco trabalhadas, aonde o consolidado como “sofisticado” tende a prevalecer, produzindo uma constante necessidade de “adequação”, logo, o local sempre tende a ficar defasado, forçando certos “exageros” por parte dos investidores do município.

Assim, o rural caracteriza-se como objeto de avaliações múltiplas, produzindo inúmeras características imateriais e subjetivas, desta forma a contemplação opera como “produto” de venda e parte integrante de uma visão de mundo, aonde o patrimônio rural engloba o arquitetônico, os recursos naturais, as expressões, os saberes, as práticas e relações, demonstrando um campo como espaço de criação e proliferação da vida (CARNEIRO, 2012; TEIXEIRA, 2012).

Dentre as possíveis interpretações sobre a “importância” ou a “perversidade” da implantação dos processos turísticos, ambas as colocações são válidas. Os impactos provenientes da entrada e propagação do turismo são vetorizados tanto para positivos como para negativos, porém, o intuito do planejamento é resguardar certos “atores” e/ou recursos naturais existentes na área, prevendo que a possível perversidade do processo destrua o próprio objeto que movimenta a atividade turística.

Considerações finais

Partindo da existência de semelhanças entre os municípios escolhidos neste trabalho, fica expressiva a diferenciação entre a forma como o turismo incidiu nestes espaços, assim, a presença de impactos nestas áreas apresenta características bem diferentes, ressaltando o processo de "artificialização" (partindo do próprio intuito de contemplação do "natural") em Golçalves e a "estagnação" paisagística do meio rural em Marmelópolis (o termo estagnação tem como base a discussão sobre a potencialidade local e a busca pelo "sofisticado"). Ainda dentro da discussão sobre dinamismo econômico da área, podemos pontuar que a fragilidade econômica na condição de produção familiar, graças à existência de muitas áreas íngremes que dificultam a mecanização, não propicia um maior posicionamento de destaque para a renda local, constando como um impacto antes da implantação do turismo. Coerente dizer que o município de Delfim Moreira vislumbrou uma saída desta condição de produção familiar na metade do século XX, porém, o comércio de polpas de frutas não continuou como uma atividade rentável.

Partindo das práticas já existentes no meio rural destes municípios, a necessidade de estruturação de novas práticas produtivas é algo real e possível, tanto na forma de produção sustentável da agricultura, como na figura do turismo (nas vertentes gastronômicas, contemplativas, culturais ou ligadas ao conforto dos hotéis e pousadas como "recantos"). Estes dilemas de ordem econômica, mas, além disso, constituintes de um novo entendimento sobre as dimensões de vivência no campo, devem estar alinhadas com uma compreensão de conservação das potencialidades locais (culturais e ambientais), e ainda trabalhando para

conciliar as expectativas e desejos destes moradores e turistas. Desta forma, fica reconhecida a importância da ideia de planejamento destas múltiplas atividades, não relegando ao turismo um teor supervalorizado, mas respeitando as novas possibilidades advindas desta prática nos novos contextos do rural regional.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.G. *Turismo e os paradoxos no consumo e conservação do meio ambiente*. Ateliê Geográfico, v. 1, n. 2. Goiânia: IESA/UFG, p. 102 - 118, 2007.
- ALVES, H.F.I. *Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)*. Santa Maria: UFSM, 2005. 212 pg.
- CARNEIRO, M. J. *Ruralidades Contemporâneas - Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012. pp. 23-50.
- COSTA, J.P.O. *Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural*. São Paulo: Edusp, 1994. 250 p.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ªed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2001. 169 p.
- GONÇALVES, Y.K. *Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). UNICAMP, Campinas, 2003.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235 p.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A.B. *Turismo - Modernidade - Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. pp. 136 - 154.
- MARAFON, G.J. *Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense*. Campo - Território: Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1. Uberlândia: IG/UFU, p. 17 - 40, 2006.
- MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MENDES JÚNIOR, L.O. (et al). *Relatório Mantiqueira*. São Paulo: Fedapam, 1991. 54 p.
- MOREIRA, R. J. *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo/ Roberto José Moreira (org.); Maria José Carneiro... [et al.]*. - Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PRADO, R.M. *As espécies exóticas somos nós: reflexões a propósito do ecoturismo na Ilha Grande (RJ)*. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 20. Porto Alegre: UFRGS, p. 1 – 18, 2003.

PUJADAS, R.; FONT, J. *Ordenación y planificación territorial*. Madrid: Síntesis, 1999. 399 p.

QUINTEIRO, J.M.C. *Proteção ambiental na gestão de áreas turísticas em unidades de conservação: o caso da região de Visconde de Mauá (RJ, MG)*. 2008. f. 132 pg. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, V.L. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, M. J (org). *Ruralidades Contemporâneas - Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012. pp. 67-100.

WANDERLEY, M. N. B. *A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil*. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba- PR, v. 2, p. 29-37, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. *O Mundo Rural Como um Espaço de Vida. Reflexões Sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade*. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009. v. 1. 328p .

YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo*. São Paulo: ed. Contexto, 2003. 359 p.

GT 2 – CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA

Sessão 1

PENSANDO AGENCIA (GELL) ATRAVÉS DA TATUAGEM

Beatriz Patriota Pereira¹⁵
bia.patriota@hotmail.com

Resumo: A tatuagem é uma arte. Está relacionada à busca de diferenciação e identidade. O corpo é ferramenta, agente e objeto da técnica, uma memória que carrega marcas sociais de um determinado tempo e lugar. A tatuagem configura-se como uma representação externa do eu, mas, ao mesmo tempo, vinculada a coletividades. Proponho, a partir de Gell (em que obras de arte são tratados como pessoas, enfatizando sua agência) pensar o quanto as tatuagens, na sua relação com os seres, dizem sobre as interações humanas, considerando-as ‘desenhos/tatuagens agentes’. Já que o indivíduo que a adquire transfere a ela uma memória, marcando momentos especiais, homenageando pessoas e animais queridos e atraindo sentimentos.

Introdução

Mauss (2003) propõe que arte é aquilo que é socialmente reconhecido como arte. Preocupado com a institucionalização de algo como sendo o que é, com sua inserção na categoria na qual se encontra. Com a absorção de um objeto dentro de um sistema classificatório que pode ou não ser o mesmo do pesquisador. Não devemos partir de nenhuma identificação a priori dos objetos, precisamos recuperar como ele é tomado por aqueles no meio dos quais ele “vive”. Nos ensina que o corpo deve ser pensado a um só tempo enquanto ferramenta, agente e objeto: ele é ao mesmo tempo a ferramenta original com que os humanos moldam o seu mundo e a substância original a partir da qual o mundo humano é moldado. Assim, para ele, toda a expressão corporal é apreendida, tendo em mente a sua preocupação em demonstrar a interdependência entre o que chama de domínio físico, psicossocial e social. O corpo humano nunca pode ser encontrado num suposto “estado natural”, e aborda os modos como o corpo é a matéria-prima que a cultura molda e inscreve de modo a criar diferenças sociais. Ao analisar as modificações corporais, Braz conclui:

¹⁵ Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos.

Os corpos, aqui, mesmo que não os pensemos enquanto socialmente inscritos, em termos abrangentes, estão sujeitos às regras e técnicas criadas dentro do próprio campo. (BRAZ, 54)

Conforme Geertz (2008), o que é arte não é a mesma coisa em lugares distintos. Ora, os meios através dos quais a arte se expressa e o sentimento pela vida que os estimula são inseparáveis. A capacidade de uma pintura de fazer sentido (ou de outras artes), que varia de um povo para outro, bem assim como de um indivíduo para outro, é, como todas as capacidades humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem além dessa própria experiência. A participação no sistema particular da arte só se torna possível através da participação no sistema geral de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro é um setor dos segundo. Uma teoria da arte é uma teoria da cultura, e não um empreendimento autônomo. Aqui, considerarei a body modification como a cultura em que os tatuados e tatuadores fazem parte, mesmo que seja parcialmente ou apenas durante o ato de se tatuar.

Já conforme Lagrou (2007), a fonte de inspiração criadora costuma, no pensamento ameríndio, ser vista como originalmente exterior ao mundo humano ou étnico. O artista seria mais um mediador do que um criador. Importando-se com a relação entre o esquema conceitual de um povo, suas intenções sociais e a materialização desses em artefatos e imagens. Para os Kaxinawa, a arte é incorporada, tal como a memória e o conhecimento.

Gell (1998) vê a necessidade de criar uma nova Antropologia da Arte, que focalize o contexto social de produção, circulação e recepção de arte, e não seja uma avaliação de obras de arte, que é uma função do crítico e não da Antropologia. Os juízos estéticos são apenas atos mentais, enquanto os objetos de arte são produzidos e entram em circulação no mundo físico e social, mantidos por processos sociais de natureza objetiva e ligados a outros processos sociais, como troca, política, religião e parentesco. O objeto da Antropologia são as relações sociais. Só se descobre o que é cultura observando e registrando o comportamento cultural das pessoas em questão em determinado contexto, isto é, como elas se relacionam a outros nas interações sociais. A cultura não tem uma existência independente das suas manifestações nas interações sociais (GELL, 1998).

Falamos de objetos usando signos, mas os objetos de arte não são eles próprios dotados de significados. E se tem significados, então fazem parte da língua, são símbolos gráficos. Gell (1998) enfatiza não a comunicação, e sim a agência, interação, causação,

resultado e transformação. Encara a arte como um sistema de ação cujo fim é mudar o mundo, e não codificar proposições simbólicas a respeito do mundo. A teoria antropológica da arte não precisa fornecer um critério para o status de objeto de arte que seja independente da própria teoria. A definição do objeto de arte é teórica (GELL, 1998).

Assim, a Antropologia da Arte proposta por Gell (1998) seria um estudo teórico das relações sociais na vizinhança dos objetos que atuam como mediadores da agência social, partindo da idéia de que os objetos de arte equivalem a pessoas, ou a agentes sociais. A Antropologia interessa-se pelo contexto imediato das interações sociais e suas dimensões pessoais, levando em conta a base institucional da produção e da circulação de obras de arte. A teoria proposta é a teoria da arte que considera objetos de arte como pessoas, seria a de Mauss (2003) em que as prestações são substituídas por objetos de arte.

A Antropologia tende a focalizar o ato no contexto da vida do agente. O estudo dos relacionamentos no decorrer do curso da vida (as relações através da qual a cultura se adquire e se reproduz) e dos projetos de vida que os agentes buscam realizar através de suas relações com os outros, permite que os antropólogos realizem sua tarefa intelectual, que é a de explicar por que motivo as pessoas se comportam do modo como se comportam. O objetivo é dar sentido no comportamento no contexto das relações sociais. É dar conta da produção e circulações dos objetos de arte como função desse contexto.

Resumindo, a proposta de Gell (1998) é tratar objetos, artefatos ou arte como se fossem ‘pessoas’, enfatizando suas qualidades agentivas. A aproximação dos conceitos de artefato e pessoa deve ser lida em termos maussianos, onde substituiríamos ‘prestações’ por ‘objetos de arte’ (LAGROU, 2007). Interessa ver o que estes objetos e seus usos nos ensinam sobre as interações humanas e a projeção da sua socialidade sobre o mundo envolvente; é na sua relação com seres e corpos humanos que máscaras, ídolos, banquinhos, pinturas, adornos plumários e pulseiras tem de ser compreendidas.

Visto que outros seres, especialmente animais, recebem o status de gente ou sujeitos no pensamento amazônico, a questão sobre o que fazer com artefatos, feito de plantas e animais por humanos, se coloca automaticamente. A questão também pode ser aplicada a imagens produzidas pela agência combinada de plantas, memória, cantos e outras entidades.

Devem estes também ser considerados agentes, isto é, agentes sociais, ou mesmo pessoas, entidades querendo se tornar pessoas, de determinado ponto de vista? O material kaxinawa sugere que este é o caso para alguns artefatos e algumas imagens. (LAGROU, 2007; 55)

Assim, considerando o perspectivismo, ao abordar a questão da relação entre artefato e pessoa a partir do ângulo da etnologia ameríndia, pensar arte equivale a pensar a noção de pessoa e de corpo. Porque objetos, pinturas e corpos são assuntos ligados, no qual a pintura é feita para aderir a corpos e objetos são feitos para completar a ação dos corpos. “A lição metodológica tirada desta constatação é a de que é impossível isolar a forma do sentido e é impossível isolar a ação do sentido. O sentido muda conforme o contexto no qual o objeto se insere” (LAGROU, 2007; 51).

Desenhos existem para nos lembrar de ou sugerir sua existência no mundo, não para exaurir seu ser na sua visibilização pelo desenho pintado ou tecido. (LAGROU, 2007). Nesta sua qualidade de veículo apontado para o estar relacionado reside sua capacidade de agir sobre o mundo: sobre os corpos onde o desenho adere como uma segunda pele e sobre as mentes dos que viajam a mundos imaginários em sonhos e visões.

Em campo, encontrei discursos como:

A tatuagem é uma arte do mesmo jeito. Não tem diferença. A única diferença é que a tatuagem é uma arte difícil, tá ligado? Por exemplo, eu to tatuando numa tela que se meche e sangra, né cara? A aplicação da tinta também é muito mais difícil do que uma tela, ou uma pintura em parede. Sempre tem uma dificuldade a mais. E a responsabilidade. Por exemplo, eu to pintando uma tela, se não deu certo eu joga fora e começo outra. Agora tattoo, é a pele de alguém né cara? Vai ficar pro resto da vida qualquer traço que eu fizer aqui. por mais que tenha tratamentos a laser. Hoje não é muito eficiente, é caro, é dolorido, e não sai 100% da tatuagem. Então a responsabilidade é o principal fator de fazer da tatuagem uma arte mais importante, tá ligado? (Depoimento)

Quando uma pessoa vem e fala: faz uma tatuagem em mim, e faz da sua cabeça, eu confio em você, nesse caso, o artista é o tatuador, não tem como, né cara? Tá nas mãos dele fazer a tatuagem. Agora quando um cara traz um desenho, ou que ele mesmo fez. Tipo, ele traz um desenho da internet e fala: eu quero igual. Sabe? Ai são dois méritos: da pessoa que fez o desenho e do tatuador que tá tatuando, cara. Quando não, quando é se vira ai cara, os méritos ficam por minha conta. Não tem jeito. (Depoimento)

Ah, cara, com certeza as tatuagens dizem alguma coisa. Dizem mais no sentido de marcar a época da nossa vida assim, tá ligado? por exemplo, tem as que eu fiz com nome de ex-namorada, coisa assim e tal, que eu nem apaguei, eu deixo até hoje, tá ligado? que lembra a época da minha vida que eu estava com ela e tal, né? quando eu arranjar outra namorada, eu vou fazer o nome dela de novo, tá ligado? e não vou apagar eles, não, tá ligado? ah, véio, se elas quiserem, vai ter que ser assim, já dou um monte de coisa. se ela quiser eu escrevo o dela, o da atual. mas os das antigas, fica. (Depoimento)

A prática da tatuagem, segundo Pires (2005), no Ocidente tem passado por distintos contextos sociais. Inicialmente, foi introduzida pelos viajantes e pelos marinheiros do século XVIII. Posteriormente, no século XIX e no início do século XX, setores marginais da sociedade apropriaram-se da tatuagem. A passagem por esse tipo de universo social fez com que a tatuagem começasse a ser identificada como marca de marginalidade, atuando em um duplo sentido: como meio e como estigma social. No ano de 1967, tribos urbanas foram apropriando-se desse imaginário, adotando a tatuagem como uma marca corporal.

Nos anos 1970, ela começou a sair da clandestinidade (PIRES, 2005; 75). Conforme Pérez (2006), na década de 80, o estabelecimento de modernas lojas exclusivas marca a profissionalização de seus praticantes, o melhoramento da técnica e as novas formas de conceber o corpo. A tatuagem torna-se uma das opções estéticas procuradas. Já a partir dos anos 90, surgem os estúdios com os instrumentos modernos, com maior qualidade artística e aumento de procedimentos higiênicos. Braz (2006) descreve o processo de “profissionalização” e “medicalização” como, talvez, uma forma de legitimar o campo das práticas de modificação corporal, ao mesmo tempo que traz a hierarquização desse universo. “Da prática marginal e estigmatizante, a tatuagem passa pouco a pouco a ser valorizada e reivindicada como artística” (LE BRETON, 2004; 20), um adereço definitivo que contribui para a afirmação do sentimento de identidade.

Investe-se na subversão dos valores, do status e do lugar social e cultural que têm caracterizado o exercício dessa prática por meio dos seus três componentes básicos: o tipo de usuário (antes restrito a uma população marginal e agora abrangendo todas as classes sociais), o perfil do tatuador (de amador a profissional) e o caráter da tatuagem (de estigma à obra artística). (PÉREZ, 2006; 183)

Segundo Berger (2007), a tatuagem, além da análise dos aspectos sociais é compreendida como: um “ato relacionado essencialmente às necessidades da pessoa: a busca de diferenciação e identidade (Le Breton 2002; Sanders 1998), a procura de sentido íntimo (D’Allondans 2001) ou a manifestação de vontade incontrolável (Almeida 2001)” (PEREZ, 2006; 202).

Ora, o corpo é instrumento do homem. Mais especificamente: “o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo” (MAUSS, 2003; 408). “A utilização do corpo, pela arte, vem assinalando um importante crescimento e uma expressiva diversificação” (PIRES, 2003; 87). Tatuados reportam-se ao uso de técnicas artísticas no corpo. Diferenciando-se pelo caráter aparentemente corporal definitivo que essas

intervenções apresentam, que possibilitam ao indivíduo adquirir novas características.

Não obstante, a tatuagem, hoje, mais do que uma marca estética ou um amuleto protetor, representa um prolongamento da mente. O indivíduo que a adquire transfere para ela a memória de um fato ou de uma situação. “A lembrança, que antes habitava na memória ou em determinados objetos externos ao corpo, agora é incrustada na pele” (PIRES, 2003; 89). Os indivíduos registram no corpo o que já aconteceu; trata-se de um registro histórico, que ajuda a criar a identidade. Numa sociedade na qual o sentido mais estimulado é o da visão, ganha força a atitude de que é necessário explicitar através de imagens as ideias, ideais, crenças e sentimentos. “É como se a identidade do indivíduo, para existir, necessitasse obrigatoriamente estar visível aos outros” (PIRES, 2003; 128).

Conforme Pires (2003), na tatuagem, a relação corpo-objeto é independente da relação tempo-espaço, como entendida nas sociedades ditas primitivas. Não há distinção entre o artista e a obra, entre o sujeito criador e o objeto criado. O sujeito é o objeto e não deixará de ser, independentemente do tempo e do espaço em que se encontre. O evento artístico não se reduz ao tempo da exposição ou da apresentação. O tempo de exposição é o tempo de vida do indivíduo, e o espaço destinado a ela é composto por todos os ambientes por onde ele circula. Não vigora aqui a premissa do pensamento racional, do discurso intelectual. A obra é determinada pelo inconsciente, pelo afeto; é designada como algo fundamental para a formação da identidade do sujeito.

Falei que queria uma tattoo que pegasse o peito todo ai ela fez, eu curti, foi lá e fez. Deixei ela criar. Não escolhi nada, ela que fez. Eu acho legal, eu acho importante deixar, tipo, o tatuador criar também. Essa daqui também, falei que queria uma mulher de chapéu e a pena, ai ela que criou. Foi dela. E ai foi criação dela também. Eu curto isso. Com certeza o artista é só o tatuador, eu sou só tela. Eu sou só tela. Eu acho que é, uma coisa assim por mais que seja em mim, eu levo um pouco quando é um desenho dele, do artista comigo, quando é uma coisa que tem a personalidade dele, entendeu? Tem a minha e tem a dele, porque é lógico que eu não vou tatuar uma coisa que eu não goste em mim, então tem o meu gosto, mas tem muito mais da personalidade do tatuador, entendeu? por isso que eu não tatuo em tatuadores que não tem personalidade, porque eu gosto que vem um pouco da personalidade dele pra mim, entendeu? Sinceramente, pra mim, um tatuador sem personalidade é um tatuador que não tenha tatuagens, porque é a mesma coisa que você ir na casa de um pintor que não tem quadro nenhum pendurado na parede ou de um escritor e ele não tem livros na estante, pra mim é a mesma coisa. Entendeu? É arte. Se você gosta, se você aprecia a arte que você faz, você vai ter a arte que você faz, entendeu? Impossível você não ter. (Depoimento)

O corpo pode e deve, segundo Berger (2007), ser pensado como uma memória,

carregando as marcas sociais de um determinado tempo e lugar. “A tatuagem configura-se como 'uma representação externa do eu. A subjetividade e interioridade do sujeito deve ser expressada pelo desenho na pele, ou ao menos, deve haver um mínimo de sintonia entre estas duas dimensões” (Leitão, 2004; 8 apud BERGER, 2006; 18). É nas situações de fronteira que a identidade é mais operante e os traços distintivos são reafirmados e, portanto marcados.

Berger (2006) entende o corpo não apenas como um produto da cultura, mas também como um dos lócus privilegiado de reflexão e produção da própria cultura, como uma verdadeira linguagem, com sintaxes altamente complexas. Para deciframos esta linguagem, é preciso entendermos os símbolos, os mitos e as memórias individuais que são traçadas no corpo. “A tatuagem configura-se como um indicador, uma marca social, que revela pertencimento e/ou adesão a certos valores e ideologias. O corpo passa a ser a tela onde se pintam e se expressam concepções da vida e do mundo” (BERGER, 2006; 7)

É preciso destacar também que a tatuagem é muito utilizada para marcar momentos especiais do ciclo de vida do indivíduo, como mudanças de faixa etária, ingresso na faculdade e curiosamente, momentos de separação conjugal. Neste último caso, a tatuagem pode ser vista como um mecanismo de renascimento da mulher, como um símbolo de liberdade, de marcar o ingresso em uma fase da vida. É ao mesmo tempo, uma transmutação e uma cartase (BERGER, 2007).

Algumas tatuagens também são formas de homenagear pessoas e/ou animais queridos, de gravar na pele para sempre imagens que as lembrem. Embora hoje em dia já seja mais fácil retirar uma tatuagem com laser, estas ainda vinculam-se à fixação de uma memória imutável, de um modo de congelar um instante, de burlar o efêmero através de algo que não se apaga. São comuns tatuagens homenageando pais e mães, bem como declarações de amor a parceiros afetivos e filhos. Uma vez inscritas na pele, elas proclamam a importância de tais pessoas em sua vida. Grava-se e carrega-se nela o que está gravado em sentimentos e em pensamentos. Simbolicamente, a tatuagem unifica o corpo, o sentimento representado e a pessoa que a porta na intimidade da pele. (BERGER, 2007)

Através das tatuagens, também se procura 'atrair' sentimentos como amor, arte, encontro, esperança, é como se estas fossem uma forma de pedir, através do próprio corpo, a realização de desejos íntimos. Um ponto comum é que uma vez realizadas as tatuagens, seu possuidor é tomado por sensações identitárias, afirmadas pela memória da pele. Ora,

A tatuagem nada mais é que um desenho, uma pintura. O que a diferencia dessas duas formas de representação, que em menor ou maior quantidade já foram executadas e/ou vistas por todos nós, é o suporte em que ela é

executada e a técnica utilizada para sua aplicação. Sabemos que todas as atividades artísticas, assim como os sonhos, deixam transparecer elementos que se encontram no inconsciente. A propriedade de deixar visível, de tornar material e, mais do que isso, de tornar parte do próprio corpo físico uma atribuição mental, reforça o caráter onírico inerente à tatuagem. (PIRES, 2003; 76)

Enquanto objeto de arte, a tatuagem pode ser compreendida como um agente. Os signos e significados que são construídos em seus desenhos podem nos dizer sobre as interações humanas, já que são construídos nestas relações. A construção e materialização do desenho é também a construção e materialização de uma memória ou um sentimento, focalizando e contextualizando a vida do agente, conforme proposto por Gell (1998).

Referências Bibliográficas

BERGER, Mirela. *Tatuagem: a memória na pele*. Espírito Santo, 2007.

BRAZ, Camilo Albuquerque. *Além da Pele: um olhar antropológico sobre a body modification em São Paulo*. Campinas: Dissertação de

e mestrado, Unicamp, 2006.

GELL, Alfred. *Art and Agency: towards a new anthropological theory*. Oxford, Clarendon Press, 1998.

GEERTZ, Clifford. A arte como um sistema cultural. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

LAGROU, Els. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agencia em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2007.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Sinais de Identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Mosóti, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PÉREZ, Andrea Lissett. *A identidade à flor da pele. Etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Mana, vol.12, 2006.

PIRES, Beatriz Ferreira. *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, esscarificação, tatuagem*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS NA COPA LIBERTADORES

Diogo Corrêa Meyer ¹⁶
diogo.correa92@yahoo.com.br
Financiamento: PIBIC/CNPq

Resumo: Busca-se com esta pesquisa compreender o fenômeno da formação de identidades regionais e o surgimento de visões sobre o Outro através do futebol. Para isso, o foco serão alguns confrontos entre brasileiros e argentinos e, num contexto interno, gaúchos e paulistanos na Copa Libertadores da América, principal torneio interclubes da América Latina. As equipes que participam desta competição auxiliam na constituição imaginada de identidades e comunidades e levam consigo uma representação, ora nacional (de um todo), ora regional (de uma parte). Os jornais exercem um papel essencial na produção e reprodução das imagens do Eu e do Outro, reforçando a identidade interna através das narrativas dos jogos. O elemento central analisado será a importância do futebol e dos meios de comunicação impressos que farão a cobertura deste esporte na construção de identidades regionais tomando como base um torneio internacional de clubes.

Palavras-chave: futebol; identidade; meios de comunicação; fronteiras; nacionalismo.

Introdução

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar um panorama histórico de como os jornais paulistanos e porto-alegrenses montaram uma visão de alteridade a partir de imagens, depoimentos, crônicas e notícias presentes nestes meios de comunicação. Foram utilizados nesta pesquisa quatro jornais periódicos, a saber: *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, em São Paulo; e *Correio do Povo* e *Zero Hora*, em Porto Alegre¹⁷. A escolha de tais jornais foi baseada no levantamento feito pela ANJ – Associação Nacional de Jornais – dos meios de comunicação impressos nacionais de maior circulação paga por ano. Esta pesquisa é promovida anualmente pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) desde 2002¹⁸. Ao observar estes dados, nota-se que os jornais são aqueles de maior circulação paga em seus respectivos Estados – com a exceção do *Correio do Povo*, que apresentou um declínio no início da década em comparação ao seu maior concorrente regional, deixando de ser o jornal com maior circulação no Estado¹⁹. Tomando como princípio esta construção do “Outro”

¹⁶ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo e bolsista PIBIC/CNPq.

¹⁷ Além da utilização do jornal *Última Hora* em 1963, pelo fato do jornal *Zero Hora* ter surgido somente em 1964.

¹⁸ As tabelas com podem ser visualizadas neste link: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

¹⁹ É importante ressaltar que, segundo o levantamento, os dois jornais com maior circulação no Rio Grande do Sul são, atualmente, *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. A escolha pelo *Correio do Povo* é justificada por este ser de uma editora jornalística (no levantamento, Empresa Jornalística Caldas Júnior, atualmente pertencente à Rede Record) diferente das outras duas, que são da mesma companhia (no levantamento, Zero Hora Editora Jornalística S/A, atualmente pertencente ao Grupo RBS, filial da Rede Globo). Além disso, a queda do *Correio*

através da interpretação dos textos apresentados, foi possível observar também a criação de uma imagem do próprio “Nós” através da análise comparativa entre os jornais do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Quando iniciado este projeto, utilizamos em muitas das referências bibliográficas textos que analisam o fenômeno da rivalidade entre Brasil e Argentina. Muitos dos escritores afirmaram que tal ocorrência é recente, oriunda especialmente a partir dos anos 1990 com a criação de periódicos especializados, como o argentino *Olé* e brasileiro *Lance!*

(HELAL: 2011a). Nossa proposta a ser enunciada está longe de ser uma réplica aos argumentos de Ronaldo Helal, por exemplo. Trata-se de propor outra perspectiva de análise do problema, isto é, visamos analisar como, com o passar dos anos, a relação entre brasileiros e argentinos e, num sentido mais regional, entre gaúchos e paulistas, se deu através de confrontos específicos na Taça Libertadores da América.

Com relação às datas analisadas, selecionamos um total de 12 jogos a partir da visão dos quatro jornais brasileiros já citados anteriormente. As pelepas são (com os nomes em negrito representam os vencedores do confronto): **Santos** VS Boca Juniors (final 1963); **Estudiantes** VS Palmeiras (final 1968); **Independiente** VS São Paulo (final 1974);

Grêmio VS Estudiantes (semifinal 1983); **Independiente** VS Grêmio (final 1984); **São Paulo** VS Newell’s Old Boys (final 1992); **Vélez Sarsfield** VS São Paulo (final 1994);

Boca Juniors VS Palmeiras (final 2000); **Boca Juniors** VS Santos (final 2003); **Boca Juniors** VS Grêmio (final 2007)²⁰; **Corinthians** VS Boca Juniors (final 2012); e

Internacional VS São Paulo (final 2006). A maioria dos duelos consistiu em partidas de ida e volta; entretanto também houve casos em que foi necessário um terceiro jogo ou em que foi escolhido (como as finais de 1968 e 1974) e uma ocorrência em que foi analisado somente um jogo (a semifinal de 1983).

Procuramos encontrar a partir dos discursos enunciados nos meios de comunicação impressos a construção de tradições imaginadas que recebem um grande respaldo “científico” de jornalistas e comentaristas. Em suma, buscamos explicitar como os brasileiros identificam os argentinos (e, num panorama regional, como os paulistas identificam os gaúchos, e vice-versa) a partir destes estereótipos característicos do futebol, e não necessariamente buscar em uma análise cronológica a partir de quando se iniciou tal rivalidade. Vale ressaltar também

do Povo frente ao *Diário Gaúcho* deu-se somente no ano de 2010.

²⁰ Vale ressaltar que analisamos também neste período um caso específico apresentado de forma totalmente inesperada em nossa pesquisa: uma acusação dos meios de comunicação gaúchos a um radialista paulista que, um dia antes da partida de volta da semifinal da Copa Libertadores entre Santos e Grêmio na Vila Belmiro, ofendeu publicamente os gaúchos, chamando-os de “bandidos” e “bichonas” (Em *Correio do Povo*, 06/06/2007).

que escolhemos abordar somente alguns jogos entre os previamente selecionados a fim de elaborar uma análise mais precisa nos principais acontecimentos desta relação entre ora brasileiros e argentinos, ora paulistas e gaúchos. Isso não significa que as outras decisões tenham sido excluídas da nossa discussão; entretantes, por estas não conterem acontecimentos tão marcantes quanto em outras, optamos por apropriá-las numa interpretação histórica dos confrontos.

“Nós e Eles”: Considerações sobre a formação da imagem do futebol argentino

O encontro de brasileiros e argentinos é sempre um momento especial no futebol mundial. A rivalidade é muito grande e qualquer vantagem de um sobre o outro é motivo de grande comemoração. É o que acontece na Taça Libertadores da América.²¹

O Grêmio esteve com a vitória nas mãos, no “caldeirão” de La Plata, ontem à noite. Mas depois de tirar uma vantagem no marcador de 3 x 1, diante de um Estudantes com apenas sete jogadores em campo (argentinos tiveram quatro expulsos), o time gaúcho acabou cedendo o empate em 3 x 3 (...) Foi um jogo dramático, nervoso, com muita confusão e agressões de parte dos argentinos, que mais uma vez, em batalha decisiva, impuseram seu estilo.²²

Quando nos referimos ao futebol, a rivalidade entre Brasil e Argentina é, sem dúvida, uma das mais intensas e mais lembradas de todas neste esporte. Pelo menos alguma vez na vida nós, brasileiros, já ouvimos frases como “ganhar é bom, mas ganhar da Argentina é muito melhor”²³, ou então piadas ou comentários (diversas vezes preconceituosos) contra os famigerados “hermanos” em propagandas, em programas televisivos, entre outras formas de comunicação²⁴. O que muitas vezes é visto como uma “brincadeira saudável” por parte de alguns é, na verdade, a fundamentação de um “tipo ideal” de um Outro argentino; e nesta relação de alteridade são fundados padrões de comportamento que estarão associados ao vizinho no imaginário do brasileiro. Como veremos, alguns intelectuais buscaram compreender o surgimento e a consolidação desta relação entre os dois países a partir do

²¹ Em *Estado de São Paulo*, 22/08/1994.

²² Em *Zero Hora*, 10/08/1983.

²³ Uma das célebres frases atribuídas ao comentarista televisivo Galvão Bueno.

²⁴ Um exemplo recente são as piadas referentes ao novo Papa Francisco I, que é argentino. Do lado brasileiro, podemos destacar a repercussão da fala da presidenta Dilma Rousseff sobre tal escolha: “o papa é argentino, mas Deus é brasileiro.”. Os argentinos responderam com um grupo de comediantes fazendo uma música debochando dos brasileiros, que num trecho da “Cumbia papal” (nome da música) diz: “Brasileiro, brasileiro, que amargado se te ve, Messi, Maradona y Pancho, son más grandes que Pele (...) la misa no es con caipirinha, comulgamos con fernet.”. Os sites com tais notícias estão disponíveis em, respectivamente:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130320_dilmapapa_deusbrasileiro_mm_dt.shtml e <http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/tecnologia/2013/03/20/noticiastecnologia,3025714/afp-parodia-argentina-sobre-o-papa-debocha-dos-brasileiros.shtml>

confronto direto entre as seleções nacionais e a repercussão destas partidas nos meios de comunicação impressos de ambos os países.

Dessa forma, podemos acreditar que o sociólogo Ronaldo Helal (HELAL, 2011b), ao aproximar-se de uma afirmação em que o “olhar-sobre-o-Outro-argentino” é uma “tradição inventada”, identifica-se mais pela consolidação de tais termos no imaginário dos jornais brasileiros. Outro ponto em que podemos aproximar Helal de nossa discussão é quando nos referimos à inexistência de uma identidade própria do argentino. Em outras palavras, quando ele recorda que o estilo de jogo portenho apresenta (segundo os jornais brasileiros) ora características típicas de uma escola “sul-americana” (com muitos dribles, jogadas individuais, em suma, *jogo bonito*), ora semelhanças com a escola “europeia” de futebol (focado na disciplina tática, mais defensivo, em suma, *futebol-força*); podemos associar isso também à forma como os jornais se referem ao comportamento das torcidas e das agremiações argentinas, sempre os classificando ora como, respectivamente, “violentas” e “catimbeiras”, ora como “fanáticas” e “talentosas”²⁵.

Esta indefinição vai de encontro também com a questão da crise da “modernidade” no futebol argentino, apresentada pelo sociólogo Pablo Alabarces em seu livro *Fútbol y Patria*. Quando o Estudantes de La Plata sagra-se tricampeão consecutivo da Taça Libertadores da América (1968, 1969, 1970) com o “moderno” projeto – muito associado também ao momento de transição política da Argentina peronista para uma ditadura – da prática de um futebol menos técnico e individual, para um futebol mais tático, mais disciplinado, mais físico (e entendemos “físico” também como mais “violento”, mais “desleal”), ou simplesmente o *anti-fútbol*, esta mesma equipe representará a idealização da imagem do argentino. Tal classificação repercutirá nos relatos recolhidos das decisões de 1974 e 1983 (São Paulo x Independiente e Grêmio x Estudantes, respectivamente), onde é possível notar a presença de: violência por parte dos jogadores e da torcida; jogo “feio”, com muito mais valorização de algo que se aproxima mais do ensinamento latino *mens sana in corpore sano* (que será incorporado inicialmente pelo Grêmio e depois pelo futebol gaúcho, como veremos no próximo subtítulo) do que do *fútbol criollo* em si (que, por sua vez, aproxima-se demais do *jogo bonito* brasileiro). Ou segundo Alabarces:

²⁵ Com relação ao fanatismo dos torcedores, vale destacar uma passagem de um jornal paulista do ano de 1968, no confronto entre Estudantes e Palmeiras: “A torcida do Estudantes é de causar inveja à corintiana. A tarde já começaram a desfilar pela cidade com bandeiras do clube (...). Além de gritar, os torcedores (...) cantavam (...). Quando o Palmeiras entrou em campo houve muito mais aplausos do que vaias. Na vez do time da casa, o estádio quase caiu.” Ou seja, dos termos utilizados para a classificação dos argentinos, o mais antigo é o fanatismo de seus torcedores. Em *O Estado de São Paulo*, 03/05/1968.

La alianza es clara: *novedad* – juventud, fortaleza, disciplina, dinamismo, vigor, entereza espiritual y física – más *humildad* (...). Los *valores* de Estudiantes son los mismos que la dictadura en el poder reclama a todos los ciudadanos argentinos: el gobierno militar del dictador Onganía es una alianza entre sectores conservadores y ultracatólicos (...). La Copa

Libertadores de 1968, finalmente ganada por Estudiantes, aparece un nuevo epíteto, en este caso peyorativo: *anti-fútbol*. La procedencia es clara: la tendencia a hacer de los partidos por las Copas verdaderas batallas campales, con heridos y expulsados como saldo (...) sumado al estilo áspero y luchador de Estudiantes. (ALABARCES, 2008, p. 97)

Em suma, o futebol argentino apropria-se nas décadas seguintes do modelo “moderno”, “nacional” e “vitorioso” da equipe de La Plata, o que fomentará material “científico” aos jornalistas brasileiros que afirmam o comportamento “natural” do argentino de ser “catimbeiro”, “violento”, “pouco técnico”, “retranqueiro”, como vimos nos termos lembrados anteriormente. Apoiados em exemplos históricos, como a famigerada “Batalha de La Plata” de 1983, os meios de comunicação nacionais “inventam a tradição” (HOBSBAWN; RANGER: 2008) de que todo e qualquer jogo contra argentino será feio, tenso, violento, duro, entre outras características geralmente associadas a comportamentos hostis. Em contrapartida, estas não são ocorrências unânimes, havendo em alguns jogos o reconhecimento e a superioridade do desempenho da equipe argentina, ou então a admiração da forma de torcer (que transforma o estádio em um “caldeirão”); no entanto, na maioria das vezes é possível identificar termos pejorativos aos argentinos antes dos dias de jogos, o que indica um “pré-conceito” do comportamento deste Outro.

Em outra perspectiva, os argentinos são também “estrangeiros”, segundo critério do sociólogo alemão Georg Simmel. Com efeito, eles são “estrangeiros” uma vez que não possui vínculos sociais propriamente com os brasileiros, mantendo-se numa relação constante de proximidade e distância; logo, o argentino não possui um “solo”, uma classificação fixa (tomando como ponto de partida o território brasileiro), mas sempre características flexíveis que, dependendo do momento, o aproximam ou o distanciam do brasileiro. Segundo Simmel:

O estrangeiro é visto e sentido (...) de um lado, como alguém absolutamente móvel. Como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto (...) não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação os estabelecidos parentais, locais e profissionais. (SIMMEL, 2005, p. 267)

Podemos ter como exemplos de distanciamento aqueles eventos relacionados aos acontecimentos dos jogos de 1974 e 1983, onde houve uma grande tensão de ambas as partes, com menções à “barbárie” (como em 1974) e a “violência” (como em 1983). Mas temos

também exemplos de aproximação com o Outro, como a admiração pela “bravura” demonstrada pelo Estudantes de La Plata em 1983 nos jornais gaúchos e admiração constante do apoio dos torcedores argentinos às suas equipes. Tais características serão marcantes nos discursos de técnicos gaúchos para montarem suas equipes, como o caso de Felipão, treinador do Palmeiras em 2000 que cobrava de sua equipe:

Jogar com o espírito e a garra do futebol argentino (...). “Na hora da partida, eles devem apresentar a tradição do futebol argentino que todo mundo conhece”, prevê Scolari. “Se tivermos a mesma força, aliada à nossa técnica, teremos chances de conquistar o título.” (...). Scolari quer também o Palmeiras com um futebol sem “firulas”.²⁶

E, como veremos no capítulo seguinte, ao destacarmos a relação existente entre o Rio Grande do Sul com estes países fronteiriços, haverá uma aproximação do conceito de “comunhão de destino” descrito por Otto Bauer quando este se refere à fundação de uma possível “comunidade cultural” (BAUER: 2005). O depoimento do antropólogo Ruben Oliven pode nos indicar o interesse rio-grandense nesta associação com os países vizinhos:

Do mesmo modo, o renascimento do interesse pelas coisas do Rio Grande do Sul pode ser visto como a afirmação de uma identidade regional não mais em termos de um separacionismo, como na tradição farroupilha, mas enquanto expressão de distinção cultural em um país em que os meios de comunicação de massa tendem a homogeneizar a sociedade culturalmente a partir de padrões muitas vezes oriundos da zona sul do Rio de Janeiro. (OLIVEN, 1986: p. 91)

“Nós e... Nós?”: Perspectivas regionais em um torneio internacional

Time macho esse. Macho à gaúcha. Macho de fazer argentino morrer de inveja. Macho como honra a tradição do Rio Grande. Macho!²⁷

Eles que se separem do Brasil. Vão virar Argentina, virar o que quiserem. Eles dizem que o Sul é o meu país. Pois vão ser outro país. Vão virar o país das bichonas. Não servem para ser brasileiros, são bandidos, não são gente.²⁸

Este subtítulo se iniciará com uma breve apresentação sobre a especificidade do futebol gaúcho em relação ao futebol brasileiro numa forma geral. A produção da cultura de uma região “periférica” apresenta uma produção muito mais intensa do que as regiões “centrais”, com o intuito de “blindar” tradições específicas, através da fundação de instituições culturais (como os CTG – Centro de Tradições Gaúchas – e o MTG – Movimento Tradicional Gaúcho), festivais populares que remetem ao folclore, preservação da cultura

²⁶ Em *O Estado de São Paulo*, 17/06/2000.

²⁷ Em *Correio do Povo*, 17/08/2006.

²⁸ Em *Zero Hora*, 07/06/2007.

através de leis²⁹, o próprio futebol e, em ocasiões extremas, a criação de grupos separatistas³⁰. Características tais que dão respaldo à teoria de que o Rio Grande do Sul – e suas equipes de futebol – seja uma típica “comunidade imaginada”, devido à larga produção cultural efetuada por intelectuais e consumida (e sustentada) principalmente pela classe média desta região (ANDERSON: 2008). Para reforçar esta afirmação, é importante citarmos o antropólogo Ruben Oliven, que afirma sobre o consumo destas “coisas gaúchas”:

A proliferação de “coisas gaúchas” coloca algumas questões: a existência de um mercado urbano de bens simbólicos gaúchos, a definição do que é cultura gaúcha, e a apropriação desta última e sua transformação em traço de identidade social. (OLIVEN, 1986, p. 81)

Para isso, utilizamos como base acontecimentos futebolísticos que são relevantes para a percepção desta relação de alteridade entre gaúchos e paulistas, como os confrontos entre São Paulo e Internacional pela final da Copa Libertadores de 2006 e um jogo válido pela semifinal da edição de 2007 deste mesmo torneio entre Santos e Grêmio. Nestes, pudemos identificar a intensa produção e reprodução imaginada de aspectos relacionados ao outro graças à interpretação das narrativas dos jogos presentes nos meios de comunicação impressos tanto de São Paulo, quanto do Rio Grande do Sul.

Existem, portanto, elementos que auxiliam na compreensão da “invenção de tradições” gaúchas, levando em consideração principalmente o futebol. As várias perspectivas sobre o Outro numa esfera regional também pode ser efetuada; e notamos que há um grande interesse dos rio-grandenses na “blindagem” desta sua cultura “periférica” e a luta para impedir que esta seja “contaminada” pelo “centro”, ao mesmo tempo em que este mesmo “centro” – ou seja, o resto do Brasil – reconheça esta escolha pela diferenciação. Para tais

²⁹ As leis que podemos citar aqui são àquelas que “Oficializam como traje de honra e de uso facultativo em solenidades públicas, para ambos os sexos, a indumentária denominada “PILCHA GAÚCHA”. Este trecho faz parte do Projeto de Lei 806/2007 que está tramitando na Câmara dos Deputados, a fim de que os deputados possam trajar tal uniforme que consiste para os homens em: “botas, bombacha, guaiaca, com ou sem faixa, camisa, colete, casaco ou jaqueta, e lenço”. E para as mulheres: “saia e blusa ou saia e casaquinho ou vestido comprido, saia de armação, bombachinha, meias e sapatos.” (PL 806/2007). Já há uma lei estadual que oficializa tal traje no Rio Grande do Sul, sendo que a legítima “Pilcha” é considerada “somente aquela que, com autenticidade, reproduza com elegância, a sobriedade da nossa indumentária histórica, conforme os ditames e as diretrizes traçadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho.”. Trata-se da Lei Estadual nº 8.813/1989 da ALRS. Os textos originais da PL 806/2007 e da Lei 8813/1989 estão disponíveis nos respectivos *links*: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A238CCB91BE9F43F0273CE790EB3E897.node1?codteor=454156&filename=Tramitacao-PL+806/2007 e http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=19552&hTexto=&Hid_IDNorma=19552

³⁰ Outra característica que podemos sublinhar é a recriação da própria imagem do “gaúcho” que, como sintetizará o historiador Carlos Guazzelli, “De um significado inicial, em fins do século XVIII, de fora-da-lei e pária social, “gaúcho” passou a identificar os peões das estâncias e, mais tarde, mercê de um longo processo no qual foram fundamentais os intelectuais, praticamente todos os rio-grandenses passaram a ser identificados como “gaúchos”. E essa identidade de “nós gaúchos” é posta em contradição a “eles”, que não são “gaúchos” [os brasileiros].” (GUAZZELLI: 2000).

“tradicionalistas”, é fundamental manter-se distante das mudanças culturais ocorrentes no país. “Por isto”, afirmará Ruben Oliven,

um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que pairaria sobre a integridade da cultura gaúcha. Os tradicionalistas construíram a figura de um gaúcho, frequentemente retirado do tempo e do espaço, a quem passam a “defender” e considerar como sendo o legítimo representante dos valores do Rio Grande do Sul. A construção social da identidade deste gaúcho cristalizado é feita a partir do passado, não sendo passível de grandes modificações. (OLIVEN, 1986, p. 82)

Ou seja, a construção desta alteridade é oriunda de um grupo composto por intelectuais e uma classe média que, ao mesmo tempo em que fabrica este produto, também o consome. Para participar de tal “comunidade imaginada” requer-se um mínimo de “capital cultural” (BOURDIEU: 2011) que somente os indivíduos de determinada classe são capazes de possuir³¹. Vale lembrar: a comunidade é imaginada, mas jamais imaginária, ou seja, existem traços culturais que possibilitam a existência dela. Por exemplo: o Movimento Tradicionalista Gaúcho e os Centros Tradicionalistas Gaúchos. A fundação do MTG e, logo depois, dos CTG, auxiliam na construção do imaginário do gaúcho como sendo o “tipo ideal” do rio-grandense. A socióloga Caroline Luvizotto afirmará que tais instituições permitem que os gaúchos se reconheçam como um grupo social distinto dos “Outros”, que seriam os brasileiros:

A ideia de pertencimento nacional se esvai em fragmentos soltos, não assumindo proporções significativas na relação com o povo brasileiro e com a ideia do Brasil-Nação. Já a identificação com o estado do Rio Grande do Sul, com o ser gaúcho, assume proporções consideráveis, encontradas em todas as gerações. Trata-se de representações herdadas historicamente e mantidas como um elemento demarcador na relação com o restante do País. (LUVIZOTTO, 2009, p. 85)

Ideia de distinção que está intrinsecamente relacionada com os discursos produzidos pelos meios de comunicação impressos sobre o “Outro” brasileiro nos jogos selecionados envolvendo clubes paulistas e rio-grandenses. Dentre as possibilidades apresentadas, uma que merece destaque é a ideia do *bairrismo*. O colunista do jornal gaúcho *Zero Hora*, Wianey Carlet, escreverá sobre como uma resposta à repercussão dos termos que o radialista Pedro Ernesto Denardin (da Rádio Gaúcha, uma das mais populares do Rio Grande do Sul) proferiu na transmissão do primeiro jogo da final, que terminou na vitória do Internacional de Porto

³¹ “A novidade é constituída pelos jovens das cidades, em boa parte de classe média, que faz pouco tomam chimarrão, vestem bombachas e curtem música gaúcha, hábitos que perderam o estigma de grossura (...). Como o Censo de 1980 mostra que 68% da população do Rio Grande do Sul vive em situação urbana, este mercado está concentrado em cidades.” (OLIVEN, 1985, p. 81)

Alegre sobre o São Paulo no estádio do Morumbi, termos estes com forte referência ao *bairrismo*³². Segundo Carlet:

Somos todos bairristas, em igual intensidade (...). Lá [em São Paulo] como aqui, somos muito parecidos. Embora, bairrismo seja marca na paleta de gaúcho. Quem mandou o Rio Grande do Sul amarrar cavalos em obelisco alheio e enfrentar o restante do país, por 10 anos, a rebençãos e golpes de pelego?³³

O texto utiliza-se de termos “nativos”³⁴ para justificar que o gaúcho é diferente dos outros brasileiros justamente por este *bairrismo* mais concentrado. Podemos relacionar esta afirmação de Carlet com a “cultura de resistência” típica do Rio Grande do Sul como uma tentativa de “blindar” esta produção cultural “periférica”. Nasce daí, como veremos em breve, uma “comunidade imaginada” através da fundação de um “vernáculo” típico, da “invenção de tradições” por intelectuais e, finalmente, devido à propagação deste “tradicionalismo” graças aos meios de comunicação.

Bairrismo este que adquire proporções transnacionais também a partir dos discursos salientados pelos jornais gaúchos em 2007, ano em que os dois clubes da capital, Grêmio e Internacional, estavam disputando as fases finais da Copa Libertadores e da Recopa Sul-Americana, respectivamente. Ou seja, a capital do Rio Grande do Sul era vista como “A Porto Alegre do futebol”, título desta edição especial sobre o futebol gaúcho:

Quem for buscar as origens do estilo e da força que (...) continuam empurrando os grandes times gaúchos para as vitórias e os títulos vai chegar a pelo menos duas vertentes. Uma delas foi citada pelo técnico Mano Menezes, finalista da Libertadores (...): a vizinhança com argentinos e uruguaios. Foi ela que moldou o estilo, juntando a técnica do futebol do continente com a força e a competição platina. A segunda (...) é lembrada a todo momento (...): a irresistível rivalidade. É ela que sempre move a Dupla porque o torcedor não perdoa ficar para trás.³⁵

³² O discurso do radialista foi: “O Inter liquida o São Paulo. O Inter rasga a camisa do São Paulo e pisa em cima dela! O Inter humilha o campeão do mundo! O campeão do mundo destruído pelo futebol do Internacional! Um campeão do mundo que começa a morrer definitivamente nas cores vermelha e branca do time colorado, da gauchada de vermelho! O gol de Sóbis, o menino de Erechim: cara de gaúcho, pinta de gaúcho, roupa de gaúcho, parece gaúcho e o Inter é gaúcho!”. Nele, podemos comprovar o que um jogador do Internacional dirá dias após este jogo em uma entrevista, um sentimento de insatisfação e desapontamento: “A mídia paulista não está nem aí com a gente”. Em *Zero Hora*, 13/08/2006. O discurso representa uma tentativa do futebol do “periférico” Rio Grande do Sul superar o futebol do “centro”, do “campeão do mundo” (destacado diversas vezes pelo radialista a fim de mostrar a grandeza do futebol rio-grandense) São Paulo, símbolo (naquele momento) do “centro” Brasil.

A narração está disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?v=EF425fEvAoI>

³³ Em *Zero Hora*, 16/08/2006.

³⁴ Ocorreu o seguinte evento neste episódio citado por Wianey Carlet: Durante a Revolução de 1930, os cavalarianos do Rio Grande do Sul amarraram seus cavalos no obelisco do Rio de Janeiro, simbolizando o fim do Estado Oligárquico. E tal ocorrência remete a outro episódio histórico: em 1820, os caudilhos artiguistas Francisco Ramirez e Estanislao López fizeram o mesmo no obelisco de Buenos Aires após uma vitória sobre os portenhos.

³⁵ Em *Zero Hora*, 09/06/2007.

É evidente a aproximação do gaúcho com os “estrangeiros” Uruguai e Argentina; tal depoimento nos recorda também da fala do geógrafo Gilmar Mascarenhas sobre o “difusionismo” do futebol por vias platinas (MASCARENHAS, 2000). Foi desta aliança que o futebol rio-grandense montou seu estilo de jogo, adquirindo “a força e a competição platina”, o que podemos traduzir em termos como “raça” e “garra”. E essa “aproximação gaúcha” é muito mais constante e intensa do que a “aproximação paulista” sobre este “estrangeiro” argentino. Os olhares sobre o Outro são diferentes, o que proporciona relações sociais mais ou menos “próximas”. E a segunda vertente é ainda mais interessante: ou seja, a rivalidade entre duas equipes tradicionais do Rio Grande do Sul e do Brasil (a saber, Grêmio e Internacional) faz o futebol gaúcho crescer e se intensificar cada vez mais, tomando o lugar de protagonista no cenário nacional e que corresponde, acima de tudo, a luta quase messiânica do gaúcho pela compreensibilidade do resto do Brasil.

O gaúcho, por outro lado, faz questão de mostrar seu “distanciamento periférico” com o “centro”, com o país, e não esconde isso em suas formações culturais e até mesmo ludopédicas. Em outra edição especial dedicada às glórias adquiridas pela dupla porto-alegrense, encontramos outro depoimento interessante no texto “Futebol é coisa nossa”:

O futebol é um dos aspectos pelos quais os gaúchos manifestam uma certa rabugice em se assumir brasileiros (...) o gaúcho faz questão de marcar diferença entre ele e os demais reforçando a ideia do “jeito gaúcho” de jogar. A saber: força, marcação, chutão pra frente se necessário e vitória pragmática nem que seja por meio a zero – uma certa identidade que o gaúcho vai buscar nos seus vizinhos argentinos.³⁶

Logo, o problema inicial que o Rio Grande do Sul aparentava apresentar era sintetizado por estar “longe demais das capitais”³⁷. Entrementes, também há um interesse para que permaneça este distanciamento e a diferenciação com o restante do país. Relação esta que pode atingir traços até de antagonismo, como vimos no futebol: enquanto o Rio Grande do Sul orgulha-se de apresentar um estilo de jogo muito mais próximo do *anti-futebol*, os brasileiros admiram um futebol *jogo bonito*, com mais ataque e individualidade (futebol “firula”, termo pejorativo utilizado pelo treinador gaúcho Felipão enquanto este treinava o Palmeiras em 2000) e menos defesa e coletividade (futebol “pegada”, para lembrarmos o atacante e capitão do time do Internacional, Fernandão, em 2006). A relação entre gaúcho e brasileiro trata-se de uma intensa “inclusão e exclusão” de valores, e com isso é produzida e reproduzida a imagem de ambos – tanto do brasileiro, quanto do gaúcho –, conforme Luvizotto nos lembra:

³⁶ Em *Zero Hora*, 10/06/2007.

³⁷ Referência ao disco de uma das bandas de rock mais conhecidas do Brasil e originária do Rio Grande do Sul: os Engenheiros do Hawaii.

O “brasileiro” é o outro, o estranho, o distante que não faz parte daquele espaço e daquelas relações. Fala-se desse outro sem receios, é permitido fazer críticas, acusar e nominar: “O ‘brasileiro’ é lento, safado, preguiçoso”. Quando a referência se aproxima do universo local, essas características assumem outros sentidos, outras representações: “O povo gaúcho é trabalhador, esforçado, guerreiro. Eu moro aqui, eu sou daqui”, um discurso que exclui e inclui. (LUVIZOTTO, 2009, p. 85)

Considerações Finais

A Argentina é o nosso eterno outro (...). Brasil e Argentina encaram um ao outro como quem se mira num desses espelhos deformadores de parque de diversões (...). O “outro” causa admiração e repugnância ao mesmo tempo. Os argentinos escarnecem da nossa bagunça fundamental, da nossa ignorância, da nossa falta de sentido coletivo. É o jeito de disfarçarem a inveja do que há em nós de sensual, espontâneo e livre. Da mesma forma, abominamos a arrogância argentina, seu pretense europeísmo, o formalismo de sua classe média e elite – e escondemos a inveja de sua arraigada cultura (...). Não existe “o” argentino, assim como não existe “o” brasileiro – só em piadas. Mas há traços de temperamento difundidos de cada um dos lados da fronteira.³⁸

Neste texto apresentamos algumas características principais dos olhares sobre o “Outro” dos meios de comunicação brasileiros e a imagem que é construída do “Eu” a partir destas reproduções. Em poucas palavras, registramos uma “busca por identidades” efetuada pelos jornais através da interpretação destes. Notamos que há diferentes perspectivas de alteridade com o argentino a partir da análise dos textos jornalísticos; tipificações que ora o qualificam de maneira positiva, ora de forma negativa, o que dará, por fim, uma criação no imaginário do brasileiro sobre este “estrangeiro” que, vale repetir, encontra-se numa relação flexível de distanciamento e aproximação.

Mas, dentre estes pontos, vale destacar a maleabilidade que os termos adquirem quando os meios de comunicação se referem aos argentinos. Uma palavra muito comum na classificação deste “Outro” é a “catimba”, ou seja, a utilização de artifícios desleais para retardar o prosseguimento da partida. No entanto, quando esta atitude – “única e exclusiva” dos argentinos – é praticada por brasileiros, ela adquire novos ares, e torna-se uma “inocente” “malandragem”. Tal mudança nos indica também a mutabilidade que os costumes apresentam e, segundo Helal e Lovisolo:

A “catimba” quando feita por brasileiros é narrada no Brasil como “malandragem”, como algo positivo, mas para falar da “catimba” dos argentinos o tom é moralista, como “deslealdade”. (HELAL; LOVISOLO, 2007, p. 10)

³⁸ Em *O Estado de São Paulo*, 23/06/2007.

Em suma, da mesma forma que os argentinos são “catimbeiros”, “arrogantes”, “violentos” em uma ocasião, pontos exibidos com orgulho pelos jornais como se isto não houvesse no Brasil; em outro período eles podem ser “talentosos”, “determinados” (entenda como “raçudos”), “apaixonados” pelo futebol, às vezes até mais do que nós, brasileiros, conforme vimos o comportamento de seus torcedores segundo o olhar da imprensa brasileira, e são nestas características que os admiramos e lamentamos não possuir. E estas especificidades são perceptíveis através dos meios de comunicação e a cobertura efetuada por estes numa competição internacional da grandeza da Copa Libertadores da América.

E, claro, a admiração e o repúdio a estes “estrangeiros” são dados de maneiras diferentes pelos jornais de cada região. De um lado, nos periódicos de São Paulo, os argentinos são caracterizados, na maioria das vezes, com termos negativos e que promovem um distanciamento maior deles. Por outro lado, os tabloides rio-grandenses veem seus vizinhos de fronteira muito mais próximos do que o “centro” do Brasil; logo, os termos que denotam comportamentos “característicos” dos argentinos são carregados de entoações positivas.

Características estas que podem ser justificadas a partir do longo discurso de “crise” fomentado pelas instituições culturais rio-grandenses, como no caso emblemático do amistoso de 1972 entre a seleção brasileira e o combinado gaúcho em Porto Alegre apresentado por Carlos Guazzelli, que afirma:

A situação de “crise” é fundamental na conformação de um antagonismo entre o Rio Grande e seus interlocutores. As “crises” (...) são normalmente atribuídas a motivos externos ao Rio Grande, gerados no âmbito dos que se aproveitam dele e não retribuem os benefícios alcançados, o que muitas vezes é diretamente associado ao Estado nacional, controlado por “eles”. “Eles” são contrapostos a “nós”, o que exige a criação de uma “identidade” entre “nós” (...). A “nostalgia” remete a esse passado no qual o Rio Grande fez valer a sua força contra os inimigos fronteiriços e em favor de uma entidade magna (...) resgatando-se um papel de proa como defensor primeiro da própria nacionalidade (...) esta é usada para mobilizar a “identidade” de todos para o combate da “crise”. (GUAZZELLI, 2000, p. 22)

A partida, que terminou empatada por 3 a 3, apresentou aspectos dignos de serem lembrados em nossa discussão. Tudo começou devido a não escalação de um jogador rio-grandense para um amistoso da seleção brasileira após a Copa do Mundo de 1970. Zagallo, até então técnico da seleção, não chamou o lateral gremista Everaldo. Tal ocorrência provocou a ira dos rio-grandenses que, na figura da Federação Gaúcha de Futebol, convocou

o “amistoso”. Era a exemplificação dos discursos de crise, nostalgia e identidades postos em prática. O jogo fora marcado por gestos “antipatrióticos” foram perceptíveis durante o jogo: os torcedores “gaúchos” vaiaram o Hino Nacional e a entrada em campo dos jogadores “brasileiros”. Ademais, bandeiras do Brasil foram queimadas no interior do estádio, além de haver uma grande quantidade de bandeiras do Estado do Rio Grande do Sul. Cada vez que um jogador da seleção brasileira tocava na bola, era vaiado, ao ponto de quando Jairzinho marcou um gol para a seleção brasileira, correu em direção à torcida mostrando a camisa amarela do Brasil, o que provocou uma fúria ainda maior nos torcedores. Torcedores estes que eram em sua maioria colorados e gremistas, que se mostravam unidos por uma causa maior que a rivalidade regional: o próprio orgulho da região.

O distanciamento do “centro” Brasil é uma forma de defender as “tradições” gauchescas. Ao mesmo tempo, há uma tentativa de aproximação com este “centro” nos discursos de “nostalgia” exprimidos no tradicionalismo rio-grandense, como o Estado que “escolheu” ficar do lado brasileiro. Ademais, nota-se que o futebol incorpora este discurso efetivado pelas instituições responsáveis por consolidar uma imagem do “tipo ideal” gaúcho (como os CTGs). Há, portanto, as características necessárias para afirmarmos que o Rio Grande do Sul é uma “comunidade imaginada” (ANDERSON: 2008) e que o futebol – e, especialmente, os meios de comunicação que cobrem este esporte – auxilia na consolidação destas imagens produzidas e reproduzidas incessantemente por estes grupos sociais, através da teatralização deste espetáculo, transformando-o num palco de conflitos e guerra, onde os acontecimentos históricos ressurgem a fim de oferecer respaldo para a superação do adversário.

Referências bibliográficas

ALABARCES, Pablo. *Fútbol y Patria*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUER, Otto. *A Nação*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Cuestiones de sociologia*. Traducción de Enrique Martín Criado. Madrid: Akal, 2011.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho*:

construção da “*província de chuteiras*”. In.: *Revista Anos 90 do programa de pós-graduação em história da UFRGS. Nº13*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HELAL, Ronaldo. *Espírito para lá de esportivo*. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional, Maio 2011a. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/espírito-pra-la-de-esportivo>

_____. *Os “hermanos” nos amam*. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional, Maio 2011b. Disponível em: <http://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/os-hermanos-nos-aman-ronaldo-helal2.pdf>

HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo. *Jornalismo e futebol: argentinos e brasileiros ou do “odiar amar” e do “amar odiar”*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Sociabilidade”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, em junho de 2007. Disponível em: <http://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2011/02/jornalismo-e-futebol.pdf>

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MASCARENHAS, Gilmar. *A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul*. In.: *Lecturas: Educación Física y Deportes. Año 5. Nº26*. Buenos Aires: Revista digital “Efdeportes”, 2000. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd26a/platina.htm>

OLIVEN, Ruben George. *A Fabricação do Gaúcho*. In.: *Cadernos CERU, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Nº1*. São Paulo: USP, 1986.

SIMMEL, Georg. *O Estrangeiro*. In.: *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Vol. 4. Nº12*. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. João Pessoa: UFPB, 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>

Tabela *Maiores jornais do Brasil*. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil> Acesso em: 05/10/2013.

Lei Estadual da disposição sobre a forma e a apresentação dos símbolos do Estado do Rio Grande do Sul. *Lei nº 5.213, de 5 de janeiro de 1966*. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%C2%BA%205213&idNorma=523&tipo=pdf> Acesso em: 05/10/2013.

Lei Estadual da disposição da comemoração do Dia do Gaúcho. *Lei nº 9.405, de 25 de outubro de 1991*. Disponível em:
http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=16623&hTexto=&Hid_IDNorma=16623 Acesso em: 05/10/2013.

Lei Estadual da “Pilcha Gaúcha”. *Lei nº 8813, de 10 de janeiro de 1989*. Disponível em:
http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=19552&hTexto=&Hid_IDNorma=19552 Acesso em: 05/10/2013.

Lei Federal da “Pilcha Gaúcha”. *Projeto de Lei nº 807/2007*. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A238CCB91BE9F43F0273CE790EB3E897.node1?codteor=454156&filename=Tramitacao-PL+806/2007
Acesso em: 05/10/2013.

ARTE CONTEMPORÂNEA E GLOBALIZAÇÃO: ENTRE PRÁTICAS, IMAGENS E DIFERENÇAS

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos³⁹
nelma13@gmail.com

Resumo: Partindo de uma revisão bibliográfica, interessa-nos nesse trabalho propor uma pequena reflexão sobre as implicações das marcas identitárias locais nas cartografias artísticas contemporâneas, cada vez mais globalizadas. As identidades periféricas estão muito lucrativas para o mercado artístico global. Entretanto, no afã de se representar as diferenças, corre-se o risco de cristalizar novos estereótipos, de se reforçar ou reconstruir hierarquias estéticas. A geopolítica do sistema da arte está em questão desde que o tema identidade se tornou frequente entre os seus profissionais. Ou seja, desde os anos 1970, quando um clima de deslocamentos das referências intelectuais, políticas e estéticas, instaurou-se no mundo com uma incrível densidade. Essas manifestações propiciaram novas posturas e abordagens das diferenças. A crítica à visão reducionista e uniformizadora das criações locais tem sido bastante elaborada nas últimas décadas. Reflexões apontam que termos utilizados para designar essas produções simbólicas locais, tais como arte latino-americana, arte africana, arte asiática, entre outros, são insuficientes para traduzir a diversidade existente nos respectivos territórios. É comum a retórica de que não há fronteiras entre centro e periferia, e que prevalece o critério artístico no meio operacional, mas na prática, o sistema reforça a representação de estereótipos da periferia.

Palavras – Chave: Arte Contemporânea. Globalização. Identidades. Diferenças.

Introdução

No século XX, após a 2ª. Guerra Mundial e independência de colônias, o mundo começou a rearticular suas fronteiras. Territórios se desenvolviam e se instituíam sob influência de novas ideologias. Novos atores sociais e novos estados surgiam. A conformação desses novos estados-nação se deparou com as reivindicações de minorias, grupos historicamente desprestigiados nesses locais, mas que desejavam integrar-se positivamente nessa ordem social que se construía. Os grupos exigiam, entre outras coisas, a alteração dos modos de organização daquelas sociedades, para que passassem a ocupar também espaços privilegiados.(HALL, 2005). Esses conflitos culminaram com um processo de profundas

³⁹ Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora do Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Possui graduação em Artes Plásticas pela UFBA (2002), Mestrado em Ciências da Educação pela Université Lyon 2 (França, 2004) e Mestrado no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade pela UFBA (2009)

transformações na humanidade. Destacamos aqui o aparecimento, nos anos 1960/70, de movimentos sociais baseados em questões identitárias. Ativistas feministas, ambientalistas, indígenas, negros, homossexuais, entre outros, promoveram uma grande reviravolta em todas as dimensões da vida social.

Todas as instâncias passaram a ser provocadas na direção de mudanças, afetando as subjetividades, reinventando novos sujeitos. Considerando que o universo da cultura é um território em que se refletem disputas e conflitos da diversidade de modos de vida (CUCHE, 2001), diante desse contexto, ele emergia como poderoso espaço de posicionamento político. A reconfiguração dos paradigmas do mundo contemporâneo também tocaram o mundo da Arte. O questionamento às instituições – inclusive a da arte, estava na ordem do dia. Esse período gestou o que conhecemos como arte contemporânea.

Manifestações artísticas criadas nesse clima de contestação deixaram como legado principal a ruptura dos modelos de representação e alterações do próprio conceito de Arte. A abertura de diálogos interdisciplinares, o afrouxamento de categorias disciplinares e a ebulição de opiniões políticas ampliaram as possibilidades das formas artísticas, seja na forma ou no conteúdo. Pintura e escultura deixaram de ser as principais categorias. Críticos e historiadores começaram a basear seu trabalho em recortes de matérias jornalísticas das mostras de arte que eclodiam a todo instante (ARCHER, 2008). Desde então, tentamos um reajuste à ideia de sociedade de múltiplas declarações identitárias e afiliações políticas, sociais, religiosas e étnicas.

Mas, com o passar do tempo, o valor econômico e todo o arcabouço filosófico do capitalismo conseguiram ocupar lugar de grande importância na relação da Arte com o público. A recente institucionalização da Arte demonstra que a lógica do capitalismo penetrou eficazmente nesse ramo que, mesmo ao tratar de questões políticas identitárias, garante-se em posição privilegiada. Até mesmo o mercado internacional de Arte tem se reconfigurado para abarcar referências identitárias e localizadas.

As identidades periféricas estão cada vez mais lucrativas para o mercado artístico global. Entretanto, no afã de se representar as diferenças, corre-se o risco de cristalizar novos estereótipos, de se reforçar ou reconstruir hierarquias estéticas. Interessa-nos nesse trabalho propor uma pequena reflexão sobre as implicações dessas marcas identitárias locais nas cartografias artísticas contemporâneas, cada vez mais globalizadas.

O sistema de Arte Contemporânea

Os artistas tem sido os primeiros a registrar as mudanças sociais e políticas, pois relacionam sua obra à sociedade. A maioria dos seus trabalhos, transparece e permeia a preocupação da relação com público, afirmando a comunicação como elemento indispensável à produção cultural e identitária. Milton Santos (2004), geógrafo, nos explica que a possibilidade da interpretação multidisciplinar do mundo contemporâneo exige que cada evolução técnica traga um novo período histórico. O sistema técnico que representa nossa época é o da informação, que permite a comunicação entre as várias técnicas existentes e a aceleração do processo histórico através do uso diferenciado do tempo em função da simultaneidade de ações e convergência dos momentos. A produção artística contemporânea, portanto, enquadra-se perfeitamente nessa ótica. Ainda que o século XX tenha tido muitas expressões em arte contrárias à forma como o desenvolvimento industrial e tecnológico interferia nos modelos de sociedade, o valor econômico e todo o arcabouço filosófico do capitalismo conseguiram ocupar lugar de grande importância na relação da Arte Contemporânea com o público.

A atuação recente de muitos artistas demonstrou ter como principal objetivo a integração ao circuito oficial das artes criticado nos anos 60 e 70. Integrar-se ao contexto artístico hoje significa fortalecer uma imagem de produto lucrativo no mercado, bem longe do espírito contestador do passado (TEJO, 2005). A ambiência de contestação ao sistema da arte e ruptura com o modelo capitalista foi substituída nas últimas gerações por uma busca incessante pela institucionalização da arte. As instituições culturais, por sua vez, também passam por mudanças, para adequar seu formato em função do fenômeno da globalização que atinge a sociedade de consumo e redefine papéis de consumidor e produtor de cultura.

É interessante notar que o globalitarismo, sistema no qual nós, brasileiros(as), estamos inseridos na posição inferior de base de sustentação, tem como algumas de suas características o condicionamento para a uniformidade dos gostos e comportamentos em função do consumo de produtos em paralelo ao estímulo das afirmações identitárias locais (SANTOS, 2004). Tal dinâmica tem alterado inclusive articulações consolidadas internacionalmente como o sistema das artes, um

“conjunto de indivíduos e instituições que produzem, difundem e consomem objetos e eventos por eles mesmos definidos como artísticos e determinam os critérios da Arte para a toda uma sociedade em determinada época” (BULHÕES, 2008, p.128).

A circulação das obras de arte na sociedade depende de uma tríade formada pela

produção, distribuição e consumo. Os produtores são os fornecedores da matéria-prima, industriais, educadores, intelectuais e artistas, entre outros, que podem também ser chamados de consumidores. A mesma denominação pode servir ainda àqueles responsáveis pela distribuição (comerciantes, negociantes, *marchands...*). É o sujeito intermediário entre o produtor e o consumidor da arte quem estimula a procura pelo produto, escolhe os públicos propícios, dirige o escoamento da “mercadoria”.

O circuito de arte que temos hoje tem se desenhado desde fins do século XIX, quando a Academia de Belas Artes de Paris perdeu sua hegemonia na formação de opinião do público fruidor e comprador. No seu lugar se criou um mercado independente, fundamentado na relação do *marchand*-crítico. Mas não podemos esquecer que críticos de arte teorizam a arte seguindo suas crenças e pertencimentos ideológicos. (CAUQUELIN, 2005). O sistema das artes institucionaliza o profissional da Arte, dando-lhe uma espécie de atestação social da condição de artista. Esse estatuto é constituído de valores atribuídos aos elementos do meio social (incluindo-se classe e raça) e ao seu percurso de formação.

Arte

A Arte se vincula com a formação das identidades, pois é a área do conhecimento voltada para a sensibilidade. Constitui-se das subjetividades do indivíduo, que podem ser manipuladas em função de concepções políticas e econômicas. A colonização materializou essa última proposição, instituindo do um processo histórico baseado na subalternização de sujeitos para manutenção da dependência em todos os níveis.

É preciso lembrar, porém, que tal projeto colonial estava inscrito em um novo padrão de poder. Focado na *raça* para a divisão social do trabalho, esse modelo de pensamento passou a ser a base da organização dessas sociedades (QUIJANO, 2007). Os indivíduos não-brancos ou não-europeus deveriam se submeter a uma ordem mundial que lhes atribuiu um papel inferior e subalterno. Muitos sujeitos foram escravizados, excluídos de sua condição humana. A escravidão então era justificada através de uma fina teia de instrumentos que condicionavam as mentalidades a acreditar na superioridade de um grupo humano sobre o outro por causa da cor da pele. O papel da arte nesse cenário era legitimar representações simbólicas dessas ideias, através de instituições criadas com autoridade social para este fim. O uso de imagens que associavam alguns povos ao grotesco, ao retardo, ao monstruoso, enfim, a aspectos negativos, foram utilizados para manter as desigualdades entre os grupos humanos.

As instituições que se ocupavam e se ocupam de conferir o *status* de “Arte”, a esta ou

aquela manifestação, ainda reproduzem o mesmo padrão de poder. A produção estética é tratada como se houvesse uma evolução artística. Nesse raciocínio, o apogeu do desenvolvimento seria a arte ocidental branca, eurorreferenciada. Daí, compreendemos porque os grupos que dominam o circuito das Artes consideram “primitivas”, ingênuas ou quase infantis a cultura material de populações como as negras e indígenas (base de sustentação econômica dos empreendimentos coloniais).

No entanto, mesmo com a desmistificação de conceitos raciológicos, usados no passado para justificar o domínio de um povo sobre outro, até hoje percebemos que esse imaginário se repete. A ordem hierárquica fundamentada no critério racial estende-se em todos os níveis de sociedades que sofreram colonização. As orientações estéticas também são o palco onde se desvelam os conflitos sociais. Hierarquias no campo simbólico ajudaram a incutir auto - imagens negativas em populações, fragilizando-as.

A arte e o *Outro*

A geopolítica do sistema da arte está em questão desde que o tema identidade se tornou bastante frequente entre os seus profissionais. Ou seja, desde os anos 1970, quando um clima de deslocamentos das referências intelectuais, políticas e estéticas, instaurou-se no mundo com uma incrível densidade. Essas manifestações propiciaram novas posturas e abordagens das diferenças. As questões de gênero e raça, por exemplo, foram algumas delas.

Alavancado prioritariamente por teóricas negras e chicanas, há mais de sessenta anos, as ativistas feministas posicionaram-se criticamente quanto a ausência de mulheres no circuito da arte. As questões etnicorraciais também se colocaram politicamente e desde então, o circuito da arte tem se transformado. Os artistas da periferia começaram a ganhar mais espaço e visibilidade. Motivada por essas mudanças do mercado, a experiência sensível diaspórica negra também aprendeu a se beneficiar nessa nova conjuntura.

As subjetividades imprimem e expressam os elementos constituintes do discurso de identidade e de pertença do sujeito, revelando as disputas em torno do poder. Portanto, arte relaciona-se fundamentalmente com os processos identitários. Mas a identidade depende de um “outro”. Ela é também um processo de escolhas políticas e, por isso, é preciso saber o lugar de fala do emissor (HALL, 2005).

No caso do sistema internacional da Arte, é emblemática essa relação de poder através da relação centro-periferia. Nele, a identidade torna-se um atributo do “centro”, isto é, de quem tem mais poder nas relações. Enquanto isso, a alteridade, relaciona-se à periferia. O “centro” é representado na Arte como o a identidade ocidental, isto é, a subjetividade branca,

heterossexual, cristã e capitalista que conduziu os processos de colonização e de dominação econômica atuais (ESCOBAR, 2008).

Nessa hierarquia estética, a arte da periferia antes era relegada a exposições e mostras de cunho etnográfico e histórico. Rótulos como arte primitiva ou *naif* foram alguns dos termos mais comuns para apresentar a expressão artística do outro de modo subalternizado. Certas exposições de grande importância apresentavam os colecionadores das obras de arte, ao invés de falar sobre seus verdadeiros autores. Mas ainda hoje, as subjetividades de sujeitos periféricos em relação ao poder econômico no meio artístico têm servido para ratificar a ideia de exotismo, de distância evolutiva. Muitos eventos artísticos são organizados, porém na prática, mantém a estrutura de controle nas mãos de poucos e quase sempre externos às realidades locais das periferias. É como se a alteridade fosse incapaz de criar na contemporaneidade. Mesmo entre os negros, as referências positivas são dadas por determinados grupos humanos que se apresentam como “centro” na geopolítica da Arte, como os norte-americanos.

O projeto de construção de uma imagem de mundo não tem sido uma prerrogativa apenas do campo da Arte, mas é principalmente através dela que o homem expressa sua vivência e valores. Nesse território, é possível visualizar reflexos da herança colonial como os processos intelectuais de dependência ou mesmo elaboradas formas de libertação. Articulando imaginários e representações, subordinados a uma hierarquia global, o poder materializa, desse modo, sua dimensão estética. Para Gómez (2011, p. 33),

Esa dimensión estética del poder no se reduce al arte, sino que también se constituye en una dimensión estética de la episteme moderna, que muchas veces ha sido concebida metafóricamente como un modo de ver; es decir, que las determinaciones del conocimiento científico, analítico —que se precia de su claridad y distinción, como la forma más adecuada de representación del mundo— también han dependido de las concepciones del arte, como un modo de representación secundaria frente a las representaciones objetivas de la ciencia.

Gómez (2011), conclui que, sem a colonialidade estética, talvez não fosse possível outras colonialidades, uma vez que o projeto colonial também abarca o projeto de construção de uma imagem de mundo. Entretanto, enquanto nas ciências desmistifica-se a neutralidade e a geopolítica do conhecimento, nas artes faz-se um caminho inverso. Assim como, para justificar a dominação de um povo sobre outro, criou-se noção de civilização em contraposição à barbárie justificando-se o genocídio de populações inteiras, também se criou divisões semelhantes ou equivalentes para Arte. A arte ficou relegada ao campo da

“alta cultura” e no pólo oposto ficou o artesanato ou artes populares e primitivas que são relegadas às populações de baixo prestígio social e econômico. Essa divisão social também seguiu o padrão de poder fundamentado na raça.

Nas Ciências, percebemos atualmente as críticas e inquietações quanto à pretensão de universalidade, neutralidade, há certa resistência à unilateralidade e aos discursos homogeneizantes pressionando as instituições correlatas para transformações profundas no jeito de lidar com as diversidades (GROSFUGUEL, 2008). A Arte, contudo, é ratificada enquanto invenção ocidental e busca-se enquadrar nas suas instituições repartições novas com novos conteúdos em antigo formato. As instituições sociais que autorizam ou não um sujeito a ser “artista” usam cânones ocidentais (brancos, euroamericanos) para o julgamento de culturas materiais outras.

Arte e narrativas globais

A globalização tem alterado os modos de vida e de relacionamento. A compressão espaço-tempo e ânsia por novidades e pelo consumo também influenciaram as expressões artísticas atuais. Anjos (2005) acrescenta que a ampliação de uma produção simbólica nos centros hegemônicos de legitimação é o resultado dos processos de globalização, pois estes estimulam a auto-afirmação de culturas locais.

Desde os anos 1980, muitos textos e exposições tem sido realizados nesses centros. E boa parte desses eventos tem tido o objetivo de tornar inteligível a complexa rede de criação da arte contemporânea em contextos multiculturais. Contudo, eles não tem tido uma alternativa coerente para o enfrentamento dos olhares homogeneizadores.(ANJOS, 2005). Esses olhares transformam pluralidades locais em discurso de identidade única. Ao mesmo tempo, afirmam não ser mais possível ver a arte desses territórios como imitações das criações dos grandes centros, ou isoladas.

Há um confronto atual entre aqueles que definem e controlam, por exemplo, as plataformas expositivas, tensionado o aparecimento de discursos locais, pois há uma:

...progressiva mudança do lugar de enunciação dos discursos críticos e curatoriais sobre o que restava antes à margem do sistema de artes “internacional”: em vez de firmados a partir apenas da Europa e dos Estados Unidos, tais discursos tem sua origem gradualmente deslocada para outros territórios, fazendo caber, naquele sistema, formulações feitas de uma perspectiva efetivamente descentrada. Embora essas alterações não signifiquem a subversão das hierarquias em que se assenta aquele sistema, como tampouco a conciliação dos muitos interesses divergentes envolvidos... (ANJOS, 2005, p. 33)

A crítica a visão reducionista e uniformizadora das criações locais tem sido bastante elaborada nas últimas décadas. Reflexões apontam que termos utilizados para designar essas produções simbólicas como arte latino-americana, arte africana, arte asiática, entre outros, são insuficientes para traduzir a diversidade existente nos respectivos territórios.

O multiculturalismo é uma dessas contribuições teóricas muito difundidas no meio artístico, especialmente pelos estadunidenses no trato da diversidade etnicorracial. Ela versa sobre as políticas de afirmação identitária através de processos ou estratégias de administração da diversidade cultural (CANCLINI, 2004). Visa o reagrupamento social a partir de grupos identitários numa sociedade “mosaico”. O discurso multiculturalista dissemina-se pelo sistema internacional da arte contemporânea, por

...dentro del tejido econômico, simbólico y transcultural urdido por las nuevas bienales internacionales, la red translocal de galerías, la nueva geografía de las instituciones culturales, los museos, las fundaciones y los patronatos, así como por los procesos de internacionalización del arte contemporáneo acontecidos a partir de la década de los 80s.(RODRIGUEZ, 2012, p.38).

O termo enquanto plataforma política é amplamente difundido. A multiculturalidade na arte é personificada através da presença de diversos artistas da periferia mundial no restrito circuito artístico. Entretanto há muitas críticas ao processo de implementação de uma prática multicultural no sistema internacional. Analisando o caso da arte brasileira no exterior, a pesquisadora Ana Fialho (2013) acrescenta que, no meio artístico é comum a retórica de que não há fronteiras entre centro e periferia, e que prevalece o critério artístico no meio operacional. Ela conclui que esse pensamento, na prática, apenas reforça a representação de estereótipos da periferia.

Fronteiras

Segundo Bulhões (2008), uma exposição cumpre a missão de divulgar os discursos autorizados pelo sistema das artes, pois ela produz falas institucionalizadas sobre as obras, sobre si e tudo o que concebe enquanto Arte. Expor em uma grande mostra valoriza a obra e seu significado, bem como dinamiza financeiramente a articulação de agentes profissionais em torno desse produto. Curadores, patrocinadores, artistas, críticos, entre outros envolvidos, associam-se em uma delicada e complexa rede de afirmação das “qualidades” do produto. Quando uma obra de arte compõe o acervo de um desses eventos, especialmente daqueles de abrangência internacional, seu preço no mercado também aumenta. Para Bulhões (2008, p.133),

A presença em coleções de museus ou em grandes mostras organizadas por curadores reconhecidos no sistema das artes integra obra dos artistas ao circuito globalizado. A partir dessas participações, elas são vistas, comentadas e documentadas (...). Nenhuma valoração nos dias atuais pode fugir a esse processo sem correr o risco de quedas abruptas. Assim, qualquer colecionador ou marchand que procura lançar novos nomes no mercado, sempre busca colocá-los em coleções de museus, ou fazê-los participarem de exposições em instituições de credibilidade dentro do sistema.

Em 1984, a exposição *Primitivism in the Twentieth century*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque é considerada a primeira grande exposição contemporânea que tenta diminuir a distância entre artistas do centro e os da margem. Houve muita crítica ao evento porque descontextualizava objetos de suas culturas, entre outras que atestavam o etnocentrismo dos organizadores. Em 1989, a Exposição *Magiciens de La Terre*, ocorrida em Paris, reuniu dezenas de artistas e artesãos não ocidentais. Ela foi também um dos principais marcos da construção da imagem que se tem atualmente sobre a arte contemporânea africana (SANSI (2005); DIAS (2006); KONATÉ (2003)).

Mesmo com toda a crítica, a partir desses eventos, muitos artistas de origem não ocidental passaram a compor grandes eventos de vulto internacional (TEJO, 2005; RUPP, 2007). Nas últimas duas décadas, o Outro tem sido tema muito recorrente no circuito da arte. Museus, galerias e feiras internacionais interessam-se mais pelo diferente e tem organizado uma sucessão de eventos que mobilizam o circuito da arte a partir da presença dos periféricos, que agora são a matéria prima de toda mostra internacional (RODRIGUEZ, 2012).

Mas muitas vozes discordam da existência uma relação equânime entre centro e periferia da arte, preferindo olhar com ressalvas e cuidados essa política de afirmação de culturas marginalizadas no meio da arte. Sobre isso, o teórico Joaquín Barriendos Rodriguez (2013) nos alerta:

El carácter abrasivo de las políticas de absorción de la alteridad que rodean en la actualidad el escenario global del arte contemporáneo puede, por lo tanto, agudizar los mecanismos de colonización simbólica de los imaginarios culturales bajo la retórica de la integración poscolonial y el universalismo geoidentitario. En este sentido, tanto los discursos de la transparencia y la traducibilidad estéticas como el de la narración incluyente de las diversas culturas visuales han de observarse bajo la lente de las políticas transculturales de representación y de las políticas intersubjetivas del reconocimiento estético. (RODRIGUEZ, 2013)

Certos estudiosos denunciam a distância entre a teoria de uma relação igualitária e a prática profissional da arte, como a brasileira Ana Fialho (2005). Para ela, há dois tipos de

discursos politicamente corretos no meio artístico: o da assimilação/homogeneização e o da diferença. O primeiro, recorrente entre os brasileiros, diz que a estética está acima dos territórios e culturas, e que os valores artísticos são atemporais e universais. No segundo, há uma afirmação das diversidades, pendendo ao elogio à mestiçagem e multiculturalidades; é, por vezes, próximo do exotismo. No discurso da diferença, o artista da periferia encontra “um lugar no mundo da arte contemporânea sob a condição de demonstrar, explicitamente, sua não-afiliação ao modelo ocidental. Ou seja, deve se comportar como “bom selvagem”. (FIALHO, 2005, p.692).

A maioria das exposições internacionais em que os periféricos participam sob um discurso de auto afirmação, acabam por legitimar as hierarquias, pois são organizadas por olhares externos. A relação no sistema internacional da arte é desigual. No caso da arte brasileira, inexpressiva mundialmente, Fialho (2005) denuncia:

A fim de participar da cena internacional, os agentes brasileiros estão, em geral, sempre prontos para fazer concessões excessivas: aceitar e/ou participar na promoção de estereótipos da cultura brasileira; pagar caro, muitas vezes com dinheiro público, o ‘aluguel’ de espaços de legitimação; aprender a sua própria história com os agentes internacionais mal informados; abrir a cena nacional para agentes internacionais oportunistas, etc. (FIALHO, 2005, p. 706)

O artista senegalês Iba Ndiaye (2003), reclama da falta de estímulo à verdadeira troca de ideias sobre arte africana. Para ele, o protagonismo dos críticos estrangeiros e dos demais profissionais que os seguem nesses espaços institucionais da arte apenas reforçam a ideia de que a África não possui capacidade intelectual, nem mesmo para falar sobre suas próprias subjetividades.

S'il en est ainsi, c'est parce qu'une idée forte continue de persister: l'acte critique est affaire de grands penseurs, et, puisque l'Afrique est connue comme le continent qui n'a rien inventé, elle ne peut donc pas produire de critiques d'art. De là, cette sorte de précipitation de n'importe quel illuminé pour donner à l'Afrique cette critique qu'elle ne peut pas se donner. (NDIAYE, 2003, p.2)

O autor, numa crítica sobre o sistema das artes, considera que a crítica da arte africana deverá ser revista, pois tem sido fácil se autodeclarar crítico e exigir que suas opiniões sejam repetidos como dogmas no meio artístico. Ndiaye questiona, inclusive, o processo de seleção das obras para eventos como a Bienal de Dacar, realizado por uma maioria estrangeira que ditava o formato da arte africana a ser selecionada.

A fixidez das imagens de culturas reforça novos estereótipos, mas eles são responsáveis hoje por uma incrível rentabilidade do mercado de consumo de arte

(RODRIGUEZ, 2009). As expressões artísticas de negros/as de países como Cuba, Colômbia, Brasil e Estados Unidos, entre outros, são cada vez mais incorporadas ao sistema ávido por consumir novidades. Novas marcas e novos produtos são lançados nesse rentável mercado: arte afro-cubana, arte subsaariana, arte asiática, arte afro-americana, arte afro-brasileira... Mas, paradoxalmente, temos aí um outro problema: a autoridade dos negros estadunidenses na emissão de uma identidade de resistência negra única.

Nos últimos vinte anos, os processos da estética da diáspora negra nas artes visuais ganharam mais aceitação. Porém, mesmo entre países de língua inglesa, criou-se hierarquias no discurso da negritude. A fala emitida pelos negros/as estadunidenses tem a autoridade de designar os parâmetros da identidade negra na Arte. Wainwright (2009) aponta que entre os britânicos, o tema raça tem sido reificado nas galerias e grandes mostras. Porém, o conceito de negritude é subordinado ao modelo de resistência estética estadunidense. Esse padrão instituiu-se por seus contextos históricos de lutas, a exemplo do movimento pelos direitos civis. A atuação dos Estados Unidos no circuito internacional de artes, notadamente através da forte presença no mercado e na produção de conhecimento sobre as artes negras afroamericanas é o que lhe conferiu tamanha autoridade.

Os Estados Unidos se tornaram referência para a cultura visual da diáspora africana, instituindo uma geopolítica da arte colonizada, baseada em centros e periferias. Seguindo essa lógica, haveria uma economia visual da negritude. O modelo de consciência diaspórica negra é emanado e difundido internacionalmente a partir de um único lugar: os Estados Unidos. Esse país encontra-se no topo de uma ordem estética, política e econômica que o coloca como a “nova vanguarda” dos subalternizados. Logo, os artistas negros de outros lugares encontram na referência das representações dos negros/as estadunidenses o melhor caminho para a aceitação de suas “negritudes” (WAINWRIGHT, 2009).

A apresentação da diversidade a partir do Outro e a negação paralela de uma diversidade de si é são paradoxos do discurso multicultural que ecoa no meio da arte contemporânea. Tal fenômeno esvazia e desautoriza a reivindicação política, pois leva a cristalização de uma noção falsa de representação do todo de modo igualitário e justo, onde não caberia mais questionamentos.

Considerações Finais

Na globalização, a indução ao consumo é estimulada por discursos verbais e não-verbais, oriundos de territórios locais e globais. Localmente, percebe-se a profusão de vozes

que reclamam modos de vida próprios, reforçando o caráter política e diverso das identidades. Em outra escala, há uma pressão para a homogeneização de gostos, de modelos de consumo de ideias e produtos. Ambas as dimensões se chocam, dialogando e se articulando, multiplicando as possibilidades de interpretação das realidades hoje.

A arte na contemporaneidade é alicerçada na comunicação, nas trocas constantes e na fluidez das suas fronteiras. O sistema de circulação da obra artística se encarrega de propor e divulgar discursos que validam suas proposições. No entanto, por ser uma área que tem por objeto as sensibilidades e a percepção de mundo, a arte persegue a manutenção de uma aura isenta de interesses mercadológicos. Porém, ela é essencialmente influenciada pelos interesses econômicos, que articulam uma delicada rede no seu entorno. Tal rede se caracteriza pela atuação de poderosas instituições como museus, galerias, academia, etc. na formação de um discurso peculiar. O mercado vai transformando tudo em estética para ampliar sua atuação. Na arte contemporânea, o capitalismo visa conservar um certo “glamour” gerado pela aura de distanciamento entre as questões mercadológicas e criação artística. Personificando esse ideário na imagem romantizada do artista, o circuito da arte garante sua rentabilidade e trivialidade da cultura do espetáculo. Para proteger-se de críticas, o trabalho desse sistema tem se baseado em falas politicamente corretas, que atestam uma ordem justa e igualitária no meio operacional artístico. Mas não é isso que tem ocorrido.

Embora exista uma profusão de eventos internacionais que se proponham a aproximar a produção artística do centro e da periferia num mesmo patamar, conflitos eclodem a todo momento. A tensão entre esses polos da arte contemporânea demonstra que as hierarquias estéticas ainda persistem no sistema.

Nas cartografias artísticas contemporâneas, os artistas periféricos ainda são mostrados através de um discurso identitário unificador e homogeneizador, tal qual as imagens construídas durante a colonização. O *outro* ainda é o exótico e suas identidades são reduzidas a uma única referência, o que não abarca a sua condição de pluralidade. Esses sujeitos começam a tensionar o sistema da arte para uma autonomia criativa e representação espacial condizente com suas peculiaridades identitárias. No entanto, o capitalismo captura a fala desses sujeitos, a reorganiza sob uma pseudoprática de igualdade no campo profissional, esvaziando o sentido de toda a reivindicação política. A comercialização de marcas identitárias locais não garantem o fim de hierarquias estéticas formadas no projeto colonial. Dessa forma, os mercados dos grandes centros ainda exercem grande poder sobre as narrativas visuais globais.

Referências bibliográficas

ANJOS, Moacir dos. Local/Global: *Arte em trânsito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

BULHÕES, Maria Amélia. As instituições museológicas e a constituição de valores no circuito mundializado da arte. In: BERTOLI, Mariza & STIGGER, Veronica (orgs.) *Arte, crítica e mundialização*. São Paulo: ABCA: Imprensa Oficial do Estado, 2008. p.125-133

CANCLÍN, Nestor. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa, 2004

CAUQUELIN, Anne. *Arte Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

CUCHE, Denys. *La notion de culture dans les sciences sociales*. Ed. La Découverte; Col.Repères; Paris, 2001

DIAS, Inês de Almeida e Costa. *Dias, Por aqui: Projeto para uma exposição*. Dissertação de Mestrado em Estudos Curatoriais / Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

ESCOBAR, Ticio. Zonas transitórias: La resistencia del arte en los tiempos globales. In: BERTOLI, Mariza & STIGGER, Veronica (orgs.) *Arte, crítica e Mundialização*. São Paulo: ABCA: Imprensa Oficial do Estado, 2008. p.57-73

FIALHO, Ana Letícia. As Exposições internacionais de Arte Brasileira: Discursos, práticas e interesses em Jogo. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 689-713, set./dez. 2005

FIALHO, Ana Letícia. Mercado de artes: global e desigual. Disponível em : <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2551,1.shl> Acesso em 05 mai.2012.

GOMÈZ, Pedro Pablo. La paradoja del fin del colonialismo y la permanência de la colonidad. *Calle 14 - Revista de Investigacion en el campo del Arte*, São Paulo, n.4, 2010. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=13756&clave_busqueda=245251. Acesso em: 03 jul. 2011.

GROSGOUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.59, n.2, 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós- modernidade*. DP& A editora, 2005

KONATÉ, Yacouba. Art africain contemporain: Espaces de jeux de minorites. *AICA Press*: Dakar – Art, Minorites, Majorites, juillet 2003. Disponível em: < <http://www.aica-int.org/IMG/pdf/16.konatefr.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2013

MEYRIC-HUGUES, Henry. A história e a importância da Bienal como instrumento de globalização. In: BERTOLI, Mariza & STIGGER, Veronica (orgs.) *Arte, crítica e mundialização*. São Paulo: ABCA: Imprensa Oficial do Estado, 2008. p.19 - 43

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NDIAYE, Iba Djadji. Qui peut critiquer l'Art Africain Contemporain? *AICA Press*: Dakar – Art, Minorites, Majorites, juillet 2003 Disponível em: < [int.org/IMG/pdf/02.ndiayefr.pdf](http://www.aica-int.org/IMG/pdf/02.ndiayefr.pdf)>. Acesso em 01 mar. 2013

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

RODRÍGUEZ, Joaquín Barriandos. Desplazamientos (trans)culturales: Arte global, movilidad y perifericidad en el sistema internacional del arte contemporáneo. *Inter: Art Actuel*, Quebec, n. 102, 2009, p. 38-45. Disponível em: <http://www.erudit.org/culture/inter1068986/inter1112175/45465ac.html?vue=resume>. Acesso em: 03 mai. 2012.

RODRÍGUEZ, Joaquín Barriandos. El sistema internacional del arte contemporáneo: Universalismo, colonialidad y transculturalidad. Disponível em < http://artglobalizationinterculturality.com/wp-content/uploads/2012/11/Joaquin-Barriandos_el-sistema-internacional-del-arte-contemporaneo.pdf > .Acesso em 03 jul. 2013.

RODRIGUEZ, Joaquin Barriandos. La colonialidade del ver: Hacia um nuevo visual interepistémico. In: *Nómadas*, 2011, Issue 35, pp.13-30

RUPP, Betina. *Curadorias na Arte Contemporânea: precursores, conceitos e relações com o campo artístico*. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, 2007.

SANSI, Roger. Miragens e vitrinas: os paradoxos da arte africana contemporânea. *Revista Afro-Ásia*, 33 (2005), 327-331. Disponível em: < http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp327_331_Roger.pdf >. Acesso em 13 abr. 2013

TEJO, Cristiana Santiago. *Made in Pernambuco: Arte Contemporânea e o sistema de consumo cultural globalizado*. Dissertação de Mestrado em Comunicação / Universidade Federal de Pernambuco: Recife (PE), 2005)

TRIGO, Luciano. *A grande feira: uma reação ao vale tudo na Arte Contemporânea*. Rio de Janeiro: Record, 2009

WAINWRIGHT, Leon. New Provincialisms: Curating Art of the African Diaspora. *Radical History Review*, New York, n.103, 2009, p. 203-213

Sessão 2

DESCOLONIZANDO O TRANSFEMINISMO: TENSÕES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Antonio César de Almeida Portugal⁴⁰
antoniocezarportugal@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo propõe a partir de um mapeamento inicial do movimento *trans* (transexuais, travestis e transgêneros), uma etnografia política que investiga o Transfeminismo⁴¹ no Estado do Espírito Santo como um pretense movimento social, a fim de compreender através de uma análise crítica a sua invisibilidade social e política na arena pública em um contexto local dentro do Sul Global. Ao se discorrer o texto possibilita tal proposição pelo exame do referencial teórico dos novos movimentos sociais em conexão às teorias decoloniais. Desta forma problematiza as forças e os discursos refletidos nos sujeitos sociais subalternizados respectivos a este debate e evidenciando, portanto, os atores sociais insurgentes, seus projetos políticos e intelectuais e seus limites de atuação no campo sociopolítico atual. Destarte este artigo fornece informações valiosas, pois de acordo e relacionada com a interlocução teórica em proposição apresenta-se a ONG ASTRAES⁴² - uma organização que desenvolve projetos e promove ações locais -, e o projeto municipal do EJA⁴³ como forma de apreender as tensões e articulações políticas em torno dos debates que envolvem o movimento *trans* em âmbito local.

Palavras-chave: Estudos decoloniais; novos movimentos sociais; Transfeminismo; Espírito Santo.

Introdução

Considerações sugeridas pela teoria dos movimentos sociais em tempo atual – a partir de significações sociais, políticas e culturais –, traz à tona novos desafios ao inserir diferentes sujeitos coletivos até então deslocados da produção de conhecimento no mundo globalizado. Nos estudos de movimentos sociais contemporâneos tal perspectiva teórica atua com um papel determinante ao contribuir no entendimento de diferentes atores e mobilizações sociais – como o movimento transgênero – dentro de uma diversidade cultural e de uma multiplicidade de demandas sociais que se colocam na esfera pública.

⁴⁰ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Suas áreas de interesse e pesquisa são: teoria política contemporânea, pós-colonialismo, estudos de gênero/sexualidade, feminismo, mobilização da lei pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Desenvolve atualmente o Projeto de Iniciação Científica "Mobilizações Sociais LGBTs na Grande Vitória/ES - repertório de ações coletivas", orientado pela Prof^a Dr^a Cristiana Losekann. Participa do grupo de estudos em teoria política contemporânea no "Laboratório de Estudos Políticos" (LEP) na mesma universidade.

⁴¹ O Transfeminismo ou Feminismo Transgênero é um confronto reflexivo ou a articulação na aplicação de debates feministas a um discurso que insere e/ou representa as pessoas trans. Portanto, é um movimento intelectual e político que ressignifica a crítica referente à biologização do gênero como paradigma, assim, reconhecendo a pessoa trans como sujeito político potencializador da práxis do movimento feminista.

⁴² Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo.

⁴³ Escola de Jovens e Adultos.

Como uma incisiva ferramenta analítica e crítica na atualidade, as teorias decoloniais desmistificam o caráter opressor e excludente da racionalidade moderna do Norte Ocidental que impõe uma matriz intelectual e condiciona o eixo Sul ao status de colonizados do saber. Agregando a concepção de interculturalidade ao caráter contingente e provisório das identidades⁴⁴, o olhar decolonial do pensamento de mulheres discute que a essencialização da identidade é um dos processos de colonialidade do poder inseridos na construção do discurso ocidental de regulação dos corpos e desejos.

Este “mal-estar” intelectual sobre as múltiplas opressões remonta a invisibilidade sociopolítica incidente nos sujeitos sociais quando o recorte das discussões interseccionam categorias como gênero/etnia. Do mesmo modo, estas opressões se configuram de forma ainda mais excludente quando refletem sobre os modelos alternativos de sexualidade e corporalidade – o vínculo intrínseco entre colonialidade do ser e a colonialidade do sistema sexo/gênero. Com base nestes argumentos é possível configurar indagações sobre os rebatimentos desta lógica hegemônica do ser na problematização de invisibilidade da transexualidade e de suas respectivas formações políticas no contexto social.

O Transfeminismo, por ser um movimento recente em sua insurgência e organização no Brasil, tem a possibilidade de empoderar-se destas proposições emergentes de uma rede de solidariedade horizontal entre projetos teórico-críticos que pela grande aproximação interacional contribuem para esta discussão. A articulação deste panorama teórico formado entre os novos movimentos sociais e as teorias decoloniais ensaiam um compromisso de abertura de outras possibilidades de pertencimento que radicalizam a proposta política em análises do colonialismo, racismo e sexismo como vetores fundamentais e paradigmáticos na construção da racionalidade moderna ocidental e do capitalismo globalizado.

Portanto, este artigo é um convite a pensar sobre o Transfeminismo que, enquanto projeto político e intelectual, traz novos dilemas contemporâneos que potencializam a práxis de um pensamento feminista contra-hegemônico. Este pretense movimento social contribui para o reconhecimento de outras subjetividades que subvertem as ordens patriarcal e sexista ao construir estratégias que fomentem intervenções, articulando demandas que configurem uma melhor instrumentalização de plataformas políticas e projetos sociais em um “pluriuniverso

⁴⁴ Sobre a noção de identidades, neste texto é compartilhado o entendimento de que reafirmaria a exclusão se utilizássemos esta categoria como essencial – atributo natural e inerente aos sujeitos –, e, desta forma, reforçar a ação de adequação daquelas ao projeto normalizador da cultura dominante. No entanto, em correspondência à Preciado (2011) inspirada em Maurizio Lazzaroto “que distingue o biopoder da potência de vida, podemos compreender os corpos e as identidades [...] como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos [...]” (p. 12) produzidos socialmente, ou seja, uma identificação política.

de particularidades” – estas ações podem ser percebidas em nível local, como acontece no Espírito Santo.

Articulação crítico-reflexiva entre a teoria dos novos movimentos sociais e a perspectiva decolonial

Neste momento histórico em que a existência de uma fronteira na qual as transições democráticas é uma categoria fundamental para a reflexão crítica sobre o estudo entre movimentos sociais e democracia, Bringel e Echart (2008) levantam o debate que existem “novos atores sociais e formas de contestação política [...] circunscritas a dimensões específicas” (p. 458). A constituição de sujeitos como atores sociais é contextualizada por um cenário onde emerge tensões entre o universo instrumental e simbólico articulado à concepção de democracia moderna.

Outras dimensões categóricas identificadas no plano social pela teoria dos novos sociais são evidências de mudanças culturais ocorridas em um contexto histórico. A cultura, então, passa a ser utilizada como chave interpretativa no entendimento de diferentes atores coletivos.

Uma crise de paradigma nas Ciências Sociais, argumento sugestionado por Laclau (1986), proporcionou uma revisão interna epistemológica, teórica e metodológica que questionou os pressupostos da racionalidade moderna. Seguindo esta lógica as teorias decoloniais propõem um processo de descolonização do conhecimento que coloca como centro a relação de embate do saber-poder entre Norte e o Sul Global. Portanto, estas como abordagens críticas do pensamento hegemônico da modernidade, vêm a contribuir com o aprofundamento no entendimento de mobilizações sociais resgatando elementos que dão corpo à uma perspectiva que pretende interseccionar teorias de classe e culturalistas nas “múltiplas formas de opressão e discriminação simbólica em relação aos segmentos sociais colonizados, e da respectiva exclusão e/ou subalternidade destes segmentos no plano do fazer político, no cotidiano societário e nas instituições” (SCHERER-WARREN, 2010, p. 20).

A partir disto, segundo balanço analítico de Scherer-Warren (2010),
houve avanços teóricos pelo entendimento das opressões e discriminações que ocorrem em torno das diferenças socioculturais; houve perdas pela pouca relevância atribuída ao problema das desigualdades sociais e as raízes históricas dos processos de colonização, que incluem e articulam dimensões de múltiplas de dominação que vão do econômico ao social, do social ao cultural, do cultural ao ideológico, do ideológico ao político e vice-versa (p. 19-20).

O Transfeminismo combina questões que são explicitadas na teoria dos novos movimentos sociais e das teorias decoloniais. Ao trazer o entendimento de uma dimensão simbólica diferenciada, a mobilização política de pessoas *trans* pela efetivação de demandas sociais em um cenário de ampliação da democracia caracteriza o feminismo transgênero como um novo movimento social insurgente. Nas questões sobre transexualidade e suas questões conflituosas relativas ao imaginário do erótico no contexto da América Latina e Brasil, a perspectiva decolonial na proposição de construir uma racionalidade sobre gênero alternativa à hegemônica que emancipa os indivíduos rompe com paradigmas que incrementam um sistema de opressão que determina o modelo de construção dos corpos.

A colonização do “poder” e do “ser” na transgeneridade

No processo cognitivo das relações de poder Walsh (2008) traz impressões importantes dos estudos decoloniais sobre dimensões da colonialidade a partir de alguns eixos⁴⁵ que se entrelaçam como formas de dominação e que evidenciam os padrões da matriz colonial na racionalidade capitalista moderna. Com a instituição da sociedade moderna e de suas respectivas estratégias de dominação ideológica, as concepções de colonialidade do sistema sexo/gênero foram utilizadas como uma das ferramentas intelectuais que justificaram o processo de colonização das Américas.

Conforme Lugones (2008) nas discussões das “feministas de cor”⁴⁶ e outras contribuições a partir das discussões de feministas lésbicas na América Latina, o nível de opressão se enraíza a partir da intersecção de diversas categorias e se expressam em escalas de não-reconhecimento e de representação social e política subalternizada. Conforme denominado por Anzaldúa (1987), um pensamento fronteiro expressa as limitações de identidades autênticas, e assim fornece elementos importantes para compreender as imposições de um culturalismo que delimita lugares em que aquelas são marcadas por subordinações de gênero, sexual, racial, étnica ou de classe.

O movimento de encaixe destas perspectivas teóricas, percorridas ao longo do texto, no pensar sobre a transgeneridade, Butler (2003) contribui ao afirmar que o gênero é um campo politicamente neutro onde a cultura atua e os trânsitos de gênero são antinaturais e patológicos. Embora exista a tentativa de promoção de discussões emancipatórias, ao longo

⁴⁵ Walsh (2008) em seu artigo tece informações relevantes sobre os rebatimentos no social das relações de dominação a partir da colonialidade do poder, do ser e da natureza.

⁴⁶ Lugones (2008) utiliza o termo “mulheres de cor”, “[...] originado en los Estados Unidos por mujeres víctimas de la dominación racial, como un término coalicional en contra de las opresiones múltiples. No se trata simplemente de un marcador racial, o de una reacción a la dominación racial, sino de un movimiento solidario horizontal.” (p.75)

do século a construção discursiva expressa em um pavor do erótico relacionado às questões da transexualidade faz com que a transgeneridade continue sofrendo contínuos processos de exclusão e invisibilidade social, renegando-a a um universo obscuro dos sujeitos dissidentes.

Nas primeiras três décadas do século XX, na Argentina, Brasil e outros países da América Latina, eugenistas, físicos, psiquiatras e juristas engajados em campanhas para “medicalizar” o que se tornou cada vez mais conhecido como homossexualidade, alegaram que esse assunto não era uma questão meramente moral, [...] mas algo que também requeria ação de profissionais cujo objetivo era atentar para os riscos dessa “doença” social e pessoal. (Green, 2003, p. 22).

Touraine (1989) já havia sugerido que “existe uma tendência muito forte a “medicalizar” problemas sociais”, portanto, “trata-se evidentemente de um mecanismo de redução dos problemas sociais a problemas de marginalidade” (p. 13) com uma inclinação recorrente em criminalizar e patologizar reivindicações sociais consideradas dissidentes – no caso da transexualidade estes questionamentos se referem à cirurgia de adequação sexual⁴⁷.

É necessário deslocar os impasses desta matriz colonial de pensamento – o que Lugones (2008) chama de “o sistema moderno-colonial de gênero” – para uma discussão crítica mais profunda sobre cidadania que transponha as formas de significação atribuídas ao gênero. Esse movimento desencadeia um processo de desontologização dos sujeitos de uma política normalizadora das identidades e, por conseguinte, desvia a base natural (diferença sexual) que legitima e estrutura uma padronização na construção dos corpos.

Dialogando a partir de uma nova proposta de gramática conceitual direcionando o olhar para experiências coletivas deslocadas

Em análises sobre o regime disciplinar e regulações dos corpos em determinados espaços, a partir do significado de biopoder, Foucault (1988) aponta as amplas estratégias dos estados modernos ocidentais em regular e subjugar os corpos. Este controle social impõe uma normalização dos corpos, ou seja, configuram uma biopolítica envolta nas padronização de modelos de corporalidade.

Em determinado momento e em contrapartida, o movimento feminista se radicaliza na medida em que sua postura passa a ser uma vertente crítica às estruturas de poder nas quais as mulheres são associadas à categorias inferiorizadas no mundo Ocidental como emoção, corpo, reprodução, natureza. No decorrer histórico a aproximação dialética entre os estudos

⁴⁷ Vertentes atuais discutem que a modificação corporal na transexualidade não é um ponto crucial para sua identificação de gênero. Até mesmo por que se fosse desta forma estaria ratificando a lógica binária reproduzida historicamente, a qual as análises mais críticas tentam se desvencilhar desta biopolítica ocidental dos corpos.

feministas com os estudos sobre sexualidade, caracterizado ambos pela contraposição categórica e hierárquica ao projeto moderno do sistema sexo/gênero, emerge assim o campo analítico dos estudos queer ou Teoria Queer. Os estudos contemporâneos sobre sexualidade esforçam-se então em desconstruir o sistema de subalternidade das identidades, onde o que é dito normal se funde ao que é normativo – o normal refere-se ao que é esteticamente determinado, e o normativo ao moralmente determinado.

Escobar (2003) aponta em suas análises nos estudos sobre atores políticos e formas de colonialidade o compromisso com que a Teoria Queer tem radicalizado as percepções sobre as identidades, pois segundo o autor entende-se que a desessencialização das identidades significa assumir seriamente todas as identidades (p. 75).

Outras discussões complementares como a de Gaard (2011) diz que várias formas de opressão, como partes de uma lógica de dominação, estão intrinsecamente ligadas e se retroalimentam. Seguindo este raciocínio a mesma autora desenvolve um argumento inserido neste sistema destacado que toda prática efetivada no universo do erótico que não tem como objetivo a reprodução é categorizada como dissidente – o que chama *de erotofobia*. Por conseguinte, a construção do imaginário erótico interseccionam elementos singulares, sendo um destes a construção estética dos corpos que se relaciona diretamente com a ordem gênero, sexualidade e a reprodução. Isto posto, a transexualidade subverte e complexifica todos elementos acima destacados, abrindo e ampliando novas fronteiras analíticas em um movimento de reconhecimento pluralizado do outro.

Escola de Jovens e Adultos (EJA) e ONGs: possibilidades e limites de (trans)formação da arena sociopolítica no Espírito Santo

A representação social e suas implicações na produção de formas de reconhecimento nas esferas social, cultural e política estão relacionadas com a memória e a experiência. A política referenciada nas experiências pode cambiar as formas de representação, contudo, a práxis política deve articular uma política de reconhecimento e uma política de representação, segundo Scherer-Warren (2011). Ao assegurar as vozes políticas de minorias sociais, seus rebatimentos possibilitam ampliar a capacidade de absorver e articular suas respectivas demandas sociais e, assim, reconfigurar de forma mais eficaz as estratégias de instrumentalização de ações políticas concretas na esfera pública. Logo o objetivo é de proporcionar maior visibilidade às pessoas trans e de fortalecimento político aos movimentos frente às opressões, subordinações e injustiças – transpondo estes argumentos

aos debates de Fraser (2007), é desempenhar o ato de reconfigurar uma justiça de gênero sob as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação.

Todavia, na negociação de pautas políticas, o direcionamento das ações coletivas é

atuar cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político [...] através de que elementos materiais e simbólicos, referenciais normativos, circuitos identitários e formas de inserção nas redes se constroem nexos politicamente significativos e emancipatórios (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Há de se considerar notório construir uma gestão política capaz de questionar a universalidades no plano da concretude destas ações, incrementada por pertencimentos plurais no âmbito de todas as esferas sociais. Assim, conforme Wallerstein (2007), a alternativa possível seria aliar “universalidades” e “particularidades” no campo dos direitos, ou seja, “uma multiplicidade de universalismos, que lembrar uma rede de universalismos universais” (p. 124).

As abordagens do movimento trans e os avanços políticos estabelecidos no campo social no Estado do Espírito Santo é uma tarefa inquietante ao deparar-se com as especificidades existentes e as articulações que o movimento apresenta ao longo da construção de sua história política. As ações são construídas em um campo contraditório e ambíguo, em uma tensão entre a captação – de recursos matérias e simbólicos para possibilitar o desenvolvimento de políticas propositivas –, e a cooptação – das mobilizações sociais, neutralizando-as e despolitizando-as por introduzir suas lutas e demandas em um processo no qual o ativismo local é substituído pela atuação política em moldes institucionais.

A fim de melhor entender a rede de elementos que configuram as questões sociopolíticas locais referentes aos sujeitos transgêneros, foi utilizado uma abordagem etnográfica articulado à instrumentalidade analítica da ciência política como forma de levantamento inicial para mapear e identificar a origem do movimento, e para buscar reconhecer os sujeitos excluídos do reconhecimento de direito, pois aqueles em uma “[...] realidade social dentro do contexto atual da luta de direitos, passam a existir socialmente, cobrando sentido para as ações dos diversos agentes” (ALONSO, 2008, p. 24). Considera-se, então, que existe no fazer etnográfico uma interlocução entre os atores numa rede de significações onde é considerada a autoridade de quem fala⁴⁸, e que articulada à teoria antropológica são propostas reflexões teóricas sobre as estruturas relacionais na práxis política dos sujeitos existentes. Desta forma, o desdobramento e a relevância de uma

⁴⁸ Proposição encontrada no artigo ALONSO (2008) que foi inspirada em Malinowski (1935; 1985).

etnografia política se reflete na produção de uma compreensão concreta sobre o sistema de funcionamento sociopolítico inserida em um “complexo de subjetividades”, capazes de provocar efeitos nas estruturas sociais, na reflexão sobre os processos políticos e na viabilização de ações políticas⁴⁹.

Dois aspectos observados em campo foram eminentes para a construção das análises a partir do tema proposto neste artigo – a ONG ASTRAES na cidade de São Mateus⁵⁰ e o projeto municipal do EJA (Escola de Jovens e Adultos). Embora todas as limitações e conflitos inerentes que existem nas arenas políticas na relação Estado, mobilizações sociais e políticas públicas – neste caso especificamente a deslegitimação e patologização da identidade *trans* -, as articulações ocorridas ao longo do fazer político são oportunidades de instrumentalizar as ações de visibilidade e como estratégia de fortalecimento político emancipatório. Ainda que um contexto delimitado e precário, mesmo assim existe a possibilidade de reverter e ressignificar simbolicamente instituições opressoras.

Neste contexto, ações estratégicas são desenvolvidas com o objetivo de transpor entraves sociopolíticos, assim como as lutas das pessoas *trans* pelo reconhecimento social. O movimento pelo reconhecimento perpassa pela necessidade de fortalecimento de suas identidades para que, na medida em que os conflitos intersubjetivos são fundamentados na referência negativa relacionada a estes sujeitos e pela “[...] denegação de direitos, que mina a possibilidade de auto-respeito, à medida que inflige ao sujeito o sentimento de não possuir o status de igualdade [...]” (MENDONÇA, 2007, P. 173), em contrapartida construa-se ações propositivas que lhes proporcione maior autonomia na sociedade. Todavia uma das dimensões do reconhecimento⁵¹ é a estima social, no sentido de um prestígio adquirido pelo sujeito por sua contribuição de algo concreto na sociedade. Em vista disso, existe a possibilidade de entender que a legitimidade deste processo pode ser proporcionada a este indivíduo por estar inserido no processo educacional – que o prepare minimamente para poder atuar como sujeito ativo no sistema socioeconômico –, ou por meio de pressão do Estado pela da sociedade civil para garantir que demandas sociais sejam atendidas através de políticas institucionais – podendo este papel ser transferido e executado por ONGs no âmbito local.

Sobre as ONG´s na realidade cotidiana de participação política local dos transgêneros, esta é uma importante estratégia de visibilidade e reconhecimento social ao produzir pressão política na arena de disputas por cidadania ampla. Conforme Escobar (2005) em sua noção de

⁴⁹ Questionamento semelhante pode ser encontrado, a título de informação, no livro de Marcio Goldman (2006).

⁵⁰ Município do litoral Norte do Espírito Santo (ES).

⁵¹ O desdobramento da discussão sobre a noção e dimensões do reconhecimento social é desenvolvido por Axel Honneth.

“pós-desenvolvimento”, os novos movimentos sociais e ONG’s articulados a produtores de conhecimento são um dos principais atores, pois criam diferentes alternativas no processo de estabelecimento de outros indicadores de qualidade de vida em projetos de vida coletiva. Vale ressaltar que tais ações se desenvolvem sob um contexto contraditório e são configuradas em um campo de força antagônico; uma análise crítica de Chandhoke (2003) em relação à atuação de ONGs internacionais em sociedades locais permeadas por tensões entre projetos local e global, sugere que estas ameaçam o potencial democrático de resistência e contestação da sociedade civil e também legitimam a não-performance do Estado – concomitantemente o Estado cria mecanismos de controle e regulação da atuação das mesmas de acordo com a temporalidade no circuito de interesses políticos.

Um ponto interessante a se analisar no contexto do estado do Espírito Santo está nas oportunidades criadas de pessoas trans atuarem como gestoras de projetos sociais ligados a ONG local (ASTRAES) em parceria com Estado, principalmente relacionadas à prevenção DST/AIDS – como Green (2003) aponta em seu estudo, estruturação da qual continua a ser reproduzida atualmente no estado, que frequentemente em 1980 e 1990 a história do ativismo no campo da sexualidade “[...] se formou em torno da AIDS, ligado a educação, prevenção e assistência [...]” (p. 31). Há de se considerar que essa parceria entre mobilização da sociedade civil e governo, é um campo conflituoso. Existe uma tensão ideológica contínua e que se renova a cada mudança de Governo, refletindo, desta forma, nas possibilidades de maior ou menor materialização na atuação política de acordo com o direcionamento e interesse da gestão governamental vigente. Contudo, também existem as limitações financeiras por depender de verbas direcionadas aos projetos públicos e por se um planejamento vinculado ao PAM⁵² Municipal, plano este apresentado pelo Gestor de Saúde e aprovado pelos conselhos de saúde locais.

A trajetória de ação política da ASTRAES no cenário capixaba apontam ações marcantes, dentre estas um aspecto interessante a se destacar são as parcerias que surgem com outros movimentos atuantes na localidade. Relevante entender as motivações destas parcerias e os desdobramentos da formação desta “rede social”, como argumenta Costa (2006) utilizando conceito de outros autores⁵³, ao definir que estas redes são

processos de interação social não apreensíveis a partir da idéia de grupo social, quando as relações sociais aparecem altamente complexificadas entre indivíduos de pertencimentos distintos, sobretudo nas sociedades complexas

⁵² Considerações sobre o PAM (Plano de Ações e Metas) pode ser acessado no site: <http://www.aids.gov.br/pagina/o-que-e-transferencia-fundo-fundo>.

⁵³ Conf. Bott (1976) e Mitchell (1969).

urbanas. (p.37)

Destarte foi desenvolvida uma articulação com movimento negro local, a qual gerou um projeto com atuação na comunidade quilombola em São Mateus articulado em parceria com a Prefeitura da Cidade e a ONG ASTRAES. O objetivo do projeto era empoderamento da mulher quilombola através das questões de saúde e prevenção e a dinâmica utilizada era de encontros periódicos, promovendo debates de assuntos em torno da sexualidade e do universo da mulher, os quais eram levantados de acordo com a fala em tempo real das mulheres presentes⁵⁴.

Direcionando e articulando os debates às áreas da educação e da sexualidade, com enfoque nos processos de exclusão e inclusão social da população LGBTTTTIQAS⁵⁵, estudos denotam que “[...] a discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais [...]” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 9), como o ciclo de evasão escolar que distancia travestis e transexuais das salas de aulas.

Em pesquisa nacional sobre Juventudes e Sexualidade publicada em 2004, a UNESCO reconhecia o ambiente escolar como espaço marcadamente violento e hostil para pessoas LGBT no Brasil. Baseados nestes pressupostos, diretrizes do PNE (Plano Nacional de Educação) 2011/2020 e do documento-referência do CONAE (Conferência Nacional de Educação) 2014 apontam a preocupação em garantir à população a acessibilidade de políticas pedagógicas, com gestões específicas e formação contínua de profissionais da educação que atuem no “[...] reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação da segregação [...] de gênero e de orientação sexual” (CONAE, p. 15), na perspectiva de direitos humanos e adotando práticas de superação do preconceito à alteridade em diversos eixos. Portanto, diretrizes objetivas seguidas de estratégias específicas de concretização do desenvolvimento da Educação culminam em ações políticas de universalização e ampliação do acesso, com a inclusão de minorias em projetos em nível nacional e local.

A política de EJA tem atuado em âmbito nacional, como um marco de políticas afirmativas voltado para pessoas *trans*. Este projeto social tem como finalidade acolher possíveis sujeitos sociais com distintas trajetórias de exclusão e marginalização do sistema

⁵⁴ Não sendo o único objetivo das reflexões desta pesquisa, um estudo mais detalhado sobre a ONG ASTRAES articulado à realidade social das pessoas *trans* foi melhor desenvolvido em outro artigo com o intuito de entender a configuração e o desenvolvimento deste debate no contexto específico do Estado do Espírito Santo. Tal artigo pode ser acessado nos anais eletrônico do III Seminário Enlaçando Sexual, sob o título “Gênero em (trans)ito: abordagens no Estado do Espírito Santo” (2013). Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/2013/06/13/1735/>>.

⁵⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Queers, Assexuais e Simpatizantes, ou referenciada de forma simplificada com a sigla “LGBT”.

regular de ensino, com ações propositivas voltadas para a elevação de escolaridade e reinserção escolar – dentre os quais a população LGBT.

No contexto do estado do Espírito Santo o Projeto Básico de Implementação da Escola de Educação de Jovens e Adultos Professor “Admardo Serafim de Oliveira” (EMF EJA “ASO”), como referencial de campo utilizado na pesquisa dentro município de Vitória/ES, propõe em sua estrutura curricular inclusão das questões sobre a diversidade sexual e, também, a captação e inserção ao projeto de sujeitos e/ou grupos sociais relacionados diretamente as questões propostas no artigo. Ocorrido em 2011, um dos desafios postos pela pluralidade dos sujeitos atendidos pelo projeto e devido à sensibilização promovida pela SEMCID⁵⁶ de uma demanda emergente foi compelir aos educadores a construção e efetivação de um sistema de educação pluralista, onde existisse dentre os princípios norteadores o direcionamento de um sistema não-homofóbica e não-lesbofóbica – incluindo o eixo da “Diversidade Sexual” no projeto político pedagógico. As ações desencadeadas para este fim, com intuito de abarcar estes sujeitos, desencadearam a possibilidade de acesso e permanência destes sujeitos em uma educação que promove dentro do espaço físico da escola o combate e a desconstrução de preconceitos.

Aprofundando as questões há de se considerar que, pensar em ações afirmativas que promovam e incorporem a perspectiva da interculturalidade, é fundamental ter uma visão “pluriuniversal” sobre o fenômeno para possibilitar a elaboração de estratégias eficazes de enfrentamento neste processo, pois, em um ambiente escolar com aparente tolerância (silenciosa), paralelamente pode estar sendo criadas diferentes áreas de interface que perpetuam a exclusão ou subordinação. Portanto e nesse sentido, o mascaramento ou (não)reconhecimento da pluralidade no campo da sexualidade “[...] pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças” (DINIS, 2008, apud LOURO, 2001, p.89). O aspecto do silêncio, importante frisar, pode representar símbolos de uma violência que desumaniza a pessoa *trans*, passando esta a ser um mero “[...] personagem [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas suas condutas [...] inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (Foucault, 1988, p. 50). Assim sendo, um espaço considerado singular para o exercício da cidadania e da garantia do direito humano à educação pode se mostrar, ambigualmente, como espaço para a reprodução e reiteração de condições de subalternidade.

⁵⁶ Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos no estado do Espírito Santo.

Considerações finais

Ao examinar as contribuições teóricas propostas neste estudo é possível dar inteligibilidade às percepções em como o Transfeminismo se configura e atua na esfera pública no estado do espírito Santo. A transgeneridade é parte fundante em um sistema de dominação como perspectiva categórica subalterna nos estudos decoloniais; o reconhecimento social, a identidade política e a auto-representação são partes integrantes de sua existência social, fazendo-se importante as análises do funcionamento desta rede de ações políticas e sociais para entender as reproduções existentes e em que contextos estas ações se operam. Estas são questões de um processo complexo, contingente e passível de transformações ao longo de sua dinâmica.

Neste sentido, feito o reconhecimento de possíveis protagonistas sociais no espaço local de sua origem foi exequível analisar os fluxos de ações e interesses que convergiram na fundação da ONG ASTRAES e na implantação de alguns projetos sociais com um panorama intercultural, como o EJA. É de grande importância para o desenvolvimento analítico entender que projetos de diferentes interesses e com trajetórias particulares em negociação são campos férteis para materialização de ações, e que estes processos de desenvolvimento destas relações se inserem numa rede social em prol de um projeto que amplie o cenário democrático.

Ainda há muito a reivindicar nas ações de lutas das transfeministas para viabilizar processos mais participativos nas arenas políticas, com o objetivo de ampliar e consolidar conquistas em um cenário realmente democrático para as pessoas que transitam no campo da transgeneridade. Criar, assim, possibilidades de práticas concretas de uma rede de solidariedade horizontal, ao qual seja considerado o discurso e as ações produzidas pelos múltiplos sujeitos coletivos que dão corpo as organizações civis. Para concluir, talvez como proposta de um planejamento futuro, interessante seria indicar um conjunto de ações para identificar a diversidade de mobilizações sociais que atuam no estado do Espírito Santo, e como desafio examiná-los no sentido de uma investigação crítica (pro)positiva e de empoderamento dos mesmos. Desta forma, configurar uma cartografia política destes movimentos para que seja viável ampliar e experienciar a articulação em rede como proposta de estratégia emancipatória.

Referências bibliográficas

ALONSO, Sara. “O Fazer Etnográfico: políticas, mediações e definição de grupos” in: *XI Congreso de Antropología de la FAAEE*. Barcelona: Edição Donostia, Ankulegi Antropologia Elkartea, p. 15-35, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. *Boderland / La frontera: The new Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. “Movimentos sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras” in: *Caderno CRH*. Salvador: v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHANDHOKE, Neera. *The conceits of civil society*. Oxford: University Press, 2003.

COSTA, Sandra Regina Soares. *Universo Sonoro Popular: um estudo da carreira de músico nas camadas populares*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 223 f., 2006.

DINIS, Nilson Fernandes. *Educação, relações de gênero e diversidade sexual*. Campinas: Educ. Soc., v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad / colonialidad latinoamericano” in: *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 01, p. 52-86, enero/dic. 2003.

_____. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social. Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización (coord. Daniel Matos) in: *Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad Central de Venezuela*. Caracas: p. 17-31, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

GAARD, Greta Clair. “Rumo ao ecofeminismo queer” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 19, n. 1, p. 197-223, jan./abr. 2011.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 367 f., 2006.

GREEN, James N. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina” in: *Cadernos AEL, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas: v. 10, n. 18/19, p. 13-43, 2003.

LACLAU, Ernesto. “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social” in: *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 1, n. 2, p. 01-09, out. 1986.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Ed.

UnB, Letras Livres, 2009.

LUGONES, María. “Colonialidad e Género” in: *Tabula Rasa*. Bogotá: n. 09, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. “Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano” in: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Edição n. 0, v. 29, Nov. 2007, p. 169-185.

PRECIADO, Beatriz. “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’” in: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

RODRIGUES, Léo Peixoto. “Estruturalismo, pós-Marxismo e elementos da Teoria do discurso de Ernesto Laclau” in: *I ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS/III ENCONTRO DE CIÊNCIAS DO SUL: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO, IDENTIDADE*. Anais eletrônicos ... Pelotas: p. 1-12, 2008.

SANTOS, Ana Cristina. “Estudos Queer: Identidades, contextos e acção colectiva” in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, p. 03-15, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais” in: *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. “Rede de movimentos sociais na América Latina: Caminhos para uma política emancipatória?” in: *Caderno CRH*. Salvador: v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

_____. “Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina” in: *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n.1, p. 17-26, jan./abr. 2010.

_____. “Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais” in: *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchmann (org.). Florianópolis: Editora da UFSC, p. 17-35, 2011.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos” in: *Lua Nova*. São Paulo: n. 17, p. 5-18, 1989. ISSN 0102-6445

WALSH, Catherine. “Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-espistémicas de refundar el Estado” in: *Tabula Rasa*. Colombia: n. 09, p. 131-152, jul./dic. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAÚDE E PERIFERIA: A FORMAÇÃO MÉDICA E OS BAIRROS PERIFÉRICOS

Arieli J. Buttarello⁵⁷
arielibuttarello@hotmail.com

Resumo: A problemática dos serviços de saúde pública apresenta-se complexa, envolvendo questões sob diversas abordagens que visam atingir e garantir a saúde dos considerados excluídos socialmente. Tal problema faz-se tanto institucionalmente quanto na construção da relação entre os cuidadores e os solicitadores desse cuidado. O curso de Medicina da Universidade Federal situada na cidade de São Carlos tem como base de ensino a formação dos alunos dentro dos conceitos da saúde pública; com atendimentos em unidades de saúde instaladas em bairros localizados longe do centro da cidade. A necessidade de se pensar sobre a disseminação do discurso acerca da população periférica, com base no entendimento dos discentes desse curso se faz relevante para buscar compreender um tipo de inclusão que se supõe ser metafórica. A partir de entrevistas informais buscou-se repensar questões sobre a hierarquização de saber entre o “da cidade” e o “da periferia” sob a visão da ciência médica. Foram aferidos certos pré-conceitos negativos pelos graduandos em relação à população de bairros periféricos; assim como algumas hipóteses de como melhorar a compreensão de tal população sobre a área médica. Desse modo, foi possível refletir sobre a imposição de um saber legitimado a partir do que é lido como compreensão e incompreensão do tratamento, sobre problemáticas de acesso dos grupos periféricos a serviços de saúde e também sobre como são vistos diante dos pré-profissionais pautados em uma Medicina que visa considerar os aspectos sociais da população. O que é proposto com tais reflexões é o interesse de diálogo com outros campos de estudo, além do das Ciências Sociais, que interferem cotidianamente em todas as esferas da vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Saúde pública; segregação; inclusão social

Dado ao que se convencionou denominar segregação urbana/espacial/social, os bairros periféricos ao centro das cidades estão à mercê de um sub-olhar social. A partir de olhares sobre os contingentes “marginais” da população tem-se a necessidade de repensar os limites entre o centro e a periferia.

Buscando entender a definição do termo periferia como algo além de determinações rígidas, pautadas apenas em aspectos geográficos e de exclusão, o presente trabalho visa analisar a concepção de periferia entre os graduandos de Medicina que atendem a população dos bairros periféricos da cidade de São Carlos. O surgimento de tal reflexão dá-se por uma gama de relações, tais como o histórico de condicionantes geográficos no entendimento do processo saúde-doença; a oferta de serviços de saúde serem distintas no meio intra-urbano; os moradores de bairros periféricos terem dificuldade de acesso a vários equipamentos urbanos e a visão pejorativa disseminada de tais regiões.

⁵⁷ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos

Como colocado por pesquisadores de favelas de cidades médias⁵⁸, antes do contato com os bairros de pesquisa a imagem negativa estigmatizada quanto ao que consideravam periferia era predominante em seus entendimentos; porém, com a vivência no local houve quebra desse preconceito. Tal imagem é construída por julgamentos de que os bairros são lugares perigosos, pobres e violentos – ou seja, são concepções pautadas no que “ouvem falar da região”. Desse modo, busca-se entender qual a visão de indivíduos que estão sendo capacitados para trabalharem nesses locais, tendo como ponto norteador a questão de como construir uma sociedade que garanta respeito às denominadas diferenças.

Assim, as análises propostas serão apresentadas em breves discussões transversalizadas; tendo como base o processo de modernização-periferização, a acessibilidade a uma política pública que visa garantir a saúde da população, a visão “de dentro e de fora” do que é concebido como periferia, e entrevistas informais que buscam elucidar a relação teórica e prática do ensino médico da UFSCar.

Saúde, urbanização e periferia.

A preocupação com a saúde da população vem tornando-se mais presente devido ao desenvolvimento da ciência médica e seus instrumentos de análise. A saúde pública e o planejamento urbano já foram considerados como mesma entidade, derivando daí o saneamento urbano tão marcado no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo o controle de transmissão de doenças infecto-contagiosas, as melhorias de condições de vida nas cidades e o embelezamento dessas (à custa do afastamento dos indesejados). Os médicos passaram a controlar o espaço social por meio das estatísticas de saúde e dos inventários de distribuição das habitações, pessoas e doenças pelo território.

Os problemas urbanos eram vistos como causados pelo sistema fabril (que era justamente o que consolidava o urbano); as doenças eram associadas à população pobre, aos ativistas de sindicatos, aos desempregados e às gangues do crime organizado – todos considerados membros das “classes perigosas” – todos trabalhadores concentrados nos cortiços. Surge disso, a Medicina Higienista visando educar a população com práticas de higiene; instalar rede de água e esgoto e eliminar as edificações insalubres.

Com os estudos em Microbiologia na metade do século XIX e início do século XX foi possível reduzir as taxas de mortalidade; alterando-se o perfil epidemiológico, enquanto

⁵⁸ Mendonça (2009) e Ávila (2006).

novas doenças vieram impor-se conforme as cidades iam crescendo. As análises sociais tornam-se importantes para a explicação de pontos que não eram considerados, vindo a ganhar força em tais estudos, atribuindo a saúde e a doença não apenas olhares de aspectos individuais.

As práticas e saberes médicos foram normalizados por meio da sistematização do conhecimento médico e sua localização em instituições de ensino específicas. Esse processo de normalização conferiu ao corpo médico, legitimidade exclusiva para tratar das questões de saúde, adentrando em outras esferas da vida social e também se associando a outros saberes. O médico foi então, revestido com autoridade para decidir e interferir nas situações da cidade, sendo as decisões baseadas naquilo que ele assegurava evitar ou até mesmo exterminar.

O progresso científico-médico está ligado não apenas ao homem físico, mas também moral, o foco de tal saber é o “homem e sua cidadania”. É preciso livrar o homem da obscuridade e da desordem de um ambiente caótico que é o meio urbano; e é na cidade que a Medicina Social se desenrola, adequando tanto as instituições urbanas quanto os corpos a essa lógica do modelo moderno – a Medicina Social esquadrinha o que é urbano em seu caráter macro e micro, transformando o modo de pensar e agir de toda uma sociedade (Machado, 1978).

Com a medicalização do urbano, os serviços de saúde e o consumo de medicamentos colaboram para a constituição da organização espacial das cidades; tornando-se não apenas ordenadores de espaços, mas de comportamentos, modos de vida, aparência e performances do corpo. Dessa noção, problemáticas tais como a ciência ser vista como indicação de progresso impõe-se sob o manto de necessidade de “melhorias” nos locais da cidade vistos como “ruins”, que são os bairros periféricos. Em contraponto ao que se considera como “periferia ruim”, tem-se o surgimento do ideal de qualidade de vida vendida pelo mercado imobiliário, pautado no afastamento do urbano. Tem-se, portanto, que a noção negativa de periferia não é restrita apenas à localização.

Com o intuito de analisar a segregação urbana como um dos indicadores de saúde da população, iniciou-se em 2011, uma pesquisa pelo Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. A fim de investigar a saúde nas metrôpoles brasileiras, busca-se mostrar que a segregação do território tem relação direta com a saúde e as condições de vida da população. Afirma-se não ser apenas a pobreza a causa de doenças, mas sim a pobreza junto com a segregação espacial, pois a classe baixa vive em locais frequentemente insalubres e são carentes de infraestrutura urbana como metrô, hospitais, escolas de boa

qualidade, etc.

Caiaffa (2008) destaca que as análises de como o modo de vida urbano afeta a saúde parecem limitadas, fornecendo resultados globais que falseiam a realidade, pois se assume que uma característica urbana é igual para todos os indivíduos, não considerando os acessos diferenciados a determinadas características ou equipamentos urbanos.

Quanto à relação da urbanização, do avanço da medicina, da noção de “periferia ruim” e o que se entende como progresso ou desenvolvimento, questiona-se o acesso a esse tal desenvolvimento: houve a diminuição de certas doenças, porém, houve também, o aumento de outras. A falta de acesso aos serviços de saúde pode levar às medicinas alternativas como substituições da medicina oficialmente legitimada, o que é gerador de certos conflitos. Na literatura acerca do entendimento sobre a periferia, há visões que se focam na “ausência” das coisas, não concedendo a população de bairros periféricos capacidade de inventar um modo próprio e legítimo de lidar com problemas que a afeta; como também há, em contraponto, a literatura que substitui a visão homogeneizadora da população periférica pelo entendimento de suas várias formas de significação.

O histórico de imagem negativa dos periféricos/excluídos carrega várias características moralizantes que foram formando no imaginário social uma série de estigmas pelos quais se entende que esses são indivíduos que devem ser controlados por serem geradores de desordem e de contágio de epidemias.

Com uma pesquisa feita na metrópole São Paulo sobre a implantação do Programa Saúde da Família (PSF), principal estratégia na organização da Atenção Básica, e a exclusão sócio-espacial; Bousquat (2006) demonstra as coberturas bastante distintas do Programa. Evidencia-se os obstáculos das regiões pobres em atrair médicos, a focalização de implantação de unidades de saúde que se iniciam pela periferia, e a dificuldade de acesso dos moradores periféricos em fazerem uso da potencialidade da metrópole global, sendo o urbano produtor de “cidadãos incompletos” (Santos, 1993) *apud* Bousquat (2006). Tendo o espaço como categoria de análise, critica-se a abordagem espacial (questão da espacialidade e territorialidade) ser deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos planos e políticas públicas, o que se mostra como defasagem nas avaliações e estudos para implantação de políticas públicas. Katzman (2006) *apud*

Azevedo (2009) considera que as condições locais afetam na eficácia e eficiência das políticas, devendo ser incorporada a variável territorial no desenho das políticas públicas, considerando as diversidades das estruturas sociais no espaço urbano juntamente com as

características da segregação residencial e não em suas consequências. Disso, aproxima-se da investigação de Caldeira (2000) que considera os efeitos do espaço sobre o social tanto pela separação dos grupos sociais no espaço como pelas consequências deste fato na oferta de políticas sociais; dado que o desempenho da política diferenciado pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade dos grupos sociais; indagando de que modo os serviços podem variar segundo a localização espacial, ou seja, não é apenas a separação que determina o acesso desigual aos serviços, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que específica e reproduz a separação.

Bousquat (2006) evidencia também que a proximidade física não proporciona a interação social dos grupos – os percebidos como diferentes são mantidos à distância. O autor afirma que a vizinhança não elimina as relações de dominação, pois as pessoas procuram conviver somente em grupos semelhantes aos seus, não se interessando em encontrar soluções comuns para os problemas sociais; distanciam-se visível ou invisivelmente, trazendo a existência de um espaço físico e um espaço metafórico. Dentro dessa questão, Najjar (2007) também vem colocar que a segregação no espaço urbano não é

“perfeita”, pois nem todos os espaços identificados como sendo de baixa renda são ocupados apenas por pobres, nem tampouco os pobres ocupam áreas tidas como concorrentes. Porém, muitas análises baseiam-se nas ideias de Durham (1973) de que embora haja pobres por toda a cidade é na periferia que eles se concentram e seu modo de vida fica mais claro - a periferia deixa de ter conotação apenas geográfica e passa a constituir uma série de representações da cidade e da própria sociedade. Vê-se o

“excluído” pelo estrangeiro simmeliano - não pertence ao grupo, mas tem uma forma específica de interação em um jogo de distância e proximidade com a sociedade.

O fenômeno urbano contemporâneo vem se apresentando a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Percebe-se o urbanismo, a arquitetura e a geografia urbana como controladores de visões e pesquisas sobre cidades; mas, sendo a política urbana e o ordenamento territorial pensado através da economia, meio ambiente, saúde pública, sociologia e áreas afins; mostra-se o dinamismo e as exigências de mudanças de olhares para a construção de um sistema relacional em diálogo e não a imposição de uma visão única.

A saúde urbana na capital da tecnologia: São Carlos

Para o auxílio do entendimento das impressões de indivíduos que tem contato com regiões periféricas da cidade de São Carlos através do ensino da Medicina, toma-se por base

uma pesquisa realizada em 2006 sobre a imagem de um bairro periférico na cidade de São Carlos (bairro Antenor Garcia e os bairros da região Cidade Aracy); com sua visão pela parte de dentro (próprios moradores bairro) e pela parte de fora (visão dos moradores externos a tais bairros)⁵⁹, juntamente com uma pesquisa concluída em 2004, que datando de processos históricos e sociais desde quando tal cidade foi fundada em 1867, mostra as mudanças urbanas, epidemiológicas e a constituição das instituições e serviços de saúde⁶⁰.

Sobre a “periferia”

A ocupação do território em São Carlos deu-se predominantemente de maneira radiocêntrica, processo que se reflete na atual configuração espacial. Uma análise demográfica do município, realizada nos anos 2000 pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SMH DU) demonstrou que durante a década de 1990 houve um aprofundamento da desigualdade sócio-espacial na cidade, caracterizada pelo considerável aumento de moradores de baixa renda em áreas afastadas e sem infraestrutura, em contrapartida à redução do uso residencial da área central, cada vez mais destinada ao setor de comércio e serviços. Atualmente São Carlos conta com apenas uma área central e aproximadamente três áreas de concentração periférica.

Ávila (2006) afirma que as periferias de cidade de porte médio, ou mesmo de cidades pequenas, distantes dos centros metropolitanos, devem ser considerada não como uma mera reprodução das periferias metropolitanas, mas como um fenômeno particular e que suscita uma análise mais detalhada.

Nos anos 1980 surge um interesse pelo nível microsocial da vida produzindo-se várias etnografias sobre as favelas e periferias das cidades grandes como Rio de Janeiro e São Paulo e, em menor proporção, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. Mostra-se que para referirem a si mesmos, os moradores de favelas usam os termos “trabalhador” e “pobre” carregando valores morais e distintivos, pois trabalhador é todo homem honesto que não optou pelo mundo do crime. Quanto à visão daqueles que não moram em locais periféricos, eles são os que perturbam a paz, são os invisíveis, sendo sua única visibilidade ligada à criminalidade.

⁵⁹ ÁVILA, M.P. “Periferia é periferia em qualquer lugar?” *Antenor Garcia: Estudo de uma periferia interiorana*. Dissertação de Mestrado. UFSCar, 2006.

⁶⁰ MACHADO, M.L.T. *Tradição e tecnologia: a história oral e escrita da atenção à saúde em São Carlos*. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, 2004.

A popularização do uso do termo e a questão da periferia ganhou espaço nos debates políticos, na mídia e no imaginário social; porém ao deixar de ser questão restrita ao meio acadêmico possibilitando novos olhares sobre o tema, a imagem que se formou no senso comum é basicamente pejorativa, pautada pela violência, criminalidade e pobreza. É entendida de um modo semelhante à tendência antiga das elites brasileiras em identificar a desordem urbana como proveniente dos espaços onde estão concentradas as camadas mais pobres da cidade.

Para a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social da cidade de São Carlos o bairro periférico Antenor Garcia, foco da pesquisa referenciada, é tido como “inexistente”, pois o considera como extensão do bairro Cidade Aracy II. As divisões espaciais são entendidas por diferentes perspectivas: a não demarcação imposta pela administração pública leva a definições feitas pela própria população. Enquanto para os moradores dos outros bairros não há diferença entre os bairros da região Cidade Aracy, numa tendência a identificá-los como sendo “tudo Aracy”, a situação oposta também se verifica entre os moradores do Antenor Garcia: muitas vezes a cidade de São Carlos e a área central são concebidas como sendo a mesma coisa.

Ávila (2006) coloca que todas as ruas do bairro são asfaltadas e as casas feitas de alvenaria, com rede de água e esgoto: apenas em uma rua (a Rua 7) há concentração de casas semelhantes a barracos (feitas de madeira e latas de tinta velhas; e casas em terrenos irregulares); tida pelos moradores como “concentração dos mais pobres” do bairro e lócus da bagunça, das “coisas erradas”. Tais diferenciações podem ser comparadas com uma pesquisa realizada por Mendonça (2009) com base em uma região em que há uma favela e uma COHAB lado a lado: a mudança do primeiro para o segundo local não significava ter apenas uma casa própria, mas implicava em comportamento moral; passar para o outro lado da rua tem uma gama de significados. Dentro da própria região vista como favela pelos moradores dos outros bairros, há a produção dos seus próprios outsiders.

Há uma quantidade expressiva de bares e cerca de nove tipos de igrejas no bairro Antenor Garcia. Não há nenhum equipamento de lazer público, que segundo a Secretaria Municipal de Habitação, o fato se explica por não haver no local áreas públicas para tanto – as áreas livres são consideradas impróprias para construção.

As reclamações recorrentes dos moradores do bairro são o preço alto da passagem e a discriminação do povo da cidade com o bairro; o que para eles é injustificável, demonstrado em falas afirmando que *“o perigo está em todo o lugar, pode estar até no centro”*.

Para os próprios moradores do bairro, a palavra “favela” remetia a uma série de símbolos negativos, com os quais eles não se identificavam e procuravam não relacionar “*de jeito nenhum*” com seu local de moradia; há aversão aos termos periferia/favela.

A situação de desigualdade de oportunidades é significada como sendo resultado de um processo de estigmatização que pode até já ter tido razão de existir, afinal o bairro já foi violento, mas que agora não se justifica. Na visão dos moradores das favelas sobre eles mesmos, vêem-se como verdadeiros guerreiros “sobrevivendo no inferno”⁶¹ – essa ideia valorativa é uma importante referência identitária, pois permite a construção de um sentimento de igualdade e solidariedade entre os moradores de periferia, independente da cidade.

Sobre a saúde

Destacam-se certos fatos históricos em relação à saúde pública e urbana são-carlense; como a construção de um prédio para ser um hospital no atual bairro Vila Nery, onde funciona até hoje a conhecida Escola Industrial (EITEC)⁶², na década de 1920, não sendo “claras as razões para a não-concretização do empreendimento inicial de um grupo de médicos, que poderia ter gerado diferentes rumos para a história da cidade, a qual, só em 2004, viu começar a construção de um hospital público” (MACHADO, 2004, p. 138). Há também, contrastes entre documentos oficiais da década de 1940 que colocavam o atendimento à saúde como excelente, enquanto os servidores municipais da saúde o consideravam precário. Destaca-se também, que em 1970 foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade de São Carlos (PDDI) em convênio com a Escola de Engenharia da USP; que analisou alguns itens referentes às condições sanitárias concluindo que a educação da população para tal era insatisfatória e que as atividades profissionais eram em grande parte desenvolvida por elementos não-capacitados (farmacêuticos, curandeiros, benzedeiros), e colocava a necessidade de integração da rede das unidades para melhores atendimentos – o que atualmente se vê legitimado, mas com dificuldade de funcionamento.

Em 1984 instalou-se o ParqTec (Fundação Parque de Alta Tecnologia), a primeira incubadora da América Latina com o objetivo de atuar como gestora e promotora do pólo tecnológico da cidade; e no mesmo ano houve o início da expansão da rede municipal de postos de saúde (atualmente Unidades Básicas de Saúde) - a partir de então, foram sendo

⁶¹ Título de um cd do grupo de rap Racionais MC's.

⁶² Escola Técnica Estadual – educação pública e profissional.

instaladas unidades de saúde nos bairros considerados periféricos. Porém, essas implantações já se iniciaram com grandes diferenças entre o que os trabalhadores da saúde queriam tecnicamente e o que era possível à administração ceder.

Outro ponto de destaque é que os serviços, a administração, a gestão e os recursos para as políticas sociais são notadamente perpassados por partidos. Como exemplo, tem-se uma gestão na década de 1990 marcada pelo clientelismo, em que as opiniões do Conselho Municipal de Saúde (formada por representantes dos bairros) não eram respeitadas.

A eleição para a gestão 2001-2004 fugiu a regra de alternar no poder partidos conservadores, abrindo possibilidades de mudanças na história da cidade. Apresentaram-se metas de implantação do PSF e do Programa Agentes Comunitários da Saúde nas diversas áreas da cidade identificadas como prioritárias, por possuírem mais famílias em situação de risco para a saúde. A escolha das áreas foi baseada no Mapa da Exclusão elaborado pelo Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, que focalizou as famílias que vivem em situação de pobreza e miséria, levantando alguns indicadores, como rendimento familiar, escolaridade do chefe de família e mortalidade infantil.

Machado (2004) afirma que em meados dos anos 2004, o discurso oficial personalizado na secretária da saúde da cidade divergia do discurso de usuários e trabalhadores (contradição que não mudou desde 1940). Segundo a autora, afirma-se que os entrevistados em sua pesquisa nunca viram ou ouviram falar de um movimento social reivindicando direitos de saúde⁶³. As opiniões dos moradores entrevistados foram consensuais em afirmar que a saúde não acompanhou a história da cidade; estava sempre atrasada. O crescimento econômico e cultural não foi acompanhado nas áreas sociais com a mesma intensidade e velocidade, trazendo, portanto, um histórico de não-planejamento da atenção à saúde na cidade.

Dos discursos dos discentes e conclusões

Os discursos dos discentes do curso de Medicina têm como base os atendimentos nas UBS dos bairros periféricos são-carlenses, não sendo pautados em um bairro específico. Através de entrevistas informais foi possível captar algumas reflexões acerca da relação das possíveis dificuldades em entender o outro, pautados em noções sobre segregação.

⁶³ Há mudanças muito recentes dada à crise no curso de Medicina da UFSCar e a problemática de governança do Hospital-Escola.

As unidades da Saúde da Família são casas adaptadas e improvisadas; portanto, há reclamações de falta de salas e espaço para um bom trabalho. Há reclamações também sobre o salário do médico da família e justificativas de por isso não haver desenvolvimento de vínculo de longo prazo com a população que *“por ser uma área da periferia, não é muito atrativa para médicos da região”*. Com isso, há grande rotatividade desses profissionais, e há consenso em perceber os efeitos negativos da falta de um médico em uma unidade de saúde para a população.

Quanto ao o que é feito quando desses problemas, as opiniões dividem-se em: a equipe da unidade é vista como bem formada e organizada quanto às práticas e encaminhamentos de pacientes e, a equipe da unidade é vista como desfocada e havendo falta de profissionais. Percebe-se assim, a diferença de atendimento e qualidade entre unidades de uma mesma região, pois *“quando uma das equipes está sem médico, a outra equipe não substitui esse serviço para a população daquela equipe desfalcada, e o atendimento torna-se desigual e dependente da disponibilidade do momento”*. Coloca-se que o problema é dado pelo PSF ter como princípio o território, atendendo apenas os moradores do bairro em que a unidade está localizada. Além disso, uma das observações foi *“quando o caso é um pouco mais grave eles são orientados a procurar uma UBS”* e muitos moradores não têm como se locomoverem até a unidade. A partir de tais observações, evidencia-se a problemática e a dificuldade de acesso enfrentada pelos moradores dos bairros periféricos aos serviços públicos de saúde.

Quanto a falta de adesão ou não ao tratamento, os discentes consultados apontaram como causas da não-adesão: o analfabetismo, a falta de entendimento sobre a doença acarretada, a preguiça e a falta de dinheiro. Desse último aspecto, é observado que a rede pública de saúde não é bem abastecida em medicamentos.

Foram feitas comparações entre as propostas do governo que são pautadas no PSF e nas ampliações das UBS, havendo opiniões divergentes, tais: a UBS teria maior efetividade por ser um atendimento focado no problema trazido pelo paciente e não no cuidado integral, em contraponto ao PSF; e o discurso contrário, em que o PSF foi colocado como um fator que potencializa o tratamento, pois adentra em mais esferas da vida, buscando levar maior *“esclarecimento”* aos pacientes, e não apenas visando a *“cura”* instantânea, tendo maior foco na qualidade de vida e prevenção.

Foram apresentadas também, algumas sugestões de melhorias, como colocada nesta

fala: “*é muito importante treinar a equipe para sempre passar as informações sobre a doença e o tratamento medicamentoso de forma muito clara, e repetidamente...deve-se bater na tecla mesmo*”; juntamente com a sugestão de combate à falta de interesse de autoridades locais em investimentos, porém sem especificações de como poderia ser feito tal combate. Não foram destacados problemas de trabalhar na periferia referentes à medo, dificuldade de acesso ou violência.

A interação usuários e trabalhadores alteram a política e diferenciam o acesso, assim como a segregação interfere nas formas de atuar dos agentes implementadores, trazendo as dificuldades em manter funcionários que impacta na qualidade dos serviços oferecidos. Se os serviços ofertados para os grupos de mais baixa renda e moradores de áreas segregadas são de pior qualidade; até que ponto o Estado está auxiliando na superação das condições de pobreza? Vê-se a importância da investigação intra-urbana para conhecer as especificidades, e para que as situações sociais negativas não sejam diluídas nas grandes médias homogêneas.

Sem dúvidas, há um distanciamento entre o SUS real e o SUS constitucional que carrega um debate sobre a universalização e focalização da política pública de saúde; que direciona ideias de “necessidades” a “áreas pobres”. As políticas de maior qualidade ocorrem nas áreas mais ricas das cidades e são expandidas diferencialmente para as áreas mais periféricas. A cidade das filas, das dificuldades e das carências é a mesma que a da alta tecnologia (com equipamentos de apoio e diagnóstico e terapia) – o meio técnico e urbano põe em relação o mundo material e o mundo simbólico.

A “favela”, então, é vista como atrasada científica e economicamente, pois os moradores não são seguidores dos preceitos dos serviços de saúde, não tendo êxito como outros grupos sociais. As cidades trazem a ideia do progresso científico e industrial sendo que cada indivíduo deve se encaixar em seus preceitos. Como proferido nos discursos dos entrevistados; o que se pauta é o status da profissão médica, o desfalque em infraestrutura e a culpabilização dos moradores, tendo que alguns não entendem o que deve ser feito para melhorar a sua saúde.

Sobre a culpabilização individual, Mendonça (2009) elucidou-nos certos aspectos ao investigar acerca do consumo de psicoativos: as perspectivas de classe e gênero e necessidades sociais não são reconhecidas no diagnóstico, e as questões sociais nem sempre são ditas como justificativas, sendo o ambiente familiar que se torna o primeiro culpado. Tais remédios podem ser entendidos como estabelecadores de comportamentos socialmente aceitos. Disso, vê-se que a saúde pública sempre esteve presente na elaboração dos planos

administrativos das cidades, mas integrados de forma benéfica e não considerando a criação de uma situação oposta (como a iatrogenia, por exemplo, que são os malefícios que os medicamentos podem causar). Há a imposição de uma verdade científica – imposição de desejo de determinado grupo condicionando comportamentos. A cidade chega à favela para “organizar” as vidas. As pessoas estão submissas aos padrões eleitos pelas elites. O desviante passa então a ser o problema e não o que ele questiona.

A medicina vê os indivíduos como produção de corpo disposto, seguindo a lógica capitalista com o trabalho sendo o centro de nossa sociedade moderna. Um ponto central destacado foi que os usuários procuram a “cura” e não se preocupam com orientações e prevenções. Disso, pode-se pensar em questões como a falta de percepção e diálogo horizontal entre os usuários e os responsáveis pelos tratamentos. As instituições devem moldar-se conforme a sociedade demanda (buscando não impor um único saber) e vice-versa. A partir disso, vê-se também como conflito as concepções baseadas na sociedade do imediatismo e as concepções de “medicina de longa vida”. Destaca-se com isso, que a questão do tempo é central na problemática urbana (profissionais sem tempo para atenderem melhor e população sem tempo para se cuidar), tal como a questão do espaço é central na problemática da infraestrutura.

As mudanças que vem ocorrendo nas políticas de inserção e inclusão desses favelados, periféricos, estigmatizados ou qualquer outra definição que evidencie fronteiras, estão presas a um tipo de controle – por mais “humanizadas” que sejam, como o ensino médico da UFSCar. O imaginário social necessita de muitos passos para esquecer as amarras de uma diferença que foi legitimada e é resignificada.

Referências bibliográficas

ÁVILA, M.P. “*Periferia é periferia em qualquer lugar?*” *Antenor Garcia: Estudo de uma periferia interiorana*. Dissertação de Mestrado. UFSCar, 2006.

AZEVEDO, S.J.S. *Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano*. Tese de doutorado - Unicamp, 2009. (p. 1-42, 183-194).

BOUSQUAT, A. *et al. Implantação do Programa Saúde da Família e exclusão sócio-espacial no município de São Paulo, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 22, p.1935-1943, 2006.

CAIAFFA, W.T. *et al.* *Saúde urbana: “a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora”*. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 13, p. 1785-1796, 2008.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro (Trad.). 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. Ed. Perspectiva, São Paulo. Coleção Debates, 1973.

NAJAR, A.L.; PERES, F.F. *A divisão social da cidade e a promoção da saúde: a importância de novas informações e níveis de decupagem*. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 12, p. 675-682, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia).

Saúde Urbana: Segregação espacial e indicadores de saúde da população, 2011. Disponível em:

<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1709%3Asaude-urbana-segregacao-espacial-e-indicadores-de-saude-da-populacao&lang=pt> Acesso em 10/10/2013.

MACHADO, M.L.T. *Tradição e tecnologia: a história oral e escrita da atenção à saúde em São Carlos*. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, 2004.

MACHADO, R. *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Ed. Graal: Rio de Janeiro. Série Saber e Sociedade, v. 3, 1978.

MENDONÇA, R.T. *Medicalização de conflitos: consumo de ansiolíticos e antidepressivos em grupos populares*. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2009.

UMA QUESTÃO VIRTUALMENTE COMPLEXA: O DISCURSO COLONIAL NA INTERNET

Erik Wellington Barbosa Borda⁶⁴
ewborda@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo problematizar tendências contemporâneas que vêm na internet a possibilidade de construção de laços sociais onde a diferença não tem um papel central. É justamente a imagem de um “*sujeito virtual*” existente fora do discurso ou de posicionalidades sociais específicas que pretendo problematizar, ao mesmo tempo em que mostrarei que as relações poder/saber “de fora” do virtual estão aqui também presentes, moldando sujeitos e estabelecendo maneiras de se lidar com a alteridade. Para sustentar esse ponto me debrucei sobre o discurso colonial, identificando sua presença na internet e suas formas de enunciação. Esse discurso foi identificado em uma série de páginas, em especial as de jogos eletrônicos. A situação aqui analisada é um *meme* referente às atitudes dos brasileiros em jogos digitais. Para lidar com a problemática, optou-se pelas perspectivas oferecidas por autores pós-coloniais e decoloniais, como Homi Bhabha e Ramón Grosfoguel.

Palavras-chave: teoria pós-colonial; memes; estereótipo; internet; racialização.

Introdução e conceitos fundamentais

Não é raro encontrar perspectivas que tendam a ver a internet de modo demasiado otimista. Pierre Lévy, por exemplo, em seu livro *Cibercultura* adota tal posicionamento:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as *relações de poder* (grifo meu), mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre os processos abertos de colaboração (LÉVY, Pierre, 2010, p. 132.)

Segundo esse princípio, há no meio virtual uma dissociação dos indivíduos de seus locais de origem. Embora o autor em seu livro desenvolva essa questão, pensando a Cibercultura mais em termos da possibilidade do que ele chama de “*inteligência coletiva*”⁶⁵ do que propriamente uma realidade, o problema não se resolve; *não há* um protagonismo das relações de poder na construção da cibercultura. É justamente a imagem de um “*sujeito*

⁶⁴ Erik Borda é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Sociologia, atuando nas áreas de Estudos Culturais, Estudos Pós-coloniais e Sociologia das Relações Raciais. Atualmente pesquisa a obra de Stuart Hall e seus impactos nos estudos de raça e etnia no Brasil.

⁶⁵ A inteligência coletiva “*É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Acrescentemos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas.*” (LÉVY, P. 2011, p. 29.)

virtual” existente fora do discurso ou de posicionalidades sociais específicas que pretendo problematizar neste curto ensaio, ao mesmo tempo em que tentarei mostrar que as relações poder/saber “de fora” do virtual estão aqui também presentes, moldando sujeitos e estabelecendo maneiras de se lidar com a alteridade. Para sustentar esse ponto me debrucei sobre o discurso colonial, identificando sua presença na internet e suas formas de enunciação. Este texto, na condição de ensaio, visa apenas a propor questões para futuras análises mais precisas, explicando assim a liberdade da escrita e eventuais lacunas metodológicas.

O discurso colonialista foi identificado em uma série de páginas na internet, em especial em páginas de jogos eletrônicos. A situação aqui em questão é um *meme*⁶⁶ referente às atitudes dos brasileiros em jogos digitais, mas que em seguida transborda para outras dimensões do universo virtual – e real? –, interferindo nas práticas discursivas não digitalmente mediadas. A fim de evitar uma dissociação entre “mundo virtual” e “mundo real” – dando a impressão de que o primeiro não é real – optei por trabalhar com uma noção que privilegie a diferença discursiva entre essas duas dimensões. Assim, ao invés de pensá-los como dois locais distintos onde os indivíduos cruzam as fronteiras constantemente de maneira não problemática, foquei-me nas diferenças das práticas discursivas nessas duas dimensões. Aquilo que foi chamado acima de “mundo real” ficaria aqui entendido como um “local” onde os discursos não são mediados *digitalmente*, e o segundo tipo, um local onde os discursos são *digitalmente* mediados. Insisto que ambos os locais não possuem realidade ontológica. A vida social é experimentada e vivida nos dois “locais”, a divisão aqui é apenas para fins analíticos.

Convém fazer duas observações fundamentais para este trabalho. A primeira é que trabalho aqui com a noção de discurso colonial de Homi Bhabha. O discurso colonial, segundo esse autor, depende do conceito de *fixidez*, e sua principal arma é o *estereótipo*. O estereótipo, segundo Bhabha, “... é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido...” (BHABHA, 2013. p. 117). A função do discurso colonial é a criação de um espaço para os “povos sujeitos” e seu objetivo “é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução.” (idem, p. 124).

A segunda é que parto do pressuposto que o Brasil é uma sociedade colonizada. Entendo a matriz colonial de poder não como uma mera relação político-econômica de

⁶⁶ O termo vem do livro de Richard Dawkins, *O Gene Egoísta*. Segundo Dawkins memes são ideias que evoluem de acordo com os mesmos princípios que regem a evolução biológica. É usado na internet para se referir a qualquer conceito, imagem, som que espalhe. No trabalho em questão, analisamos uma imagem, a do brasileiro. É notável sua similaridade com as *black faces* usadas para representar os negros, mais comumente durante a primeira metade do século XX.

dominação, mas também como uma relação cultural e epistemológica (GROSFOGUEL, 2012). Neste sentido o – mal denominado – processo de emancipação política não conseguiu romper muitas de suas relações, e problematizar essa questão implica também considerar o que está para além do aspecto econômico – embora este também seja importante. Geralmente o que pouco se explora é o legado espiritual e cultural do colonialismo; o Brasil está, deste modo, sujeito à mesma matriz de poder da qual o colonialismo nada mais é do que uma manifestação histórica específica, matriz essa que Aníbal Quijano chamou de *colonialidade do poder*.

1. O brasileiro e o estereótipo em discursos não digitalmente mediados

Dentro de um quadro de notável e cretina ignorância sobre o nosso país, surpreende-me uma imagem unânime e monolítica – um verdadeiro tijolo simbólico – do Brasil como o país do café, do samba, das praias, das belas morenas, do carnaval e também dos assaltos, da corrupção, da inflação e das ditaduras. (DAMATTA, 1996, p. 113).

A fala de Roberto DaMatta me parece precisa no que diz respeito à representação do brasileiro no exterior por dois motivos. O primeiro, evidentemente, é que consegue captar as formas comuns de se pensar os brasileiros, em especial nos países centrais. O segundo, é que está presente o que Homi Bhabha chama de *ambivalência do discurso colonial*⁶⁷. O Brasil aparece ao mesmo tempo como o país da alegria, de belas praias e como um país violento, corrupto... em outras palavras, bárbaro e selvagem. Terrível simplificação, sem dúvida, mas não é uma simplificação por não corresponder à realidade, mas sim porque é uma forma *fixa* de representação que nega o jogo da diferença (BHABHA, 2013. p. 130).

Não me aprofundarei nas discussões a respeito dos desdobramentos de tais discursos, mas quero reter algo que é de suma importância para este trabalho. O principal problema do discurso colonialista não está no fato de ele não corresponder à realidade, mas sim no tipo de subjetividade que ele gera ou possibilita gerar. Fanon propõe em seu livro

Pele negra, máscaras brancas libertar o homem negro de si mesmo. A prisão a que ele se refere pode por nós ser mais bem apreendida se entendermos “*o si mesmo*” que fala Fanon como a subjetividade criada pelas práticas discursivas coloniais. Neste sentido, o discurso colonial cria o colonizador e o colonizado, mas os resultados para este último são os mais dramáticos. Impede que o sujeito colonial se torne efetivamente humano, gerando assim uma

⁶⁷ O processo de ambivalência cria uma “*alteridade*” que é ao mesmo tempo objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença contida dentro da fantasia da origem e da identidade.” (BHABHA, 2013. p.119).

subjetividade alienada, racializada, hierarquizada. O futuro do colonizado está em ser igual ao colonizador, embora isso nunca seja possível... O brasileiro não foge a esse impacto, e isso se torna visível na internet pela *potencialização* que ela traz em seu interior. A internet torna manifesta, assim, aquelas formas de representação estereotípicas latentes acerca do brasileiro. O que DaMatta apresenta é, portanto, a *matéria-prima* da construção da diferença em discursos não digitalmente mediados. Mas em que diferem os discursos de poder na internet?

2. O reconhecimento da diferença em discursos digitalmente mediados

Basicamente a elaboração e difusão dos discursos⁶⁸ de poder na internet passa necessariamente pelo que chamei anteriormente de relação mediada. A diferença desse tipo de prática discursiva para a do tipo de relação não digitalmente mediada, no caso do racismo, por exemplo, é que a relação com o Outro está sempre oscilando entre certeza e a incerteza. Isso dá devido a fato de que supostamente em uma interação *tête-à-tête* há um reconhecimento da diferença do Outro-racializado através do fenótipo, ou através do sotaque e etc., enfim, sobre caracteres que são obrigatoriamente ativados mais pela presença dos corpos dos sujeitos do que por sua subjetividade. Concordo com Bhabha quando diz que o discurso colonial depende da repetição, mas acrescento que na interação digitalmente mediada isso é *potencializado*. A diferença “não-está”, ela é sempre performativa. Não há como saber, em grande parte dos casos, de forma garantida com quem se interage. Isso não torna a diferença e seu papel menos necessários, muito pelo contrário. Como se verá mais adiante é utópica a ideia de um *sujeito virtual universal*, e isso se dá pelos mesmos fatores que não permitiram a efetivação da promessa moderna de qualquer tipo de sujeito universal⁶⁹. A diferença tem que ser constantemente criada, marcada, repetida, recuperada nas práticas discursivas virtuais, e de *modo diferente* das práticas discursivas não digitalmente mediadas. Nestas, pode-se supor a existência de algo exterior ao discurso, no virtual já não é possível. O substrato técnico material do computador se confunde de maneira intensa com os signos que transitam por ele. Nas práticas discursivas não digitalmente mediadas a diferença é marcada por uma “hipertrofia” dos significantes, tornando-os cada vez mais pesados, e assim, rompendo de vez com quaisquer amarras que poderiam eventualmente ter com seus significados. Nas práticas discursivas mediadas digitalmente a marca fundamental é a *potencialização*, e isso vale para o deslizamento dos significantes, principalmente porque é sobre eles que é marcada a diferença

⁶⁸ É importante antes de tudo afirmar que os discursos na internet, como se poderá comprovar ao longo do texto, são os mesmos “de fora”, mudando apenas suas formas de enunciação.

⁶⁹ Poderia ser de grande interesse analítico discutir a utopia do *sujeito virtual universal*, por sua vez, como uma das promessas da “pós-modernidade”.

entre os sujeitos – ou seja, irrevogavelmente no discurso.

Os significantes podem ser os apelidos usados por jogadores de sociedades coloniais, por exemplo. A diferença é marcada também ao nível dos enunciados desses jogadores que não dominam plenamente a língua inglesa. Assim como pode também ser marcada devido à velocidade de conexão do jogador, mais lenta quanto maior for a distância do servidor – que em grande parte dos jogos se encontra na América do Norte ou Europa. Isso, porém, é apenas o modo através do qual se reconhece a diferença, a esses signos são vinculadas todo o acervo simbólico das diferentes sociedades e o imaginário dos diferentes sujeitos.

3. A elaboração da diferença em discursos digitalmente mediados

Vejo a construção de representações estereotipadas na internet como um processo *análogo* ao de elaboração onírica freudiana, do mesmo modo que Edward Said analisou a questão do orientalismo, distinguindo entre o orientalismo manifesto e o orientalismo latente. A distinção de minha abordagem em relação à de Said é que estou pensando a questão com base em uma dissociação analítica entre um *local onde os discursos fluem* de maneira não mediada e outro onde há uma *mediação* da rede mundial de computadores. Esses dois locais podem ser entendidos aqui como respectivamente os sistemas freudianos de inconsciente e pré-consciente/consciente. Na figura 1 encontramos a representação final do aparelho psíquico freudiano. Nela se observa a posição que ocupam os sistemas inconsciente e consciente dentro do aparelho.

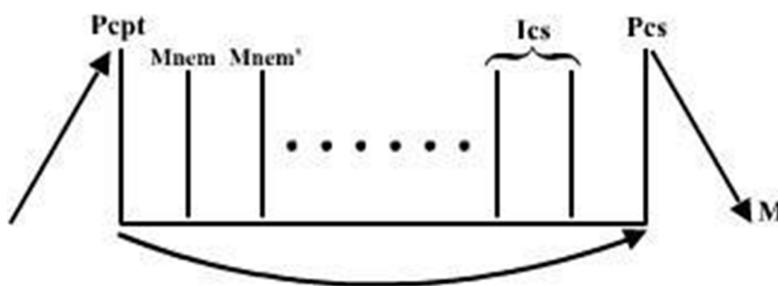


Figura 1

A elaboração onírica é um processo regressivo. Segundo Freud, dá-se a regressão “... quando, num sonho, uma representação é retransformada na imagem sensorial de que originalmente se derivou.” (FREUD, 2010. p 309.). É um processo de volta alucinatório à experiência original. O que trabalho onírico faz, segundo Freud, é realizar uma espécie de censura nos pensamentos oníricos latentes, dando origem ao sonho – pensamento onírico

manifesto –, que chega à consciência de forma sempre desconexa. A elaboração da diferença segue o mesmo princípio, há sempre uma busca nas práticas discursivas digitalmente mediadas de se atingir aquela representação estereotipada fixa original, mas isso a todo momento se choca com a experiência do virtual que é *distinta* da que se tem em uma interação *não mediada*. É distinta no sentido que dissemos acima, que a não-presença dos corpos força a diferença a ser marcada de outra forma. Assim, tal como no processo de trabalho do sonho, o pensamento latente – o estereótipo colonial das relações não mediadas – é transformado no estereótipo colonial dos discursos digitalmente mediados. É notável aqui que o primeiro serve de *matéria-prima* ao segundo. O resultado é que a partir da marcação discursiva das diferenças pela internet se crie uma representação que nunca é resultado do contato direto com os outros jogadores, mas de uma fantasia, um *desejo* de que o Outro seja efetivamente aquilo que se imagina. O nosso esquema poderia ser apresentado na figura 2.

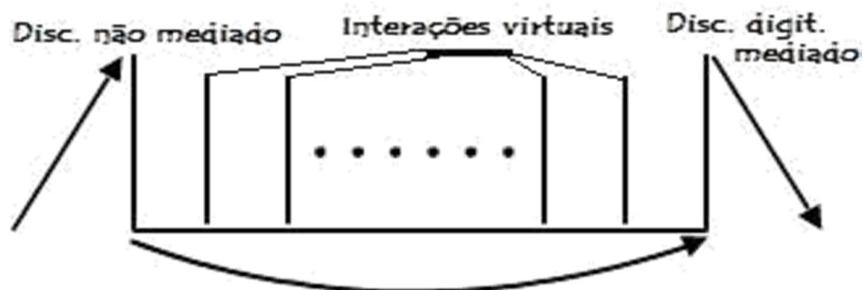


Figura 2

4. O estereótipo do brasileiro na internet

A figura 3 é a primeira tira em que aparece o meme huehue. Recebe esse nome pois comum nos ambientes virtuais os brasileiros mostrarem risadas na conversa através de “huehueh” ou “asauhsuahsuha”. Isso foi apropriado como um marcador central de diferença dos brasileiros. Através do processo de elaboração da diferença, se construiu a imagem do brasileiro tal qual ela aparece na tira. Não é possível perceber a forma física do jogador com quem se joga, logo não há sentido em construir o brasileiro como um indivíduo negro⁷⁰ e desdentado. Observa-se assim o desejo se atingir a representação estereotípica original dos discursos não virtualizados, aquela que é exposta na fala de Roberto DaMatta

⁷⁰ Outras tiras mostram o indivíduo sendo de cor preta, o que traz à questão uma complexidade maior acerca dos processos de racialização.



A tira diz respeito à atitude de jogadores brasileiros em jogos *multiplayer*. Em poucas palavras; os brasileiros são *pragas* dos jogos virtuais. Essa é a representação mais aparente lá fora e dentro do Brasil. O que é notável nesta tira, contudo, é caráter curioso que assume essa representação estereotípica. Notem que existem caracteres que nunca podem ser provados discursivamente ou fora dele. Bhabha nos atenta para o fato da repetição ser fundamental para eficácia do estereótipo, e eu os atento para esse fato com uma pergunta: e na internet? Esses caracteres que chamei a atenção são aqueles que não podem ser experimentados virtualmente; o brasileiro como sendo negro, hacker – ou alguém que está a todo tempo violando regras –, com um inglês horrível que é reproduzido como sotaque, e não como os possíveis erros gramaticais frequentes... e que realiza tudo isso com diversão, risadas, com “uaheuaheuah”, levando o servidor a ser fechado. Os brasileiros têm assim como seu destino *fixo* e imutável destruir servidores e a diversão de jogadores “de bem”, que na maior parte das vezes são homens, brancos, euro-norte-americanos e heterossexuais.

Os caracteres que aparecem na tira, assim, são os mesmos do discurso colonialista não digitalmente mediado, tratando apenas em última instância de uma nova forma de enunciação. A experiência virtual necessariamente é distinta porque a presença do outro nunca poderá ser física. O discurso colonialista no virtual passa pelo processo de elaboração tal como um sonho. Ele é resignificado para se adequar um novo tipo finalidade, mas não de

funcionamento. Seu funcionamento é o mesmo, como disse Bhabha “... *apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial...*”, mas sua finalidade já não é somente justificar a conquista ou estabelecer sistemas de dominação. É principalmente separar e segregar. “*Que os brasileiros, filipinos, niggers tenham seus próprios servidores!*”. O que assusta na internet é a proximidade do Outro⁷¹. No discurso colonial a que se referem Homi Bhabha, Edward Said e outros autores pós-coloniais o Outro de quem se fala é imaginado/criado em um habitat natural, quase sempre distinto do colonizador. Em sua própria natureza, distante e exótica, embora sempre apreensível através de filmes ou relatos de viagem, pesquisas acadêmicas ou jornais respeitados como *The Guardian* e *New York Times*. Neste local a que eu me refiro, onde o Outro está no mesmo ambiente o sentido é outro. A presença do colonizado no virtual desestabiliza constantemente a posição do colonizador e do regime colonial pelo simples risco do colonizado ser sempre potencialmente igual ao colonizador⁷². É esse risco que dá a Pierre Lévy a possibilidade de ver na *Cibercultura* a resolução – ainda que em um espaço apenas – do problema da diferença e o estabelecimento da *inteligência coletiva*. Mas não resolve nem estabelece! Há ao mesmo tempo a busca de se marcar e construir essa diferença; “*jogadores brasileiros jogam mal*”, “*são hackers*”, “*o problema não é nem jogarem mal, mas como a distância faz sua conexão ser tão lenta, seria melhor que tivessem um servidor só para eles...*”. E sempre isso é realizado tendo como matéria-prima o discurso colonialista não digitalmente mediado, a lentidão da conexão se torna a metáfora de um indivíduo negro, malandro, desdentado, alegre, sem respeito, analfabeto, sem habilidade, sem dedicação ou simplesmente um macaco.

O *sujeito virtual universal* vai assim para o porão das noções modernas/coloniais/patriarcais/racistas/sexistas/ocidentais, ao lado do cogito cartesiano, próximo à nação, embaixo da razão e logo acima de muitas outras... Mas estar no porão não significa sua destruição, apenas que estão guardadas, e tal como ocorre com tudo que se guarda, sempre mentes maliciosas ou curiosas tentam trazer de volta à sala de estar.

5. O impacto dos discursos coloniais virtuais nos sujeitos brasileiros – conclusão?

⁷¹ A chave da ambivalência do discurso colonial, de acordo com Bhabha, está na noção de mímica, ou mimetismo (mimicry). O discurso colonial tenta através do mimetismo do colonizado produzir sujeitos que reproduzam seus valores, mas ao invés disso produz sujeitos ambivalentes que nunca são iguais aos colonizadores. *Isso constantemente desestabiliza e ameaça o poder colonial*. A discussão é extensa, basta-nos reter aqui um aspecto fundamental: a mímica do colonizado é na internet – como insisti ao longo do texto – potencializada.

⁷² Seria interessante se pesquisar os processos de hibridação resultantes de tal contato.

Não tive em nenhum momento a intenção de polarizar colonizadores e colonizados. Na verdade partilho da ideia de que o sujeito colonial é na verdade tanto o colonizador como o colonizado. As práticas discursivas estão presentes e têm seu efeito lá, cá e no virtual. Sua função, como já dito, é fixar os sujeitos. Elas criam os objetos de que falam. Porém, como já disse anteriormente, no colonizado têm uma condição alienante, e é sobre isso que me debruçarei brevemente agora.

Os jogadores brasileiros não negam em nenhum momento as representações que fizeram deles. As adotam como gerais e verdadeiras. O problema é que o que está representado nesses memes é *sua* própria condição. Como lidar com isso? Acredito que todas as páginas do livro de Fanon sirvam aqui perfeitamente para descrever a situação vivida. A relação deles com a linguagem, por exemplo. A todo o momento em servidores estrangeiros, quando se é o único brasileiro, a língua inglesa tem que ser utilizada. Ela abre a porta para que você seja outra coisa, que você seja um jogador e não um jogador brasileiro simplesmente. Outro exemplo é a respeito do parceiro sexual de outra cor no livro de Fanon, que pode ser tido por nós como o desejo dos jogadores brasileiros, alienados de si próprios, de se afastarem de servidores brasileiros e se aproximarem de servidores estrangeiros, ainda que se perca velocidade em termos de conexão; “*é porque os jogadores americanos jogam melhor...*” Em fóruns quando se toca no assunto, é comum encontrar brasileiros repetindo o mesmo discurso que foi criado para eles. *Nenhuma ontologia é possível em uma cibercultura racializada.*

O Brasil já tem o maior número de internautas da América Latina, e esse número cresce a cada dia fazendo o contato entre o eu/outro inevitável. Engana-se quem disse que a internet é um espaço. Nela existem vários espaços e nem todos estão disponíveis a todos.

Termos como “*orkutização*” são a mais clara expressão da força que possuem as práticas discursivas coloniais no virtual. E é assim que se dá a interação virtual, tal como em uma não mediada, se interage não com o sujeito, mas com um objeto em meio a outros. Fixado pelo *ping* e pelo *nickname* não restam ao jogador colonial muitas perspectivas de ser um jogador como outro qualquer. Evidentemente, isso é um lado do discurso colonial. É sua manifestação em outra dimensão. Seus novos tentáculos e evidentemente seu impacto não são sentidos no virtual, mas fora dele, reforçando sua finalidade de dominação original. Virtual ou real, que diferença isso faz? O que interessa é que a tarefa de solapar as desigualdades apenas se tornou agora mais “virtualmente” complexa.

Referências Bibliográficas

BHABHA, H. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DAMATTA, R. *Torre de Babel*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

GROSGOUEL, R. *Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial*. In: *Contemporânea (UFSCar)*. , v.2, n. 2. pp. 337 – 362, 2012.

Know your meme. *Huahuehuahue / Gibe Moni Plos*. Disponível em: <<http://knowyourmeme.com/memes/huahuehuahue-gibe-moni-plos>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2011.

SAID, E. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILBY, Brent. *What is a Meme?* University of Canterbury. 2000.

GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL

João Rodrigo Vedovato Martins
jrvmpunk@hotmail.com
Financiamento: PIBIC/CNPq

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar os processos de *generificação* dos corpos das crianças na educação infantil. A perspectiva teórica adota a crítica às categorias binárias de gênero *masculino-feminino* e de sexo *macho-fêmea* fundamentadas no estabelecimento e na reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

Palavras-chave: Gênero; performatividade; educação infantil.

Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo desenvolver análises sobre a *generificação* dos corpos das crianças na educação infantil de acordo com as categorias binárias de gênero *masculino-feminino* e de sexo *macho-fêmea*. Tais categorias acabam por fundamentar e estabelecer a reprodução da matriz heterossexual no modelo de educação vigente.

Para compreender tais questões o aporte teórico utilizado advém dos/as autores/as pós-estruturalistas, principalmente Michel Foucault e Judith Butler, e de outros/as que trabalham com conceitos transversais. Trata-se, portanto, de usar pontualmente os escritos de Foucault sobre *biopoder* na intersecção com as problematizações sobre gênero, sexo e sexualidade de Butler. Essa perspectiva teórica intenta ajudar na compreensão das relações estabelecidas entre educadores/as e crianças no âmbito da educação pública infantil, evidenciando os dispositivos e estruturas que regulam, normatizam, constituem e constroem a *identidade* de gênero e sexuais. Assim, destaca-se a indagação de Berenice Bento ao estudar individualidades que *performam* gênero de forma não hegemônica, fugindo das normas de gênero - “*Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros?*” (2011:551).

Desenvolve-se inicialmente uma apresentação dos debates acerca do conceito de socialização infantil, seus usos, limites e potencialidades, e sua intersecção com questões de sexo, gênero, sexualidade e desejo. Em seguida, anuncia-se a orientação teórico-

epistemológica da pesquisa – a Teoria Queer – em particular as contribuições de Judith Butler com o conceito de *performatividade* e de Michel Foucault de *biopoder*, acarretando a reconfiguração uma série de práticas políticas e produções acadêmicas sobre gênero sob um viés pós-estruturalista. Por fim, elucida-se as problemáticas da educação infantil a luz dessa perspectiva, problematizando as relações entre crianças e professoras/es, as quais estão pautadas num modelo de sexualidade hegemônica, naturalizada e pressuposta como universal – a heterossexualidade.

Gênero e Socialização Infantil

A escolha pela escola de educação infantil se deu pelo fato de esta instituição se constituir como um importante espaço de *socialização* e interação entre as crianças e o mundo em seu entorno, portanto a escola se apresenta

Como o segundo agente de socialização mais importante a seguir à família, podem observar-se à luz do contexto actual das vidas quotidianas de crianças e adultos, para verificar o grau de importância crescente que a instituição escola tem vindo a representar para a infância (Saramago,2011:10).

Ademais, há de se considerar o aspecto central de que a escola está permeada por representações de gênero e se tornou, com suas particularidades históricas, um espaço fundamental na formação das crianças no mundo ocidental.

Há um debate amplo sobre os usos do conceito de socialização, suas abrangências e limitações⁷³, para inteligibilidade do uso do conceito a pesquisa foi pautada na definição de que

(...) a socialização infantil como uma série incontável de processos, por meio do qual as crianças aprendem, compartilham, criam e reproduzem ação, pensamento e comunicação, que possibilitam não apenas sua introdução passiva no mundo, mas também a constituição de um mundo no qual passa a habitar e simultaneamente desenvolvem o seu self individual. Ao mesmo tempo em que as crianças se apropriam subjetivamente do mundo social, apropriam-se subjetivamente de sua própria identidade, que se constrói em relação a esse mundo (...) (Berger&Luckmann *apud* Grigorowitschs, 2008:42).

O conceito de infância e criança desta pesquisa se opõe ao princípio da

⁷³ Mais informações em discussões sobre sociologia da infância.

passividade, ou seja, da criança como sujeito passivo da socialização, instaurando-se uma relação unilateral. Compreende-se a multiplicidade de incidências e relações entre criança – socialização, caso contrário, acabaríamos num roteiro descritivo no qual as crianças não possuem possibilidade para constituição de sua subjetividade em oposição as normais sociais de gênero, sexo, sexualidades vigentes. Foucault sustenta que onde há poder há resistência e Daniela Finco (2004) verifica que há meninas e meninos que transgridem as fronteiras rígidas e delimitadas de gênero por meio de brincadeiras.

Há pesquisas sobre educação que foram e são realizadas com a compreensão de que gênero é reflexo ou interpretação cultural do sexo, haveria, portanto o pressuposto de que o sexo estaria assentado num plano biológico, pré-discursivo⁷⁴. Tais estudos ratificam que meninos e meninas têm comportamentos, atributos, preferências distintas e alinhadas com seu sexo. Nesta concepção, o sexo é entendido como um atributo natural, biologicamente constituído, enquanto o gênero é uma construção sociocultural. Esta perspectiva, conhecida por *metafísica da essência*, está imbuída da hipótese de “ser” um gênero, ou seja, se “é” homem ou mulher em função do sexo biológico, ocasionando o confinamento do sexo em relação ao gênero na lógica contínua e imutável: vagina – mulher – feminino; pênis – homem – masculino.

A produção do feminismo clássico se orientou dentro desta perspectiva, embora tenha apresentado rupturas. Segundo Richard Miskolci em palestra, o feminismo do século XVIII se consolidou com um saber rebelde contestando a ciência cartesiana e o aparato político universalista, mas negligenciou demandas como, por exemplo, as do feminismo negro, lésbico, trans*⁷⁵, latino por conta da hegemonia de mulheres cisgênero⁷⁶, brancas, heterossexuais, pertencentes a classes altas intelectualizadas europeias.

Dissidência e Teoria Queer

Guacira Lopes Louro e outros/as autores/as⁷⁷ compreendem tanto gênero como sexo enquanto construções sociais e é nesta perspectiva que se baseia o presente trabalho. Pretende-se romper com a hipótese de “ser” um gênero, ou seja, se “é” homem ou mulher em função do sexo biológico, porque isso confinaria sexo ao gênero, inserindo o primeiro num

⁷⁴ Na teoria política feminista: Mary Macintosh; Margaret Mead; Ann Oakley. No campo da educação: Antônio M. Barros, Neuza Maria de Fátima Guareschi; Luiza Savedra. Esses/as autores/as abordavam gênero na linha de construção social e cultural do sexo, presumido como biológico e natural.

⁷⁵ A saber, termo reivindicado pelos setores transexuais, transgêneros e travestis: <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>

⁷⁶ Para informações sobre o conceito ver *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* de Jaqueline Gomes de Jesus, 2012

⁷⁷ A saber: Silvana Vilodre Goellner; Jane Felipe Neckel.

plano natural, a-histórico, fixo, imutável, e servindo como pretexto que atua na patologização das identidades trans*⁷⁸. Este horizonte teórico desnaturalizador dos essencialismo é a Teoria Queer, a qual se originou, de acordo com Miskolci (2012), a partir das críticas à heterossexualidade compulsória⁷⁹, nas discussões e práticas travadas por movimentos sociais na década de 60 nos Estados Unidos (movimento negro, movimento feminista e o chamado movimento homossexual), contudo se configura consistentemente como teoria e prática política apenas na metade dos anos 80, período posterior ao grande *boom* de epidemia da Aids. Resumidamente, o Queer pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, mas em qualquer caso se define contra o ‘normal’ ou normatizador.

A teoria queer não é um quadro de referência singular, conceitual ou sistemático, mas sim uma coleção de compromissos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Se a teoria queer é uma escola de pensamento, então ela é uma escola com uma visão bastante heterodoxa de disciplina. O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras da representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos (Spargo, 2006:8)

O queer, ademais, surge em nítida oposição ao assimilacionismo do chamado movimento homossexual, caracterizado por valores burgueses cristãos de aceitação e incorporação social. O queer se focava na crítica às exigências sociais, convenções culturais que corroboravam com a heteronormatividade, isto é, com um modelo de sexualidade pautado na heterossexualidade, mesmo em relações entre pessoas do mesmo sexo, no modelo vigente de família, moral, dentre outros pontos.

A Teoria Queer busca estabelecer a ruptura com nosso modelo mental cartesiano que opera de forma binária, por exemplo: homem - mulher, heterossexual – homossexual. Busca pensar a pluralidade e deixar em aberto as inúmeras possibilidades de experienciar e vivenciar sexo, gênero e desejo.

Esse saber propõe borrar as fronteiras e as determinações, pensar na constituição de subjetividades como um devir, como processo multifacetado e em constante transformação. A teoria e prática queer da voz aos/as silenciados/as, às identidade patologizadas, aos/as sem identidade, aos/as que vivem na fronteira, enfim, seguindo o text da Beatriz Preciado (2011),

⁷⁸ O texto “Desdiagnosticando o gênero” de Judith Butler discute pormenorizadamente esta questão, evidenciando que em 1980 a APA (Associação Psiquiátrica Americana) inseriu a transexualidade no rol dos transtornos de identidade de gênero dentro do manual de diagnóstico e estatísticas de transtornos mentais.

⁷⁹ Adrienne Rich, 1986.

uma política dos “anormais”⁸⁰.

Tanto para Foucault quanto para teoria queer, a qual Judith Butler é considerada referência, a sexualidade é contextual e histórica. Sexo é sempre político porque está permeado por mecanismos de poder, conflitos, interesses, do que é “normal” e “anormal”, patológico, “natural”. Se há uma forma institucional e correta de sexualidade – a heterossexualidade – e outra(s) abjetas⁸¹, ilegítimas – sexualidades não hegemônicas ou, como explanava Foucault, insubmissas e heréticas – o sexo é sempre político. Em Michel Foucault o desnaturalizar a sexualidade e colocá-la como construção social e discursiva instrumentalizou a teoria queer para exprimir suas teses sobre sexo, gênero, desejo dismantelando essencialismos e binarismos.

Outro conceito caro aos/as teóricos/as queer são os de sujeito, subjetividades⁸² e o identidade. O sujeito e a identidade não seriam fixas, constantes, lineares, Jacques Lacan e seus modelos psicanalíticos trouxeram para os/as teóricos/as queer as identidades descentradas, instáveis, sem essência. Constituímo-nos, segundo eles/as, em trânsito, no deslocamento, em processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*⁸³.

Em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003) Judith Butler, respaldada na genealogia *foucaultiana* e no princípio de que a sexualidade é também construída discursivamente, pergunta se o “sexo” tem história ou é algo dado *a priori*, transplantando a problemática da sexualidade em Michel Foucault para a discussão de sexo, gênero e desejo. Butler, para tanto, vai operar com a concepção de *desconstrução*, isto é, problematizar o estabelecimento das dicotomias, destacando que cada um supõe e contém o outro e que se caracterizam socialmente de forma assimétrica e oposicional. Nas estruturas de determinações binárias sempre há assimetria de poder, no qual um é estigmatizado, marginalizado e outro naturalizado, socialmente aceito, exemplo é a oposição criada entre homem/mulher e suas consequentes associações: racional/emocional, forte/fraco, ativo/passivo. Há uma nítida rede hierárquica que as sustenta, a heterossexualidade é construída em oposição à homossexualidade ou ao que é tido como homossexualidade, Eve Kosofsky Sedgwick em seu trabalho “*Entre homens: literatura inglesa e desejo homosocial masculino (1985)*” discorre sobre a maneira pela qual a sociabilidade entre homens heterossexuais é arquitetada em hostilidade à homossexualidade.

É preciso apreender que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, portanto

⁸⁰ A saber: PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.19, n.1, Apr. 2011,

⁸¹ Mais informações em “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”.

⁸² Consultar debate sobre sujeito, subjetividade, subjetivação e sujeição em Sujeito e o poder, M. Foucault.

⁸³ Mais informações sobre os conceitos em “Conversações” de Gilles Deleuze.

é imprescindível considerar outros marcadores sociais de diferença com etnia, classe, raça, geração. Desta forma, Butler vai desconstruir a distinção natural-cultural de sexo e gênero argumentando que falar em existência social de corpos pressupõe a *generificação*, isto é, não há corpo existente a pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “*um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas*” (Butler, 2003:59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero. Para enfatizar esta perspectiva, Berenice Bento exemplifica com crianças “*Quando se diz ‘é um menino!’, não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como ‘menino’*” (2011:551). Essa posição também se direciona a circunscrição binária do sexo, visto que assentar a distinção macho-fêmea num domínio do natural é dar estabilidade a essa estrutura. Para essa fundamentação a autora define

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2003:19)

Tal conceituação alicerça o que Butler chama de *performatividade* de gênero. Para a autora, gênero é o que *performamos* - um devir - em contraposição ao “ser”, fixo, estável e oposicional. Sendo assim, gênero é ação que dá existência ao que nomeia,

“(…) *não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados*”

(Butler, 2003:48), indicando que a *identidade* de gênero advém das expressões de gênero, como estratégias discursivas e sócio-culturais. A filósofa resgata essa concepção reelaborando-a à luz das questões de gênero, de acordo com a passagem de

Genealogia da Moral “(…) *não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir, ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo*” (Nietzsche *apud* Butler, 2003:48).

O conceito de *performatividade* pode ser apropriado para pensar o contexto da escola infantil e as inter-relações ali travadas. Isto porque é através do controle da *performatividade* que a instituição escolar pode disciplinar e gerir sexualidades desviantes e dos gêneros que não se enquadram no binarismo, atuando com *heteroterrorismo* (Bento, 2011:554) sobre as crianças. Contudo, se esquivando de discursos vitimizadores, a *performatividade* permite subversão, não se pode garantir que a estabilidade gerada em função da repetição e reiteração das designações de gênero e sexualidade de fato ocorra,

Embora o gênero seja produto das reiterações da normal sexual, as identificações não são fixas. Na própria instabilidade da repetição do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivação como resistência, singularidade e produção da diferença (Arán, 2012:145)

Berenice Bento em seu artigo sobre pessoas que *performam* gênero fugindo ao que é considerado normal socialmente expõe que “*gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada*” (2011:553). Ampliando este espectro, na educação infantil pode-se indicar que as brincadeiras, os brinquedos, enfim, uma “*pedagogia dos gêneros hegemônicos*” (idem:551) contribuem para esta materialização. Pessoas trans* desafiam, contestam e anunciam a inconsistência de um sistema de gênero e sexualidade biologizado e insurgem como dissidentes da heteronorma.

A formulação de *performatividade* gerou algumas incompreensões, segundo Sara Salih (2012:90), houve a equivocada compreensão como livre escolha de gênero a *performar*, embora a própria caracterização do conceito de *performatividade* deixe evidente o quadro regulatório pelo qual gênero está imbricado. Outrossim, foi pensado como *performance*, mas a diferença entre ambos é central, posto que na ideia de *performance* é vislumbrado um sujeito constante e definido, todavia na *performatividade* há uma contestação desse sujeito, tornando-o instável, contingente e construído discursivamente pelas ações, externo ao horizonte da ontologia.

Para Butler, sexo e gênero são construídos socialmente na matriz heterossexual, na qual impera a relação circunstancial entre sexo e gênero para corroborar o que drienne Rich (1986) classificou de *heterossexualidade compulsória*, ou seja, a qual reitera a ordem compulsória entre sexo, gênero, prática sexual e desejo obrigatoriamente a partir da matriz heterossexual. Em concordância com Butler, Guacira Lopes Louro pontua: “*A coerência e a continuidade supostas entre sexo gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades*” (Louro, 2004:88). Deixar sexo num plano pré-discursivo e entender que sexo exige um determinado gênero e desejo é reafirmar constantemente a matriz heterossexual. Butler explicita que

Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário e oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo

reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo. (Butler, 2003:45)

Desta forma, a óptica de gênero como substância é carregada de razões políticas e o estabelecimento da heterossexualidade reclama e normatiza o gênero como relação assimétrica binária por meio das práticas heterossexuais.

O Biopoder e normalização

Embora Foucault, diferentemente de Butler, acredite na existência pré-discursiva do corpo, há diversos pontos em convergência. Quando a pós-estruturalista remete-se à palavra discurso, o faz em menção à acepção de discurso em Foucault, ou seja, como dizeres coletivos que administram a forma de conceber e falar sobre contextos históricos particulares. O filósofo traz contribuições no sentido de pensar o corpo como matéria e alvo de poder. Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 2008:118), o autor diz que as disciplinas, concebidas como “(...) métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (...)”, são regras genéricas de dominação.

Como princípio disso, Foucault fala que no século XVII e XVIII surgem discursos e mecanismos institucionais de poder sobre a vida, com disciplinas corporais e regulação populacional que se concentraram separadamente a princípio no *corpo como máquina* e no *corpo espécie* (1988:131), aquele com aumento da relação utilidade-docilidade e este como substrato de processos biológicos. É isto que Foucault classifica de *biopoder*, responsável por gerir, administrar, regular e normatizar a vida. No século XIX um saber e poder colocam o sexo em discurso, esse dispositivo da sexualidade é que interconectará as duas formas de poder (*máquina e espécie*), fazendo proliferar mecanismos de poder dirigidos ao corpo – “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (1988: 135).

O advento da Teoria Pós-estruturalista, na qual Jacques Derrida e Gilles Deleuze podem ser considerados expoentes, representou um novo referencial teórico-epistemológico às discussões de gênero, sexo e sexualidade. A publicação do livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (Foucault, 1976) também foi um marco importante. Munidas criticamente desse arcabouço teórico-metodológico, as feministas

Monique Wittig, Adrienne Rich e Judith Butler, trouxeram novas abordagens críticas aos estudos de gênero, retirando o debate da *metafísica da substância*. Destarte, no que concerne ao quadro brasileiro, gênero enquanto conceito aparece nos anos de 1980 vinculado ao princípio do humanismo cartesiano que unifica mente/corpo. Neste período, feministas interpelam o paradigma da biologização dos sexos, abrindo espaço para um novo campo de estudos: o gênero. Joan Scott (1995) afirma que o uso do conceito teria a função de dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas da década de 80, foi necessária uma série de palestras, debates, seminários para que o conceito alcançasse nova acepção.

Menina, menino, menin@⁸⁴

A esfera da educação não foge à essa regra. Guacira Lopes Louro em 1997, após um ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que inclui o tema de sexualidade e gênero como preocupação na educação infantil, percorre o caminho de relacionar educação, gênero e sexualidade sob a ótica pós-estruturalista. Observa-se que a categoria é utilizada de diferentes formas de acordo com o referencial teórico-epistemológico, a autora ratifica a validade do conceito dentro do âmbito da educação infantil

(...) pode ser um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (2002:229)

Entretanto, Louro aponta ainda que a inclusão de gênero e sexualidade como pauta se deu no sentido de não permitir a subversão da *heteronormatividade*, assim as crianças que desviam da norma serão alvos de um *terrorismo contínuo* (Bento, 2011:552) e de *pedagogias corretivas* (Louro, 2004:16). Instaura-se um exercício de poder pedagógico contínuo, reiterado e infundável para assinalar nos corpos o gênero e sexualidades não “heréticas” (Foucault, 1993:48)

Realizar pesquisas que articulam sexo, gênero, sexualidade e desejo na educação infantil é um caminho a ser percorrer, há uma carência grande em pesquisa sobre o tema, sobretudo entre aquelas que tem o escopo de desnaturalizar concepções estabelecidas e generificadas, se propondo crítica ao *cissexismo* e ao heterossexismo. Um viés adultocêntrico considera as crianças como individualidades passíveis às instituições, refletindo na ausência

⁸⁴ “@” símbolo usado para fazer referência a flexões de gênero, a não identificação com a lógica binária ou ao trânsito identitário, isto é, o símbolo pode ter um caráter inclusivo de meninos e meninas, pode assumir o uso para pessoas que não se identificam como homem nem mulher ou mesmo àquelas/es que estão em trânsitos identitários.

de espaços para as crianças falarem sobre elas mesmas, sobre suas visões, pensamentos. Abrir o campo para as crianças falarem delas e por elas pode funcionar como estratégias de dissolver a lógica adultocêntrica, contudo essa metodologia precisa se acompanhada de outras, posto que a veracidade de informações e relatos das crianças apenas não oferecem um dado consistente para pesquisa empírica (Beraldo; Coelho; Carvalho; Pedrosa, 2004).

Daniela Finco (2004) frisa que a escola tem papel importante na constituição da identidade das crianças, por meio de uma série de mecanismos, regimentos, organização temporal e espacial, currículo, linguagem, materiais didáticos, brincadeiras, em suma, uma variedade de instrumentos que constroem e reiteram a ordem da *pedagogia dos gêneros hegemônicos*. Entretanto, a autora atenta-se às transgressões das crianças ao que é pré-designado como brincadeiras e comportamentos para cada gênero - “*as fronteiras da divisão dos gêneros são frequentemente ultrapassadas ou recusadas*”

(Idem: 11) - defendendo que “*o ambiente da Educação Infantil pode ser um espaço propício para o não-sexismo*” (Idem).

Por fim, a escolha pela educação infantil se mostra um campo fértil para desenvolver uma perspectiva não normatizadora. Um âmbito a contribuir para desnaturalizar ao longo dos anos escolares uma série de preconceitos e práticas de intolerância em um ambiente imprescindível para formação das subjetividades em diversos aspectos, no qual geralmente as crianças convivem pela primeira vez com um grupo social mais amplo e que, simultaneamente, é uma instituição disciplinadora que reitera, limita e condiciona as experiências das crianças.

Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud.Fem.**, Florianópolis, v.19, n.2, Aug. 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16 de junho de 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 23 de Julho de 2013.

CARVALHO, Ana M. A. et al. O uso de entrevistas em estudos com crianças. **Psicol.estud.**, Maringá, v.9, n.2, Aug. 2004. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.ph>

p?script=sci_arttext&pid=S141373722004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 06 de junho de 2013

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FINCO, Daniela. Educação Infantil, Gênero e Brincadeiras: Das naturalidades às transgressões. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT: Educação da Criança de 0 a 6 anos/n.07, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER; Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). *Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*.

Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.19, n.1, Apr. 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03 de maio de 2013.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.10, n.1, Jan. 2002. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 de Maio de 2013.

SAAVEDRA, Luísa e BARROS, Antônio M. Elas preferem as bonecas, eles os carros: aquisição dos estereótipos do gênero. **Psicologia: Teoria, investigação e prática**. Centro de estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 1996, pp. 129-160.

SALIH Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2012

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 35, abr. 2001.
Disponível:<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 16 de maio de 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2, pp.71-99, jul./dez. 1995.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educ. Soc.**, Campinas, v.29, n.102, abr. 2008.
Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01017332008000100003&lng=pt&nrm=iso>.Acessado em 19 de junho de 2013

ANÁLISE DA DOMINAÇÃO SOCIAL DO REFUGIADO PELO PROCESSO POLÍTICO INSTITUCIONAL BRASILEIRO (2009-2013)

Ludmilla Maria Mendes Leal⁸⁵
ludleal@hotmail.com

Luci Mendes de Melo Bonini⁸⁶.
luci.bonini@umc.br

Resumo: A ciência do Direito, no cenário atual, tem apresentado uma tendência à transdisciplinaridade, principalmente no que se refere a fatos sociais mais complexos, como no caso do direito internacional dos refugiados. A crescente imigração para os países fora dos centros hegemônicos, como o Brasil e outros países da América Latina, causa uma onda migratória, dentro da qual, ainda, há muitos na condição de refugiados, sem a titularização de seus direitos individuais. A consequência disto são as constantes dificuldades sociais, políticas e econômicas para amparar as garantias individuais e coletivas como país receptor, em virtude da interpretação restritiva do direito dos refugiados. Este estudo, que faz parte da pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas e tem o objetivo de apontar os núcleos de refugiados em território nacional, identificar e compreender as formas de violência simbólica sofrida pelos refugiados na sua dimensão subjetiva, tendo em conta a lacuna nas políticas públicas nacionais que lhes garantem os direitos fundamentais. Pretende-se compreender o nível de cobertura de políticas públicas que respaldam os refugiados na seara federal, estadual e municipal à luz das teorias neoinstitucionalistas. Neste primeiro momento, empreende-se uma revisão da literatura, delineando-se o conceito de violência simbólica em BOURDIEU (2010), identidades e mediações culturais em HALL(2008)e imigração e alteridade em SAYAD (1998), tratando-se primeiramente do conceito de violência simbólica e como ela pode ser identificada nos núcleos de refugiados em território brasileiro. Neste sentido, busca-se compreender como a política para os sujeitos refugiados exprime a dominação social desse grupo, haja vista que é esse processo político que compõe um sistema de relações sociais capaz de estabelecer alianças ou subordinação de demais grupos. A afirmação dos direitos e garantias fundamentais expressa na Constituição Federal de 1988 deve ser capaz de efetivar uma conscientização humanitária e metamorfosear a etnicização das ideologias nacionais do Estado que acolhe o refugiado, trazendo desta forma um caminho em que se vislumbre a inserção destes sujeitos no sistema e a retirada da condição de subalternidade deles, alijando-os do estado de vulnerabilidade integrando-os por meio de diálogos culturais com vertentes multiculturalistas.

Palavras chave: imigração; refugiado; políticas públicas; violência e dominação social

⁸⁵ LEAL, Ludmilla Maria Mendes, advogada, com atuação na área de Direito Humanos, Administrativo, Consumidor e Militar. Conciliadora do Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante-DF. Possui também experiência nas mais diversas áreas do Direito Público e Civil. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010). Especialização em Direito Público Material e Auditoria Fiscal e Tributária pela UNAR. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Mogi das Cruzes – UMC.

⁸⁶ BONINI, Luci Mendes de Melo. Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora Universitária. Líder do GRUPPU – Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas (CNPq) e Coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes.

Introdução

O tema refúgio é do domínio do Direito Internacional considerando que envolve sempre pessoas de nacionalidade diferentes ingressando em um outro país, por particulares razões.

O primeiro desafio é compreender o conceito e o discurso de refúgio, que se reconhece, de forma bem sucinta – no dicionário Melhoramentos encontra-se “lugar onde alguém se refugia: asilo ou abrigo” (1992, p. 440). Os refugiados no território nacional ainda não alcançaram a noção de proteção e amparo, devido ao temor de perseguição por sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, constituinte da natureza jurídica político-administrativa e de competência do executivo para concessão desse benefício dependente da condição pessoal estabelecida pelo Estado requerido.

O conceito de refugiado é antigo, desde muito tempo as pessoas sempre foram constrangidas e forçadas a saírem de suas pátrias ou moradas devido a guerras e perseguições culturais e religiosas; nos dias atuais, tantos conflitos e perseguições não alteraram este panorama. É pertinente ver a definição de refúgio sendo tratada de forma descentralizada pelos Estados soberanos, pois perante o direito internacional, estes possuem a autonomia de adquirir seu próprio conceito e, mais, reservar-se ao direito de discriminar quem, como e porque razão cada um deve ser considerado e aceito como tal.

1. Fontes de direito arcabouço para construção da identidade de refugiado

Inicialmente, faz-se mister traçar as linhas elucidativas sobre as fontes do Direito Internacional, ou seja, o Direito das Gentes e da imigração legal e ilegal. Hildebrando afirma que “o Direito das Gentes é o conjunto de princípios ou regras destinado a reger os direitos e deveres internacionais, tanto dos Estados ou de outros organismos análogos quanto dos indivíduos”. (2006, p.2)

Buscando em seu contexto histórico, vale o entendimento de que os Estados soberanos em suas relações internacionais, remotamente, se utilizavam dos Tratados Internacionais para estabelecer os limites das relações. Em princípio estes acordos se davam no plano da consensualidade na lição de Byers, em sua obra a “LEI DA GUERRA, Direito internacional e conflito armado”:

No séc XIX e no início do séc XX, o direito internacional era entendido em termos estritamente consensuais: os países só eram obrigados a cumprir as

normas que houvessem aceitado, fosse mediante assinatura de um tratado ou um padrão constante de comportamento que viesse a configurar, com o tempo, o que se costuma chamar de „direito consuetudinário internacional.(2007, p.12)

O direito consuetudinário internacional depreendido dos parâmetros legais contidos no art. 38 do Estatuto Internacional da Corte Internacional de Justiça, estabelece três fontes do direito internacional: os tratados, os costumes e os princípios gerais do direito.

Diversos autores versam que, relativo aos costumes, o Brasil os enxerga de duas maneiras: primeiramente pela prática reiterada de atos e segundo pela certeza de que cada um dê por entender de que aquela maneira de agir é correta. Uma contribuição atenuante das divergências em torno da questão é o fato de que

(...) os direitos humanos, como tema e nova vertente da proteção do ser humano através do Direito Internacional Público, vieram preencher essa lacuna, complementando a ideia de proteção à pessoa humana, também em tempo de paz.(MELLO, 1997, p.1)

Seguindo o raciocínio, Henrique Marcello dos Reis ressalta que se deve acrescentar ainda outras fontes além do costume internacional que a doutrina internacionalista generalizada tem considerado como atos emanadores das normas internacionais: as declarações unilaterais dos Estados; as decisões cogentes das organizações intergovernamentais; e as decisões de árbitros únicos e de tribunais arbitrais, em litígios entre Estados.(2006, p.16)

Assim também a doutrina de Xavier:

Note-se que os atos emanados das organizações internacionais inter-estatais: OMC, OIT, ONU, etc., em razão de suas próprias peculiaridades vêm sendo modernadamente, também, considerados como fonte do Direito Internacional. Igualmente o direito comunitário, ou as normas emanadas das organizações internacionais comunitárias, principalmente no caso da União Européia, igualmente são consideradas fontes do Direito Internacional, pois, “as normas comunitárias gozam de aplicabilidade e eficácia direta”.(1998, p. 186)

Ainda nesse contexto a idéia de ajudar as pessoas perseguidas, ou seja, aquelas configuradas na condição de refugiados de forma que tem se perpetuado na história caracteriza um costume internacional.

No mesmo intuito de proteger e normatizar seguem os princípios universais, onde se devem distinguir os nacionais dos estrangeiros, portanto são eles: proibição do uso ou ameaça de força; solução pacífica das controvérsias; não-intervenção nos assuntos internos dos Estados; dever de cooperação internacional, igualdade e direitos e autodeterminação dos povos; igualdade soberana entre os Estados; boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais. (REIS, 2006, p.16)

Além dos princípios gerais, em 1946, a Assembléia Geral das Nações Unidas estabeleceu os princípios, característicos da condição de asilados na Convenção sobre Asilo e aos refugiados na Convenção de 1951 que percebeu o problema dos refugiados de alcance e caráter internacional; não se devendo obrigar o regresso destes aos seus países de origem, e aos refugiados que expressarem objeções válidas ao retorno; um órgão internacional deveria ocupar-se do futuro dos refugiados e pessoas deslocadas; e a tarefa principal consistiria em estimular o pronto retorno dos refugiados a seus países e ajudá-los por todos os meios possíveis.

Para além da abordagem teórica apresentada até aqui, faz jus destacar as leis já regulamentadas, que se sobrepõem, devido à integração, a todas as fontes supra citadas, conseguinte ilustram-se algumas leis que subsidiam o enredo desta análise, quais sejam: Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Protocolo de 67; Lei Ordinária Brasileira 9.474 de 22 de julho de 1997; Convenção sobre Asilo Diplomático; Convenção sobre Asilo Territorial; Estatuto do Estrangeiro; dentre outras. Normas dominadas pelo princípio *pacta sunt servanda* (pacto deve ser cumprido) e pela regra da boa-fé, como trata a Convenção de Viena em seu art. 26: “Todo tratado em vigor vincula as partes e deve ser tratado por elas de boa-fé”.

Valendo-se desses princípios é importante mencionar que, no plano interno, o art.4º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios que a República Federativa do Brasil deve respeitar em suas relações internacionais, os quais, algumas vezes, coincidem com os princípios acima discriminados. São eles: Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

Com precuniência, MychaelByers diagnosticou que “ a questão não está em saber se existe um direito internacional, mas quando e em que circunstância ele é importante”(2007, p.23), tendo em vista que a realidade aceita exige uma mitigação por parte do direito que abarca esse grupo.

O tempo espacial explorado neste estudo, ou seja, 2009 a 2013, se dá pela pertinência da sanção do PL 1.664/2007, que legalizou milhares de imigrantes em situação irregular no país com ingresso até 1º de fevereiro de 2009, e não somente a este fato mas também ao projeto de lei para um novo Estatuto do Estrangeiro, buscando desconstituir o viés militarista do atual Estatuto do Estrangeiro, lei 6.815/80, que foi construído durante a ditadura militar

voltado para garantir a segurança nacional, o que se percebe claramente com a ausência da garantia dos direitos fundamentais no texto da lei, assim como a ausência ao direito do trabalho, nessa senda o novo Estatuto vem para adequar a realidade e a valores garantidores de cidadania.

Nesse espaço temporal, ainda se tem a crescente imigração, ressaltando os haitianos, a política pública de saúde como programa mais médicos e a luta pela validação de seus diplomas e registros profissionais.

Logo, todo esse cenário político, que permeia em torno da migração, destaca o Estado Brasileiro como país receptor, ascendente em termos de política migratória, o que tem ensejado cada vez mais uma conotação universal frente às condições e características dos refugiados.

2. Desafios das políticas públicas de acolhimento

Considerando as observações acima, assinala-se que a doutrinadora LyLiana Lira Jubilet(2007) entende que os direitos, em especial os sociais, econômicos e culturais, assegurados aos refugiados pela lei nacional derivam diretamente dos diplomas internacionais, não sendo declarados diretamente pela lei nacional. Assim, caso os diplomas internacionais se alterem, os direitos garantidos, pelo Brasil, aos refugiados também sofrerão mudanças.

À situação social, política e econômica dos refugiados tem se acrescido a medida da consciência humanitária e as garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, que fazem-se presentes efetivamente, e que são necessárias para que estes obtenham qualidade de vida mínima e digna. Percebe-se que tal necessidade se encontra já constituída no protocolo de San Salvador, aderido pelo Brasil em 1996, que traz em seu preâmbulo:

[...] considerando a estreita relação que existe entre a vigência dos direitos econômicos, sociais e culturais e a dos direitos civis e políticos, porquanto as diferentes categorias de direito constituem um todo indissolúvel que encontra a sua base no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, pelo qual exigem uma tutela e promoção permanente, com o objetivo de conseguir sua vigência plena, sem que jamais possa justificar-se a violação de uns a pretexto da realização de outros.

Corroborando o direito humano como essencialidade do imigrante refugiado, ao imputar o desenvolvimento como um direito a um processo particular de crescimento no qual todos os direitos e liberdades fundamentais podem ser realizados, o que significa que ele

combina todos os conjuntos de normas, englobados em ambos os pactos internacionais, e cada um dos direitos precisa ser exercido com liberdade. O significado de exercer direitos com liberdade implica participação livre, efetiva e plena de todos os indivíduos refugiados envolvidos no processo de tomada de decisões e de implementação das mesmas, com as oportunidades iguais de acesso aos recursos para desenvolvimento e recebimento de justa distribuição dos benefícios.(OLIVEIRA, 2001, p.94)

2. Violência simbólica: um reflexo do neoinstitucionalismo

Portanto, a partir das análises construídas até aqui, compreende-se que a visão neo-institucionalista é capaz de ajudar a emoldurar e compreender a política pública para refugiados e imigrantes, diante do processo de decisão, formulação e implementação, haja vista que é esse processo político que compõe um sistema de relações sociais capaz de estabelecer alianças ou subordinação de demais grupos.(CARDOSO, 1970, p.23).

Dentre as teorias neo-institucionais, ressalte-se aqui a teoria da escolha pública, que na compreensão de March e Olsen

(...) o processo decisório sobre políticas públicas resulta apenas de barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seu auto-interesse, é contestada pela visão de que interesses (ou preferências) são mobilizados não só pelo auto-interesse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas idéias e por processos gerados pela história de cada país. Os decisores agem e se organizam de acordo com regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas (1995, p. 28-29 apud SOUZA, 2006, 38).

Assim, essa relação de poder, regulação e necessidade é o cerne para os pilares das políticas públicas nesta senda. Pode se dizer, portanto, que o que se tem como certo é que todo estado-nação procura instituir uma comunidade nacional na base de uma etnicidade fictícia [...] a partir de critérios linguísticos, históricos e biológicos, o Estado nacional etniciza a população, essencializando as suas representações psicossociais por meio de ideologias nacionalistas ou mitos de identidade baseados em cultura, origem e projeto coletivo presumidamente comuns (SODRÉ, 1999), perquirindo uma vertente multiculturalista liberal e combinada.

Eva AltermanBlay quando trata a imigração dentro dos paradoxos da alteridade cita Sayad dizendo que ele afirma que escolher o imigrante como "objeto" de estudo é escolher um "objeto social e politicamente dominado", o que pode conduzir à produção de uma ciência "pobre", "pequena". (1998, p. 299 apud 2000)

Essa vertente de dominação propiciada pelo Estado tende a se manifestar, dentro de um tipo de ordem jurídica contemporânea, portadora de uma certa prática de “violência simbólica” (BOURDIEU, 2010), do “racismo institucional” (CARMICHAEL, 1987), e que também se orienta, em grande parte, pela constatação da “violência estrutural” (GALTUNG, 1996) e dos mecanismos de exclusão, seja por meio de leis oriundas do aparelho estatal, ou de práticas sociais que resultam por vezes na estratificação, segregação e exclusão do refugiado da vida societária.

Através do uso da noção de violência simbólica Bourdieu tenta desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “natural” as representações ou as idéias sociais dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade ...elabora, assim, um sistema teórico que não cessará de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do habitus através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles. (1964, apud VASCONCELOS, 2002, p.80-81)

De certo modo, pode se dizer que essas minorias são ejetadas do sistema e colocadas na condição de subalternidade por diálogos culturais que se impõem como homogeneizadores, autoritários e inibidores da justiça social. Assim, a função das ações afirmativas pelo tratamento da desigualdade para os desiguais deve atacar em duas frentes: exigência para tornar eficazes os direitos já alcançados e proclamados formalmente pela legislação oficial estatal e reconhecimentos dos direitos que surgem das novas necessidades que a própria população cria e se autoatribui (WOLKMER, 1997).

Nesse prisma a política institucional brasileira, permeada entre os entes federativos, dita um discursodo instituto do refúgio como algo que não o é hoje, devendo se ater a construir um novo discurso plural, cidadão e justo, o que torna pertinente o estudo buscar romper essa ruptura epistemológica e propor mecanismos, procurando o atinente a esse modelo multicultural atual por “um conhecimento prudente para uma vida decente”, (HABERMAS, 2009, p. 107) conquistando assim a interação dessa política em âmbito nacional.

Ademais, Fernandes (2007) defende a concepção de políticas públicas a partir da interação de duas dimensões interdependentes: a dimensão técnico-administrativa e o aspecto político. Essa abordagem leva a questionar as interpretações que tomam o campo das políticas públicas como portador de características apenas de ordem técnica ou administrativa, uma vez que as políticas públicas estão relacionadas ao processo decisório político.

Essa abordagem, busca relativizar o poder do Estado na formulação de suas políticas e admite a possibilidade deste ser influenciado pela sociedade por ser parte dela. Como corolário, tem-se que a ação Estatal não é sustentada apenas em seu poder, mas também em função de como se relaciona na sociedade; o enfoque deve abranger os níveis de governos centrais e periféricos; devem-se considerar contingências históricas e a relação entre Estado e sociedade pode comportar inclusive o compartilhamento de objetivos.

Ao lado desta análise tem-se o exame da dimensão subjetiva da identidade do refugiado.

Stuart Hall (2003) afirma que a diferença dá-se através da diversidade, que pode ser traduzida através da tendência à hierarquização dos termos e/ou, ainda, promover a pluralidade. Por isso, esse autor afirma que a diferença que importa é aquela plural, heterogênea e que, ao contrário de aprisionar, liberta-se. Nesse sentido, prima-se pela valorização das diferenças e das particularidades e se ressaltam as políticas culturais da diferença. Hall sugere adoção de "essencialismo estratégico" como saída para se deslocar posições de poder em momentos propícios para a mobilização política. A cultura, nesse sentido, é tida como espaço do contraditório, marcado por tensões e disputas constantes. Pois a identidade produzida no discurso não é fixa, mas está em constante processo. (2003, apud OLIVEIRA, 2010, p. 375)

Assim, “os regimes estabelecidos por lei internacional convencional, ou costumeira, visam normalmente a suprir as lacunas dos Estados e não a instaurar por inteiro a proteção” (LAMBERT, 2006, p.260), assim o diagnóstico de suplantação cultural arraigado de violência simbólica, poderá servir não apenas como meio de sanar o vácuo e a omissão do estado, mas para garantir efetivamente a proteção integral aos grupos marginalizados e vulneráveis, logrando a humanidade e a dignidade dos indivíduos por meio de políticas migratórias institucionais articuladas entre os entes federativos.

2.2 Instituições de acolhimento

Essa perspectiva em cima da situação socioeconômica viabilizou a criação de agências de serviços, como o Alto Comissário das Nações Unidas (ACNUR), o United Nations Children's Fund (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), dentre outras, que trabalham com o objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais dos povos do mundo. Essas agências prestam contas à Assembleia Geral e ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Nos últimos dez anos, as guerras e conflitos civis têm contribuído para a separação de aproximadamente um milhão de crianças de seus países de origem, o UNICEF tem procurado satisfazer as necessidades dessas crianças por meio de suprimento de alimentos, água potável, medicamentos e refúgio. (REIS, 2006, p.38)

Entretanto, com o advento da lei interna nº 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, definindo o conceito, o perfil do refugiado e seus direitos e deveres perante o Estado brasileiro, reforçou a parceria entre o ACNUR e as Cáritas Arquidiocesanas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entidades não-governamentais ligadas à Igreja Católica, em ambas as cidades, nas quais os refugiados e os solicitantes de refúgio contam com apoio, nos Centros de Acolhidas para os refugiados, dentro das três linhas de atuação do ACNUR (proteção, assistência e integração local), desde a sua chegada até após o seu reconhecimento. (JUBILET, 2007, p. 196)

Cumpra ainda registrar, as Cáritas arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro exercem a função do ACNUR, em um exemplo de competência delegada, estipula condições e regras de amparo, provendo meios e condições financeiras, para dirigir essa política institucional quanto a decisão, formulação, implementação e avaliação. A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo atende aos refugiados que chegam pelas regiões Sul, Sudeste (com exceção do Rio de Janeiro) e Centro Oeste, e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro atende aos que chegam pelas regiões Norte, Nordeste e do Rio de Janeiro.

Das inúmeras organizações voltadas para a proteção dos direitos humanos e direitos dos refugiados, vale ressaltar o papel da ONU que assumiu o compromisso de manter a paz, defender os direitos humanos e as liberdades fundamentais e promover o desenvolvimento dos países que se encontra vinculada com todas as outras agências e organizações em prol da saúde, educação, economia, emprego, cultura e ciência. A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas procedam em conformidade com estes princípios na medida necessária à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Assim, se tem ainda o Comitê Internacional da Cruz Vermelha CICR, que possui atribuições de supervisão, investigação e proteção, quer se trate de conflitos armados internacionais ou de lutas internas, além de firmar o direito consuetudinário de iniciativa, o que lhe permite intervir em inúmeras situações fora do quadro formal, sendo estes um dos motivos dominantes para a qualificação do refugiado.

Importante ressaltar que os direitos sociais, em especial o trabalho é essencial para que possam garantir a subsistência dos refugiados ou imigrantes legais, tem-se, portanto, que, embora o Brasil tenha ratificado considerável número de convenções da OIT e o tenha incorporado ao direito interno, verifica que a doutrina nacional e especializada em direito internacional do trabalho se apoia frequentemente em convenções e recomendações da OIT não adotadas ainda pelo direito brasileiro, com o fim de interpretar o ordenamento jurídico em vigor no país, disciplinado basicamente pela Constituição Federal atual e na legislação

infraconstitucional relacionada ao direito do trabalho. (REICHSTEINER, 2006, p. 87)

2.3 Esboço de acolhida por meio de políticas públicas pelos entes federativos no estado brasileiro

Os refugiados, além dos órgãos criados para o auxílio destes conforme supra citado, todos esses vinculados à Organização das Nações Unidas, contam com várias iniciativas particulares que contribuem significativamente para uma tomada de consciência mundial de seu problema. Iniciativas estas que atuam tanto nos aspectos sociais (como, por exemplo, habitação, alimentação, cursos de português, medicamentos), quanto nas questões judiciais.

Ainda se tem, diferentemente da proteção, o reassentamento que não constitui um direito do indivíduo, mas apenas uma tentativa de realocar pessoas que na condição de refugiadas foram assentadas em outros países e continuaram sofrendo perseguições, ameaças ou falta de integração no primeiro país de refúgio, prevista, na legislação brasileira, no art. 46 da Lei nº 9.474/97, que trata do refugiado, de oferecer uma nova oportunidade de integração, na qual deverá ser de caráter voluntário, ou seja, o refugiado deve aceitar em mudar de país de proteção. Para a efetivação dessa política, o Brasil tem que estabelecer uma política pública específica para os reassentados, contando com o apoio de governos locais que estivessem dispostos a receber refugiados e de entidades da sociedade civil que auxiliem na sua integração. (JUBILET, 2007, p.200)

Apesar de simples, muitos estatutos são omissos a respeito das Organizações Internacionais, além do mais a extensão real da competência não se encontra delimitada de maneira clara, o que acrescenta um fator de insegurança e conflito por oferecer o flanco a contestação, ferindo a soberania do Estado reconhecido, além de representar violação ao princípio da não-intervenção nos seus assuntos internos. (HUSEK, 2002, p. 83)

Certos regulamentos podem ter efeitos relativos a estados ou a indivíduos (manuais de elegibilidade de órgãos subsidiários da ONU encarregados de dispensar socorro, como a UNRWA – United Nations Relief and Welfare Agency, órgão das Nações Unidas encarregado da ajuda humanitária aos refugiados palestinos), tais regulamentos, diga-se de passagem, são verdadeiras legislações de racionamento. Os atos em foco não se assimilam a acordos internacionais do ponto de vista do procedimento internos. A questão do saber se configuram Direito Internacional, norma interna da organização ou legislação pré-federal é assunto de definição. Fica claro, em todo caso, que não representam nenhum direito nacional

determinado. (LAMBERT, 2006, p.32)

O poder da recomendação tem um ou vários destinatários e contém convite para adotar comportamento determinado, quer se trate de ação, quer de abstenção. É modo de ação frequente dos organismos internacionais, a recomendação em princípio não obriga seu destinatário. Há exceção a regra quando este se compromete, de antemão, a respeitá-la, alguns acordos de tutela implicavam em compromissos dessa natureza. Também podendo haver a retirada dos membros, geralmente de forma voluntária ou por denúncia. (REZEK, 2002, p.253)

Devendo para tais atribuições se utilizar do consenso como prática decisória, constitui inovação no quadro das fontes. Desenvolveu-se no seio das Organizações ou Conferências e permite evitar as votações na adoção de projetos normativos. Sobre tal procedimento, Jean Marie Lambert afirma:

[...] o presidente do órgão ou da conferência apresenta uma redação que parece refletir a opinião geral. Procede a leitura e, não havendo objeção, a considera adotada. Dessa maneira, não há escrutínio formal. O acordo é, em seguida, publicado com menção do tipo aprovado por consenso. Quem não formular objeção, aceita as obrigações contidas no instrumento geralmente elaborado em oficiosas negociações de bastidores entre as partes. Pode-se sempre expressar reservas ou rejeitar a proposta por inteiro, mas o método não deixa de dificultar a oposição. (2006, p. 134)

Dessas decisões tem-se que a competência jurisdicional dependerá da legislativa, já que a legislação é que decide, não somente sobre o alcance extraterritorial das normas, mas ainda, sobre as atribuições do juiz, e a competência executiva caberá duas formas distintas, pode tratar-se do exercício do poder de coerção, como em caso de prisão, mas pode também exteriorizar-se em ato jurídico sem coação material.

Enrique Bernales preconiza que a tarefa principal referente à proteção dos direitos humanos em geral, consiste em aperfeiçoar os mecanismos existentes, em cobrir os vazios temáticos, em precisar e fortificar os procedimentos e competências dos mecanismos de proteção internacional em prol dos refugiados e em conseguir que estes sejam reconhecidos pela legislação nacional dos países membros ou não da ONU. (BERNALES, 1998, p. 197)

Na atualidade, os principais programas de assistência humanitária no Brasil são as Cáritas, porém outras iniciativas tem se acrescido nesse meio como o papel que algumas Universidades têm desempenhado com as iniciativas de pesquisa na área de refugiados e direito internacional. Um exemplo disso é a criação do GARE, Grupo de Assistência aos Refugiados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O grupo, vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), realiza pesquisas a fim de estudar as conjunturas

internacionais que fomentam o aparecimento de refugiados por todo o mundo e organiza-se a fim de prestar auxílio jurídico aos solicitantes de refúgio e aos refugiados no estado do Rio Grande do Sul.

O Brasil vem se inserindo cada vez mais na ação humanitária e de proteção aos refugiados, assim como no Dia 20 de junho, se comemora o Dia Mundial do Refugiado em âmbito internacional, como uma forma de apelo e desafio à solidariedade, a qual só tem sentido se traduzida em ações e gestos que venham somar forças e recursos para soluções duradouras em favor destes milhões de seres humanos, e na denúncia e combate às causas que os geram.

3. Considerações finais

Lia-se de todo o enredo aclarado que no Brasil não se pode dizer em efetividade frente a políticas migratórias, mas apenas uma tentativa de um maior discurso de receptividade, e quando se fala de refugiados não é diferente, como se coaduna do texto avanços foram e tem sido feitos.

Mas semear essa inclusão face à problemática social e condição de subalternidade desses indivíduos, exige mais que discursos políticos, exige a necessidade de políticas públicas que garantam não somente a condição social, mas o acesso e condições de acesso.

Em face desse entendimento tem se que as searas federais, estaduais e municipais encontram dificuldades para acolher e garantir essa cidadania de acesso aos seus próprios nacionais, que também vivenciam por vezes uma situação de exclusão, baseada nas desigualdades sociais.

Contudo, alcançar o mínimo de qualidade de vida de forma subjetiva e objetiva com o rendimento familiar, esperança de vida, capacidade de consumo, ocupação, co-habitação e solidariedade, é o que busca todos sejam nacionais ou estrangeiros, portanto criar políticas públicas é conceder dignidade sem “olhar a quem”. Logo o discurso dos entes federativos tem que ser articulados e descentralizados visando atingir as necessidades específicas de cada região e cada identidade, logrando efetividade e mudando os conceitos institucionalistas por um discurso mais plural focado não somente na resolução das dificuldades do agora, mas implantando sanar o problema atual e dar condições e mudar olhares preconceituosos para que se obtenha a diferença do amanhã, concedendo proteção social, aceitando os refugiados não como intrusos, mas como povos que venham a somar, e que possam se manter no estado que o acolheu assim como ser capaz quando possível de retornar ao seu país para acrescentar e

modificar para melhor semeando uma nova diversidade cultural e institucional e não frutificando um discurso de uma vertente só e xenofóbico.

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BERNALES, Enrique. **Sistema Internacional de Protección de los Derechos Humanos de las mujeres**. In: *Derechos humanos de las mujeres: aportes y reflexiones*. Lima: Movimiento Manuela Ramos, 1998. Serie Mujer y Derechos Humanos 6.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: **Uma Herança Sociológica**. Educ.Soc. , Campinas, v.23, n. 78, abril de 2002. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de outubro de 2013.

BYERS, Michael. **A lei da Guerra**. tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1970. 7º ed.

CARMICHAEL, Stokely, HAMILTON, Charles, apud VALDEZ, Jorge Tápias. **Pax Castrense: La legitimacion de la violencia política** – Nueva Sociedad. Caracas, v.92, 1987.

FERNANDES, Antônio Sérgio. **As Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social**. In: Martins Junior, José Paulo; Dantas, Humberto (Org.). Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus, 2007.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: Sage, 1996.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2003, vol I, 2ed.

OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro de. **Construção, Negociação e desconstrução de Identidades: do Movimento homossexual AO LGBT**. Cad. Pagu , Campinas, n. 34, junho de 2010.3330-339 Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de outubro de 2013.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. Ed. LTr. 2002.

JUBILET, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

LAMBERT, Jean Marie. **Curso de Direito Internacional Público: Fontes e**

Sujeitos.Goiânia: Kelps, 2006. 5ª ed.

SOUZA, Celina - **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias: Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível a partir do: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em 2 de outubro de 2013.

MELHORAMENTOS. minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1992, 1ª ed.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direitos Humanos e Conflitos Armados.** Rio de Janeiro, Renovar,.1997.

OLIVEIRA, Mozar Costa de. **A Construção do Direito Ambiental Internacional** In: DERANI, Cristiane; COSTA, José Augusto Fontoura. **Direito Ambiental Internacional.** Santos/SP: Leopoldianum, 2001.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática.** São Paulo: Saraiva, 2006. 9º ed.

REIS, Marcello Henrique. **Resumo jurídico de Direito Internacional.** São Paulo: QuartierLatin, 2006. 2º ed. Vol 20. p.16.

REZEK, José Francisco, 1944. **Direito Internacional Público: curso elementar.** São Paulo: Saraiva, 2002. 9º ed.

BLAY, Eva Alterman. **Imigração OU OS paradoxos da alteridade.** Rev. Antropol. , São Paulo, v 43, n. 1, 2000. Disponível a partir do <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de outubro de 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100009>.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros, Identidade, Povo e Mídia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

XAVIER Alberto. **Direito Internacional do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998, p.186.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma Nova Cultura no Direito.** São Paulo: Editora AlHifaOmega, 1997

GT 3 – ESTADO, PODER E ILEGALIDADES

Sessão 1

O CONGRESSO NACIONAL E A LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DE DOIS PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO FEDERAL EM TEMPOS DE DISCUSSÃO SOBRE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Bernardo Coldebella (UFSM)
berniel11@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise dos principais projetos de lei em tramitação no congresso nacional sobre temas relacionados às drogas ilícitas e seus usuários. O “PL 111/2010” que tramita no Senado, e o “PL 7663/2010” que foi recentemente aprovado pela Câmara Dos Deputados. Para compreender o contexto em que as propostas se inserem, foi feita uma análise a partir da perspectiva das políticas públicas sobre portadores de transtornos mentais, dando principal atenção ao movimento pela reforma psiquiátrica, o qual as lutas resultaram na aprovação da Lei N°10.216/2001, partindo então para as especificações trazidas pela Lei N°11.343/2006 mais conhecida como “Lei de entorpecentes”. Para alcançar os objetivos da pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica das obras produzidas no âmbito da luta antimanicomial, bem como análise documental dos textos dos projetos de lei em tramitação, e das leis abordadas no trabalho. Obteve-se que, o tema balizador das discussões são as políticas de enfrentamento ao “crack”, as duas trazem como proposta principal a alteração do artigo 28 da Lei N°11.343/2006, passando a prever internação involuntária ou compulsória de dependentes químicos. Os debates em torno dos projetos apresentam opiniões divergentes, quanto à eficácia desse tipo de tratamento na recuperação de toxicodependentes, e quanto à sua aplicação em grande escala, que segundo especialistas poderia levar a graves consequências humanitárias.

Palavras-chave: Congresso nacional; Política de drogas; Lei de entorpecentes; Projeto de lei; Internação compulsória

Introdução

O presente trabalho busca analisar as principais propostas apresentadas no congresso nacional sobre temáticas relacionadas à política de drogas, mais especificamente sobre o tratamento previsto aos dependentes químicos, para contextualizá-las iniciamos através uma análise da trajetória das políticas de atenção a portadores de transtornos mentais, tendo como foco principal o movimento pela reforma psiquiátrica, o qual as lutas culminaram na aprovação da Lei N° 10.216/2001, seguindo então para uma breve explicação dos principais aspectos da Lei N° 11.343/2006, conhecida como “lei de entorpecentes”. Em

seguida foi feita uma análise de dois projetos de lei, o “PL” 111/2010 de autoria do Senador Demóstenes Torres, e o “PL” 7663/2010 de autoria do deputado federal Osmar Terra.

As discussões na esfera legislativa federal giram em torno da necessidade de internação de pessoas que estejam em situação de risco devido ao uso abusivo de drogas. Tendo em vista a perspectiva que o enclausuramento indiscriminado de pessoas não representa uma opção viável dentro dos paradigmas que emergiram da reforma psiquiátrica, cabe uma discussão mais aprofundada sobre as propostas apresentadas e seu provável impacto.

O “crack” é uma droga obtida por meio do aquecimento de uma mistura de pasta base de cocaína, água e bicarbonato de sódio. (OMS, 2010) atualmente esta substância em específico traz à tona delicados debates devido a grande incidência de uso entre populações de rua. Essas populações ficam expostas não somente aos perigos da própria substância, mas se vêem incluídas em um contexto de marginalização que além de dificultar o acesso aos serviços de saúde os expõe a situações de risco ligadas a criminalidade e a violência policial.

A opinião pública frequentemente relaciona a figura dos usuários de crack com atitudes de decadência da vida pessoal, miséria, mendicância, e à prática de delitos, denomina essas pessoas como “noias”. Gomes e Adorno (2011) através de um estudo realizado em uma área de grande concentração de usuários de crack conhecida como

“cracolândia”, localizada na cidade de São Paulo, trazem que os usuários considerados “noias”, “normalmente são vistos, enquanto fumam, em amontoados de mais de cem pessoas nas calçadas da região.” (GOMES; ADORNO. 2011. p.574). Os autores identificaram que não somente os “noias” fazem parte da população da região, “Pessoas arrumadas com terno ou roupas de trabalho que passam ali apenas para comprar a droga ou para fumá-la em algum intervalo do trabalho; jovens de classe média ou alta; crianças em situação de rua; catadores de material reciclável.” (GOMES; ADORNO. 2011. p.571)

A constatação de Gomes e Adorno (2011) sobre apenas uma parte dos usuários de crack serem pessoas em situação de rua, foi confirmada pelo estudo publicado pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD) com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), denominado “*Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país*” o estudo que abrangeu todo o território nacional, auferiu que nas capitais cerca de 35% dos usuários de crack se encontram em situação de rua, enquanto cerca de 60% possui residência. (FIOCRUZ. 2013. p.13)

Em geral a figura do usuário de crack é frequentemente ligada ao personagem do

“noia” não somente pela opinião pública, mas também demonstra grande importância no direcionamento das propostas apresentadas pelos deputados e senadores. Os projetos que serão analisados neste trabalho apresentam-se basicamente como propostas para o tratamento destas pessoas, trazem como foco principal a possibilidade de internação forçada destas em instituições especializadas, a pedido da família ou do poder público. A internação compulsória é um dispositivo previsto na Lei Nº 10.216/2001 (lei da reforma psiquiátrica, ou lei “Paulo Delgado⁸⁷”), porém, como veremos a seguir, com os novos paradigmas surgidos da reforma psiquiátrica este se tornou um recurso que deve ser utilizado somente em casos de extrema necessidade, e sua adoção deve ser evitada enquanto não forem extintas todas as outras possibilidades.

A reforma psiquiátrica e os novos paradigmas do tratamento dos transtornos mentais

A reforma Psiquiátrica no Brasil tornou-se tema de debate ainda na década de 70 “O processo da Reforma Psiquiátrica divide-se em duas fases: a primeira de 1978 a 1991 compreende uma crítica ao modelo hospitalocêntrico, enquanto a segunda, de 1992 aos dias atuais destaca-se pela implantação de uma rede de serviços extra-hospitalares” (MESQUITA et al, 2010 p.2) e “trata-se de um movimento de muitas faces: a das inovadoras experiências institucionais, dando seus primeiros passos; a da legitimidade como política pública, começando a ser assumida pelo Ministério da Saúde.” (YASUI, 2006, p.10) “Dentre estas novas experiências, destacam-se a criação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Prof. Luis da Rocha Cerqueira, em março de 1987 em São Paulo, e do primeiro Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) em Santos.” (AMARANTE e TORRE, p. 27)

A fundação do movimento antimanicomial pode ser considerada o marco formal de início da luta pela reforma psiquiátrica brasileira, sobre ele Luchmann (2007) explica que o movimento formalizou-se com o “manifesto de Bauru” redigido no ano de 1987 durante o “segundo encontro nacional do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) com o lema por uma sociedade sem manicômios. Representou o início de um distanciamento por parte da entidade em relação ao Estado e uma aproximação com as entidades de apoio e

⁸⁷ A lei recebeu este nome em homenagem ao deputado federal Paulo Delgado, responsável por apresentar uma década antes o projeto de lei que lhe deu origem.

famílias. (LUNCHMANN, 2007, p.403).

Mesquita (2010) salienta que a busca por alternativas de tratamento para transtornos mentais tornou-se institucional a partir da aprovação da Lei Nº 10.216/2001 (ou lei da reforma psiquiátrica). A lei originou-se de um projeto que tramitava havia mais de uma década no congresso nacional, de autoria do deputado Paulo Delgado, até que em 2001 o projeto foi finalmente aprovado, dando origem à Lei Nº10.216/2001. Seguiu-se então a busca pelo processo de desinstitucionalização de portadores de transtornos mentais através do aperfeiçoamento das abordagens em prol da ressocialização.

A Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, a promulgação da lei 10.216 impõe novo impulso e novo ritmo para o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p.8).

Caso haja a necessidade incontornável de internação, o Art. 6º dessa lei instituiu três tipos “[...] I voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; III compulsória: aquela determinada pela Justiça.” (Lei Nº 11.216/2001)

As modificações trazidas pela Lei Nº 10.216/2001 procura contemplar principalmente aspectos psicossociais, priorizando a busca pela inserção ou re-inserção social destes indivíduos, o tratamento humanitário, e o não enclausuramento das pessoas acometidas por transtornos mentais, através de abordagens terapêuticas com foco no envolvimento com a comunidade, visando evitar a segregação dessas pessoas. Neste aspecto, a criação de centros de tratamento subdivididos por especialidades e por público atendido, bem como equipes multidisciplinares, representa a adoção de uma perspectiva inovadora no contexto dos serviços de atenção às pessoas acometidas por transtornos mentais.

A busca por abordagens interdisciplinares pode ser observada na constituição das equipes dos CAPS, a inclusão de assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais, representa um avanço condizente com as novas perspectivas. Amarante e Torre (2001) explicam que o projeto do CAPS nasce da ideia da desinstitucionalização de pacientes acometidos por doenças psiquiátricas, os centros de tratamento baseiam-se em uma “estrutura de continência multiprofissional que busque estimular múltiplos aspectos necessários ao exercício da vida em sociedade respeitando-se a singularidade dos sujeitos” (AMARANTE e TORRE 2001, p.29).

Os Centros de atenção psicossocial “CAPS” tornaram-se uma alternativa terapêutica para o tratamento dos sofrimentos mentais, sejam eles de origem orgânica ou ligados a toxicomania, “A utilização dos CAPS se diferenciam pelo porte, capacidade de atendimento, clientela atendida e organizam-se no país de acordo com o perfil populacional dos municípios brasileiros. Assim, estes serviços diferenciam-se como CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005 p.27)

Os CAPSad – Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento de Pacientes com dependência e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas – são os dispositivos estratégicos desta rede, e passam a ser implantados sobretudo em grandes regiões metropolitanas e em regiões ou municípios de fronteira, com indicadores epidemiológicos relevantes. De fato, o desenvolvimento de ações de atenção integral ao uso de Álcool e drogas deve ser planejado de forma a considerar toda a problemática envolvida no cenário do consumo de drogas. Desta forma os CAPSad, assim como os demais dispositivos desta rede, devem fazer uso deliberado e eficaz dos conceitos de território e rede, bem como da lógica ampliada de redução de danos, realizando uma procura ativa e sistemática das necessidades a serem atendidas de forma integrada a meio cultural e à comunidade em que estão inseridos, e de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005 p.41)

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) possuem equipes multiprofissionais compostas por psicólogos, psiquiatras, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, técnicos administrativos, dentre outros (MONTEIRO, 2011). As equipes são responsáveis pelo acolhimento de pessoas com problemas relacionados a toxicodependência.

A nova lei de entorpecentes e a figura do usuário

A Lei Nº 11.343/2006 sancionada em 23 de Agosto de 2006 trouxe mudanças expressivas para a política nacional sobre drogas, dentre elas o fim da pena privativa de liberdade para usuários de drogas, as sanções neste caso foram substituídas conforme consta no Art. 28 por “admoestação verbal; prestação de serviços comunitários; comparecimento a programa sócio-educativo ou de reabilitação” (BRASIL, Lei 11.343/2006). A diferenciação entre usuário e traficante passou a ser um elemento fundamental no processo, pois para o crime de porte não se impõe prisão, mas ao mesmo tempo houve um endurecimento das penalidades previstas para o crime de tráfico de drogas, que teve sua pena mínima aumentada de três para cinco anos. (JESUS; et al. 2010. p.9)

Apesar da alteração, determinados setores da política nacional, grupos organizados da sociedade civil e estudiosos da temática chamam a atenção para determinados pontos. Segundo os movimentos a lei não seria suficientemente clara a diferenciar um usuário de um traficante. O parágrafo 2º do Art. 28 da Lei Nº 11.343/2006 define que: “o juiz deverá determinar a que se destinava a droga atendendo a “natureza e a quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.” (BRASIL, Lei 11.343/2006).

Segundo a interpretação desses grupos, a falta de critérios objetivos afeta negativamente os adictos de drogas com alto potencial de dependência, que muitas vezes são presos pelo crime de tráfico de drogas ao praticarem-no para manutenção do próprio vício. O estudo realizado por Boiteux et al. (2009) revela que “somente os „descartáveis” pequenos e microtraficantes, que representam os elos mais fracos da estrutura do comércio de drogas ilícitas sofrem a intensidade da repressão, e ainda recebem penas desproporcionais”. (BOITEUX, 2009, p.201)

As discussões sobre política de drogas no congresso nacional versam basicamente sobre o tratamento de usuários de “crack”, girando em torno da internação involuntária destes em instituições especializadas, como meio de resgatar dependentes químicos que estão em situação de vulnerabilidade social, porém, ao mesmo tempo surge a preocupação sobre as condições em que se darão essas internações.

Os projetos do congresso nacional

As políticas de enfrentamento ao “crack” têm balizado as discussões sobre drogas nas casas legislativas do país inteiro. No Senado Federal tramita o projeto de lei PL 111/2010 de autoria do ex-senador Demóstenes Torres, o qual previa alterações na Lei Nº 11.343/06/2006 (que proibiu a prisão de usuários de drogas). Segundo prevê a ementa: altera o “artigo 28 do mesmo diploma legal para estabelecer pena de detenção de 6 meses a 1 ano para o usuário de drogas, bem como a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por tratamento especializado”. (SENADO, 2010).

A alteração proposta tinha por objetivo a intervenção em relação aos usuários de crack em situação de rua, procurando estabelecer um dispositivo que possibilitasse o recolhimento de usuários para tratamento. Segundo consta na própria justificativa do projeto de lei “Familiares, educadores e o próprio Poder Judiciário ficaram de pés e mãos atados para

internar o usuário. Se ele quiser se tratar, arruma-se uma clínica; se recusar o tratamento, nada se pode fazer além de assistir a autodestruição” (SENADO. 2010, p.3).

Ao prever pena de detenção para usuários de drogas o PL 111/10 buscava possibilitar o recolhimento involuntário de dependentes químicos pelas forças policiais, sem a necessidade de ordem judicial para tal, nem a necessidade de encaminhamento ao serviço específico, voltando ao modelo de encarceramento estabelecido pela legislação anterior⁸⁸.

O projeto de lei foi encaminhado para apreciação na comissão permanente de assuntos sociais do Senado (CAS) onde trouxe à tona a polêmica da internação compulsória. O substitutivo apresentado pela senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), rejeita a ideia de prisão para usuários, porém defende a internação compulsória para tratamento quando estes se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Para confeccionar o relatório a comissão baseou-se nos resultados das audiências públicas realizadas no âmbito da comissão, sendo ouvidos diversos representantes de organizações ligadas ao tema e especialistas em áreas correlatas. A relatora então apresentou um substitutivo para o PL 111/10, prevendo as seguintes alterações no artigo 28º da Lei Nº11.343/2006:

“Art. 28-A. O juiz, com base em laudo emitido por comissão técnica, poderá determinar o encaminhamento do agente das condutas previstas no art. 28 para tratamento especializado e, se necessário, para internação compulsória, observadas as disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§1º A comissão de que trata o caput funcionará junto ao tribunal ou juízo competente e será composta por três profissionais de saúde com experiência no tratamento de dependência de drogas, sendo ao menos um deles médico.

§2º O juiz poderá, a qualquer momento, encaminhar o dependente químico para tratamento especializado, após ouvida a comissão especificada no § 1º.

§3º O juiz determinará ao poder público que coloque à disposição do agente das condutas previstas no art. 28, gratuitamente, estabelecimento de saúde para tratamento especializado, inclusive em regime de internação. (SENADO, 2010. p.32)

O relatório da comissão aponta para uma situação comum a muitos grandes centros, nos quais o abuso de drogas como o crack é um problema que se torna visível principalmente devido aos usuários em situação de vulnerabilidade social, considera urgente o recolhimento dessas pessoas para os mecanismos de tratamento.

Na Câmara dos deputados tramita o projeto de lei Nº 7663 de 2010 (PL

⁸⁸ A Lei Nº 6.368/1976 trazia em seu artigo 16: Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa.

7663/2010)⁸⁹, de autoria do deputado federal Osmar Terra (PMDB-RS). A amplitude das mudanças que este projeto propõe para a política de drogas nacional vai muito além daquelas apresentadas na proposta analisada anteriormente. Foram pensados a este que trataremos agora, outros quatorze projetos apresentados nos últimos anos pelos deputados.

Segundo consta na ementa do projeto: “Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências”.

O PL Nº 7663/2010 objetiva, segundo seus autores, uma necessária classificação das drogas segundo seu potencial lesivo e de dependência⁹⁰, a qual servirá não somente par fins informativos, mas também para definir qual a intensidade das sanções impostas aos condenados por tráfico, sendo esta diferenciada para cada substância. Segundo o texto a classificação das drogas deverá atender “a sua farmacodinâmica, com ênfase nos seus mecanismos de ação; b) a sua farmacocinética, considerando os meios conhecidos de administração da substância e as diferenças que podem representar nos efeitos; e c) a capacidade da droga em causar dependência, apresentando, no mínimo, uma escala com três categorias: baixa, média e alta.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010. p.2). Além dessa classificação, altera também a pena mínima para tráfico de drogas, prevista no artigo 33º da Lei 11.343/2006, de cinco para oito anos.

Diz respeito à necessária diferenciação entre os crimes relacionados às drogas de maior poder para causar dependência. Nos parece óbvio que a sanção seja proporcional ao dano causado. Dessa forma, a partir dessa nova redação, o traficante de crack, por exemplo, terá a sua pena aumentada de um sexto a dois terços, dispensando mais rigor aos delitos que envolvem drogas mais perigosas, distinção que não ocorre na legislação atual. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010. p.29)

O texto propõe a ampliação dos mecanismos antidrogas através da manutenção e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) instituído pela Lei 11.343/2006). Prevê a captação de recursos através da criação de fundos de

⁸⁹ O Projeto de lei 7663/2010 ou “PL Osmar Terra” foi aprovado pela câmara dos deputados em 28/05/2013, seguindo então para apreciação no senado, à época deste trabalho o projeto ainda não havia sido aprovado, portanto os textos base utilizados para fins deste estudo são o do projeto original apresentado à mesa pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS) em 14/07/2010 e o do substitutivo apresentado pela comissão especial da câmara em 28/11/2012, o qual o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL) assina como relator.

⁹⁰ A classificação foi um dos pontos retirados do projeto durante as sessões de votação.

doações, prevendo a possibilidade de abatimento no imposto de renda para doações feitas a programas relacionados à atenção aos usuários de drogas. Prevê a reserva de 3% das vagas em obras públicas que gerem mais de trinta postos de trabalho para pessoas que estejam cumprindo o “plano individual de atendimento”.

Sobre o plano individual de atendimento (PIA), o projeto traz que deverá ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar, levando em conta: o tipo de droga e o padrão de uso; risco à saúde do paciente e terceiros; deve contemplar a participação dos pais ou responsáveis legais, sendo estes passíveis de responsabilização em caso de negligência à menor de idade. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p.66)

Para prever a possibilidade de internação de dependentes químicos, o projeto adiciona ao artigo 23 da Lei Nº 11.343/2006 duas modalidades de internação, a voluntária, e a involuntária (ou compulsória), que se dão respectivamente; através da manifestação da vontade do próprio usuário de submeter-se ao tratamento; através do pedido de um familiar, ou na falta deste, do poder público. As internações ocorreriam em instituições públicas ou privadas⁹¹ devidamente registradas e que atendam aos requisitos, todas as internações deverão ser autorizadas por um médico.

Art. 23-A A internação de usuário ou dependente de drogas obedecerá ao seguinte:

I – será realizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação e com base na avaliação da equipe técnica;

II – ocorrerá em unidades do SUS ou em instituições de direito privado habilitadas, em qualquer das seguintes modalidades:

1. internação voluntária: aquela que é consentida pela pessoa a ser internada;

2. internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do usuário, a pedido de familiar ou, na absoluta falta deste, de servidor público que constate a existência de motivos que justifiquem a medida. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012. p.63)

Na falta de vagas no sistema público o projeto prevê o financiamento de instituições privadas, os recursos utilizados para tal seriam provenientes da receita

⁹¹ No texto aprovado enviado ao senado foi suprimida a possibilidade de internação em instituições que não sejam unidades de saúde, o parágrafo 2º do artigo 23-A traz que: “A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.” O parágrafo 9º do mesmo artigo explicita que: “É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. p.15-19)

destinada ao SUS,: “Na hipótese da inexistência de vagas em programa público de atendimento ou acolhimento, o tratamento será custeado em estabelecimentos privados: a) pelo Poder Público, se voluntariamente aceito pelo dependente ou usuário de drogas; b) pelo SUS, se involuntário ou compulsório.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010. p.62)

Percebe-se com esta análise, que apesar das óbvias diferenças na amplitude das mudanças propostas por cada projeto, é possível identificar um núcleo comum às duas propostas, este é a alteração da Lei Nº 11.343/2006 para que esta passe a prever possibilidade de internação involuntária de dependentes. Ambos os projetos ainda precisam tramitar em outras comissões antes de serem aprovados definitivamente.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi alcançado na medida em que pudemos analisar os principais aspectos presentes nas propostas estudadas, percebeu-se que apesar das diferenças, a ideia central dos projetos é a mesma, ambos tratam de criar mecanismos para o recolhimento forçado de usuários de drogas para tratamento, e buscam algum tipo de responsabilização judicial dos usuários por sua condição.

O primeiro projeto analisado iniciou-se como uma tentativa de retornar ao modelo carcerário existente na legislação anterior. Após tramitar pela comissão permanente de assuntos sociais do senado (CAS), retirou-se a proposta de prisão, passando a sugerir a internação compulsória de dependentes químicos. O projeto ainda tramitará pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a qual caberá decisão terminativa.

O segundo projeto analisado propõe mudanças mais abrangentes do que o primeiro, buscando além de estabelecer a possibilidade de internação involuntária, a regulamentação e ampliação dos programas de combate ao uso e ao tráfico de drogas, legisla também sobre o financiamento dos programas de tratamento e medidas para a reinserção social de dependentes químicos que aderirem aos programas. O projeto de lei nº 7663 de 2010 foi aprovado pela câmara dos deputados nas sessões dos dias 24/05/2013 e 28/05/2013, nas quais o projeto recebeu emendas propostas pelos parlamentares, no entanto a proposição central de alteração da lei de entorpecentes para que passe a prever internações involuntárias permaneceu intacta. O projeto segue tramitando do senado, identificado como PLC 37.

O uso indiscriminado das internações involuntárias andaria na contramão de todo o

progresso adquirido através de décadas de luta pelo direito das pessoas com transtornos mentais. Trancafiar usuários não parece representar uma solução viável, aparenta ser um paliativo estético para acalmar os ânimos de uma população cada vez mais amedrontada pelos desafios representados pelas doenças sociais modernas, dentre estas, a drogadição é uma das mais controversas e suscetível à medidas pautadas no senso comum e no pânico moral.

Referências bibliográficas

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. A constituição de novas práticas no campo da Atenção Psicossocial: análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p.26-34, ago. 2001. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/resource/357144>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BOITEUX, Luciana et al. **Trafico de drogas e constituição**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. (Pensando o direito): E-book. Disponível em: Disponível em: <http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/01Pensando_Direito.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BRASIL. **Lei, 11.343, 23 de agosto de 2006**, Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas . 2006.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. **Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental** : 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS . 2005. 51 p.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de lei nº 7663, de 2010. Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, e dá outras providências. Poder Legislativo, Brasília, 14, jul. 2010. [online] Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=789804&filena me=PL+7663/2010>. Acesso em: 05 fev. 2012.

BRASIL. Câmara dos deputados. Substitutivo apresentado pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7663, de 2010. Substitutivo, n. 1, de 28 de novembro de 2012. Relator: Givaldo Carimbão . [online], Brasília, 83p. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1049060&filena me=Tramitacao-PL+7663/2010>. Acesso em: 10 set. 2013

BRASIL. Senado. Projeto de lei nº 111, de 2010. Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências. 20 abril. 2010. Autor: Demóstenes Torre . [online], Brasília. Disponível em: <www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=76219>. Acesso em: 10 set. 2013

BRASIL. Senado. Substitutivo ao Projeto de lei nº 111, de 2010 apresentado pela **comissão permanente de assuntos sociais (CAS)**. Substitutivo, 2010. Relator: Ana Amélia Lemos [online], Brasília, Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96509>. Acesso em: 10 set. 2013

GOMES, Bruno Ramos; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo . **Etnográfica**, On Line, v. 3, n. 15, p.569-586, 23 out. 2011. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1076>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

JESUS, Maria Gorete Marques de. et al. **Prisão provisória e Lei de drogas**: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. São Paulo: NEV/USP. E-book. 154p. Disponível em:<<http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013

LUCHMANN, L; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva[online]**. 2007, vol.12, n.2, pp. 399-407. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MESQUITA, J; NOVELLINO, M; CAVALCANTI, M. A reforma psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da saúde mental. In: **Anais do 17º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: Abep,2010. p.1-9. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_4/abep2010_2526.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MONTEIRO, C.; et al.; Perfil sóciodemográfico e adesão ao tratamento de dependentes de álcool em CAPS-ad do Piauí. **Esc. Anna Nery**, vol.15, n.1, p.90-95, Rio de Janeiro Jan./Mar. 2011

OMS , *SONU: Guia de estudo*. São Paulo, 2010.

SENAD. *Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país*: livreto epidemiológico – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Brasília, 2013. 27p.

YASUI, Silvio. *Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira*. 2006. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Na Área de Saúde, Escola Nacional de Saúde Publicada Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

OS TORCEDORES NAS MARGENS DO ESTADO: A PRODUÇÃO DA LEGALIDADE DO TORCER NOS ESTÁDIOS BRASILEIROS

Eric Monné Fraga de Oliveira⁹²
ericmfo@hotmail.com
Financiamento: CAPES

Resumo: O trabalho discute as linhas teórico-metodológicas de projeto de pesquisa (um estudo em andamento, a ser desenvolvido durante os próximos três anos e meio) que tem como objetivo investigar como os poderes do Estado e da FIFA se articulam e justapõem para regular o comportamento dos torcedores, produzindo as margens do que deve ser o ato de torcer. Neste trabalho, a análise será conduzida a partir dos documentos lançados pela FIFA em 28 de setembro de 2012 (nona versão) e em 20 de agosto de 2013 para orientar o comportamento dos torcedores durante, respectivamente, a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, ambas realizadas no Brasil. Também tomamos como foco de análise a Lei 12.299, de 27 de julho de 2010, que altera a Lei 10.671/03 (conhecida como o “Estatuto do Torcedor”), de 15 de Maio de 2003, ambas sancionadas pelo presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Ao regular o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol, a FIFA e o Estado delimitam as margens entre ser um torcedor e ser um infrator. Em outras palavras, a ilegalidade de certas formas de torcer é introduzida pelo Estado e pela FIFA – o que remete à ideia, apresentada por Veena Das e Deborah Poole, de co-produção entre o Estado e suas margens. Os documentos supracitados constituirão a primeira parte do *corpus* da pesquisa, e serão, posteriormente, associados a fontes complementares, como os discursos dos torcedores, sendo eles afiliados às organizadas ou não, e da imprensa. Como método para analisar os documentos, elegemos a análise discursiva de linha francesa, a partir, sobretudo, das proposições de Michel Foucault sobre a arqueologia do saber e as articulações entre discurso e poder. Desse modo, os documentos serão examinados de modo a se refletir sobre a formação discursiva da qual fazem parte. Vemos que, nessa formação discursiva, o que está em jogo é o controle sobre o comportamento do torcedor de futebol, por meio da cristalização de verdades, da produção de regulações e, assim, da separação entre formas aceitas e formas ilegais de se torcer.

Palavras-chave: Legalidade; Torcidas de Futebol; Discurso; Poder; Copa do Mundo.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar algumas questões teórico-metodológicas relativas à pesquisa que será realizada durante os próximos quarenta meses para a elaboração da Tese de Doutorado em Sociologia. Embora as questões aqui

⁹² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), bolsista CAPES/Demanda Social, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Machado da Silva. É Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF), sob a orientação do Professor Doutor Jair de Souza Ramos e bacharel em Ciências Sociais também pela UFF.

apresentadas não compõem o todo das preocupações da pesquisa, elas formam um dos eixos principais de análise. A preocupação principal da pesquisa é estudar as formas pelas quais se lida com a violência nas torcidas de futebol no Brasil e na Inglaterra, focalizando as iniciativas para combatê-la. Neste artigo, todavia, optamos por circunscrever nosso foco à análise do caso brasileiro no século XXI. Não obstante, menos do que oferecer uma profunda análise do contexto estudado, nossa ambição aqui é, principalmente, apresentar as teorias e metodologias de pesquisa que se pretendem utilizar e verificar sua adequação ao objeto de pesquisa.

Tendo a violência nas torcidas – sobretudo nas torcidas organizadas – de futebol como um objeto de preocupação, o governo federal sancionou, em 15 de maio de 2003, a Lei nº10.671, popularmente conhecida como o Estatuto do Torcedor. Apesar de abordar outras questões – como os direitos do consumidor de esportes – e ser válido para os demais esportes, o Estatuto ficou conhecido principalmente por ser uma iniciativa forte do governo federal para combater a violência nos estádios de futebol. Mais tarde, em 27 de julho de 2010, o então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva sancionou a Lei nº12.299, que modifica o Estatuto do Torcedor, especialmente as medidas de prevenção e repressão à violência nas competições esportivas. Optamos aqui por tomar esse documento como objeto de análise, uma vez que ele é a principal iniciativa do Estado brasileiro para governar as torcidas de futebol.

Com a realização da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013 no Brasil, e tendo em mente o problema da violência nas torcidas de futebol no país-sede, a FIFA produziu dois documentos com o objetivo de orientar o comportamento dos torcedores dentro dos estádios. Dessa forma, o primeiro Código de Conduta no Estádio foi lançado em 28 de setembro de 2012 (em sua nona versão), visando à Copa das Confederações de 2013, e o segundo foi lançado em 20 de Agosto de 2013, visando à Copa do Mundo de 2014. Esse será o segundo objeto que será tratado na análise – e, assim como o Estatuto do Torcedor, será um dos pontos principais da Tese de Doutorado a ser elaborada.

Ambos os objetos formam, portanto, parte fundamental do *corpus* da pesquisa a ser desenvolvida, uma vez que podemos considerar que dizem respeito, juntos, a uma formação discursiva sobre as torcidas de futebol no Brasil, ao mesmo tempo em que se orientam para definir os limites entre as formas aceitas e não-aceitas de torcer. Aqui, será realizada uma análise preliminar, para exercitar a ferramenta teórico-metodológica escolhida para analisar esse *corpus*, ou, em outras palavras, para testar suas aplicações, suas contribuições e seus

limites em nosso estudo. Nessa proposta, emerge como um procedimento imprescindível a colocada em evidência de parte significativa do arcabouço teórico-metodológico que constituirá a tese futura.

Propomos nos embasar, em um primeiro momento, na analítica do poder presente na obra de Michel Foucault, especialmente na expressão dessa analítica nos conceitos de poder disciplinar e biopoder, e nos desdobramentos que tal perspectiva encontra em *Anthropology in the Margins of the State* (2009), livro editado por Veena Das e Deborah Poole⁹³, em que a ideia de biopoder aparece relacionada à co-produção entre o Estado e suas margens a partir da própria ação estatal⁹⁴. Tomamos aqui esses dois conceitos do(s) poder(es) não como duas teorias separadas em Foucault⁹⁵, mas como “dois modos conjuntos de funcionamento do saber/poder, tendo, é verdade, focos de aplicação, finalidades e móbeis específicos” (FONTANA & BERTANI, 1999, p.130).

Essa primeira questão se entrelaça profundamente com outro pilar teórico, o qual, por sua vez, constitui, ao mesmo tempo, a nossa principal proposta metodológica. Junto à teoria de Foucault sobre o poder, a linha francesa de Teoria e Análise do Discurso, na qual o próprio Foucault possui um papel proeminente, parece fundamental para interpretar os discursos contidos nos documentos que constituem o *corpus* da análise. Essa interpretação dos discursos, todavia, não se dá do ponto de vista da Hermenêutica, uma vez que procura saber como os discursos funcionam e como se estabelece a relação entre discurso e poder. A Análise de Discurso

Considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2013, p.16)

É precisamente isso que pretendemos realizar com a nossa pesquisa: entender a produção do discurso sobre a oposição binária segurança-violência no que tange às torcidas de futebol, encontrar as regularidades entre os discursos e relacioná-los à exterioridade que lhes confere sentido. Os discursos presentes nos documentos que constituem nosso *corpus* são aqui tomados como um lugar onde o poder se estabelece e produz efeitos – e é nesse ponto

⁹³ Diferente, todavia, da proposta de tal obra, nosso intuito não é a inserção dentro do campo da Antropologia do Estado, ainda que apresentemos algumas noções sobre o Estado moderno.

⁹⁴ Entretanto, dadas as limitações do presente trabalho, optamos por apenas citar a ideia de co-produção entre o Estado e suas margens, sem realizar maiores considerações sobre ela

⁹⁵ Cf. Pogrebinschi (2004) e Fontana & Bertani (1999).

que se unem a análise discursiva e a analítica foucaultiana do poder.

Encontramos aqui, portanto, a principal parte da base teórico-metodológica para a nossa análise: a analítica do poder foucaultiana, a noção de co-produção entre o Estado e suas margens a partir da ação estatal e a análise discursiva de linha francesa. Podemos então partir para a descrição dos objetos de nossa pesquisa.

O Estatuto do Torcedor: o Estado e as torcidas organizadas

O Estatuto do Torcedor atual (ou Estatuto de Defesa do Torcedor, nome com o qual aparece no documento do Planalto) possui 45 artigos divididos em doze capítulos, com a intenção de estabelecer normas voltadas para a proteção e defesa do consumidor de esportes. Embora esse estatuto sirva para todas as formas de competições esportivas no país, nós o tomaremos aqui unicamente pensando sobre o caso do futebol, por ser o torcedor de futebol nosso interesse analítico. Os pontos que discutiremos do Estatuto do Torcedor foram escolhidos em virtude de sua adequação à problemática proposta. Dessa maneira, alguns pontos não serão postos em discussão, enquanto outros se tornarão recorrentes durante a análise. Para nossos desígnios, focalizaremos em como o Estatuto tenta estabelecer o que é uma torcida ou um torcedor de esporte – e, no nosso caso, de futebol – ao criar limitações entre o que é legítimo ou ilegítimo/ilegal na prática de torcer.

Em seu segundo artigo, ou seja, como uma das premissas de que o Estatuto partirá, está presente uma definição de torcedor: “torcedor é toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada atividade esportiva” (Lei nº 10.671, 2003; incluído pela Lei nº 12.299, 2010, p.1). Isso significa que, com o Estatuto do Torcedor, o Estado atribuiu a si o papel de produzir as fronteiras entre o que é e o que não é um torcedor, o que configura um ponto de partida para legislar sobre o ato de torcer.

Logo no primeiro capítulo, aparece a questão da violência (Art. 1º-A) e das torcidas organizadas (Art. 2º-A), indicando que esses dois pontos emergem como centrais ao estatuto. Ao mesmo tempo, é importante notar que esses pontos apenas foram adicionados pela Lei nº12.299, de 2010, não constando no formato original do documento em 2003. O Artigo 1º-A define que o Estado é o responsável pela prevenção da violência nos esportes (segundo a concepção clássica segundo a qual o Estado se define pelo monopólio da violência legítima), mas também confere tal responsabilidade: 1) aos clubes, associações e entidades esportivas e

entidades recreativas; 2) às ligas, federações e confederações; e 3) às associações de torcedores. Dessa maneira, o Estado define que a segurança nos estádios de futebol é uma responsabilidade de quatro entidades: ele próprio, as partes em competição, as associações que as partes em competição formam para realizar disputas esportivas e os torcedores do esporte articulados em associações.

Além de legislar sobre a transparência na organização das atividades esportivas (Capítulo II), o regulamento da competição (Capítulo III), os ingressos (Capítulo V), o transporte de torcedores (Capítulo VI), os serviços de alimentação e higiene oferecidos aos torcedores (Capítulo VII), a relação entre torcedores e a arbitragem esportiva (Capítulo VIII), entre torcedores e a entidade de prática desportiva (Capítulo IX) e entre torcedores e a Justiça Desportiva (Capítulo X), bem como sobre as penalidades às ligas e entidades de práticas desportivas, de administração do desporto que violarem o que está disposto na lei (Capítulo XI), o Estatuto do Torcedor dispõe de meios para delimitar o que é ou não permitido aos torcedores dentro dos estádios, e pretende, ao oferecer cadastro jurídico às torcidas organizadas, realizar o controle sobre elas. Mais ainda, as torcidas organizadas passam a ser definidas pela existência de um cadastro como pessoa jurídica: “considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade” (Art. 2º-A) (Lei nº 10.671, 2003; incluído pela Lei nº 12.299, 2010, p.1).

Na sequência, a Lei determina que as torcidas organizadas devem possuir cadastro de seus membros e associados, contendo fotografia e as seguintes informações: nome completo, filiação, número do registro civil e do Cadastro de Pessoa Física, data de nascimento, estado civil, profissão, endereço completo e escolaridade. Isso significa que, para uma torcida organizada existir legitimamente para o poder público, ela deverá possuir um cadastro oficial e qualquer indivíduo que deseje participar de uma torcida organizada deverá cadastrar-se oficialmente junto a ela. Em outras palavras, o poder público passa a dispor de um mecanismo que lhe oferece o pleno conhecimento sobre as torcidas organizadas e seus membros, podendo, portanto, exercer controle sobre eles – a medida na qual este mecanismo de saber/poder é de fato exercido, entretanto, constitui uma questão à parte.

Para além de definir o que são os torcedores e o que são as torcidas organizadas, o Estatuto torna crime determinadas práticas de torcedores dentro dos estádios ou nos seus arredores e define sanções para os infratores. As infrações podem ser classificadas em três

tipos: 1) prática ou promoção de tumulto ou violência; 2) invasão de locais de uso restrito dos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas; e 3) posse de objetos que possam ser usados para atividades violentas. As penas aos infratores incluem reclusão, multa e proibição de comparecimento ao estádio e proximidades.

Além dos torcedores individualmente, as torcidas organizadas estão sujeitas às mesmas determinações e punições. Em caso de qualquer infração por seus membros ou associados, será responsabilidade da torcida responder civilmente pelos danos causados.

“A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos” (Lei nº 10.671, 2003; incluído pela Lei nº 12.299, 2010, p.12).

As medidas expressas pelo Estatuto do Torcedor podem, assim, ser resumidas a quatro pontos principais, tendo em vista sua relevância para a nossa pesquisa: 1) regulamentação das torcidas organizadas a partir da criação de cadastros para elas e seus membros junto ao Estado; 2) atribuição das responsabilidades pela proteção e segurança dos torcedores ao poder público, às entidades organizadoras das atividades esportivas, aos clubes, associações e agremiações envolvidas e às associações de torcedores; 3) delimitação das atividades proibidas ao torcedor e à torcida organizada, com foco na violência, tumulto e invasão de áreas restritas; 4) estabelecimento de medidas punitivas aos infratores, tanto individuais quanto agrupados em torcidas organizadas.

Os Códigos de Conduta da FIFA: discurso e poder

Também tendo em vista o problema da violência nos estádios de futebol no Brasil, país em que foi realizada a Copa das Confederações de 2013 e que receberá a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a FIFA, responsável pelos dois eventos, produziu dois Códigos de Conduta no Estádio, visando guiar o comportamento do torcedor de futebol durante as partidas dos dois eventos. Os códigos são bastante similares, o que torna possível pensar em ambos como atravessados pelo mesmo discurso. Os códigos estão divididos em cinco seções, mas nosso enfoque recai sobre as duas últimas seções, que definem os itens proibidos e pedem “bom senso” dentro do estádio, isto é, o que um torcedor pode ou não pode fazer dentro dos limites do estádio de futebol.

Os itens proibidos estão divididos em 20 grupos, mas iremos reagrupá-los aqui em dez

categorias, de acordo com sua função: 1) objetos intencionalmente agressivos (armas de fogo e armas brancas); 2) objetos potencialmente agressivos (ferramentas, projéteis, guarda-chuvas longos, apontadores a laser e similares etc.); 3) objetos “acidentalmente” agressivos (sinalizadores, instrumentos pirotécnicos, objetos corrosivos ou inflamáveis); 4) objetos que possam atrapalhar o jogo para outros espectadores (objetos volumosos, instrumentos musicais ou outros que produzam grande ruído); 5) objetos ilícitos (narcóticos e entorpecentes); 6) líquidos de qualquer espécie, alcoólicos ou não, que venham de fora do estádio; 7) animais; 8) equipamentos de gravação e disseminação audiovisual (câmeras – exceto as de uso privado –, computadores etc.); 9) quaisquer materiais relativos a causas políticas, ofensivas, de caridade, promocionais ou comerciais (incluindo cartazes, bandeiras, folhetos, objetos e roupas); 10) alguns objetos da estética de algumas torcidas não expressos nos itens anteriores (rolos de papel, farinha, pó ou similares; cartazes, faixas e bandeiras fora das limitações determinadas pela FIFA).

Notamos, com esses itens, sobretudo uma preocupação com a segurança, com a proteção ao torcedor para que ele possa assistir à partida, mas também uma preocupação com o controle da informação e dos discursos dentro do estádio. Em primeiro lugar, o torcedor não é visto como um produtor legítimo de informação sobre o que ocorre no interior do estádio, uma vez que a ele não é permitido filmar ou gravar para disseminação o que é ocorrido no local. Dessa maneira, ao torcedor é vedado gravar um vídeo dentro do estádio para demonstrar alguma determinada situação – seja ela positiva, neutra ou negativa à imagem da competição e da FIFA – e disseminá-lo por alguma plataforma virtual para que outras pessoas tenham conhecimento do caso em questão. Em segundo lugar, a FIFA também determina a exclusão discursos escritos que não tenham sido outorgados por ela. Isso será verificado também em relação à fala, com as determinações expressas no tópico “Bom Senso dentro do Estádio”.

O primeiro item em “Bom Senso dentro do Estádio”, assim como todos os demais, expressa um caráter normativo, determinando que os visitantes e credenciados não ofendam, arrisquem a segurança, incomodem desnecessariamente ou assediem os demais visitantes e credenciados. Possuem também, pois, uma determinação sobre os discursos possíveis dentro do estádio, recaindo em exclusão de determinadas falas. Algumas proibições expressas nos subitens do sexto item também levam a essa exclusão, como veremos mais adiante.

O quarto e o quinto itens delimitam práticas relativas à saúde e higiene dos espectadores, determinando, respectivamente, que o lixo dentro do estádio seja sempre

depositado nas lixeiras e também que fumar é proibido. Estes itens parecem pequenos mecanismos reguladores da vida; são “mecanismos de previdência – ou prevenção –, criados com o biopoder, [e] sinalizam uma preocupação com a otimização da vida” (POGREBINSCHI, p.196).

O segundo e o terceiro itens possuem um caráter disciplinar no sentido foucaultiano, na medida em que delimitam espaços determinados para os corpos dos indivíduos dentro do estádio: cada torcedor possui o seu assento, indicado em seu ingresso, devendo acessá-lo unicamente pelo portão de entrada designado, e devem deixar os caminhos do estádio (escadas de acesso e saídas de emergência) livres a todo momento. Além disso, a mudança de assento ou de portão de entrada pode ser determinada pelas autoridades do evento⁹⁶, como uma medida de proteção e segurança para os próprios torcedores – colocando-se, assim, também, como medidas preventivas para otimização da vida, não chegando a se constituir apenas como uma maximização de forças, a qual é o objetivo dos mecanismos disciplinares de poder. Essas medidas parecem se colocar na interface entre poder disciplinar e biopoder, uma vez que combinam elementos de ambas as formas de exercício do poder.

O sexto item do quinto tópico do código normativo para a conduta dentro dos estádios de futebol divide-se em 22 proibições, as quais foram reagrupadas aqui em subgrupos, de acordo com aquilo que é vetado. Ao todo, são sete subgrupos de proibições: 1) relativas ao uso do espaço do estádio (assistir aos jogos em pé, restringir, obstruir ou bloquear os caminhos ao ou dentro do estádio, acessar ou estimular o acesso a áreas proibidas, subir nas estruturas do estádio, entrar no campo de jogo); 2) relativas à segurança e violência (ameaçar a segurança – própria ou de outros –, atirar objetos, substâncias ou líquidos, começar incêndio ou utilizar explosivos ou inflamáveis, incitar violência ou comportar-se – ou demonstrar tendência a comportar-se – de maneira violenta, causar danos a outras pessoas e coisas; “agir de maneira que possa ser interpretada por outros como provocativa, ameaçadora, discriminatória ou ofensiva”

(FIFA, 2012, 2013, s/n); 3) relativas ao discurso falado ou escrito (mensagens ofensivas, discriminatórias, políticas, ideológicas ou de caridade; incomodar ou assediar; entoar xingamentos ou cânticos ofensivos ou discriminatórios, utilizar bandeiras que não sejam para

⁹⁶ “Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, a arte de dispor em fila, e de técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2001, p.125)

manifestação festiva ou amigável, escrever, pintar ou afixar objetos no estádio, distribuir materiais impressos); 4) relativas ao controle da produção, disseminação e transmissão de informação relativa ao evento (gravar, transmitir ou disseminar som, imagem, descrição ou resultado de qualquer evento que esteja ocorrendo dentro do estádio); 5) relativas à saúde e higiene (sujar o estádio com lixo ou excretos corporais; urinar ou defecar fora das instalações sanitárias determinadas); 6) relativas à comercialização (vender bens ou ingressos, explorar comercialmente fotografias ou imagens tiradas dentro do estádio); 7) relativas a estados de consciência afetados por álcool e entorpecentes.

Dessa maneira, o código de conduta busca exercer controle sobre a torcida ao definir quais práticas corporais ou discursivas são proibidas dentro do estádio, quais são os espaços que devem e quais não devem ser ocupados e como essa ocupação pode ser feita, quem pode produzir e disseminar informações relativas aos jogos e quem não pode, de quais maneiras não se pode torcer e ao estabelecer agentes que tenham autoridade para observar se os torcedores agem de acordo com o código normativo. Ao definir as proibições, o código de conduta delimita também, portanto, aquilo que é permitido.

Poder, saber e torcer

Ao estabelecer critérios que regulam as práticas da torcida, tanto o Estado quanto a FIFA se põem na articulação entre o discurso e seus efeitos de poder. As iniciativas das duas instituições, todavia, funcionam de formas bastante distintas.

Por um lado, o Estatuto do Torcedor inicia seu discurso realizando definições sobre o que é o torcedor e o que é uma torcida organizada, colocando-se na articulação entre saber e poder. O Estado institucionaliza as torcidas organizadas ao obrigá-las a possuir CNPJ para serem reconhecidas (tanto em sua existência quanto em sua legitimidade), e leva a articulação entre poder e saber mais além ao demandar delas uma ficha cadastral para cada um de seus membros. Os torcedores, ao se filiarem às torcidas organizadas, sujeitam-se ao poder do Estado em controlar a atividade de torcer.

Em seguida, o Estado define quais atitudes não são possíveis ao torcedor, delimita as penalidades às infrações, estabelece quais autoridades são responsáveis por vigiar o cumprimento das normas pelos torcedores e quais atitudes são possíveis a essas autoridades em caso de infração e outorga também direitos ao torcedor. Ao instituir deveres, direitos e proibições aos torcedores, definindo, portanto, que determinadas atividades da torcida são crimes, o Estado constrói a si próprio ao mesmo tempo em que produz as suas margens: os

torcedores são postos, desta maneira, nas margens do poder estatal.

A estratégia do Estado é clara: definir o que é crime dentro da torcida, quais agentes e instituições são responsáveis pelo controle das torcidas, realizar uma separação entre os direitos dos torcedores que obedecem à norma e os direitos dos torcedores que fogem a ela

– definindo, assim, formas legítimas e ilegítimas de torcer –, criar fichas cadastrais para as torcidas organizadas e seus membros como um mecanismo de poder sobre elas e, ao mesmo tempo, um instrumento de atribuição recíproca de legitimidade (elas atribuem legitimidade ao Estado na definição das infrações e penalidades, isto é, na decisão sobre o que não pode ser aceito no ato de torcer, enquanto o Estado atribui às organizadas a legitimidade de realizarem suas atividades de torcida, desde que obedçam a determinadas normas). O Estado não se desenvolve acima dos indivíduos, à revelia de sua existência e daquilo que eles são, mas “como uma estrutura muito sofisticada, à qual indivíduos podem ser integrados, sob uma condição: que esta individualidade seja moldada sob uma nova forma, e submetida a um conjunto bastante específico de padrões” (FOUCAULT, 1983, p.214)⁹⁷.

Por outro lado, o código de conduta da FIFA constitui um discurso normativo que articula, sobretudo, questões de uso do espaço, segurança e proteção, comercialização, produção de discursos, saúde e higiene. Também a FIFA, ao delimitar o que é e o que não é possível dentro dos estádios durante a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações de 2013, realiza um processo de separação entre os torcedores que obedecem às normas e, portanto, têm direito ao jogo, e aqueles que as infringem – e que têm sua entrada ou permanência no estádio vetadas em virtude disso.

Quanto ao uso do espaço físico dentro dos estádios, a FIFA delimita: um ingresso para cada assento, um assento para cada indivíduo, um número limitado de indivíduos e assentos para cada setor, cada entrada dá acesso a uma quantidade específica de setores do estádio. Para assistir ao jogo, o indivíduo deve observar sua relação com o espaço: após obter seu ingresso pessoal, deve entrar no estádio, no dia e horário marcados, pelo portão determinado no bilhete de ingresso, submeter-se à revista, encaminhar-se ao seu assento, sentar-se e permanecer sentado durante toda a partida – salvo possíveis idas ao banheiro ou aos estabelecimentos responsáveis pela venda de alimentos dentro do estádio. “A disciplina organiza o espaço analítico. (...) Mesmo que os compartimentos que ela atribui se tornem puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre, no fundo, celular” (FOUCAULT, 2001, p.123).

⁹⁷ Essa citação estava originalmente em inglês e foi traduzida pessoalmente.

A FIFA pretende também exercer o controle sobre os discursos dentro do estádio, através de procedimentos de exclusão, pela via da interdição:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam (FOUCAULT, 2008, p.9).

Palavras e discursos ofensivos, assim como a fala promovendo instituições de caridade e causas políticas ou ideológicas, são proibidos em quaisquer circunstâncias: passa a existir aí, dentro dos estádios, durante a Copa do Mundo, um tabu de objeto. Sobre a utilização de faixas, cartazes e bandeiras, enquanto meios de discurso, por sua vez, passa a haver um ritual de circunstância: embora faixas, cartazes e bandeiras possam existir, desde que sob formatos delimitados e nos momentos adequados, existem certos conteúdos simbólicos que estão interditados.

Os Códigos de Conduta no Estádio da FIFA também delimitam que essa instituição possui o direito exclusivo sobre certos discursos. Em primeiro lugar, os discursos de comercialização: a venda (e devemos aqui pensá-la não apenas como uma operação dos corpos, mas também como uma operação que se dá pela via da linguagem – e consideramos que o discurso é a linguagem em sua materialidade) fica restrita aos agentes delimitados pela FIFA. Toda e qualquer relação comercial dentro dos estádios durante a Copa do Mundo e a Copa das Confederações apenas é permitida se for realizada com o aval da FIFA, passando a existir um procedimento de interdição da comercialização através do estabelecimento do direito exclusivo de determinados sujeitos. O mesmo acontece com a proibição de se explorar comercialmente quaisquer imagens que sejam produzidas dentro do estádio – salvo por aqueles que possuam as credenciais da instituição responsável pelo evento.

Tanto pela via da proibição dos objetos relativos a práticas discursivas quanto pela via da proibição dessas próprias práticas, os Códigos de Conduta da FIFA têm como objetivo exercer um controle sobre os discursos dentro do estádio, sobretudo pela via da interdição. A proibição de equipamentos de gravação e de disseminação audiovisual (câmeras e computadores que não sejam para uso exclusivamente privado) acompanha a proibição de que se grave, transmita ou dissemine qualquer som, imagem, descrição ou resultado de qualquer

evento que esteja ocorrendo dentro do estádio. Assim, a FIFA controla tanto a própria produção e circulação da informação relativa aos eventos do estádio quanto os meios físicos exigidos para tal.

Discursos reguladores das torcidas, discursos reguladores dos discursos. Temos, assim, uma formação discursiva sobre o ato de torcer, produzida pelo poder público e pela FIFA.

Considerações Finais

No presente trabalho, buscamos lançar uma primeira reflexão sobre a produção dos limites do torcer criados pelo Estado brasileiro, por meio do Estatuto do Torcedor, e pela FIFA, por meio dos Códigos de Conduta, e colocar, de maneira ainda bastante rudimentar, a analítica foucaultiana do poder e a Análise de Discurso de linha francesa como ferramentas teórico-metodológicas capazes de produzir o conhecimento sobre os efeitos de poder produzidos por esses documentos.

Ao delimitar o que é proibido e o que é permitido dentro dos estádios, tanto o Estado quanto a FIFA produzem os limites da legalidade do torcer e criam, assim, o que Howard Becker chamou de *outsiders*:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos, e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2008, p.15).

Existe, a partir desses documentos, uma produção da ilegalidade, do desvio, criam-se as margens do ato de torcer e os torcedores são situados dentro ou fora delas. O Código de Conduta da FIFA e o Estatuto do Torcedor são discursos que produzem efeitos práticos de construção das margens da legalidade no ato de torcer.

Nosso objetivo aqui foi, em vez de realizar uma aprofundada análise desses documentos, propor um modelo de análise. Vimos que é possível pensar o Estatuto do Torcedor por meio da relação entre poder e saber: controlam-se as torcidas na medida em que se angariam dados e informações sobre elas, isto é, na medida em que se produz uma forma específica (técnico-burocrática) de saber sobre elas. O Estado passa a produzir tanto suas margens quanto a si próprio também dentro dos estádios de futebol ao instituir o limite entre

legalidade e ilegalidade dentro deles, no ato de torcer. Ele estabelece normas e define as autoridades responsáveis pela vigilância dos torcedores e das torcidas organizadas, e estas autoridades verificam se torcedores e torcidas organizadas as cumprem. Em caso de infração, o Estado também decide sobre as punições aos torcedores e às organizadas.

Verificamos também como os conceitos de poder disciplinar e biopoder, próprios à analítica do poder de Michel Foucault podem ser úteis à nossa abordagem. Ao delimitar os comportamentos dentro do estádio em torno da ordenação espacial dos torcedores, estabelece-se um poder disciplinar: os corpos são individualizados e colocados em uma posição na fila e na coluna do estádio, desde seu momento de entrada, durante todo o jogo, até o seu momento de saída. Simultaneamente, existem iniciativas sanitárias para a otimização da vida: passa a existir uma norma institucionalizada para regular as práticas de higiene, limpeza e saúde dentro dos estádios de futebol.

Com os dois documentos, emerge uma formação discursiva – isto é, “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, p.43); uma formação discursiva relativa às torcidas dentro dos estádios de futebol no Brasil. Portanto, a Análise de Discurso de linha francesa, com particular ênfase às propostas analíticas e conceitos de Michel Foucault, parece bastante adequada ao nosso quadro teórico-metodológico.

Esperamos, ao final deste percurso, ter refletido, com a analítica foucaultiana do poder e a análise discursiva, sobre parte fundamental do arcabouço teórico-metodológico para construir nossa pesquisa para a Tese de Doutorado a ser realizada.

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2009.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). *2013 FCC Stadium Code of Conduct*. 2012. Disponível em: <

<http://pt.fifa.com/confederationscup/organisation/ticketing/legal/stadium-code-of-conduct/>> Acesso em 30 Out. 2012.

_____. *Código de Conduta no Estádio para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014*. 2013. Disponível em: <

<http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/ticketing/news/newsid=2153826/index.html>> Acesso

em 22 Ago 2013.

FONTANA, Alessandro; BERTANI, Mauro. “Situação do Curso” in: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. “The Subject and Power” in: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul.

Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago: The Chicago University Press, 1983.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. “Foucault, para Além do Poder Disciplinar e do Biopoder”.

Lua Nova: Revista de Cultura e Política. N.64, 2004. pp.179-201. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>>. Acesso em 20 Set 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº10.671*. 2003. Disponível em <
<http://imagens.cbf.com.br/201210/244593910.pdf>> Acesso em 15 Ago 2013.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MÍDIA

Mariana Seno Flores, UFSCar
Mariana_seno@yahoo.com.br
Financiamento: FAPESP

Resumo: O Programa Bolsa Família é utilizado como um exemplo que deu certo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais por organismos internacionais de renome como a ONU e o FMI. Já no Brasil é criticado pelo seu caráter assistencialista. A hipótese a ser investigada é que essa forma de olhar os direitos sociais é reflexo de uma representação social vigente na mentalidade brasileira, que tende a desmoralizar os direitos sociais provenientes do Estado, tratando-os como “favor”, assistencialismo. Portanto, existiria uma construção social (mesmo que inconsciente) da desmoralização do Estado (e da coisa pública) e como consequência, dos direitos sociais oriundos desses. Ao coletar discursos sobre o Programa Bolsa Família (opositores e defensores) e analisá-los sociologicamente, buscaremos compreender as representações sociais que motivam essas análises sobre o programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, representação social, mídia, direitos sociais, Estado, Pobreza

Introdução

No Brasil contemporâneo as Políticas Públicas e a transferência direta de renda com condicionalidade ganham novo enfoque na questão da redistribuição de renda, principalmente após a focalização do benefício à família e a unificação de mais cinco programas federais criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado oficialmente pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que consta conforme o artigo primeiro, “ações de transferência de renda com condicionalidades”, com a unificação e criação na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, com propósito de redução da pobreza e diminuição de seu ciclo vicioso em famílias com crianças e adolescentes até 17anos (novo reajuste do programa ocorrido em 1º de março de 2011) através também da cobrança das condicionalidades.

Patrus Ananias, o então ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome coordenou a ação política de substituição do programa Fome Zero para o Bolsa Família unificando todos os programas do governo anterior e ampliando o número de famílias, uma das promessas de Lula em sua campanha, atribuindo ao programa um fator muito importante que foi uma única marca, pois o Programa Fome Zero tinha surgido como uma marca, e não como uma Política Pública. A pós o funcionamento de um ano do programa os índices

estatísticos sociais melhoraram (MOURA, 2007).

Ao se tratar de umas das Políticas Públicas mais conhecidas não só no Brasil, mas também internacionalmente, com grande abrangência e reconhecimento na contemporaneidade, reconhecido pelo órgão das Nações Unidas, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um dos formuladores do Índice de desenvolvimento humano (IDH) como um grande contribuinte para o combate a fome e atuando como garantidor de direitos básicos a cidadania e direitos sociais, ou seja, direitos que são essenciais.

Segundo dados do IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada) a renda de uma pessoa rica é em média 25 vezes maior do que uma pessoa pobre e os 10% da população mais rica do Brasil acumula 75% de toda riqueza nacional. Outro fator relevante para a desigualdade social é o nível educacional, na qual quem possui menor grau de escolaridade recebe até 15 vezes menos do que uma pessoa com maior nível de escolaridade.

Mesmo comparado a índices de países latinos americanos, que é a região com maior desigualdade do mundo, o Brasil possui índices elevados de desigualdade social e baixa distribuição de renda (LUNA, KLEIN, 2009).

A educação tem função muito importante na relação de desigualdades sociais e na pobreza, pois foi somente no início do sec. XX que o ensino público foi criado e levado ao acesso de poucos cidadãos. Foi a partir de 1970 que uma política de universalização das escolas públicas foi criada, porém tornou a desigualdade maior ainda, pois a qualidade decaiu e conduziu a educação a um fracasso. Por essa tardia criação no país, hoje vemos o seu reflexo, na qual o índice de analfabetismo no país é muito alto.

A baixa qualidade das escolas públicas faz com que seus alunos não tenham acesso aos bons cargos oferecidos no mercado de trabalho, reforçando assim o sistema existente, ou seja, a partir do momento em que o sistema educacional não for mudado, os altos índices de desigualdades sociais permanecerão.

Como já havia previsto BOURDIEU (1994), o sistema escolar contribui para a reprodução do capital cultural e a estrutura de sua distribuição se dá através da educação, na qual também ocorre a reprodução da desigualdade social.

O desafio que o país enfrenta é mostrado pelas desigualdades e também por números, trazendo então um grande desafio a ser vencido para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O programa Bolsa família atua como um programa de redistribuição de renda e através de suas condicionalidades garante direitos básicos ao cidadão, como por

exemplo, o direito a educação, pois crianças devem possuir 85% de frequência escolar, e adolescentes 75% de frequência, ocorrendo assim uma inversão, na qual a condicionalidade se torna um direito, direito esse fundamental para a formação do cidadão.

O caráter que dão a essa Política Pública, tão questionada e conhecida, principalmente no que se decorre das críticas: Programa Assistencialista, na qual o beneficiário criaria uma dependência ao Estado, e que este não daria soluções ou alternativas a essa população vulnerável.

Nesse âmbito, uma questão a ser esclarecida é a diferenciação entre Assistencialismo e Assistência Social. Uma política de assistência social, que seria serviços prestados a membros de uma determinada comunidade, através principalmente do reconhecimento público e legitimidade dos cidadãos, referente à demanda social. Política Pública não contributiva, que é de dever do Estado e direto de todo cidadão que dela necessitar, trazendo uma ampliação desses serviços, constando na Constituição Federal de 1988 como um direito (MDS), direito esse essencial, principalmente para a subsistência. E diferenciando-se de assistencialismo, que seria uma distorção na prestação da “assistência social”, na qual é exigida uma relação de troca pouco clara (SOARES, 2006).

A contraposição com a opinião dos críticos que caracterizam o Programa Bolsa Família como Política de caráter assistencialista é posta, pois o benefício garante aos cidadãos direitos básicos há uma vida digna na qual o Estado deve garanti-los. Torna-se um direito essencial a todos, que é o direito a alimentação, universalizando o acesso aos direitos sociais. O esclarecimento de uma Política de Assistência Social é fundamental para a sua transformação, ou seja, ir além daquele caráter assistencialista, constando como um avanço, para poder assim atuar no campo como uma Política Pública.

As transformações que vem sendo ocorridas no interior das economias mundiais como, por exemplo, o aumento do desemprego e a atenuação da pobreza, associados às crises, tem trazido um novo debate no campo das políticas públicas através de um possível novo modelo de desenvolvimento econômico cujo regime é o de proteção social (SENNA, M. C. M.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R; 2007).

Outro aspecto importante a ser considerado é o uso da renda monetária como único critério de avaliação para a seleção das famílias, outro ponto criticado pela literatura do tema, pois a renda não é totalmente eficiente para a avaliação da pobreza e de vulnerabilidades sociais.

A maior dificuldade encontrada por programas de transferência direta de renda como o Programa Bolsa Família são os critérios e mecanismos de seleção dos beneficiários, na qual não absorvem todas as necessidades e vulnerabilidades das camadas sociais mais baixas, pois algumas minorias nem sempre são atendidas, ou seja, a pobreza é multilateral.

A reflexão contra a naturalidade mercantil humana, cujo indivíduo deve estar pronto para a competição do mercado, independente de suas relações sociais, me aludiu a críticos do Programa Bolsa Família, encontrado no discurso da mídia e na revisão bibliográfica que afirmam que o PBF traria ao beneficiário um “efeito preguiça”, atrapalhando o desenvolvimento econômico e impedindo-os da ascensão social, ou seja, são tratados meramente como mercadorias. Esse pensamento teve fundamento teórico em uma “teologia política” ditada por “grandes”, colocando em risco o processo democrático do cidadão (REGO, 2008).

Esses críticos do programa e formadores de opinião focam seus discursos principalmente na questão de dependência: Estado versus beneficiário. Segundo SOARES (2006) a alternativa que eles propõem fundamentalmente está na questão de desenvolvimento econômico, ou seja, uma solução a essa dependência seria o crescimento econômico do país e principalmente o crescimento da renda, porém crescimento econômico não subtende redistribuição de renda e/ou diminuição da pobreza. Em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (como é o caso do Brasil)

a taxa de crescimento econômico para a diminuição da pobreza é muito maior que em países desenvolvidos, com menor índice de desigualdade social.

A compreensão da relação dessa Política Pública tão reverente e ao mesmo tempo tão criticada é necessária, pois os beneficiários do Programa Bolsa Família são tratados como mercadorias e esses críticos também consideram que com o benefício em mãos os beneficiários deixariam de trabalhar e conseqüentemente seriam impedidos da ascensão social. Esses discursos são geralmente feitos pela mídia, influenciada por pensamentos conservadores ou preconceituosos, na qual a imprensa, que é considerada por HABERMAS (2003) um novo espaço da esfera pública, de livre debate e opiniões dos cidadãos, tornam-se um instrumento de interesses privados.

Contrapondo a esse discurso, seria necessária a consideração da sociologia econômica feita através da inserção e inclusão dessas classes populares na esfera econômica, através principalmente do Cartão Magnético que dá acesso ao benefício através da Caixa-Econômica Federal. Ter uma conta bancária dá acesso, mesmo que minimante, ao universo

financeiro, sem contar que possuir uma conta bancária é requisito fundamental das empresas na contratação de trabalhadores, ou seja, a inclusão social via mercado nesse novo debate de financeirização da economia.

Outra consideração a ser feita é como o Programa Bolsa Família vem contribuindo para esse novo debate de Políticas Públicas e econômicas através da compreensão e “resignificação dos conceitos de mercado” (JARDIM, 2009). Em diálogo com o microcrédito (MIGUEL, 2010), o Bolsa Família é outra forma de inclusão social das classes trabalhadoras.

O Bolsa família na mídia

A crença que é criada através dos discursos discorridos na mídia é muito forte e determinante na formação de opinião na sociedade brasileira, e contribuindo para essa desmistificação do senso comum, defendo a necessidade desse exercício sociológico de análise e reflexão de uma Política Pública que é tão reverente no Brasil e no mundo e que atua em camadas de vulnerabilidade social, diminuindo a violência simbólica perante as dificuldades postas, e garantindo um direito fundamental e essencial para uma vida digna humana, que é o direito a alimentação.

As mudanças ocorridas na contemporaneidade vêm modificando o cenário brasileiro das Políticas Públicas, que a compeliram uma nova atribuição que é o discurso da redistribuição de renda em diálogo com combate a desigualdade social e diminuição da atenuação da pobreza, discorrendo daí a necessidade de análise da efetivação, ou não, desse discurso, e como citado acima, que produz crença cognitiva na sociedade civil.

Críticas frequentes do programa podem ser observadas por patrões, fundamentalmente no Norte e Nordeste, na qual o discurso recorrente é que o Programa Bolsa Família afasta os beneficiários a trabalhos informais, ou bicos, pagos com remuneração totalmente descabida. Esses discursos não estão somente na boca dos patrões e conservadores, mas muitas vezes são predominantes na sociedade civil.

Criam-se então mitos e lendas urbanas, sobre o programa, em que quase todas às vezes são mentirosas, como a do efeito preguiça, em que diz que o PBF cria acomodados e preguiçosos. São críticas desinformadas feitas por atores sociais de grande acesso a mídia, como jornalistas e economistas.

O colunista Merval Pereira (o Globo e CBN), é um dos grandes críticos do programa, conhecido por militância conservadora, considerou o PBF um ato alternativo de esquerda,

como apontado em seu discurso:

“O Fome Zero/Bolsa-Família, do jeito que estava montado pela turma do Frei Betto, era um projeto de reforma estrutural, da estrutura do Estado. Frei Betto queria fazer comissões regionais sem políticos, para distribuição do Bolsa-Família, e a partir daí fazer educação popular (...) Era um projeto muito mais de esquerda, muito mais voltado para mudanças estruturais da sociedade. O Bolsa-Família hoje é um programa para manter a dominação do governo sobre esse povo necessitado. Patrus transformou-o num instrumento político espetacular, que foi o começo da força do lulismo. O conceito de educação popular significa fora da rede oficial, levando mensagens populares aos alunos”.

Marval Pereira.

Pode-se observar que o pensamento conservador sempre vai a desencontro com as políticas sociais promovidas pelo Estado, através da expansão da cidadania social e do “Estado do Bem-Estar” fundamentalmente.

Um dos argumentos é de que áreas interditas do Estado funcionariam melhor se fossem regidas pela “dinâmica do mercado” e esse estatismo tornaria a desencorajar o esforço individual, agravando assim, o problema.

Outro crítico do programa, Ricardo Noblat, colunista do jornal “O Globo”, em uma matéria publicada dia 2 de junho de 2013, já em início de campanhas eleitorais, sinaliza a criação das primeiras bolsas pelo PSDB em Campinas e que o Bolsa família apenas juntou um leque de outras políticas sociais já existentes. E ainda diz que a questão central é se o dinheiro está sendo em gasto.

“No início, o recebimento do benefício era condicionado à manutenção dos filhos na escola. Daí ter sido chamado em Brasília de “Bolsa Escola”. Depois, na Era FHC, o leque de contrapartidas começou a ser ampliado, surgiram outros programas com subsídios ao pobre, até chegar o período Lula, quando uma série de linhas de sustentação social já existentes foi reunida sob o guarda-chuva do Bolsa Família”. Ricardo Noblat

No mesmo artigo, cita uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social na qual, segundo o colunista, possui resultados positivos como redução do trabalho infantil, frequência escolar e posição da mulher na família, porém frisou os “pontos negativos do programa” segundo o mesmo.

“Foi detectado que o beneficiário do programa tende a se manter na informalidade, com medo de, ao ter carteira de trabalho, ser constatada sua elevação de renda, com a conseqüente exclusão do BF. Reportagem do jornal

cita o caso de uma faxineira, no Piauí, que rejeitou emprego de babá, no qual ganharia salário mínimo, para continuar com os filhos, sustentada pelo Bolsa Família. Confirma-se o risco de pessoas se acomodarem ao benefício do Estado, dentro de um estágio de pobreza um pouco acima da miséria. É por isso que falta mão de obra em certas regiões do Nordeste. Assim, congela-se a possibilidade de ascensão social e engessa-se uma conta enorme dentro do Orçamento que poderia financiar outros gastos, à medida que os bolsistas fossem absorvidos pelo mercado de trabalho”. Ricardo Noblat

Ficam visíveis, através desses discursos pronunciados em âmbito público, para a grande mídia, as representações sociais feitas sobre o programa. Vale-se ainda dizer que os atores sociais desses discursos são intelectuais e indivíduos de grande voz pública, de renome na sociedade, fundamentalmente na grande mídia.

Conclusão

Podemos observar que a principal ideologia na modernidade é a meritocracia, ou seja, uma ilusão da igualdade entre os indivíduos, legitimada através da mídia e opinião pública, e é dessa forma que os privilégios, na sociedade moderna, se tornem “justos”.

Esses indivíduos invisíveis só são enxergados através de olhos que os reconhecem como perigosos ou carentes, um mero dispêndio de força braçal para ser explorados como um corpo a ser vendido, contribuindo para “a continuação da reprodução de uma sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir "gente" de um lado e "subgente" de outro” SOUZA (2009).

“É esse mesmo "esquecimento", por outro lado, que permite atribuir "culpa" individual àqueles "azarados" que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero "azarado", mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por "culpa", portanto, "escolheu" o fracasso”. (SOUZA, 2009, pág.42)

E são esses discursos que geralmente deslegitimam toda e qualquer política pública voltada a esses indivíduos que estão no esquecimento social e político. Pois em uma sociedade de “iguais e pares”, não há necessidade de uma política pública que vise à redistribuição, pois cada um possui seu “rendimento individual”, e nesse caminho, o

Programa Bolsa Família estaria ferindo os princípios da liberdade e da meritocracia, principal ideologia da sociedade moderna.

Está aí a principal associação entre o Programa Bolsa Família ao assistencialismo, ou seja, o Estado exercendo um “favor” aos “azarados e preguiçosos”, aqueles que dentre “muitas opções” escolheram o “fracasso”.

E são fundamentalmente essas questões que necessitam ser cada vez mais estudadas e discutidas, não só pelo mundo acadêmico, mas como no sentido de Habermas (2003), por toda a sociedade, ou seja, o diálogo e uma comunicação viável e cada vez maior entre intelectuais e sociedade em geral, para a existência de indivíduos autônomos para uma esfera pública cada vez mais independente e democrática.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**. Bertrand Brasil. 2001.

_____, P. **Razões Práticas**, Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____, P. **Sobre o poder simbólico**. O poder simbólico, Difel, 1989

_____, P. **A economia das trocas simbólicas**. Editora perspectivas, 2005

CASTEL, R. **L'Insécurité sociale. Qu'est-ce q'être protégé?** Paris: La République des Idées Seuil, 2003.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil- O longo caminho**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CÊPEDA, V. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo- um balanço histórico**, Estudos Avançados 26 (75), 2012

COHN, Amélia, **Para além da justiça distributiva**, Observatório da Cidadania, 2005

DURKHEIM, E. **Formas Elementares da vida religiosa**. Paulus, São Paulo, 1989

_____, E. **A divisão do trabalho social**.

FLORES, M. S. **Programa Bolsa Família: A questão da renda e a autonomização financeira das famílias atuando no desenvolvimento econômico e social**, Relatório

Fapesp, 2011

FOLHA DE SÃO PAULO. **FMI pede ao Brasil que a economia cresça mais devagar**

Encontrado em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/883984-diretor-do-fmi-pede-ao-brasil-queeconomia-cresca-mais-devagar.shtml>

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, Biblioteca do Tempo Universitário, 2003

JARDIM, M. ; FLORES, M. **Programa Bolsa Família: enquadramento cognitivo dos direitos sociais**. *"Estado e mercado no Brasil contemporâneo"* da série Temas em Sociologia, n.6 de 2013

JARDIM, M. ; NETO, M. **O Estado brasileiro em tempos do Governo Lula: reflexões teórico-empíricas a partir das finanças brasileiras**, artigo em julgamento, 2012.

JARDIM, M.C. **A Crise de 2008-2009, a introdução da Educação financeira e**

Fundo de pensão para servidores públicos: novos dados sobre o setor de fundos de pensão do Brasil Relatório parcial FAPESP, Araraquara, Abril de 2011

_____, **Domesticação e ou/moralização no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão**, Revista Dados, 2009 a.

_____, **Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2009. 258 p. (Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade).

KERSTENETZKY, C. L. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família**. Dados vol.52 no. 1 Rio de Janeiro Mar. 2009

MARQUE R. M.; MENDES, A. ; LEITE, M. G. ; JANSEN, M. R. **O Programa Bolsa Família: para além do assistencialismo**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 259-282, ago. 2010

MENDES, P. B. **O Programa Bolsa Família entre a assistência condicionada e o direito universal**. LUGAR COMUM Nº27, pp. 217

MIGUEL, Antônia Celene. **A política de microcrédito**. Relatório Bolsa TT3. FAPESP. 2010.

MOURA, P. G. M. **Bolsa Família: projeto social ou marketing político?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 115-122 jan./jun. 2007

ONU. Nações Unidas no Brasil, **ONU aponta Bolsa Família como referência no combate à fome**, publicado em outubro de 2012

_____ **Programa Bolsa Família é exemplo de erradicação de pobreza**, publicado em

fevereiro de 2012

PNUD, **Bolsa Família não desestimula o trabalho**, publicado em maio de 2010

_____ **Pesquisa avalia impactos do programa Bolsa Família**, publicado em julho de 2012 POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Campus, 1980.

REGO, W. L. 2006. **Bolsa família: um direito fundamental**. Valor Online, 27 out.

_____, W. L. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família**. Lua Nova, São Paulo, 73: 189-197, 2008

SANTOS, W. **Cidadania e justiça- A política social na ordem brasileira** Campus editora, 2ª edição.

SCHWARTZMAN, L.; SCHWARTZMAN, I.; SCHWARTZMAN, F.; CHWARTZMAN, M., organizadores. **O sociólogo e as Políticas Públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman**. FGV, 2009

MAGALHÃES, R. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007 SOARES, F. V. **O Assistencialismo e o Bolsa Família** publicado em: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/mat/2006/08/12/285240593.asp>, 2006

SORJ, B. **A Nova Sociedade Brasileira**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG RJ, 2003.

_____ **“A ralé brasileira: quem é e como vive”** Belo Horizonte: UFMG, 2009 TEIXEIRA, C. **Uma análise da heterogeneidade do efeito do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho de homens e mulheres**. International Policy Centre for

Inclusive Growth (IPC-IG), 2006

TOHMÉ, D. **Bolsa Família- um novo modelo da social democracia?** PONTO DE

VISTA, Nº 8, agosto 2010.

REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS

Natália Maximo e Melo
natmmelo@gmail.com
Financiamento: FAPESP

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela assistência social em São Carlos. No Brasil, há alguns trabalhos que demonstram uma transformação do trabalho das entidades sociais para uma gestão no sentido mercadológico. Por outro lado, o que o presente trabalho pretende investigar é a trajetória de uma instituição estatal de atendimento à população de rua a partir do qual se percebe uma gestão governamental. Embora o atendimento social seja norteador pelas diretrizes da Assistência Social, no entanto, estas são diretrizes gerais incapazes de regular detalhes das relações cotidianas da instituição com a população de rua atendida. Se de um lado, há um mecanismo de gestão através do estabelecimento de critérios para a inclusão de indivíduos no atendimento, por outro lado, ao longo dos atendimentos as regras internas da instituição se transformam em mais um mecanismo de gestão sobre os indivíduos de modo a controlar e disciplinar a população de rua do município.

Palavras-chave: população de rua, gestão do social, instituição.

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela Assistência Social em São Carlos. Usarei como forma de análise da *gestão da população de rua* a noção foucaultiana na qual o objeto de gestão é a população (Foucault, 2008), sendo que gestão implica em uma racionalidade própria ao Estado e que visa a ampliação de suas forças. A ideia de população, por sua vez, é importante pois implica medir séries de elementos distribuídos em um meio, a partir dela se tem o controle da circulação de coisas e pessoas. E com isso, se estabelece quais são as taxas normais ou não. A estatística é fundamental para o raciocínio que visa gerir uma população.

Seguindo este sentido de *gestão* há pesquisas de alguns autores que buscam compreender processos sociais atuais no Brasil. Dentre eles, resalto o trabalho de Paoli (2007), quem levanta uma problemática acerca da indistinção entre a “gestão” e a política”⁹⁸,

⁹⁸ Paoli (2007) considera política no sentido arendtiano ao entender política como palavra e ação próprias do mundo comum situada na esfera pública. Arendt identifica na modernidade o momento em o Estado toma parte na resolução da pobreza, assim, trazendo para o gerenciamento da política os problemas relativos às necessidades humanas. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma desqualificação da política com o surgimento da noção do “social”. Por outro lado, Foucault (2008) aponta na economia política a constituição da noção de população e com ela o surgimento da biopolítica, o poder sobre a vida. A biopolítica conecta o poder soberano, a disciplina e a segurança de modo a enredar poderes em todos os âmbitos da vida, do indivíduo à

inclusive com o predomínio de um raciocínio de gestão sobre as questões sociais. A passagem da política para a gestão também está presente em trabalhos empíricos acerca de entidades do terceiro setor. Alguns trabalhos pesquisados (Magalhães, 2011; Abílio, 2011; e Ferreira, 2011) têm apontado para a introdução da lógica mercadológica no âmbito das entidades sociais do terceiro setor. Isto é verificado por Ferreira (2011) ao se comparar trajetórias de líderes militantes de 2 entidades sociais diferentes e também por Magalhães (2011) ao traçar as mudanças ao longo da trajetória histórica de uma mesma entidades social. Ao comparar os discursos de uma determinada entidade social ao do seu público-alvo, Abílio (2011) também percebe a discrepância entre lógicas como expressão deste esvaziamento da política em um contexto que denominou de “mercado de cidadania”⁹⁹.

Estes trabalhos apontam para uma combinação entre a racionalidade técnica econômica e as medidas governamentais, diante disso, as políticas públicas passam a ter função de gerenciar recursos públicos de modo a distribuí-los a grupos específicos. Neste sentido, não há espaço para reivindicações, debates, isto é, para a política.

Se, neste item expusemos que há uma imbricação da lógica mercadológica nas entidades sociais e que culmina na despolitização das entidades sociais as quais tendem a atuar para a gestão das políticas sociais, a seguir adentraremos um tema específico e a partir dele buscaremos esmiuçar mais detalhes dessa lógica de gestão do social empreendido, não por entidades do terceiro setor mas sim pelo poder estatal.

Para compreender melhor essa questão trataremos do processo de construção da categoria “população de rua” por meio da ação de diversos atores sociais, passando pela constituição do Movimento Nacional da População de Rua e, em 2009 a promulgação do

população, tanto nos aspectos biológicos quanto nos sociais. O que Foucault está discutindo não é política, mas sim, governo de uma população. Medi-la, controlá-la desde o nascimento à morte se torna importante para o crescimento do Estado. Inspirada tanto por Arendt quanto por Foucault, Paoli chama de “gestão da vida coletiva” ao modo como o Estado busca alcançar gerir aspectos da vida privada da população. A preocupação está na tendência de contaminação da esfera privada pela esfera pública, o que produziria um mundo indistinto em que o “social” prevalece sobre o político e assim pode ser gerido.

⁹⁹ Todos esses três trabalhos ressaltam que as entidades sociais na década de 1980 atuavam reivindicando do Estado responsabilidades ante as questões sociais, contrapunham-se a ele e mantinham autonomia frente a partidos e aos aparelhos do Estado. A reivindicação de direitos sociais era a chave a partir da qual as entidades sociais atuavam. No entanto, a partir da década de 1990, depois da redemocratização, a lógica associativa se altera. Se, de um lado, a ideia do Estado mínimo faz com que as entidades do terceiro setor se tornem mais visíveis socialmente, consideradas como opções positivas para lidar com as questões sociais (o que faz pensar em uma humanização do capitalismo), por outro lado, tal reconhecimento do terceiro setor aconteceu concomitantemente a processos que acirram a competitividade entre suas entidades em busca de recursos financeiros, sejam eles vindos dos governos ou de empresas privadas. As ideias ligadas à “responsabilidade social” das empresas privadas, “Estado mínimo” e “empreendedorismo social” adotada pelas ONGs formam um emaranhado conceitual que faz com que as relações entre público e privado não sejam vistas como contraditórias pois fazem parte de uma mesma lógica compartilhada.

decreto que firma a Política Nacional para a População em situação de rua. Com isso, passa-se a se constituir o atendimento público a essa população nos municípios. O caso de São Carlos será explicado no item 2.

1. A construção de uma “população” em situação de rua.

Primeiramente, é preciso compreender que “população de rua” não foi sempre entendida do mesmo modo como é hoje. DeLucca (2011) reconstituiu a história dessa categoria a partir da trajetória dos atores e instituições que atuaram deste a década de 1970 em São Paulo. O autor argumenta que a “população de rua” se torna de fato uma questão social em São Paulo no fim do século XX. Mas para isso, foi necessário que diversos atores agissem para que fosse possível, enfim, se configurar a “população de rua” como objeto de intervenção política.

Termos como “mendigo”, “bêbado”, “pedinte”, “vagabundo” sempre foram usadas para denominar indivíduos privados tanto de condições de vida mínimas quanto de visibilidade política. Estes termos expressam um entendimento de que a vida na rua seria um problema privado, sem interesse para o coletivo. Mas a atuação de entidades sociais, principalmente religiosas, permitiu construir uma percepção de coletividade a pessoas sob tais condições de vida e permitiu que se iniciasse um processo de publicização deste grupo.

No caso do estado de São Paulo, De Lucca mostra que um grupo religioso (as ablatas) foi o primeiro a atender as pessoas que viviam nas ruas, estes considerados “marginalizados”. Depois, incorporaram a denominação “sofredores” em contraponto aos termos estigmatizantes como “mendigo”, “vagabundo”, “maloqueiro”, etc. Neste momento, o discurso religioso significava o viver nas ruas a partir do entendimento do sofrimento cristão. O termo “povo da rua”¹⁰⁰ designava pessoas que compartilhavam desse modo de vida sofredor.

Na década de 1980, a questão do trabalho predominou nas interpretações sobre a pobreza e os catadores de papel ganharam visibilidade pública. A rua é reconhecida como meio de sobrevivência onde trabalhadores precários atuam por falta de outras alternativas de emprego. No governo de Erundina (1989-1992) medidas em prol do povo da rua foram tomadas. Vários convênios com organizações sociais foram feitos, foi criada a Casa de Convivência,

¹⁰⁰ É interessante ainda ressaltar que o povo não é objeto de governo, segundo Foucault (2008). O povo faz resistência aos dispositivos de poder enquanto que a população não. Esta pode ser medida pelas estatísticas e controlada pelos dispositivos de segurança.

seminários foram realizados, vários atores debateram a “construção de políticas públicas”.

É na década de 1990 que o termo “população de rua” começa a ser usado. Em 1991 houve o Dia de Luta da População de rua e em 1992, é publicado o Livro “População de rua: quem é, como vive, como é vista”. No governo de Maluf esses atores entendem que as medidas governamentais só continuarão se houver lei. Então, buscam a promulgação de uma lei mas durante os governos de Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000) a regulamentação desta não ocorre. A lei é regulamentada em 1997, não apenas define a população de rua mas também prevê a realização periódica de um censo desta população.

Esse novo entendimento, faz com que se cunhe o termo “população de rua” como o vocábulo tecnicamente correto a partir do qual estas pessoas fossem contabilizadas em estatísticas.

De Lucca explica que

Para que a vida na rua fosse reconhecida como um dilema público, e não apenas como assunto privado (...) para que deixasse de ser unicamente alvo de violência e repressão estatal e se tornasse também objeto de assistência e proteção formalizada, para que não fosse apenas objeto de intervenção e se transformasse em sujeito político de um discurso e de uma prática sobre si (...) foi necessária a tessitura de uma rede de inteligibilidade capaz de tomar a experiência das ruas, suas misérias e infortúnios de outra forma. (De Lucca, 2011).

Esse percurso na história da constituição de uma categoria que pode ser medida e gerida pelo governo ou mesmo pelas entidades sociais demonstra dois processos diferentes. Primeiramente, foi preciso tornar público um problema social que até então estava restrita ao espaço privado, individual. Depois de se tornarem visíveis publicamente é que foi possível a criação de leis, instituições, políticas sociais e práticas assistenciais específicas direcionadas a um conjunto de pessoas, “população de rua”.

Percebe-se que De Lucca se inspirou nas análises de Foucault para buscar a genealogia da população de rua como questão social no estado de São Paulo. Quando se busca informações acerca da Política Nacional para a População em situação de rua, encontra-se a participação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) como um ator político pois visa dar visibilidade e debater políticas públicas para a população de rua. Sua história está vinculada a ações de outros movimentos já existentes nas capitais dos estados.

No fim dos anos 1990, várias cidades como Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo apresentavam mobilizações em prol das pessoas que vivem na rua (movimentos que se juntavam a outros, como os de catadores e os religiosos) para dar

visibilidade à população de rua abordando temas como o preconceito, a violência e a falta de políticas públicas para essa população.

Sobre o processo de organização do MNPR, Anderson Miranda relata:

O movimento começa a se organizar da rua para rua a partir de 2004 quando houve a chacina no centro de São Paulo, quando 16 pessoas da rua foram barbaramente agredidas e 7 vieram a óbito e duas testemunhas foram mortas. Foram 9 pessoas da rua mortas, 2 testemunhas, 2 moças que eram da rua, viviam na baixada do Glicério. Foi extermínio mesmo. Aí começamos a mobilizar junto com a Pastoral e vimos que deu certo. Em um dia de eleição do Conselho de monitoramento na Casa de oração - quem organizou essa eleição fomos nós - conseguimos levar 1000 pessoas, então, se conseguimos levar mil pessoas nós conseguimos fazer um Movimento. E lançamos o Movimento Nacional em São Paulo. Fomos para Belo Horizonte em setembro num encontro com o ministro Patrus, e pedimos para o ministro - na época ministro da assistência social-pedimos a política da população de rua. Ele foi conversar com Lula. , começa de fato o Movimento que foi lançado nacionalmente em 2005. (Miranda, presidente nacional do MNPR, entrevistado em 7 de junho de 2013)

Em 2005, o MNPR é reconhecido como movimento nacional e neste mesmo ano, um primeiro encontro nacional sobre a população de rua é realizado. O MNPR participou intensamente dos debates que vieram a construir a Política Nacional para a População de rua, o que se deu em 2009 com o decreto 7053. Mas antes disso, entre os anos 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social realizou uma Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua buscando caracterizar o conjunto dessa população a partir de uma amostra retirada de 71 municípios brasileiros, sendo 23 capitais e outras cidades com população maior de 300 mil habitantes. O resultado dessa pesquisa foi divulgado em 2009¹⁰¹. Neste mesmo ano, o decreto 7053 é assinado pelo presidente Lula garantindo direitos à população em situação de rua¹⁰².

Depois de 2009, não foi feito outro censo nacional sobre população em situação de rua. O censo populacional realizado pelo IBGE utiliza como critério de coleta de dados o domicílio, portanto, quem não tem moradia fixa dificilmente é contabilizado à população brasileira. As grandes cidades produzem seus censos, o que permite ao governo federal trabalhar com estimativas para o Brasil.

Para se ter uma ideia da dimensão da população em situação de rua atualmente,

¹⁰¹ Segundo Foucault (2008), a realização de censos é um procedimento capaz de estabelecer as taxas normais que caracterizam uma população. Uma vez que se tem o que é considerado normal, só então são criadas as normas, as leis. Este é um procedimento da gestão governamental.

¹⁰² 5A definição utilizada pela Assistência Social está na *Política Nacional para a população em situação de rua*. Segundo este documento: Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (decreto n.7053 de 23 de dezembro de 2009).

segundo Anderson Miranda (presidente do MNPR) há estimativas oficiais de que na capital paulista atualmente sejam mais de 15.000 pessoas vivendo nas ruas e no estado de São Paulo cerca de meio milhão. Este resultado foi obtido por dados da secretaria de Assistência Social ao contabilizar o total de pessoas que passaram por equipamentos sociais em um mesmo dia. A realização de censos, formulação de estimativas está intimamente ligada à existência de equipamentos públicos destinados a essa população.

A partir da Política Nacional vem sendo expandida a rede de atendimento a essa população nos municípios brasileiros a partir do Sistema de Assistência Social (SUAS) em unidades conhecidas como CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) que se destinam a atender pessoas em situação de violação de direitos, ou ainda, Centro-Pop, com mesmo objetivo do CREAS mas que também acolhem as pessoas atendidas durante o período do dia, oferecendo serviços de alimentação, higiene, guarda de pertences e atividades educativas e/ou ocupacionais, além dos atendimentos de assistentes sociais, psicólogo, advogado, terapeuta ocupacional.

Cabe a cada município realizar seu censo a respeito da população de rua. É o que ocorreu em cidades do interior do estado como Araraquara e Franca a fim de pleitear recursos para a constituição de Centros-Pop. Em ambas cidades do interior paulista foram criados Centros-Pop apenas em 2013.

Já o Centro – Pop em São Carlos foi criado em 2008, não promoveu um censo mas buscou produzir uma pesquisa para caracterizar a população de rua local. A peculiaridade de São Carlos é ter tido entre os formuladores da política municipal para a população de rua pessoas que também participavam de reuniões em São Paulo acerca da formulação da Política Nacional e ter promovido reuniões locais para estimular um debate político antes mesmo da criação do Centro- Pop.

Veremos no item a seguir alguns dos procedimentos de atendimento à população em situação de rua no Centro-Pop de São Carlos. Com isso, pretende-se compreender em nível local este processo de gestão da questão social, como colocado por Paoli (2007).

2. O atendimento assistencial à população em situação de rua de São Carlos

Neste item relataremos brevemente como se deu a formação do Centro-Pop no município e, posteriormente, descreveremos também o trabalho desta instituição diante do seu público-alvo, a chamada “população em situação de rua”. As informações foram obtidas a

partir da experiência de trabalho realizado ao longo de 2010 no Centro-Pop em São Carlos e de uma recente coleta de documentos e conversas com funcionários desta instituição em 2013 no âmbito do doutorado. Entre os documentos pesquisados no Centro-Pop foram encontradas atas de reuniões do período 2008 a 2009, 2011 a 2012 e também ata de assembleias realizadas com a população de rua frequentadora no Centro-pop entre 2009 a 2012. Outros documentos interessantes coletados são anotações feitas por duas assistentes sociais que trabalharam na criação do criação.

Estas anotações mostram que foram feitos contatos com professores e estudantes da UFSCar em um projeto de extensão, também eram contatadas entidades religiosas que já trabalham com população de rua como o Posto de rua (espíritas) e a Pastoral de rua (católicos), reunião com moradores de um bairro onde se concentram pessoas em situação de rua juntamente com o padre da igreja local. Esses registros também mostram tentativas de articulação com outras secretarias do governo municipal como a de Saúde, Ciência e Tecnologia, Habitação, Economia Solidária. Também se vê uma sequência de projetos e contratos com educadores que realizavam oficinas e também havia a atividade de voluntários. Essas anotações das assistentes sociais que iniciaram o trabalho com população de rua em São Carlos também mostram que elas participavam de reuniões em São Paulo e tinham contatos com outros profissionais em Araraquara e Campinas no período em que se discutiam a Política Nacional para a população em situação de rua.

Além disso, elas também procuravam a participação das pessoas atendidas no albergue e no Centro-pop de São Carlos nas temáticas de discussão das reuniões de São Paulo. Por exemplo, quando iria acontecer uma reunião sobre a questão da Saúde e população de rua em São Paulo, dias antes no Centro-pop em São Carlos, as assistentes sociais promoviam uma reunião com a mesma temática com as pessoas em situação de rua para assim, levantar suas opiniões e participação e havia a escolha de um representante dos moradores de rua que iriam juntamente com as assistentes sociais à São Paulo para participar das discussões.

Então, percebe-se uma preocupação grande, na época de criação do Centro-Pop, de promover participação, e de adequar o recente Centro-Pop a uma Política que estava sendo formulada.

Na ata de 2008 a 2009, há registro de todas as atividades diárias do Centro-Pop. Similar a um diário essa primeira equipe formada por duas assistentes sociais (sendo uma delas concursada e a outra contratada temporariamente) juntamente com uma Terapeuta Ocupacional e o coordenador do albergue noturno registrou todas as atividades que

desempenhavam ao longo de cada dia, fossem atividades junto à população de rua, fossem reuniões técnicas. Já as atas seguintes formuladas por outras equipes de profissionais já não tem o mesmo caráter de diário que a primeira e se referem a registros unicamente de reuniões entre a equipe de profissionais, havendo outra ata para relatar as reuniões com os atendidos no Centro-pop (as Assembléias) e outras formas de registros para as atividades de oficinas educativas, para os atendimentos individuais, etc. Portanto, multiplicam-se as formas de registro das atividades no interior do Centro-Pop e já não se confunde mais o trabalho dos técnicos com a participação das pessoas atendidas no local. A partir de 2012, as assembléias acabaram. E em 2013, as oficinas também praticamente não ocorrem. Ou seja, os momentos de participação e maior envolvimento entre a equipe de profissionais e a população de rua atendida se acabam e com elas também os registros escritos dessas relações.

Deixando de lado essa trajetória da produção de registros sobre a instituição e passando ao trabalho cotidiano de atendimento à população de rua no Centro-Pop, é importante ressaltar que embora seja norteado pelas diretrizes da Assistência Social e especificamente pela Política Nacional para a População em Situação de rua, no entanto, o que se observa é que estas diretrizes gerais são incapazes de regular detalhes das relações diárias com a população de rua. Apenas para dar um exemplo, a Política Nacional não diferencia itinerantes da população de rua local, no entanto, o atendimento no CREAS em São Carlos faz esta diferenciação.

Mesmo com a promulgação da Política Nacional da População em Situação de rua em 2009 as equipes profissionais que atuavam com esse público buscaram definir, dentro do contexto municipal, quem é o público-alvo do Centro-Pop.

Esse esforço de definição do público-alvo também é um trabalho de estabelecer a fronteira entre inclusão e exclusão do acesso a esse serviço público. A aceitação de um novo atendido no Centro-Pop podia ocorrer de várias maneiras e segundo alguns critérios. A primeira equipe de profissionais do Centro-Pop, em 2008, criou os critérios de inclusão de atendidos fixados em regimento interno. Esses critérios se referiam a: i) ser originário ou ter vínculos na cidade, ii) estar em situação de rua há mais de 6 meses e iii) estar na faixa etária entre 18 a 60 anos.

Para aplicação desses critérios no dia a dia do trabalho, em 2010, a equipe de profissionais procedia da seguinte maneira: a primeira etapa para se definir a inclusão de um indivíduo no Centro-Pop era a entrevista de triagem. A partir destas entrevistas buscava-se identificar se o indivíduo era um "caso de atendimento" no Centro-Pop. Não sendo, então,

seria encaminhado para outros serviços da Assistência social municipal ou, outros, como a rede de saúde. Caso fosse decidido atendê-lo, era preciso definir o que seria proposto para ele como cumprimento de algumas regras, por exemplo, participação em atividades como oficinas, pernoite em albergue; e, ainda, se sua permanência no atendimento seria por tempo indeterminado ou se teria um prazo; se ocorreria diariamente ou apenas durante alguns dias da semana em horários determinados.

Para tomar essas decisões era procurado identificar a vulnerabilidade no indivíduo na rua. Era dada prioridade para aqueles que demonstravam maior necessidade, maior tempo de rua ou que teriam maior dificuldade de conseguir sair da situação de rua. Os jovens, aqueles com algum trabalho informal ou algum vínculo familiar, mesmo que frágil, eram considerados com mais chances de sair da situação de rua. Para esses era dado algum prazo ou permitido que frequentassem o Centro-Pop apenas por algum período do dia ou alguns dias da semana.

Apesar de todos esses critérios e todo esse raciocínio necessário para definir a inclusão ou exclusão de um indivíduo no atendimento da assistência social, ainda assim, sabia-se nunca é possível ter controle sobre as falas dos indivíduos e todo os aspectos que compõem a situação de rua. Por isso, os critérios de definição para inclusão no serviço eram intensamente discutidos em 2010 uma vez que os critérios básicos estipulados em regimento não davam conta da diversidade de pessoas que procuravam o Centro-Pop. Por exemplo, a delimitação por idade fazia com que pessoas fora dessa faixa simplesmente não tivessem um serviço público a recorrer, portanto, para os casos de idosos esse critério era flexibilizado e essas pessoas também eram atendidas. O critério de tempo vivendo nas ruas de São Carlos também passou a ser flexibilizado, pois percebia-se que não é o tempo que define a situação de rua mas um conjunto de fatores sociais que se dão ao longo do tempo, como perda dos vínculos familiares, empregatício além da situação de saúde, que, em situação de rua tende a se depreciar rapidamente. Pessoas com menos de 6 meses de rua também passaram a ser atendidas pelo Centro-Pop pois percebia-se que não aceitá-los era apenas uma forma de adiar um atendimento que seria feito dentro de mais algum tempo pois, uma vez em situação de rua, as condições de sair dela são raras. Pessoas com histórico de situação de rua (os reincidentes) também tendiam a ser aceitas, pois os profissionais percebiam um padrão de comportamento entre alguns frequentadores do Centro-Pop que era retorno para casa de familiares por um tempo, mas com sequência de ruptura de relações novamente, ou então, trabalhos temporários que com o término levavam ao retorno às ruas.

Em 2012, com uma nova equipe de profissionais atuando, os procedimentos diante dos “casos de atendimento” reinterpretaram os mesmos critérios de inclusão no atendimento do Centro -Pop de modo a não mais excluir quem tivesse menos de 6 meses de trajetória de vida na rua. Mas sim, atuando de forma diferente de acordo com esse “tempo de rua”. Segundo a assistente social desse período, a rapidez do atendimento dependia do tempo de rua, se a pessoa estive na rua há 1 dia a família era procurada imediatamente, se a pessoa estivesse na rua há 6 meses então se planejava seu retorno à família e estratégias para rapidamente sair dessa situação. Se a pessoa vive na rua há um ano ou mais é preciso pensar os motivos para isso, tentar entender mais para então planejar estratégias. Portanto, cada equipe de profissionais que se seguiram entre 2009 a 2013 no Centro -Pop entendia os mesmos critérios de modo diferentes e adaptavam os procedimentos de trabalho conforme achassem necessário diante dos diferentes “casos de atendimentos”.

Mas, uma vez que o indivíduo fosse classificado como “caso de atendimento do Centro-Pop”, passa-se então, a ser integrado à população em situação de rua do município, é contabilizado nesta estatística, seus dados e históricos de vida são registrados em prontuários.

Como instrumento para essas práticas de atendimento, uma série de documentos são elaborados no dia a dia do trabalho, desde fichas de triagem, prontuários da Assistente Social, da Psicologia, da Terapeuta Ocupacional, fichas de chamados da população, diários das abordagens das educadoras, diários de frequência das oficinas, atas de reuniões, ofícios, pesquisas, relatórios mensais solicitados pela Secretaria Municipal extraordinariamente. Todo esse conjunto de informações organizadas constitui saberes formalizados em documentos. Cabia ao Centro-Pop coletar informações sobre a população de rua e as registrar, definir, a população em situação de rua e planejar suas práticas.

Além disso, a hierarquia do poder público fazia com que a equipe de profissionais do Centro-Pop necessitasse apresentar relatórios periódicos à secretaria municipal.

Portanto, toda informação obtida necessitava sempre ser escrita, datada. Desse modo, a instituição exercia controle sobre as informações do indivíduo e por meio também dos registros escritos é que era possível o exercício do poder das instâncias da poder municipal sobre o Centro-Pop.

A instituição produzia classificações, definidoras da população de rua que sem essa interferência talvez não fossem assim classificadas. Criavam-se indivíduos em situação de rua ao nomeá-los e classificá-los segundo esta categoria, o que ficava registrado em diversos documentos. Além de constituir o registro documental da população de rua, o Centro-Pop

também propiciava que convivessem uns com outros e fossem submetidos a regras e padrões de comportamento semelhantes, independentemente da diversidade de situações entre as pessoas.

O que se percebe desse relato acerca das rotinas de trabalho assistencial envolvendo a definição e, conseqüentemente, a produção da população em situação de rua do município é que uma vez que se configura uma população como objeto de gestão governamental tem-se que vários aspectos da vida dessas pessoas está sob a administração de instituições.

Foucault (1999) entende essa questão referente ao controle sobre a vida humana como biopoder. Este se liga, por um lado, à disciplina dos corpos domesticando-os, normalizando-os, o que tem como foco o indivíduo, mas por outro lado, se estende até o governo da população e, um exemplo disso são os censos e as pesquisas. Já Arendt (*apud* Keinert, 2005) entende que à indistinção entre esfera pública e privada surgida com o “social” (esfera do indistinto entre o público e privado) fez com que o âmbito das necessidades privadas pudessem ser geridas como se fossem de domínio público. A gestão do social não é outra coisa a não ser a gestão das necessidades privadas da população, passando por aspectos que são verificados no Centro-Pop como é a alimentação, a higiene, o sono.

Para o caso das pessoas em situação de rua a definição do que é essa situação e mais, a definição de quem é “caso de atendimento” da instituição definem não só a inclusão ou exclusão em uma política social mas também a possibilidade de sobrevivência, a possibilidade de ter alimentação, local para dormir e higiene mínima, embora de modo regulado, disciplinado pelos horários e regras da instituição.

3 Os mecanismos de poder sobre os corpos da população de rua no Centro-Pop

Tudo o que foi discutido no item anterior faz-nos pensar que as políticas de assistência social são objetos importantes para se observar os mecanismos da biopolítica. Tentaremos aqui sobre uma situação presenciada em 2010 e que permite refletir sobre o aspecto biopolítico da gestão da população de rua em um Centro-Pop.

A Assistência Social preza por valores de autonomia, igualdade, democratização, respeito às diferenças. Esses ideais perpassavam frequentemente as discussões das reuniões dos profissionais do Centro-Pop. Eram comuns questionamentos sobre: “Como agir sem impedir a liberdade de ir e vir de cada um?”, “O que fazer para que Fulano tenha mais autonomia?”, etc. Por outro lado, a equipe de profissionais se deparava com inúmeras

situações de imposição de limites às atitudes dos atendidos. Assim, o trabalho profissional do Centro-Pop era permeado ao mesmo tempo pela “autonomia” como valor social e pelo controle sobre os indivíduos. Contradições que formavam uma dinâmica na qual quanto mais se traçava controles mais era preciso definir momentos de liberdade. O que, por sua vez, exigiria mais controle e assim por diante.

Frequentemente as orientações da equipe aos usuários perpassavam assuntos relativos ao uso do próprio corpo (sexo, higiene, vícios, alimentação) e também condutas com relação os demais, ou seja, concepções do “ser educado” conforme a visão dos membros da equipe profissional. Neste sentido, várias regras existiam para moldar os indivíduos a padrões aceitáveis de conduta e de higiene. Um exemplo bastante emblemático ocorrido em 2010 se referia ao banho.

Inicialmente, havia uma regra que afirmava que quem pernoitasse no Albergue lá tomaria o banho diário deixando o banho no Centro-Pop apenas para os itinerantes ou para situações excepcionais, como idas a médicos, imprevistos. Ou seja, inicialmente o banho no Centro-Pop não fazia parte da rotina diária dos frequentadores da instituição.

Durante um período de 2010, foi decidido pela equipe que o banho no Centro-Pop seria livre para quem e quando quisesse. Essa medida se baseava na pressuposição de que os atendidos eram todos competentes a tomar decisões acerca de sua própria higiene, afinal, “não estamos lidando com crianças e sim com sujeitos autônomos”.

Mas, percebe-se que o banho na situação de rua tem um significado para além da higiene corporal e é parte de um ritual para realizar algumas atividades ou enfrentar certas situações, por exemplo, ir a médico, procurar emprego, visitar familiares. Além da limpeza corporal o banho significa uma transformação na situação social do indivíduo marcada por uma mudança (mesmo que momentânea) no corpo.

A demanda por banho, toalhas, roupas, barbeador, shampoo e mesmo roupas doadas se tornou grande e passou a envolver todos os membros da equipe. Diante de tantos atendidos por dia (cerca de 30 pessoas) não havia recursos materiais e humanos em quantidades disponíveis para todos os pedidos. Os banhos exigiam um serviço frequente de limpeza do banheiro, o que prejudicava outros serviços pois só havia uma funcionária responsável pela limpeza de todo o Centro-Pop. A equipe de profissionais passou a se incomodar em ser solicitada frequentemente com serviços que não eram especializados de cada função profissional, tendo que deixar outras tarefas para buscar toalhas, por exemplo. E, com a contínua procura por banho, começaram a aparecer situações em que os profissionais

passaram a ter que definir prioridades de quem tomaria banho primeiro, etc.

Diante de tudo isso, o banho começou a ser restringido. Primeiramente, foi estipulado horários permitidos para o banho restringindo, assim toda essa dinâmica que o banho exigia da instituição. Depois de mais um tempo, voltou-se a pedir que o banho fosse usado apenas se fosse muito necessário e que o banho diário voltasse a ser feito apenas no albergue para quem lá pernoitava. Ou seja, buscou-se o retorno à situação inicial a fim de restabelecer, assim, uma margem de controle da instituição sobre indivíduos.

Essa situação do banho é um bom exemplo para compreender que diante de recursos materiais e humanos escassos, a instituição precisa estabelecer regras com objetivos racionais, gerenciar recursos materiais e humanos. Mas, mais do que isso, este é um exemplo de como se dá em uma instituição local a gestão de uma necessidade básica, o banho. Acrescido a isso, o banho exigia uma série de aconselhamentos a respeito do uso do corpo, sobre tirar a barba, cortar as unhas, o cabelo, lavar as roupas. Relembrando Foucault, é no detalhe que se exerce a disciplina. Esta se aplica sobre os corpos visando moldá-los, melhorá-los.

Este exemplo foi escolhido porque na época ganhou importância, foi questionado pelas pessoas atendidas pelo Centro-Pop e foi tema de discussão entre os profissionais da equipe. É quando surge uma tensão, uma crise, é que se faz ver o que não é natural, mas sim, que se tratava de um processo de poder sobre necessidades humanas.

Com esta situação presenciada no Centro-Pop pode-se ter um panorama de como ocorre a biopolítica no âmbito da população em situação de rua em nível local. Tem-se tanto o gerenciamento das informações e registro documental acerca de cada indivíduo atendido na instituição, quanto, por outro lado, normas (não escritas) que regulam aspectos das necessidades básicas, como o banho.

Considerações finais

Embora a construção da categoria "população de rua" em São Carlos tenha contado com a participação de vários atores na esfera pública, instituições religiosas, universidade, vários profissionais da Prefeitura, assim como as pessoas em situação de rua de modo a se buscar a ampliação da participação política de vários atores do município em prol da criação do Centro -Pop, contudo, ao longo da atuação desta instituição ao longo do tempo há situações que demonstram a combinação entre gestão e política, como foi possível perceber pelos documentos que se referem à criação do Centro-Pop em São Carlos. Embora o Centro-Pop tenha sido criado a partir de participação e discussões com a própria população de rua, ao

longo do tempo, o trabalho cotidiano da instituição foi reduzindo os espaços de participação, porém, o processo de produção de registros em prontuários, relatórios, etc não teve alteração.

Além dessas 2 dimensões da gestão da população mencionadas, a que limita a entrada de pessoas na categoria “população de rua” e portanto, ao direito aos serviços do Centro-Pop, e a gestão das informações da população de rua “caso de atendimento” por meio de todas as formas de registro escrito, há ainda outro aspecto da gestão comentado aqui é aquele que se faz sobre os corpos dos indivíduos. Esta forma de gestão não é registrada em documentos mas existe através de normas que são estabelecidas no interior da instituição. É o que foi demonstrado na situação do banho. Neste caso, houve o predomínio da gestão no seu modelo biopolítico, ou seja, gestão sobre a vida, sobre as necessidades básicas do indivíduo. Como vimos, entre a proposta de promover a autonomia dos indivíduos e a regulação de suas condutas no interior da instituição, no caso do banho prevaleceu a última opção.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO C. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: Cabanes, R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

AGAMBEM, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

De Lucca, D. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: Cabanes,R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

FERREIRA, S. C. M. Atores do trabalho social: continuidades e descontinuidades. In: Cabanes,R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade. curso no collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KEINERT, F.C. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005

LAZARATTO,M. *Del poder a la biopolitica*. Disponível em: www.sindominio.net/otrascosas/lazzarato.htm. Acesso em 25 de junho de 2012.

MAGALHÃES, J. C. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In: Cabanes, R., Georges, I., Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

MNPR. História do Movimento Nacional da População de Rua. Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=88. Acesso em: 02/08/2012.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: Oliveira, F., Rizek, C. (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo. 2007.

Sessão 2

PSDB: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS DE 1989 A 2013

Brina Deponte Leveguen¹⁰³

brinadl@hotmail.com

Pedro Floriano Ribeiro¹⁰⁴

Financiamento: Programa Jovens Talentos para a Ciência - CAPES

Resumo: O presente trabalho analisa a estrutura organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desde 1989 até 2011-2013, dando ênfase na Executiva Nacional como órgão dirigente mais importante do partido e o processo de oligarquização da cúpula tucana. Para tanto, busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos, como Duverger e Michels, com artigos atuais sobre o PSDB, de Ribeiro e Roma. Além disso, faz um estudo empírico sobre o grau de oligarquia do partido, com base nos indicadores de Schonfeld e assim formular hipóteses sobre os valores encontrados e situações tanto endógenas como exógenas que possam ter afetado esses resultados.

Palavras-chave: Partidos Políticos; PSDB; Comissão Executiva Nacional; Oligarquização

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente. Para tanto conta com os órgãos dirigentes, no caso os Diretórios e as Comissões Executivas, em níveis nacionais, estaduais e municipais. As formas como os partidos se organizam reflete toda uma estrutura interna, desde o programa partidário até a filiação (ROMA, 2002, p. 72).

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado em 1988, por parlamentares dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). “Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes” (ROMA, 2002, p. 72). Ocorre dessa forma, uma federalização no grau de centralização orgânica, uma autonomia para os líderes a nível local, desde que seja sobre assuntos também locais,

¹⁰³ Aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, integra o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

¹⁰⁴ Professor de Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e coordenador do CEPP.

enquanto a nível nacional a falta dessas instâncias de veto resulta em uma centralização das decisões por parte dos dirigentes, sem participação das bases.

Essa pesquisa analisa o PSDB sob a forma estrutural das Executivas Nacionais, por meio de uma comparação histórica desde a fundação do partido em 1988, com a primeira executiva criada dia 31 de março e 1 de abril de 1989 até a composição atual 2011-2013, totalizando 10(dez) Executivas. De 1989 a 2013 a Comissão Executiva teve, ao todo, 111 membros.

A escolha pela análise dessa estrutura dirigente é que mesmo o órgão principal sendo o Diretório Nacional, pois cabe a ele tomar as principais e mais relevantes decisões, inclusive definir a Executiva, o grande número de membros, em alguns casos, como o PSDB passando de 200, dificulta a reunião e resolução das questões. Em contrapartida no PSDB as Executivas Nacionais tiveram em média 24 membros, por isso, na prática ela acaba adquirindo um poder maior. No PSDB, o estatuto admite que as Executivas exerçam praticamente todas as atividades dos Diretórios, tais como ditar regras sobre o lançamento de candidaturas e decidir sobre a prorrogação dos mandatos dos próprios dirigentes.

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar se ocorre a formação de uma oligarquia da comissão que resolve e pondera as principais questões e os posicionamentos do PSDB, buscando responder a questão: qual o nível de oligarquização das Comissões? Existe realmente uma tendência a lei da oligarquia de Michels? “Michels define a oligarquização como a concentração de poderes nas mãos de uma reduzida aristocracia partidária, autonomizada em relação à base e praticamente inamovível, com seus membros permanecendo longos períodos de tempo nos cargos” (RIBEIRO, 2010, p. 215).

Segundo Duverger (1987), a maioria dos grupos quer se apresentar com características de democracia, mas na realidade possuem um sistema oligárquico. Os partidos e suas direções não são diferentes. No caso dos órgãos partidários, a oligarquia pode ser percebida caso não haja uma rotatividade considerável dos membros de uma Executiva em relação à anterior. A estrutura tende a ser oligárquica, pois os dirigentes acabam compondo uma classe, a classe de chefes. E como oligarquia, os membros se prolongam no poder, resultando num envelhecimento, com troca apenas quando alguém morre ou se afasta por vontade própria. Para ocorrer uma renovação, um rejuvenescimento da estrutura, é preciso lutar contra essa tendência.

O uso do voto indireto possibilita essa aparência democrática, sem que seja de fato, porque não é a base que vota nos dirigentes, mas sim esta define os delegados e

esses posteriormente votam nos membros para as instâncias superiores. Além disso, na maioria dos partidos uma única chapa se inscreve para ser a nova Executiva, portanto, os delegados não votam plenamente e sim só ratificam a decisão, dando uma aparência de democracia.

“A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1987, p. 188).

Para verificar se ocorre de fato esse processo no PSDB, foram usados os indicadores criados por William Schonfeld para avaliar o grau de estabilidade dos membros.

Os indicadores foram sistematizados e explicados claramente na tabela a seguir, em Ribeiro (2010):

INDICADORES DE OLIGARQUIZAÇÃO: OS ÍNDICES DE SCHONFELD

Índice e Fórmula	Pergunta Respondida	Observação
<i>Renovação simples</i> $= \text{estreadantes} / \text{NCt}$, onde NCt expressa o total de postos da composição recém-eleita.	Do total de membros de Ct, quantos (%) integram a instância pela primeira vez?	
<i>Taxa de permanência</i> = $\text{reeleitos} / \text{NCt}$	Do total de membros de Ct, quantos (%) já integravam Ct-1?	Mede a taxa de reeleição dos membros, sempre em comparação com a composição imediatamente anterior.
<i>Substituição simples</i> = $(\text{estreadantes} + \text{retornantes}) - \# / \text{NCt}$, onde <i>retornantes</i> são aqueles dirigentes que, embora não estando em Ct-1, já haviam participado da mesma instância anteriormente.	Do total de Ct, qual a proporção(%) de cadeiras em que houve troca de membros em relação a Ct-1?	Mede a substituição total entre Ct e Ct-1, agregando tanto os estreadantes quanto os que retornam à instância depois de um período de ausência, e descontando-se o peso inercial do aumento de vagas. Índice capta, assim, o efeito do <i>rodízio</i> de dirigentes. (NCt = reeleitos + estreadantes + retornantes).

Ao fazer a análise das Executivas Nacionais do PSDB e o processo de oligarquização foram considerados os membros presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, secretários, tesoureiros e vogais, não foram considerados suplentes, líderes da Câmara e do Senado e nem as mudanças de membros inter-Encontros. A decisão por não considerar esses membros é que

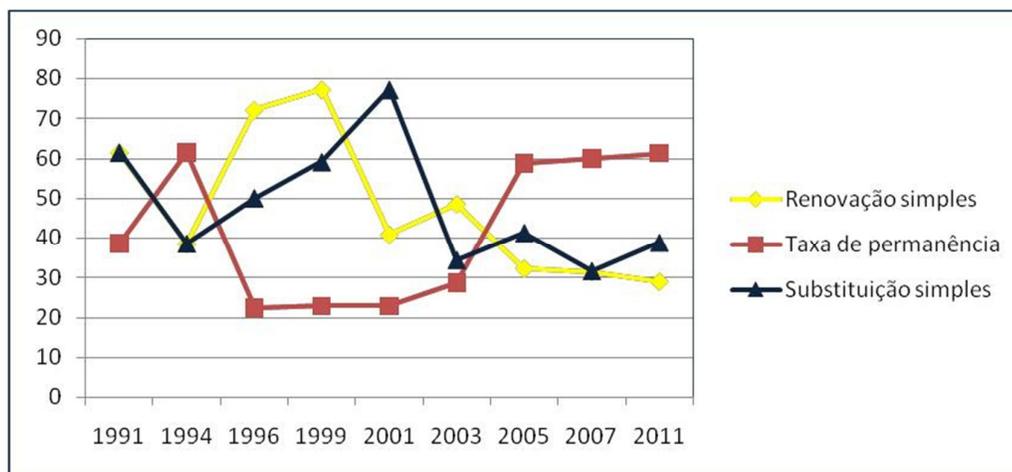
os suplentes e as mudanças não estão assumindo no momento da eleição e os líderes são membros natos.

A ênfase no PSDB e o processo de oligarquização das suas Executivas geraram dados inovadores. Após o cálculo dos indicadores em cada Executiva, a pesquisa teve diversos resultados, sendo os mais importantes expressos a seguir:

	Renovação simples	Taxa de permanência	Substituição simples	Membros
1989				13
1991	61,5	38,5	61,5	13
1994	38,5	61,5	38,5	13
1996	72,2	22,2	50	18
1999	77,3	22,7	59,1	22
2001	40,9	22,7	77,3	22
2003	48,6	28,6	34,3	35
2005	32,3	58,8	41,2	34
2007	31,4	60	31,5	35
2011	29	61,3	38,7	31
Média	48	41,8	48	23,6

Fonte: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O gráfico apresenta uma melhor visualização dos três indicadores e a relação entre eles:



Fonte: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir desses números, foram formuladas hipóteses sobre a relação entre a organização e fatores endógenos e exógenos do partido. Primeiramente, a média das 10 Executivas para a renovação simples e a substituição simples foi de 48% em ambas e de 41,8

para a taxa de permanência. Olhando apenas a média, o partido não teria um alto grau de oligarquização, pois a taxa de permanência atingiu menos da metade dos membros.

Em 1971, a Lei n. 5682- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) as disposições sobre as regras formais dos partidos eram rigidamente padronizadas. Em 1995, a Lei n. 9096 foi implantada e possibilitou maior autonomia para a organização interna dos partidos. Em 1996 não foram feitas muitas reformas, apenas adaptações nos estatutos, somente nos anos seguintes que maiores mudanças foram feitas (RIBEIRO, 2013). Isso pode explicar porque no ano de 1999 ocorreu a maior taxa de renovação dentre todas as Executivas analisadas, com 77,3% de novos membros.

Outro ponto observado é que de 1996 a 2001 houve uma queda nesse último indicador, ficando em torno de 22,5%. Uma hipótese para esse fato seria a de que muito dos membros saíram para assumir cargos no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2001 também foi possível perceber que a taxa de renovação foi de 40,9%, mas a de substituição foi de 77,3%, o que demonstra que uma grande parte dos membros não era estreante, mas sim “retornante”.

O período com maior taxa de permanência foi em 1994, com 61,5%, mas a partir de 2001, é demonstrada uma tendência dos membros de permanecerem por mais de uma Executiva, o que é comprovado pelo fato de que, a partir dessa data, esse indicador não decaiu. Esse dado comprova a afirmação de Ribeiro (2013) de que, com a perda do cargo de presidente, o partido perdeu o acesso a cargos de confiança e a grupos de interesse, então “a construção de uma organização mais sólida, mais centralizada nacionalmente, e mais concentrada em termos decisórios emergiu como estratégia de sobrevivência para as duas cúpulas (*PFL\ DEM e PSDB*), na tentativa de *atravessar o deserto da oposição* de volta ao governo” (RIBEIRO, 2013, p. 259). Com isso, de 2001 em diante, o partido teve um grau de oligarquização cada vez maior.

Todos esses fatores possibilitaram que o partido ocupasse o cargo mais importante numa eleição, o de presidente, em 1995, demonstrando eficiência eleitoral.

Referências Bibliográficas

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos. 3ed. Rio de Janeiro.** Editora Guanabara. 1987.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F., **Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira.** In: C. R. Melo & M. Alcântara, eds. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* Belo Horizonte:

UFMG, 2007 p. 147-198.

GUARNIERI, F., **A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral.** Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo. 2009.

KATZ, R. & MAIR, P., **The Cartel Party Thesis: A Restatement.** *Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766. 2009.

MELO, C. R., 2007. **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro.** In: C. R. Melo & M. Alcántara, eds. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* Belo Horizonte: UFMG, p. 267-302

MENEGUELLO, R., **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997).** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

NICOLAU, J., **Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward Cartelization.** In: K. Lawson & J. Lanzaro, eds. *Political Parties and Democracy – Volume 1: The Americas.* Santa Barbara: Praeger, p. 101-126. 2010.

PEREIRA, C. & MUELLER, B., **Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil.** *Dados*, 46(4), p. 735-771. 2003.

PRAÇA, S. & DINIZ, S., **Partidos políticos: funcionam?.** 1ª ed. São Paulo: Paulus. 2005.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 225-265. 2013 .

_____. 2010. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

ROMA, Celso. **Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada.** *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006, http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2482/2530

_____. 2002 **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200006&script=sci_arttext

SANTOS, F. & VILAROUCA, M., **Political Institutions and Governability from FHC to Lula.** In: T. Power & P. Kingstone, eds. *Democratic Brazil Revisited.* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).**

São Paulo: Alfa-Ômega. 1983.

TAROUCO, G., 2010. **Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, p. 169-186.

VAN BIEZEN, I., **On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies**. Party Politics, 6(4), p. 395-417. 2000.

CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: ENCLAVE DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL? OS CASOS DE BRASIL E PERU

Felipe Augusto Duarte¹⁰⁵
fad.drp@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da forma pela qual se dá a inserção do capitalismo mundializado na região amazônica (RA), com especial atenção a sua porção brasileira e peruana. Nosso foco, para além da sabida riqueza de recursos naturais da RA é elucidar a importância que tem seus recursos humanos, a saber, a atividade de sua população originária, tentando recolocar a centralidade de seu trabalho como fonte do valor. Propõem-se, por meio do método materialista histórico desvelar e compreender a importância dos ameríndios na conformação da RA como espaço econômico, político e social de relações. Fundamentado na concepção de que é a partir da atividade consciente, o trabalho, que a espécie humana se relaciona com o meio e realiza sua existência, na produção e reprodução material, orientamos a reconstrução teórica do movimento do trabalho indígena, a partir do contexto objetivo dos meios de produção e da sociabilidade por eles ensejada no interior da RA. Trata-se, portanto de estudar “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX E ENGELS, 1979 p.26).

Palavras-chave: Amazônia; Acumulação de Capital; Sociedades Indígenas; Capital Mundializado.

Introdução

Partindo da peculiar formação do capitalismo Latino Americano, efetuado a partir da conquista da América pelos impérios de capitalismo mercantil ibérico, investigamos a inserção e as formas do capitalismo na Região Amazônica (RA). Sendo assim, nosso objetivo fundamental é desvendar os meandros das lutas de classes no interior da RA, sendo o meio pelo qual podemos capturar sua dinâmica social. Neste sentido, centralizamos nossa análise como o faz Enrique Amayo Zevallos, nas relações entre o trabalho indígena e a conformação da região enquanto espaço econômico, social e político de relações.

Para tanto, nos ateremos aos casos específicos de Brasil e Peru, Estados inseridos no contexto da produção, reprodução e comercialização do capitalismo, desde sua fase mercantil até atualmente em sua fase mundializada, de maneira marginal, desigual e com um nexo de dependência combinada aos centros irradiadores do capital. Nas quais, como diz Florestan Fernandes (FF) (2005), jamais houve internalização dos moveis de decisão econômica,

¹⁰⁵ É aluno de graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Araraquara. Forma parte do Núcleo de Pesquisas Sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA), no qual desenvolve sob a orientação do Professor Titular Ph.D. Enrique Amayo Zevallo estudos acerca da inserção e das formas do capitalismo mundializado na região Amazônica com especial atenção a luta de classes indígena.

criando na região uma situação de heteronomia econômica, com produção voltada para o mercado externo e nas quais o Estado gestou-se de costas para as demandas do amplo espectro da sociedade civil.

A América, tanto a da conquista colonial como da neocolonial, tem sido uma das bases fundamentais que asseguram, em seu avaro possível histórico, a incessante acumulação de capital, sem a qual, por exemplo, seria impossível o advento do capitalismo industrial. Estes vultosos aportes de capital estabeleceram-se sempre por meio da exploração de matérias primas e gêneros agrícolas, e são incompreensíveis se não colocarmos a termo o fato de que é o trabalho humano que lhes confere valor. Disto, temos uma prova da importância do trabalho indígena na conformação de nossa sociedade contemporânea. São os nativos americanos os primeiros a humanizar este rico continente com uma produção material e intelectual imprescindíveis para a produção da vida na zona intertropical. É sobre eles, que após a conquista, se inaugura a divisão internacional do trabalho desigual e combinada que vige até os dias atuais entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Neste trabalho, nosso foco está sobre os indígenas que construíram e constroem diuturnamente a realidade da RA.

Diferentes ramos como a linguística, a história étnica e demográfica, tem demonstrado que a Amazônia seria a época do descobrimento densamente povoada, segundo o etno-historiador Willian Denevan²¹⁰⁶ contava com uma densidade de 14,6% hab/km², sendo que apenas no território que hoje denominamos como brasileiro existiam em torno de 2 milhões de habitantes. Situação que exemplifica a existência e o sucesso da subsistência expandida da atividade humana na região. Contudo, após o que José Carlos Mariátegui (JCM) (2008) chama de conquista militar e eclesiástica do continente americano, “provavelmente uma das maiores catástrofes demográficas da humanidade”

(CUNHA, 1994, P.124). Os nativos tiveram seu modo de produção da vida violentamente interrompido e dilacerado por um duplo caráter do modo de produção capitalista ainda em sua fase mercantil: a lógica da apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, que retirou-lhes os meios de subsistência; E a divisão social e internacional do trabalho, desigual e combinada que passou a escravizá-los, ambas patrocinadas por um eficiente braço eclesiástico-militar.

Esta interrupção em seu modo de produção veio a significar o paulatino desmonte de suas culturas entremeios a um dramático refluxo populacional. Advogamos que atualmente sua situação não é substancialmente diferente, pois, após 513 anos de conquista, continuam

¹⁰⁶ DENEVAN, W. M. *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1976. 1 vol. Parte IV: South America

igualmente impedidos de realizar a produção e reprodução de sua vida, a partir de sua própria produção da vida social, mantidos em uma situação marginalizada, subsistindo num limiar entre sua real existência e a negação da mesma pelos Estados brasileiro e peruano no sentido em que lhes é vedado à propriedade dos meios de produção e reprodução, no caso a terra que é nas palavras de JCM toda sua alegria e seu meio de vida. É por meio da histórica exploração local de sua mão de obra e da expropriação de seus meios de produção, numa espécie de colonização interna, aos moldes de uma economia de enclave³¹⁰⁷, que a RA concorre de maneira exemplar para a acumulação mundializada do capital há 513 anos.

1 Do capitalismo mercantil ao capitalismo mundializado

1.1 A herança da conquista ibérica, o colonialismo e a escravidão

É traço fundamental das sociedades sul-americanas atuais, sua construção sobre as bases da conquista da região pelos impérios de capitalismo mercantil Portugal e Espanha.

Partimos da acepção de José Carlos Mariátegui, segundo a qual, “no campo da economia se percebe melhor que em qualquer outro até que ponto a conquista divide a historia...”

(MARIÁTEGUI, 2008 p.33). Neste sentido, a economia colonial, marca de maneira dramática a forma pela qual se dá a inserção da região sul-americana na produção, reprodução e comercialização das necessidades humanas no capitalismo mundializado. Sinalizando importantes laços que enredam o possível histórico destas nações, desde então, amplamente perpassadas pelo “escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Com efeito, “O sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2005, p.41), onde não existem condições para organizar um fluxo interno da renda. Assim, os processos econômicos da colônia se desenrolavam na metrópole ou nos países dos grupos que financiam sua produção agrária, mineradora, de transportes, da estocagem até a venda do produto final. Controlando a cadeia produtiva e de comercialização e gerando senão uma economia residual e horizontalizada com “eternização do estado de heteronomia econômica” (FERNANDES, 2005, p.41). A grande lavoura colonial, “era compelida a especializar-se como unidade

¹⁰⁷ Economia, posta em um espaço (sub)periférico, com forte presença de Investimento Direto Externo (IDE) e tecnologia exógenas, atraídos mediante vantagens competitivas (fundamentalmente incentivos fiscais), onde os lucros retornam aos donos do capital e que não criam importantes nexos de fluxo de renda interno.

econômica estanque e fechada sobre si mesma”

(FERNANDES, 2005, p.42) uma empresa exportadora. Destarte, a economia colonial era fechada sobre si mesma, “apesar de organizar-se para a exportação: seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (FERNANDES, 2005, p.42).

A escravidão negra e indígena era a relação essencial de trabalho, misturada aos elementos de uma economia colonial “destinado a fracassar como meio de exploração e organização econômica...” (MARIATEGUI, 2008, p.35). Fato que de certo modo, perdura até os dias de hoje, onde sociedade civil confunde-se com os estamentos sócias dominantes que correspondem a uma ordem construída racial e economicamente. Na qual o combate à escravidão, ocorreu tão somente em sua dimensão anacrônica, e posta por uma necessidade dos avanços no modo de produção capitalista, agora em sua fase industrial, com uma divisão do trabalho ávida por assalariados.

1.2 O neocolonialismo: da emergência e expansão do capitalismo competitivo a sua expressão mundializada

O que se vê na América Latina durante a ascensão do capitalismo industrial é uma nova rodada de expropriação econômica com repetida negação de direitos a grande massa da população.

Não é intrínseco ao capitalismo – explicita Florestan Fernandes - um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos [...]. (FERNANDES, 2005, p.261).

Este é um momento em que, após as independências, ocorre grande fluxo de empréstimos aos Estados Latino Americanos, destinados a financiar grandes investimentos em infra-estrutura com vistas ao proveito dos consórcios financeiros dos países centrais. Assim, partindo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mostra-se claramente como se dá a inserção internacional dos países capitalistas atrasados e das colônias na ordem competitiva, ou seja, a periferia do capital com a dominação das burguesias locais, está condenada a desenvolver-se através de impulsos externos de ordem econômica e política.

Posteriormente, fazendo uso altamente satisfatório dessa estrutura colonial e

neocolonial competitiva das economias hospedeiras, sem mecanismos de autodefesa, que avança o capital monopolista das grandes corporações na região. Controlando a exploração e comercialização internacional de matérias primas e a tímida produção industrial para o mercado interno, onde se destaca a importância dos Investimentos Externos Diretos (IED) como instrumento essencial de especialização produtiva.

Fato que salta aos olhos é a existência do *welfare state*, que segundo José Luís Fiori, é a peça essencial de um contexto mais amplo que durou trinta anos de fins da década de 1940 até meados de 1970, a chamada “era de ouro do capitalismo”, conhecida desta maneira pela manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes, entremeios a políticas socialmente orientadas, com ambiente de estabilidade econômica global, que permitiu uma conciliação entre o crescimento e a estabilidade. Contudo é apenas nos países centrais “onde de fato se pode falar em *welfare*”. (FIORI, 1997, p.134).

A AL muito ao contrário, passa por ditaduras civil-militares, no Brasil ocorreu de 1964 a 1985 e no Peru de 1968 a 1980. Nas quais as classes dominantes utilizaram do monopólio da violência, as forças armadas, para assegurar sua posição privilegiada de poder e apropriação, levando as últimas consequências sua clara associação e solidariedade de classe as burguesias dos centros hegemônicos do capital. Assegurando, com efeito a eternização da condição neocolônia da região, onde imperam a meritocracia social e o princípio renda – contribuição – benefício que reproduzem o sistema de desigualdade da estrutura social vigente. Na qual a Amazônia como fronteira móvel da produção e seu suposto vazio demográfico ganham enorme importância.

Um financiamento regressivo do gasto social e uma hipertrofia burocrática – escreve George Kornis acerca das linhas gerais do estado social na América latina – que eleva em muito o custo operacional e favorece a manipulação clientelística. Um *welfare state*, em síntese meritocrático-particularista fundado na capacidade contributiva do trabalhador e num gasto público residual financiado por um sistema tributário regressivo. Um sistema não-redistributivo e montado por um quadro de grandes desigualdades e de miséria absolutas [...]. (KORNIS, 1995, p. 58-59).

Com as crises nas décadas de 1970/80, o *welfare state* é duramente criticado como oneroso e ineficiente soma-se a isso a um cenário propício, como o fim das URSS e a ascensão do neoconservadorismo. Surge assim, seu substituto, o estado neoliberal, pautado na desregulamentação do mercado de trabalho e na privatização de empresa e serviços antes nas mãos do Estado. É a fase da mundialização do capital, onde, segundo François Chesnais,

apesar de retomar alguns aspectos das ondas passadas, tem características diferentes no sentido e no conteúdo da acumulação de capital. Dada agora pela acumulação centralizada em gigantescos capitais financeiros obcecados pela rentabilidade e liquidez.

Agora a esfera financeira comanda a repartição e a destinação social das riquezas geradas pela divisão social do trabalho, pois é a partir dela que se determinam as relações de produção. Dois aspectos são fundamentais nesta dinâmica: a criação de capital fictício e a transferência de riquezas em um ritmo acelerado para a esfera financeira, sobretudo, através dos papéis da dívida pública com acentuada desregulamentação financeira. É o que Chesnais chama de triunfo do capital rentista, no qual a liberalização dos fluxos de capitais, após um século de regulamentação e barreiras, ganha uma dinâmica nunca vista.

A isto, segue “[...] o ressurgimento de formas brutais e agressivas na busca por aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico” (CHESNAIS, 1996, p. 16). Onde o abismo entre os que comandam o capital monetário econômica e politicamente aumento sobremaneira do qual os Estados Unidos da América (EUA) são o epicentro e arbitro. Neste momento a Amazônia, é novamente encarada como a eterna fronteira móvel do capital agora mundializado, e mais uma vez repete-se a expropriação da RA sem a criação de fluxos internos de renda, com acentuada expropriação das sociedades indígenas por transnacionais que aliadas ao poder estatal, promovem o agronegócio e a exploração de recursos minerais e biológicos.

Desta forma, podemos caracterizar ainda que em linhas gerais o capitalismo que se desenvolve na região como marginal, dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado¹⁰⁸. Aonde, mesmo após a “internalização dos moveis de decisão política, jamais houve a internalização dos moveis decisórios econômicos” (FERNANDES, 2005).

2. A região amazônica e sua população

“Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado [...]” (MARIATEGUI, 2008, p.) é neste contexto econômico e social, de capitalismo dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado sob a égide do capital monetário financeirizado que se insere a RA, inclusão excludente que se

¹⁰⁸ Segundo Trotsky o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Este processo toma no seu conjunto um carácter irregular, complexo e combinado. (TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. 1 ed. Sunderman – São Paulo. 2013).

evidencia na sua crescente contribuição para o processo de acumulação de capital nacional e internacional. Com efeito, para nossa discussão, é fundamental estudar a região em sua totalidade¹⁰⁹; Bem como o posicionamento dos Estados nacionais sul-americanos que a compartilham e os interesses que nela implicam.

Aqui, qualificaremos os casos de Brasil e Peru uma vez que detêm juntos por volta de 75% do território amazônico, o Brasil possui aproximadamente 58% dele e o Peru 16%. Disto, “temos um indicador da importância da Amazônia na formação histórica destes países” (AMAYO, 1999), tão logo destes países no destino amazônico. Importância que não advém apenas da extensão territorial e de sua megadiversidade conhecimento indígena acerca da floresta. Juntos Brasil e Peru, concentram segundo Amayo (2009), algo em torno de 55% da população indígena amazônica do total de 936 mil. Dito isto, cabe elucidar a herança do processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira e peruana entre 1960-80 que acentua o desenvolvimento das forças produtivas e o conjunto das relações de produção tipicamente capitalistas. Para assim compreender a dinâmica regional recente e seus novos componentes como a tímida industrialização, a retomada demográfica indígena e a consolidação de alguns importantes centros urbanos. Para tanto, temos de apontar os ciclos da ocupação econômica destes territórios. Como o “Ciclo da Borracha”, a mineração, as frentes agrícolas e a exploração de hidrocarbonetos. Sem exceção, atividades de extrativismo, promovidas em grande escala por grupos exógenos a região. Tais ciclos da economia amazônica elucidada Becker (2005), estão sempre calcados no paradigma da economia de fronteira, onde o crescimento econômico é visto como linear e infinito baseado na contínua incorporação de terras e recursos naturais, tidos como igualmente infinitos.

Fundamental é notar que o desenvolvimento extensivo do capitalismo em curso na Amazônia, é articulado pelo aparelho estatal e sua associação aos interesses e direitos da empresa privada nacional e internacional. Sem embargo, o que vemos são projetos como a contemporânea Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ações que são os portadores de interesses exógenos, como o das grandes construtoras brasileiras e do agronegócio. Que tem causado uma enormidade de impactos deletérios para o meio ambiente e a população local.

É notório que a ocupação econômica da Amazônia tem se dado pela drenagem de seus recursos naturais e humanos. Com uma produção claramente voltada para o mercado

¹⁰⁹ Parte-se do pressuposto de que a problemática amazônica, para ser entendida, tem que ser vista como TOTALIDADE estruturada historicamente. Ou seja, ver a Amazônia como conjunto, como área sul-americana que, em consequência de seu processo histórico, terminou sendo compartilhada por 8 países independentes (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), e por uma colônia, a Guiana Francesa. Assim, a problemática amazônica de hoje é uma totalidade, consequência de uma história comum. (AMAYO, E. Z. Projeto Geral do Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia – NPPA, 2005).

externo com eternização dos laços de dependência e desigualdade. Argumenta-se que a região constitui uma relação centro-periferia com os estados nacionais que a dividem aos moldes de uma economia colonial. Assim, estados como Brasil e Peru, associados ao capital mundializado agem como metrópoles completando o ciclo de esbulho colonial que sofre a Amazônia de maneira intensiva ainda hoje.

2.1 A Amazônia baixa no Brasil

Focando o caso brasileiro podemos dizer que “a partir de 1942 cresce ininterruptamente a presença do estado brasileiro na região Amazônica” (IANNI, 1986) e, sobretudo nos anos 1960-1970, com o golpe militar de 1964, o estado brasileiro engaja-se em estratégias e projetos, em busca entre outros de “assumir a vocação de supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (IANNI, 1986). Neste contexto, a Amazônia e seu suposto vazio demográfico toma parte imprescindível do projeto. Com as frentes de expansão aliadas aos projetos estatais de infraestrutura tem início o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira, típico de formações de capitalismo tardio. Sua integração a esta estratégia de desenvolvimento está fortemente calcada no modelo importação e exportação de economia aberta, com elementos de “capitalismo associado e dependente marcadamente desigual e combinado” (FERNANDES, 2005).

Desta forma, as frentes pioneiras de expansão e o interesse de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, articulados ao aparelho estatal põem em marcha a expansão da acumulação de capital na região, data daí inclusive, o aprofundamento da distinção e contraposição da sociedade nacional e do indígena, transformado de maneiras progressiva em outro, estranho e estranhado, visto senão como um obstáculo ao arquitetado “progresso” nacional. Isto posto, as frentes pioneiras de expansão e o interesse da empresa privada comandam a vida econômica e política da região.

O modelo econômico definido exogenamente pelo governo “que alia suas práticas, projetos e organismos inclusive leis e decretos de modo a impulsionar e proteger a expansão e as iniciativas do capital-imperialismo” (IANNI, 1986), subordina todos os outros elos do encadeamento social. Vê-se, portanto que a inclusão da região Amazônica no processo que a partir dos anos 1960 e acentuadamente nos anos 1970 concorre para a acumulação de capital no centro-sul do país e no exterior tem fortes elementos de uma economia de enclave. Traduzida em efeitos expropriadores na região, especialmente para as sociedades indígenas no que diz respeito às relações de propriedade da terra, força de trabalho e cultura. Deste modo,

podemos conseqüentemente, compreender as circunstâncias e os desdobramentos da inserção da região Amazônica no interior dos estados nacionais que a compartilham.

2.2 A alta Amazônia peruana

Historicamente, o ocidente passou a conhecer a Amazônia, a partir da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana em 1540-41 organizada pelo vice-reinado peruano. É no Peru que nasce o rio Amazonas – que determina o nome desta região sul americana compartilhada – na montanha Mismi a 5597 metros ao nível do mar, contudo não é apenas o rio Amazonas que se origina no Peru, mas muitos de seus afluentes, em torno de 40%, dentre eles o enorme rio Madeira. Ecologicamente é onde se localiza o maior sistema de montanhas tropicais do planeta terra, essencial para o ciclo da água corrente de superfícies, que geram, por exemplo, o rio Maranhão na maior montanha tropical do planeta, Huáscaran com 6.768 mts.

Ademais, estes pais têm territórios dos mais ricos em forma de vida vegetal e animal, sendo um dos 16 países megadiversos do mundo (assim conhecidos por possuírem 70% da biodiversidade mundial). Sendo, com seus 950.000Km² de Amazônia, o segundo em extensão (o primeiro é o Brasil com quase 4 milhões de Km²). Porém, o Peru como os outros países Andino-amazônicos detém a alta e a baixa Amazônia, característica que tem haver com qualidade (é o primeiro em alta Amazônia e o segundo em baixa).

É ainda, o primeiro país em população indígena de toda a floresta, com quase 1/3 do total (o Brasil é o segundo com aprox. 1/5) sendo, portanto, o mais rico em recursos humanos, concentrando o riquíssimo conhecimento indígena acerca da floresta. Mas que tem sido como no caso brasileiro, perpassado por uma constante exploração aos moldes coloniais, onde os interesses do índio são colocados como contrários as aspirações impositivas do Estado nacional Peruano de exploração de sua riqueza mineral, biológica e humana. Situação que fica mais do que evidente frente à declaração a 28 de outubro de 2007 do então presidente peruano Allan Garcia Pérez intitulado El síndrome del perro del hortelano¹¹⁰.

¹¹⁰ Publicado no diário El Comercio. Onde explana acerca da contradição existente entre as possibilidades de desenvolvimento da sociedade peruana, e o que ele chama de “síndrome de cachorro do vendeiro”. Ou seja, das históricas lutas indígenas para impedir a expropriação de seu meio de produção, a terra, por indústrias transnacionais. Que em sua visão fariam prosperar o conjunto da sociedade peruana, não obstante, o que verificou em seu governo foi uma grande concentração regional e social das rendas geradas pela economia peruana.

2.3 A população indígena amazônica

Segundo Amayo Zevellos (2009) desde o início da conquista da RA, portugueses e espanhóis deram diferente tratamento aos filhos da terra. Um contraste de grande relevo é no tocante a legalidade da escravidão e do aprisionamento indígena, no Brasil colônia essas práticas eram legais perante a metrópole portuguesa. Já nas colônias espanholas, como é o caso do vice-reinado peruano, era ilegal perante a metrópole, que, todavia regulamentava a exploração do trabalho indígena através da *Mita*¹¹¹, que contribuiu significativamente para a grave queda demográfica dos povos indígenas na América espanhola.

Portugal, portanto, impunha a escravidão como forma de trabalho no Brasil, afinal, era mesmo o império mercantil que tinha como principal mercadoria o trabalho escravo.

Mas, na RA a população que encontraram, produziam e reproduziam sua vida, por meio da caça e da coleta, aprisionar seu trabalho, transformando-os em agricultores tornou-se empreendimento oneroso. Pois, como esclarece Caio Prado¹¹², estes resistiram fugindo cada vez mais para o interior da Amazônia, assim para caçá-los e escravizá-los, surge o fenômeno das *bandeiras*, que expande as fronteiras brasileiras na RA. Frente às minas de metais preciosos que encontraram nos Andes, que produziam vultosas quantidades através do trabalho indígena em regime de mita, sua primordial preocupação no auge do capitalismo mercantil, o território Amazônico foi relativamente desconsiderado pelos espanhóis. Ao contrário os portugueses lhe davam maior importância, afinal era o meio mais fácil de chegar aos cobiçados metais da serra.

Este duplo sentido da conquista portuguesa na RA, a expansão e o escravismo, quase extinguiu os indígenas da RA no Brasil, foi mesmo necessário em 1758 a proibição da escravidão indígena no Brasil. “Em 1758 a população indígena no Brasil se encontrava em um número muito baixo [...]” (AMAYO, 2009, p.329). Pela escassez de dados, usaremos estatísticas do livro *Amazônia sem Mitos* de 1992, que apesar de desatualizadas frente as mudanças das últimas duas décadas, é seguramente um guia que não perdeu tanto a sua atualidade em termos de proporção. Desta forma, na RA vivem em torno de 935 mil indígenas (menos de 12% do que existia no momento da conquista), deste total 213 mil ou 22,75% estão nos territórios brasileiros, o segundo em números absolutos em uma área que corresponde a

¹¹¹ Era uma forma de trabalho compulsório do império inca que foi apropriada pelos espanhóis à época colonial. Não obstante, os espanhóis tornam-no em um instrumento desumano de exploração da mão-de-obra indígena. Cerca de 5% dos indígenas de cada distrito eram deslocados de suas respectivas comunidades, geralmente por um prazo de 4 a 6 meses (podendo chegar a 12 meses), e enviados a regiões de extração de minérios, em especial a prata e o mercúrio, ou de agricultura sazonal.

¹¹² PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

60% do total da RA. Ao passo que no Peru temos 300 mil ou 32% do total, o primeiro em números absolutos, em uma área que corresponde a 15% do território da RA. As proporções falam por si, apesar da Amazônia peruana em termos territoriais ser ¼ da brasileira, sua população indígena é quase 30% maior.

Os dados são ainda mais alarmantes se verificarmos a densidade populacional relativa, o Brasil tem 0,05 indígenas por Km², ocupando de longe o último lugar em números relativos. O Peru tem-se uma densidade de 0,31 indígenas por Km², ocupando o quarto lugar.

Disso, se deduz – argumenta Amayo Zavallos - que se no Peru foi péssimo o tratamento dado aos indígenas (o que explica sua péssima estatística), no Brasil ele foi terrível, pois suas estatísticas, em números absolutos e especialmente em números relativos, são péssimas. Ademais, o número de sociedades nativas no Peru é muito menor, da ordem de 40, enquanto no Brasil, temo em torno de 70. Porém, estas se contam em centenas, milhares e dezenas de milhares no caso dos Ashaninkas (apesar do impacto negativo do Sendero Luminoso e das guerras internas neles), no Brasil se conta por dezenas, centenas e excepcionalmente por milhares. (AMAYO, 2009, p.332 - 333).

Disto é evidente que o passado escravocrata e expansionista do Brasil colônia, é componente indispensável da atual debilidade da população indígena amazônica neste país. Além do mais, pelos números e por sua história “a população indígena amazônica peruana, está condenada a liderar os movimentos que impactem o conjunto da floresta amazônica” (AMAYO, 2009, 333).

Exemplo disso são os efeitos do sistemático descumprimento de leis por parte do Estado peruano, como a lei de consulta previa que movimentam, a partir dos protestos indígenas, a sociedade nacional peruana do qual é exemplo Bagua em 2009¹¹³.

[...] algo deste tipo no Brasil é impensável, - explica Amayo Zavallos - primeiro pela debilidade e fragilidade de seu movimento indígena, a população indígena amazônica no Brasil é muito pequena e distribuída ao longo deste imenso território, seu número em qualquer lugar deste país continental é muito pequeno o que agregado as enormes distâncias, torna muito difícil a organização do movimento indígena. Outro ponto fundamental é que no Brasil os indígenas não têm status pleno de cidadania, só conseguem perdendo seu status de indígena, tanto é que para “protege-los”, existe uma instituição estatal a FUNAI (Fundação do Índio), construída para evitar abusos e assisti-los, com educação, cuidados médicos e etc., e é claro para controlá-los. (AMAYO, 2009, p. 337).

No caso brasileiro, “o grande contingente populacional indígena localiza-se, não por

¹¹³ Em 5 de junho de 2009, aconteceu uma intervenção policial violenta em um bloqueio pacífico organizado por comunidades amazônicas em Bagua, Este embate vitimou fatalmente 5 indígenas, 4 civis e 24 policiais, resultando na prisão de dezenas de pessoas e tantos outros feridos. A partir daí esta movimentação se generalizou e acabou por impactar primeiro a sociedade amazônica peruana e depois a nacional. Uma de suas conquistas mais preciosas foi obrigar o governo peruano a rever sua política para a Amazônia.

acaso, na Amazônia.” (CARNEIRO, 1994, p.125), grande parte da região ficou de fora dos primeiros surtos econômicos de exploração. Desta forma, “as populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem.” (CARNEIRO, 1994, p.125).

Conclusões

Desde tempos remotos a RA é uma importante região do planeta, por sua riqueza de recursos biológicos e minerais, dos quais o mais fundamental é a atividade humana. A vida humana já prosperava na região e existem provas empíricas como demonstrado que a RA, muito antes da conquista ibérica, configurava-se num espaço político, social e econômico de relações significados por seus habitantes originários. Sabemos que a conquista significou, antes de tudo, a desestruturação e desaparecimento de sociedades inteiras.

A conquista realizou o esbulho material através de guerras de desapropriação dos meios de produção e de expropriação do trabalho, aprisionando-o através da violência, a forma de propriedade privada. Situação que resultou em dramático refluxo populacional. Já ai, temos o fermento da situação político econômica de dependência e marginalização que irá se desenrolar de maneira eternizada no contexto do capitalismo na região, sobretudo em sua fase mundializada.

A Amazônia é uma localidade chave na expansão do capital monetário financeiro, é uma colônia interna de países capitalistas dependentes como Brasil e Peru, que concorre de maneira fundamental para a acumulação do capital nacional e internacionalmente. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia tem como características gerais a gênese desigual e combinada com associação e dependência em relação aos centros hegemônicos do poder. O estado nacional, por sua vez, patrocina o empreendimento privado as expensas dos interesses da sociedade civil, encarados por vezes como entraves ao pretenso “progresso” nacional.

Desta forma, a RA é refém de uma organização econômica de enclave que visa drenar as riquezas de dentro para fora. O que gera, no local, tão somente uma economia residual que concorre para eternizar o estado de dependência econômica, sem jamais criar fluxos de renda internos duradouros, que criem nexos de desenvolvimento endógeno. É igualmente fundamental compreender o engajamento dos estados com Peru e Brasil com o modelo de importação e exportação de economia aberta e livre aos fluxos de capital externo.

Nesse sentido, as sociedades indígenas amazônicas, artificies da região, que convive e

subsiste com essa realidade, tem por sua vez, interesses e direitos debilmente protegidos. Sua realidade é a da expropriação de suas terras, força de trabalho e cultura pelo estado nacional e iniciativa privada. Que utilizam largamente seus conhecimentos sobre a produção e reprodução da vida no interior de territórios do tropico úmido.

Tais sociedades, sobremaneira no Peru, tem sido importantes atores nas lutas de resistência a apropriação e a expropriação indiscriminada dos recursos e direitos dos povos da RA. A Amazônia em seus recursos naturais e sociais compreende um vasto campo para a acumulação de capital, e é extensivamente explorada, sendo um caso emblemático das linhas gerais do desenvolvimento capitalista em curso na América latina. Onde, jamais houve ruptura com a associação dependente ou desagregação completa do antigo regime e de suas características com extrema concentração social e regional da riqueza.

Referências Bibliográficas

AMAYO ZEVALLOS, E. *Por qué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la amazonia*. Spiral Estudios sobre Estado y Sociedad Vol. V nº 15, **1999**. pp. 73-105.

AMAYO ZEVALLOS, E. *Indígenas amazónicos, motores de la historia: los casos del Perú y Brasil en perspectiva*. Peru Hoy, **2009**. pp. 320-339.

BECKER, K. B. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, Nº 53, **2005**. pp. 71-86.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

DA CUNHA, M. C. *O Futuro da Questão Indígena*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, p. 121-136, **1994**.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. - 5.ed. - São Paulo: Globo, **2005**.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*; - 2 ed. Civilização Brasileira, **1986**.

KORNIS, G. *A Crise do Estado de Bem-Estar: Problemas e Perspectiva da Proteção Social*. Tese de Doutorado, IEI/UFRJ, **1994**.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 1.ed – São Paulo: Expressão Popular - CLACSO, **2008**.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2 ed. - São Paulo: Ciências Humanas, **1979**

PAPEL DO FACEBOOK NO COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS ENTRE OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

Gabriela Pandeló Paiva – UFSCar¹¹⁴
gabippaiva@gmail.com

Resumo: As redes sociais têm desempenhado um papel importante na comunicação política nos últimos anos, devido à facilidade de interação e troca de informação entre os usuários. O Facebook, em especial, se mostrou essencial na mobilização de indivíduos partidários de causas comuns permitindo a construção de debates e se tornando então um novo espaço para a discussão política. Esse fenômeno induziu que as mídias tradicionais como jornal e televisão cunhassem em seu espaço online, possibilitando à sua audiência que recebessem suas notícias diretamente em suas páginas pessoais e de forma personalizada. Os internautas então, além de terem diversas fontes de informação distintas a sua disposição, podem também transmitir os conteúdos desejados aos outros membros de sua rede. Assim, este estudo tem por objetivo discutir teoricamente a importância das redes sociais no debate político contemporâneo e indicar uma possibilidade de pesquisa sobre o papel dessa rede na troca de informações entre os estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Como se compartilham as notícias postadas, se são oriundas de conhecidos portais de informação, ou de fóruns informais, e como estas são recebidas e agregadas no processo de formação desses jovens.

Palavras-chave: Ciência Política; Internet; Redes Sociais; Facebook; Estudantes de Ciências Sociais

A Web 2.0 tem como característica fundamental a participação dos internautas produzindo e reproduzindo conteúdos, permitindo assim a participação ativa de seus usuários que interagem, produzem e compartilham ideias em uma comunidade virtual delineada por indivíduos que possuem interesses em comum. Essas comunidades virtuais encorajam, portanto a interação entre os usuários que escolhem a forma como ela pode ocorrer, e permitem que cada um se apresente da maneira que melhor lhe convier. Esse processo revolucionou a comunicação entre os indivíduos, pois ela é menos hierarquizada, permitindo que se busquem assuntos de acordo com as necessidades pessoais de cada um. Essa interatividade permite que as conversas entre os usuários sejam influenciadas, o que significa que a tradicional conversa "de cima pra baixo" comum na comunicação entre partidos/governo e seus eleitores seja substituída por um formato sem hierarquias. (LILLEKER; JACKSON, 2009)

O ambiente digital permite o intercâmbio de ideias, a possibilidade de debate, ou o simples acesso à informação para aqueles que não se sentem confortáveis para expor suas opiniões, ocorrendo, portanto uma apropriação privada do conteúdo público. Por mais que

¹¹⁴ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

esse ambiente de trocas pareça desorganizado, ele é funcional e inclusivo no sentido do debate ser acessível sem demandar uma participação ativa de todos os membros. A discussão, por sua vez, não é garantia de atendimento de demandas, mas a mobilização online já se mostrou eficiente em vários momentos, sendo um exemplo disso os protestos de junho de 2013 em todo o Brasil. Tem-se então que o debate racional entre os cidadãos, se não ocorre na internet, também não acontecerá fora dela. (MARQUES, 2006).

Dessa maneira, a internet tem desempenhado um novo papel no debate político, isso pode ser observado na coletânea organizada por Marques e Aggio (2013), onde vários autores analisam a utilização das redes sociais durante a campanha à presidência em 2010. Nessas análises a interação com os candidatos revela um aspecto importante da democracia participativa, que é a avaliação dos eleitores sobre os candidatos, sejam elas positivas, ironias ou piadas, demonstram liberdade e força de expressão dos eleitores. O eleitor pode participar do processo político online de duas formas: lendo e ampliando seus conhecimentos sobre os fatos, ou produzindo e compartilhando conteúdos com os outros usuários, construindo o debate político.

Dessa forma, tendo a democracia representativa em mente, percebe-se que a popularização da internet e seu uso cada vez mais intenso na dinâmica da representação política, com destaque para as redes sociais, trouxe um novo paradigma ao processo democrático na medida que não apenas desconstruiu em vários aspectos a dinâmica das campanhas políticas mas, principalmente, incentivou uma maior atuação política direta por parte dos eleitores. (MARQUES; AGGIO, 2013)

Segundo Zhang et al (2010), as interações sociais contribuem para o desenvolvimento do aprendizado político, pois as discussões interpessoais ajudam no desenvolvimento de opiniões mais sofisticadas. Os diálogos políticos facilitam o desejo de participação em atividades políticas, já que é através da troca que as opiniões são cristalizadas, e o refinamento destas se dá no diálogo constante. Quanto mais uma rede for heterogênea, maior a tendência a se buscar informações em diferentes assuntos para a consolidação de opiniões e valores. As redes sociais facilitam as interações sociais, o que leva, em muitos casos, ao desenvolvimento dos interesses políticos, bem como permitem uma aproximação entre os indivíduos e as instituições políticas, podendo muitas vezes servir como instrumento de pressão.

As redes sociais têm ganhado espaço na internet, pois possibilitam a interligação de diversos indivíduos, garantindo assim um elevado fluxo de troca de informações e também de

interações sociais. Uma característica importante desse meio é a facilidade de comunicação, pois permite a participação da vida pública sem demandar muito esforço, já que uma mobilização online não demanda altos custos e é mais conveniente. Assim, teóricos ciberpositivistas defendem a ideia de que as redes sociais se transformariam “em um novo espaço público para a ação democrática”, sendo uma ferramenta essencial na comunicação política. (PENT EADO; AVANZI, 2013)

As redes sociais se tornaram indispensáveis na vida moderna, pois é através delas que os indivíduos interagem na maior parte do tempo. Apesar de boa parte dos usuários buscarem apenas uma opção de entretenimento, a constante interação faz com que as informações fluam muito rapidamente e de forma capilar, já que há a possibilidade de amigos de amigos visualizarem conteúdos compartilhados. Dessa forma, por menor que seja o interesse sobre assuntos políticos de um usuário, as informações chegam até ele de alguma maneira, podendo despertar sua curiosidade e, muitas vezes, a busca por mais informações sobre certos assuntos. Assim, os principais veículos midiáticos também adentraram essa rede, permitindo que as notícias chegassem diretamente ao usuário e de forma pessoal, a partir da aplicação de filtros de assuntos de maior interesse. Essa facilidade de acesso à informação, seja por links internos ou externos, amplia debates, se tornando, portanto, uma nova ferramenta para a construção de ideias.

O Facebook, em especial, possibilita de forma muito prática o diálogo e compartilhamento de ideias através da interação constante entre os usuários. Dessa maneira, quando uma informação considerada relevante chega até um indivíduo, ela pode ser retransmitida rapidamente. A existência de páginas de notícias, sejam elas representantes da grande mídia ou da mídia independente, faz com que os indivíduos tenham acesso a diferentes vieses sobre um mesmo assunto, possibilitando uma construção de opiniões mais refinada e crítica. O papel dessa rede nos últimos anos têm sido essencial no auxílio de mobilizações e difusão de informações (muitas vezes distintas àquelas mostradas pela grande mídia) sobre os acontecimentos políticos no Brasil e no mundo, permitindo que os usuários adquirissem interesse e também se unissem às causas consideradas importantes.

Os grandes acontecimentos têm coberturas distintas nos diversos tipos de mídias, sejam eles tradicionais, como o rádio, o jornal impresso e a televisão, ou sejam as novas mídias como os portais de informação na internet. Independente de qual meio for, hoje em dia, é possível acessar a todas essas coberturas online, e principalmente em tempo real, possibilitando uma imensa troca de informações entre os usuários. Isso se tornou evidente

nas recentes manifestações ocorridas em diversas cidades do Brasil e do mundo, durante o mês de junho de 2013. A população, além de ter buscado esclarecimentos sobre os ocorridos, foi capaz de acompanhar os protestos em tempo real, pôde trocar artigos e opiniões acerca dos temas neles abordados, construindo um debate sobre a realidade nacional desse bloco histórico. Segundo uma reportagem exibida no programa Fantástico da rede Globo de 23 de junho de 2013, 78% dos manifestantes diz que se organizou para ir à passeata pelas redes sociais, 75% usaram rede social para chamar amigos para as manifestações; 52% eram estudantes, 43% têm ensino superior completo e 43% têm menos de 24 anos. Esses números evidenciam a importância das redes sociais na comunicação hoje e em dia, principalmente entre jovens, se tornando essencial no mundo moderno.

Dado esse processo e a sua importância contemporânea, é importante compreender como se dá o processo de obtenção de informações entre os jovens, bem como qualificá-las em tipos. A partir disso, buscar quais são suas fontes preferenciais, como se dá o compartilhamento na internet por meio de suas páginas pessoais, como determinadas informações repercutem entre a rede de amigos, e também como se dá a sua disposição para debater temas tidos como relevantes.

A escolha do universo de pesquisa pelo curso de Ciências Sociais se justifica pela sua estrutura curricular que privilegia

uma sólida formação teórica nas Ciências Sociais, acompanhando o estado da arte nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ao lado de uma formação científica capaz de garantir ampla e consistente visão do conhecimento e instrumentalizar o graduando com capacitações adequadas, garantindo-lhe elementos metodológicos para investigar a realidade social. Com a base teórica e a instrumentação metodológica, ele cobriria no futuro a variada gama de atividades que o cientista social pode exercer. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004)

O curso foi fundado em 1991 e esse ano forma a sua vigésima turma. Pela própria estrutura do curso de estudar a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, os alunos têm muito contato com a dimensão política dos fatos, desenvolvendo um senso crítico indispensável para suas análises como profissionais, devendo portanto estarem sempre conectados com os acontecimentos do mundo e, principalmente, com os distintos relatos sobre eles, a fim de formarem uma opinião consistente.

Visto a importância da internet, em especial das redes sociais, na vida moderna, como ferramenta transformadora das interações sociais, bem como meio de propagação de

informações, pode-se considerar uma agenda promissora na Ciência Política a propagação de notícias via redes sociais, principal mente entre jovens que se utilizam desse meio na construção da sua formação identitária enquanto debatedores das questões políticas e sociais contemporâneas. Uma possibilidade de pesquisa seria analisar os hábitos online desses estudantes para se chegar a conclusões sobre o assunto.

Para esse estudo, há um levantamento de hipóteses a serem confirmadas ou não em uma posterior pesquisa empírica. Como uma primeira hipótese, tem-se que esses estudantes acessam uma ou mais fontes de notícias e compartilham aquelas tidas como mais relevantes. Em segundo lugar, tem-se que ao encontrar uma notícia com uma opinião divergente da sua, os alunos tentam argumentar seu ponto de vista. Como terceira e última hipótese, pressupõe-se que esses estudantes, ao se depararem com uma causa na qual se solidarizam, a divulgam e convidam seus amigos a participarem. Segundo o trabalho de Nina Santos (2013), a esfera de visibilidade pública tem a importância política de tornar o Estado visível para seus cidadãos, e também o processo inverso. “A esfera de visibilidade pública é também essencial para tornar as demandas e opiniões da esfera civil mais próximas da esfera política.” (SANTOS, 2013, p.4)

Em suma, podemos considerar alta a importância das redes sociais no debate político da contemporaneidade visto que a participação democrática se tornou mais frequente e menos hierarquizada. Retomando Zhang et al (2010), as interações sociais ajudam no aprendizado político já que o debate colabora no desenvolvimento de opiniões mais sofisticadas.

Referências Bibliográficas

AGGIO, R. C. S. MARQUES, F. P. J. A. *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2013.

LILLEKER, D. G. JACKSON, N. *Politicians and Web 2.0: the current bandwagon or changing the mindset?* Web 2.0: an International Conference, 2009.

MARQUES, F. P. J. A. *DEBATES POLÍTICOS NA INTERNET: a perspectiva da conversação civil*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Mai o, 2006, p. 164-187.

Pesquisa mostra que 46% nunca tinham participado de manifestações. 5' 33". Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/fantastico/t/edicoes/v/pesquisa-mostra-que-46-nunca-tinham-participado-de-manifestacoes/2651057/>> Acesso em 23 junho 2013.

PENTEADO, C. L. C. AVANZI, C. *Redes Sociais e Participação Política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no Facebook*. V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, Curitiba, 2013.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. UFSCar, São Carlos, 2004. Disponível em <http://www.prograd.ufscar.br/projetoped/projeto_ciencsociais.pdf> Acesso em 24 junho 2013.

SANTOS, N.F. *DINÂMICAS DE VISIBILIDADE E SITES DE REDES SOCIAIS: NOVAS POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS?* V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, Curitiba, 2013.

ZHANG, Weiwu et al. *The Revolution Will be Networked: The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behaviour*. *Social Science Computer Review*, 2010, v. 28, n. 1, p. 75 - 92.

O PAPEL DO ESTADO NA TEORIA DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE KENNETH WALTZ: SERIA O ESTADO O ÚNICO ATOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt, UNESP/Marília¹¹⁵
paulovbittencourt@gmail.com

Resumo: O propósito principal deste trabalho é a análise do papel do Estado enquanto unidade na teoria elaborada por Kenneth Waltz em “Theory of international politics”. Tal obra é de profunda relevância no estudo das relações internacionais, sendo um dos grandes expoentes do segundo grande debate teórico da disciplina, devido à metodologia aplicada. Em Waltz, que divide as teorias de política internacional entre “reducionistas” e “sistêmicas” há o isolamento do conceito de “estrutura”, há muito falando dentro dos estudos de política internacional, mas para o qual nunca foi dada a devida importância e conceituação. Dessa forma, examinaremos, através da obra supracitada, bem como de artigos e do livro igualmente importante “Man, the state, and war”, do mesmo autor, o papel do Estado na política internacional de acordo com cada uma das teorias descritas pelo autor: as “reducionistas”, baseadas no comportamento humano e na organização do Estado (primeira e segunda imagens de análise, respectivamente), e nas “sistêmicas”, baseadas no conceito do sistema internacional, sendo este formado pela “estrutura” e pela “interação das unidades políticas”. Assim, pretende-se, a título de conclusão, responder a uma pergunta muito frequente nos estudos de política e relações internacionais: seria o Estado o único ator das relações internacionais?

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais, Política Internacional, Neorrealismo, Estado, Teoria Política.

Introdução

Kenneth Waltz (1924-2013), cientista político norte-americano, é um dos grandes teóricos das Teorias de Relações Internacionais, principalmente no que tange o terceiro grande debate teórico da disciplina. A obra teórica de Waltz começa a ser produzida na década de 1950, culminando no interessante trabalho “Man, the state, and war”, publicado em 1954, a partir de sua tese de doutoramento pela Columbia University. Encaramos tal obra como ponto fundamental para que se compreendam alguns dos argumentos de seu livro mais conhecido e, talvez mais importante: “Theory of International Politics” (1979). Se, por um lado, Waltz esquematiza as principais vertentes científico-filosóficas que tratam das causas da guerra na obra de 1954, na de 1979, ele se mostra partidário de uma de tais vertentes,

¹¹⁵ Paulo Victor Zaneratto Bittencourt é graduando em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Organizações Internacionais (GEO) e do Grupo de Estudos sobre Paz, Cultura de paz e Tolerância (PACTO). Desde 2011 se dedica ao estudo das teorias das relações internacionais, em especial, o neorrealismo, sobre o qual realiza trabalho de pesquisa, com o tema: “Teoria dos jogos como método analítico da teoria neorrealista das relações internacionais: o caso de ‘theory of international politics1’, de Kenneth Waltz”.

buscando analisar a política internacional através de um mecanismo compensatório que ele chamará de *estrutura*¹¹⁶.

O objetivo deste trabalho consiste, contudo, em outro âmbito. Trataremos, como não pode deixar de ser, da obra de Waltz, tentando reconstituir seus argumentos, mas com foco em responder a uma pergunta específica: para o pensamento neorrealista das relações internacionais, a que Waltz pertence, seriam os Estados os únicos atores do sistema internacional? De outra maneira, é válida a crítica que comumente se faz de que o realismo (e o neorrealismo, como seu desdobramento) *apenas* leva em consideração os Estados e nenhum outro ator?

Para que respondamos a tal questionamento, encontra-se o presente trabalho dividido nas seguintes partes: num primeiro momento, analisaremos os fundamentos científicos do pensamento de Waltz, estabelecendo o que Waltz considera leis e teorias. Em seguida, passaremos à reconstituição, ainda que *grosso modo* dos argumentos de “Man, the state, and war”, buscando entender o que Waltz consideraria como causas da guerra, sendo esta um dos principais e mais constantes eventos da política internacional. Adiante, já partindo da análise de “Theory of international politics”, o foco é no entendimento da questão do sistema internacional e sua estrutura, para que, num próximo momento, possamos, finalmente, dar resposta mais pontual às questões estabelecidas, passando, enfim, às conclusões do trabalho apresentado aqui.

Leis e teorias no pensamento do Waltz

Antes de prosseguir com a investigação acerca do papel do Estado na teoria neorrealista de relações internacionais, ou, mais especificamente, no tocante ao pensamento de Kenneth Neal Watz, há que se fazerem algumas considerações prévias. Uma delas é a ideia de leis e teorias com que o autor trabalha, principalmente, no primeiro capítulo de “Theory of international politics”.

Em se tratando de leis, estas são estabelecidas como relação entre duas ou mais variáveis: acontecendo *a*, espera-se *b*, às vezes com probabilidade *p*. São relações que podem ser descobertas ao se observar determinado fenômeno: “A law is based not simply on a relation that has been found, bur on one that has been found *repeatedly*” (WALTZ, 1979, p.

¹¹⁶ Cabe ressaltar, contudo, que Waltz não foi o primeiro a utilizar tal nomenclatura em se tratando de política internacional. Contudo, o esforço de Waltz e sua efetiva grande contribuição, se encontram no isolamento e conceituação de tal ideia no âmbito dos estudos de política internacional.

01, grifos nossos). Assim sendo, ao se avaliar avaliarem leis, deve-se questionar se elas são verdadeiras, no sentido de ocorrerem repetidamente, ou com frequência indicada pela sua colocação. As leis, dessa forma, permanecem, pois parte-se do pressuposto empírico de que sejam verdadeiras.

Por sua vez, as teorias são mais complexas que as leis. “Theories come and go”, dirá Waltz (1979, p. 06). Ela é uma construção que se compõe de noções teóricas: tais noções pode ser um conceito ou uma suposição, mas não tem o compromisso de explicar ou predizer nada. O papel explanatório fica sob responsabilidade da teoria: ao se a avaliar, o questionamento que se deve fazer é acerca de seu poder explanatório, ou seja, quão grande ele é? Assim, as teorias englobam as leis, tentando descobrir como elas se estabelecem, como elas são obtidas. Daí a ideia de que elas vêm e vão, conforme visto acima. Talvez, uma passagem da obra de Waltz de 1979 que resuma, de forma mais sucinta a diferença entre leis e teorias seja:

Theories are qualitatively different from laws. Laws identify invariant and probable associations. Theories show why those associations obtain. Each descriptive term in a law is directly tied to observational or laboratory procedures, and laws are established only if they pass observational or experimental tests. In addition to descriptive terms, theories contain theoretical notions. Theories cannot be constructed through induction alone, for theoretical notions can only be invented, not discovered (WALTZ, 1979, p. 5).

Agora, resta-nos um questionamento a ser feito, questionamento este praticamente automático: temos uma definição de teoria bem fundamentada e diferenciada em relação às leis. Contudo, como a teoria se relaciona com a realidade? A partir deste questionamento, chega-se a um momento importante do pensamento de Waltz e da pergunta que rege este trabalho. Passemos, portanto, a tal relação.

A teoria ela é relacionada à realidade que ela deve explicar: ela não parte apenas de princípios abstratos, mas da própria realidade a ser analisada. Contudo, há que se observar que a realidade é demasiadamente complexa para que possa ser analisada por completo por uma só teoria. Assim, as teorias, segundo Waltz, são espécies de *simplificação da realidade*, que, embora expliquem certos aspectos de tal realidade, não o fazem de maneira completa, de onde surgem, inferimos, as convenções acadêmicas. Estuda-se, por exemplo, teoria econômica, política e social, todas partindo de uma dada realidade, mas elas não explicam, ainda que possam mesmo ter tal intenção, a realidade como um todo. Assim sendo, a teoria sempre resultará distinta da realidade que analisa. “Theory explains some part of reality and is

therefore distinct from the reality it explains”, dirá WALTZ (1979, p. 07). Assim, uma teoria, como já se pode concluir, não tem compromisso com a verdade, mas com a explicação de leis, que são percebidas na realidade¹¹⁷.

Sendo, portanto, a teoria uma visão (ou uma “fotografia”, como explicitamente diz Waltz) da realidade em determinado momento, mudando-se de teoria, mudam-se os significados dos termos empregados, sejam tais termos factuais ou teóricos. Dessa maneira, uma teoria estabelecerá hipóteses que apenas devem ser analisadas pelo viés daquela escolhida teoria, uma vez que o ecletismo teórico pode levar a sérias distorções do objeto a ser analisado.

Passemos, portanto, a como Waltz define as tradições teóricas das causas do principal e mais sério fenômeno do ambiente internacional: a guerra.

O Homem, o Estado e a guerra: um ponto importante para o entendimento da teoria waltziana

O livro “Man, the State, and war”, publicado em 1954, com base na tese de doutoramento “Man, the State, and the State system in theories of the causes of war”, de Kenneth Waltz, apresenta pontos importantes para a discussão tanto acerca do papel do Estado na teoria do cientista político, quanto para o entendimento pleno de determinados argumentos da obra “Theory of international politics”, de 1979.

A pergunta principal do livro de 1954 é “o que causa a guerra?”, pergunta esta para que Waltz elenca, ao longo das teorias científicas e filosóficas desenvolvidas desde Spinoza três grandes *imagens* para tais causas. Ora, as imagens, no pensamento de Waltz se relacionam a determinada maneira como alguém enxerga o mundo, a partir de que ponto ele o olha. Por isso, são três as imagens de análise das causas do conflito, facilmente identificáveis pelos títulos do livro e da tese: o homem, ou a natureza humana; o Estado, ou sua estrutura doméstica; e o sistema internacional e o arranjo dos Estados um frente ao outro, de que, mais tarde, derivará o conceito de estrutura¹¹⁸. Para cada uma das imagens, há autores que elaboraram teorias que podem ser agrupadas em cada área. Dessa forma, Spinoza seria um

¹¹⁷ Por mais polêmica que possa parecer tal afirmação, ela é explicada por Waltz. A teoria é o isolamento de um aspecto da realidade para que se possa lidar com ele intelectualmente. “Theories, though not divorced from the world of experiment and observation, are only indirectly connected with it. Thus the statement made by many that theories can never be proved true. If ‘truth is the question’, then we are in the realm of law, not of theory” (WALTZ, 1979, p. 8-9).

¹¹⁸ *Infra*.

autor ligado à primeira imagem; Kant e Marx¹¹⁹, à segunda; e Rousseau, à terceira. Cabe ressaltar que “within each image there are optimists and pessimists agreeing on definitions of causes and differing on what, if anything, can be done about them” (WALTZ, 2001, p. 19).

Sobre a primeira imagem, os teóricos que dela se valem dizem que, antes de mais nada, as causas da guerra se encontram na estupidez, no egoísmo e na agressividade humana: suas conclusões se baseiam sobre uma dada natureza humana. A respeito disso, pode-se ler em WALTZ (2001, p. 21):

Man, a self-conscious being, senses his limits. They are inherent. Equally inherent is his desire to overcome them. Man is a finite being with infinite aspirations, a pigmy who thinks himself a giant. Out of his self-interest, he develops economic and politic theories and attempts to pass them off as universal systems; he is born and reared in security and seeks to make himself absolutely secure; he is a man, but thinks himself a god. The seat of evil is the self, and the quality of evil can be defined in terms of pride.

Dessa maneira, com tal modo de se pensar o conflito, toda a culpa por sua ocorrência cai sobre uma determinada natureza humana. Ora, como bem notado por Waltz, fixar uma determinada natureza humana imutável desvia o foco das causas da guerra, por partir de uma suposição de que nada muda a natureza humana, quaisquer que sejam as instituições sociopolíticas em que os indivíduos se encontrem. Nesse sentido, o que levaria os Estados a ter relações amistosas entre si, seria o medo da guerra, ou da derrota e suas consequências; inimigos mútuos; amizade devido a laços culturais próximos; ou pacifismo promovido por instituições internas. Note-se que todos os motivos ligam-se à natureza humana agressiva ou covarde (isto é, dominada por *paixões*), que levaria o Estado à guerra.

A segunda imagem tem a ver com a forma do Estado e do governo a ser analisado. A estrutura do Estado está intimamente ligada a seu ímpeto mais ou menos agressivo, por explicações como a que segue:

War most often promotes the internal unity of each state involved. The state plagued by internal strife may then, instead of waiting for an accidental attack, *seek war that will bring internal peace* (WALTZ, 2001, p. 81, grifos nossos).

Contudo, determinadas estruturas também favorecem um ímpeto menos agressivo pelo

¹¹⁹ De maneira geral, os liberais e os marxistas estão incluídos nesta imagem. Sobre os liberais, cita WALTZ (2001, p. 103): “To make the liberal ideal of international relations real, States must change”. Já acerca do marxismo, dirá o mesmo autor: “Marx and the Marxists represent the fullest development of the second image” (WALTZ, 2001, p. 125).

Estado, como proposto, segundo Waltz, por Kant¹²⁰. Para o iluminista em sua “Paz perpétua”, a constituição interna dos Estados deve ser republicana, por se tratar esta de um exercício de autonomia política, em que os próprios cidadãos decidem se se submeterão a determinadas leis ou não, e são os mesmos que decidiriam, portanto, sobre a ocorrência ou não de guerras, uma vez que são eles os que seriam mais diretamente afetados pela mesma¹²¹.

Por fim, Waltz propõe a terceira imagem de análise: o sistema internacional¹²². Para ele, a terceira imagem submete as duas primeiras, por propor a existência da anarquia internacional e, portanto, não existência de nenhum poder sobre os Estados. Dessa maneira, as guerras aconteceriam porque não há nada que as impeça de acontecer: assim, o sistema internacional seria, antes de uma causa geral das guerras, uma *causa permissiva* das mesmas, e a natureza humana e a estrutura dos Estados seriam imagens complementares, ou *causas efetivas* de tais conflitos. Se, por um lado, a causa imediata possa ser o ímpeto agressivo de um Estado ou governo, a existência da anarquia internacional torna a guerra possível, pelo simples motivo de ser incapaz de evitá-la.

Da maneira como se enxergar a realidade, isto é, a partir de como se enxerga a mesma, pode-se classificar uma teoria como *reducionista* ou *sistêmica*, de acordo com a obra de 1979, e assim o são não devido ao material com que lidam, mas sobre como organizam-nos, isto é, todas lidam com diversos níveis de eventos, desde o subnacional até o supranacional. O que as diferenciara é como enxergam e organizam tais eventos. Teorias reducionistas baseiam-se na primeira e segunda imagem, exatamente por *reduzir* a ação internacional à ação do Estado ou dos governantes, como se estivessem isolados no mundo. Já as teorias sistêmicas levam em consideração a existência de um *sistema internacional*, composto, dentre outras coisas, de outros Estados que terão determinados interesses no dito sistema. Trataremos deste último tipo de teoria na próxima seção.

¹²⁰ Há diversas contra-argumentações a esta proposição de Waltz. A mais convincente para os que já estudaram pelo menos alguma obra de Kant, reside no fato de o autor trabalhar com diversos artigos preliminares, na obra supracitada, e com artigos definitivos que não envolvem somente o direito interno dos Estados. Da mesma maneira, há que se conhecer seu sistema jurídico, em grande parte demonstrado na “Metafísica dos costumes”, obra esta que muitas vezes passa despercebida pelos estudiosos da ciência política e das relações internacionais, que permanecem apenas na leitura da “Paz Perpétua”.

¹²¹ O seguinte trecho demonstra a leitura que Waltz tem de Kant: “Kant had been, in a sense, even more optimistic. Even wars, He thought, by exhausting a nation that engages in them, and threats of war, by forcing a state to Grant its subjects the liberty necessary to make it more powerful, would hasten the advent of republicanism and peace” (WALTZ, 2001, p. 105).

¹²² Passaremos rapidamente pela explicação desta imagem, pois cremos que ela contenha elementos que serão melhor explicitados ao longo deste texto.

Teoria da Política Internacional: o sistema internacional e a Estrutura

O sistema internacional é, no pensamento de Waltz, o cerne de qualquer teoria que se pretenda sistêmica: ele é, de certa maneira, parte importante dos resultados políticos advindos das ações estatais no meio internacional. Contudo, quais são os componentes do sistema internacional? Poderíamos responder a tal pergunta de diversas maneiras, entretanto, parece-nos propício indicar uma passagem da obra “Theory of international politics” que parece sintetizar tal resposta:

a system is then defined as a set of interacting units. At one level, a system consists of a structure, and the structure is the system-level component that makes it possible to think of units as forming a set as distinct from mere collection. At another level, the system consists of interacting units (WALTZ, 1979, p. 40).

Do trecho acima, extraem-se, portanto, aquilo que, para Waltz, são os componentes do sistema internacional: por um lado, a estrutura, do outro as unidades interativas, que chamaremos de Estado (sendo a razão de tal nomeação explicada na próxima seção).

Ora, a grande contribuição de Waltz para os estudos da política internacional foi, justamente, o isolamento do conceito de estrutura e seu estudo detalhado. Sabemos que antes de 1979, o termo era utilizado, contudo era extremamente vago e carecia de teor científico. As tentativas de estabelecimento do conceito de estrutura, até então, segundo Waltz, não estavam livres do comportamento das unidades, ou de sua interação. Foi esse desafio que o cientista político se propôs. Assim, a estrutura é, nada mais, que o arranjo de suas partes, sua justaposição em uma ou outra posição, o que pode ou não modificar determinadas ações (isto é, em termos mais próximos da obra, *incomes* diferentes podem ter *outcomes* iguais, ou vice-versa, dependendo da estrutura a que estão submetidas as unidades): “structure is not a collection of political institutions but rather the arrangement of them” (p. 81). Esse arranjo é uma propriedade do sistema, e surge involuntariamente, composto de três partes. Contudo, há esferas que não dizem respeito à estrutura:

concern for tradition and culture, analysis of the character and personality of political actors, consideration of the conflictive and accommodative processes of politics, description of the making and execution of policy – all such matters are left aside (WALTZ, 1979, p. 82).

Dito, portanto, que a estrutura tem três componentes, há que se nomeá-los. São eles: os princípios ordenadores da estrutura, o caráter da unidade, e a distribuição de capacidades entre as mesmas.

Os princípios ordenadores da estrutura do sistema internacional se encontra na anarquia: como já discutiu-se acima, não há nada que submeta dos Estados na arena internacional. Dessa forma, o sistema internacional é um do tipo de “self-help”, ou seja,

whether units live, prosper, or die *depends on their own efforts*. (...) The survival motive is taken as the *ground action* in a world where security of states is not assured, rather than as a realistic description of the impulse that lies behind every act of state (WALTZ, 1979, p. 91-92, grifos nossos)¹²³.

O segundo componente de que Waltz se vale é o carácter das unidades políticas. Embora tal componente não *defina* a estrutura, ele ajuda a organizá-la. O que parece, na teoria de Waltz, ter grande força é o primeiro componente, o que não significa que os outros dois sejam menos importantes. Os Estados são tratados, aqui, como *unidades* políticas, isto é, parte-se do pressuposto de que todos são iguais, o que, para Waltz, é outra maneira de se dizer que eles são soberanos, isto é, podem escolher sobre como lidar com seus assuntos internos e externos (o que é muito diferente de dizer que os Estados podem fazer o que quiserem)¹²⁴.

Por fim, a distribuição de capacidades, último componente que define a estrutura internacional, diz respeito à comparação de poder distribuído entre as unidades. Desde que a distribuição permaneça a mesma, a estrutura será a mesma, e, sendo a estrutura a mesma, as mesmas ações terão os mesmos resultados, já que a estrutura é um mecanismo compensatório. Sobre tal componente, dirá Waltz:

States are differently placed by their power (...). Power is estimated by comparing the capabilities of a number of units. Although capabilities are attributes of units, the distribution of capabilities across units are not. The distribution of capabilities is not a unit attribute, but rather a system-wide concept (WALTZ, 1979, p. 97-98)

Pelos componentes tanto do sistema internacional quanto da própria estrutura, percebe-se uma grande participação da ideia de Estado dentro do pensamento de Kenneth Waltz. Poderíamos, assim, deduzir que eles são considerados pelo autor como únicos atores

¹²³ Neste ponto, estabelece-se uma importante diferença entre o realismo clássico, de Hans Morgenthau, e o neorealismo de Waltz, explicitado pelo último: enquanto para Morgenthau, a política deveria ser feita em termos de poder, Waltz propõe o termo de segurança: “Excessive strength may prompt other states to increase their arms and pool their efforts against the dominant state. Because power is a possibly useful means, sensible statesmen try to have an appropriate amount of it. In crucial situations, however, the ultimate concern of states is not for power but for security. This revision is an important one” (WALTZ, 1988, p. 616).

¹²⁴ Segundo o próprio autor, “to say that a state is sovereign means that it decides for itself how it will cope with its internal and external problems, including whether or not to seek assistance from others and in doing so to limit its freedom by making commitments to them. States develop their own strategies, chart their own courses, make their own decisions about how to meet whatever needs they experience and whatever desires they develop” (WALTZ, 1979, p. 96).

do sistema internacional? É essa a pergunta a que nos propusemos responder, e, feitas as considerações levantadas até aqui, sobre que nos debruçaremos na próxima seção.

A teoria da política internacional: afinal, qual o papel do Estado?

Chegamos, por fim, à inquietação que nos levou à elaboração deste trabalho. Afinal de contas, com a grande participação da noção de Estado no pensamento de Waltz, poder-se-ia assumir que o mesmo é o principal ator das relações internacionais? As reflexões feitas até o momento foram de suma importância para a resposta de tal pergunta.

Tendo em vista a ideia de Waltz de teoria, partamos de um enunciado simples inferido por tal ideia: a teoria é uma simplificação da realidade. Assim sendo, em se tratando das relações internacionais, Waltz parte para a análise de uma única esfera: a política. Em se tratando de relações internacionais, poder-se-iam partir de vários âmbitos da realidade: a economia, o direito, ou, como fez Waltz, a política¹²⁵.

Tendo em vista, portanto, tal esfera, há que se isolarem, portanto, quais serão as unidades que fazem parte daquela realidade. Se uma teoria define uma realidade, mas não a única realidade possível, dentro da esfera política, as unidades de que se partem as análises são os Estados, e, por isso, ele os chama de “unidades”¹²⁶. Dessa maneira, esclarece-se que Waltz trata, em sentido amplo, das relações internacionais, mas, em sentido estrito, ele estabelece uma teoria da *política* internacional, e não das relações internacionais, e esta diferença é extremamente importante. Uma teoria de política internacional dirá respeito sobre as interações políticas de suas unidades, ou seja, Estados, assim como uma teoria microeconômica dirá respeito às firmas e aos indivíduos (isto é, suas unidades).

Para nos valermos de um argumento do próprio autor, com a finalidade de que sejam transparentes seus argumentos, retira-se de “theory of international politics” o seguinte argumento:

States are not and have never been the only international actors. But then structures are defined not by all actors that flourish within them but by the major ones. In defining a system's structure one chooses one or some of the infinitely many objects comprising the system and defines its structure in terms of them. For international-political systems, as for any system, one must first decide which units to take as being the parts of the system (WALTZ, 1979, p. 93).

¹²⁵ Contudo, estes não são os únicos âmbitos das relações internacionais, são apenas exemplos utilizados para ilustrar o argumento.

¹²⁶ “Units”, no original. Cf. WALTZ, 1979.

Dessa forma, dentro do pensamento waltziano, decide-se com qual esfera da realidade se trabalhará e, dessa maneira, as unidades que farão parte da teoria a ser estabelecida.

Considerações finais

Buscamos, ao longo deste texto, demonstrar como que para Waltz se sustenta a utilização do Estado como ator da política internacional. Assim sendo, há, no pensamento do autor, ainda que não explicitamente, uma diferença entre a política internacional e as relações internacionais, sendo aquela muito mais específica que estas, embora as relações internacionais englobem, entre outros assuntos, a política internacional.

Dessa forma, esperamos haver feito jus ao pensamento de Waltz, importante teórico e contribuinte das relações internacionais, bem como a seus argumentos, cujos caminhos buscamos redesenhar a fim da demonstração pretendida.

Referências Bibliográficas

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. **Neorealism: Confusions and Criticisms**. *Journal of Politics & Society*, 15, 2004, pp. 2–6.

_____. **Theory of international politics**. New York: McGraham Hill, 1979.

A INFLUÊNCIA DE LULA NA CAMPANHA ELEITORAL DE DILMA NAS ELEIÇÕES DE 2010

Raquel Moretti Luchesi
raqluchesi@gmail.com;
Fernando A. F. de Azevedo
fa@uol.com.br
Financiamento: FAPESP

Resumo: Em períodos eleitorais a televisão exerce papel fundamental no processo da competição eleitoral, já que é responsável por aproximar a figura dos candidatos aos eleitores. Para tanto, o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) ocupa um papel central nesse cenário, pois direciona a propaganda eleitoral à grande maioria dos eleitores brasileiros através da mídia televisiva. Em 2010, Dilma Rousseff passava por seu primeiro pleito eleitoral e para alcançar o eleitor, que tinha poucas informações sobre ela, fez uso dessa ferramenta eficaz e de alto impacto. O presente trabalho busca discutir a intensidade e a influência que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) teve na corrida eleitoral da então candidata Dilma Rousseff, nas eleições gerais de 2010. A análise foi feita por meio do HGPE que compreendeu o primeiro turno das eleições, e do uso da ampla literatura de propaganda política eleitoral. O então presidente Lula foi um ator essencial nesses programas, ele ocupou o papel de patrono eleitoral da candidata. O HGPE de Dilma também trouxe um forte elemento de convencimento buscando associá-la a Lula e ao sucesso do seu governo. Ela era a candidata da situação que deixava um governo extremamente bem avaliado, portanto sua estratégia era “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”, e para realizar esse processo de persuasão a campanha da candidata abordou *issues* que tinham mais tendência de convencer o eleitor de que seu governo garantiria estabilidade em relação ao governo que estava no poder. Os resultados mostraram que Lula esteve presente por meio de vídeo e voz (quando apresentados juntos) em 70% dos programas e ocupou um total de 5,49% do tempo total de programa. A análise feita permitiu a elaboração de gráficos para melhor visualização dos resultados os quais possibilitaram compreender que Lula foi muito atuante, e por isso essencial para a formação da agenda de campanha de Dilma nas eleições de 2010.

Palavras-chave: Ciência Política; Comunicação Política; HGPE; Campanha Eleitoral; Eleições.

Introdução

A televisão é o principal veículo de mídia do Brasil, pois ela está presente em 97,2% (PNAD, 2013) dos domicílios brasileiros e concentra alto volume dos investimentos publicitários (AZEVEDO, 2006). Em períodos eleitorais ela exerce papel fundamental no processo da competição eleitoral, pois é responsável por aproximar a figura dos candidatos aos eleitores. Para tanto, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) ocupa um papel central nesse cenário, já que direciona a propaganda eleitoral à grande maioria dos eleitores

brasileiros através da televisão, e os desperta para a “hora da política” (VEIGA, 2002).

Em 2010, Dilma Rousseff, candidata à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), passava por seu primeiro pleito eleitoral; e para alcançar o eleitorado, que tinha poucas informações sobre ela, usou a televisão como principal fonte de informação. Na campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) esteve presente em grande parte dos programas apresentados pela candidata. Essa análise objetivou contabilizar o tempo que Lula esteve presente no HGPE de Dilma por meio de vídeo e áudio, e partir dessas informações discutir o seu impacto eleitoral.

O período abordado do HGPE compreendeu o primeiro turno das eleições de 2010, no qual foram apresentados 40 programas de 10 minutos e 40 segundos cada, sendo que muitos deles foram repetidos por completo, ou parcialmente, em horários ou dias diferentes.

As mensagens de campanha no HGPE

A candidata Dilma chamava a atenção por algumas singularidades. Ela nunca havia disputado um pleito, ao contrário do seu mais forte concorrente, José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que já havia passado por diversas candidaturas. Porém ela se apresentava por um partido forte e competitivo eleitoralmente, e foi a primeira mulher eleita a presidente do Brasil. Assim “... coube à sua equipe começar a construção de uma imagem ‘do zero’ e, posteriormente, associar sua imagem a um governo estável, no qual pertenceu exercendo cargos técnico-administrativos.” (ALVES, 2012, p3).

A campanha da candidata abordou *issues* que tinham mais tendência de convencer o eleitor de que seu governo garantiria estabilidade em relação às forças políticas que estavam no poder, pois segundo pesquisa do IBOPE de setembro 2010, 77% da população avaliava o governo do momento como ótimo ou bom. “Em resumo, a estratégia comunicativa vendia um mundo presente bom cuja permanência no futuro dependia da continuidade do governo”(AZEVEDO, 2011, p.17). Portanto, o alvo de sua campanha era descrever o mundo atual como positivo, e transmitir aos eleitores que se o mundo atual está bom, a tendência é que fique ainda melhor (FIGUEIREDO, 1998); para assim persuadi-lo a votar em Dilma.

Desta forma, a equipe de campanha buscou dar ênfase às qualidades pessoais da candidata, associar valores positivos, e apresentar realizações passadas; o que é caracterizado como uma estratégia de mensagens de campanha segundo o instrumento de pesquisa de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1999). Porém, os três tipos de mensagens utilizadas traziam

referências ao governo Lula, ou ao próprio presidente.

Ao enfatizar as qualidades de Dilma, Lula aparecia em vídeo apresentando-a para o público como uma pessoa de confiança, e que é capaz de cumprir atividades que lhe são designadas, mais especificamente, como uma pessoa de sua confiança pessoal. Isso aconteceu principalmente nos primeiros programas do HGPE, pois a candidata, ainda era desconhecida e precisava de uma apresentação inicial para o conhecimento dos eleitores.

-Programa 17/08/2010, noite:

(7'59'' – 8'26'') **Lula:** *“-Tem pessoas a quem a gente confia um trabalho e elas fazem tudo certo. Estes são os bons. E há pessoas a quem a gente dá uma missão e elas superam. Estes são os especiais. Dilma é assim. Ela foi a grande responsável pelas maiores conquistas desse governo. Por isso, lancei sua candidatura. Por isso, estou com ela e peço: vote na Dilma. Ela é a pessoa mais preparada para ser presidente do Brasil.”*

Além de qualidades pessoais há diversos momentos em que Lula, junto com o narrador do programa, conta a história profissional de Dilma, para com isso tentar mostrar ao eleitor que, apesar de nunca ter passado por nenhum pleito eleitoral, a candidata é competente e tem bagagem profissional suficiente para poder assumir o cargo que está em disputa.

-Programa 17/08/2013, noite:

(6'41'' – 7'11'') **Narrador:** *“-Dilma a primeira mulher a ser ministra de Minas e Energia presidente do Conselho de Administração da Petrobrás e ministra-chefe da Casa Civil. Lula deu rumo ao Brasil. Dilma coordenou todo o ministério e programas como o PAC o Minha Casa, Minha Vida e o Luz para Todos. Lula está encerrando o mandato como o melhor presidente da nossa história. Inovou, rompeu barreiras, mudou o país. Não por acaso, quer passar a faixa à primeira mulher presidente do Brasil”*

(7'23'' – 7'40'') **Lula:** *“-Além de uma excelente equipe tive também uma chefe de equipe maravilhosa: a Dilma. Ela foi a parceira de todos os momentos. Aqui mesmo nesta sala ficamos muitíssimas vezes até bem tarde da noite buscando soluções para o Brasil”*

Se tratando da associação da candidata à valores positivos foi elaborada uma perspectiva voltada principalmente à referências ao gênero da candidata, tendo o valor da mulher como eixo central em alguns programas. Também relevante foi a ligação de Dilma à valores familiares que apareceram logo no primeiro programa; além de destaques à sua formação acadêmica. A conexão com a imagem de Lula também foi bastante explorada pelo seu apelo emocional.

-Programa 07/09 noite e 09/09 tarde:

(1'2" – 1'11") Narrador: *“-As mulheres ajudaram a mudar o Brasil. Com Dilma o Brasil vai seguir mudando. E sendo, cada vez mais a nossa amada Pátria Mãe.”*

- Programa 30/09 tarde e noite:

(8'6" – 8'34") Lula: *“-Você que acredita em mim e acha bom o meu governo, não tenha dúvida, vote na Dilma. Igual a mim, a Dilma gosta dos pobres, respeita a vida, a paz, a liberdade e as religiões. Votar na Dilma é votar em mim com a certeza de um governo ainda melhor. Hoje o Brasil está em outro patamar. O governo trabalha com velocidade e com Dilma nada vai parar. Ela é a certeza do Brasil seguir mudando”.*

O último trecho fez parte dos dois últimos programas transmitidos antes da eleição que viria a acontecer após dois dias (03 de outubro de 2010). Esse programa foi um dos que Lula esteve mais presente, 93 segundos, pois ele precisava transmitir confiança para o eleitor que estava às vésperas da eleição, de que ele continuaria acompanhando a trajetória política de Dilma.

A última mensagem de campanha, apresentar realizações passadas, precisou ser muito bem trabalhada pelos marqueteiros da campanha, pois Dilma havia ocupado cargos públicos com pouca visibilidade dos eleitores, e nunca tinha sido testada numa eleição. Assim, a estratégia de comunicação foi traçar toda a trajetória política de Dilma pelos cargos mais relevantes que ela ocupou para mostrar ao espectador quais foram suas realizações e o que elas causaram na vida dos brasileiros. Mais uma vez Lula foi essencial para transmitir essa estratégia aos eleitores:

- Programa 21/08 tarde e noite:

(8'22"– 8'41") Lula: *“-De uma coisa, vocês podem ficar certo: quando a Dilma estabelece uma meta ela alcança. Eu tive a prova disso inúmeras vezes nos últimos anos quando ela coordenou o ministério e os maiores programas do governo como o Luz para Todos e PAC e o Minha Casa Minha Vida”.*

As realizações citadas por Lula no HGPE foram trabalhos que tiveram impacto direto na sociedade, ou seja, possibilitaram que o eleitor associasse os programas que lhes beneficiaram diretamente com a figura de Dilma.

Os clipes musicais no HGPE

Outra fonte de entretenimento importante nos programas eleitorais são os clipes

políticos, eles articulam imagens em torno de fundos musicais formando os *jingles* (ALBUQUERQUE, 1999), e com isso buscam chamar mais a atenção do espectador, para que futuramente eles se lembrem das melodias e das letras e associem com imagens positivas do candidato. Eles são exibidos diversas vezes nos programas para que a fixação na memória do candidato seja maior.

No HGPE de Dilma, foram circuladas diversas músicas criadas pela equipe de campanha, além do hino nacional. Nessas, foram abordados temas como a força da mulher, qualidades do povo brasileiro. Porém a maioria delas trabalhou a continuidade de governos, a herança deixada por Lula e a necessidade de continuidade de governos.

Música 01 – “Deixo em Tuas Mãos o Meu Povo”

*“Deixo em tuas mãos o meu povo
E tudo o que mais amei
Mas só deixo porque sei
Que vais continuar o que fiz
E meu país será melhor
E o meu povo mais feliz
Do jeito que sonhei e sempre quis”.*

Música 03 – “MEU BRASIL QUERIDO”

*“Meu Brasil novo O
Brasil do povo Que o
Lula começou
Vai seguir com a Dilma
Com a nossa força
E o nosso amor.”*

Os *jingles* também são utilizados para facilitar o eleitor de lembrar-se do número do candidato que deve ser digitado na urna eletrônica no dia da eleição, porém é importante notar que no programa eleitoral de Dilma o número 13 (número da candidata e do PT) foi pouco vinculado. Não houve nenhum *jingle* que objetivava fazer com que o eleitor lembrasse-se do número da candidata. “Confirmando a tese de que o HGPE é o espaço de apresentação dos candidatos, pois o garantidor do futuro é ele e não é o partido, houve menos menção aos partidos do que o esperado” (PARACHEN, 2012).

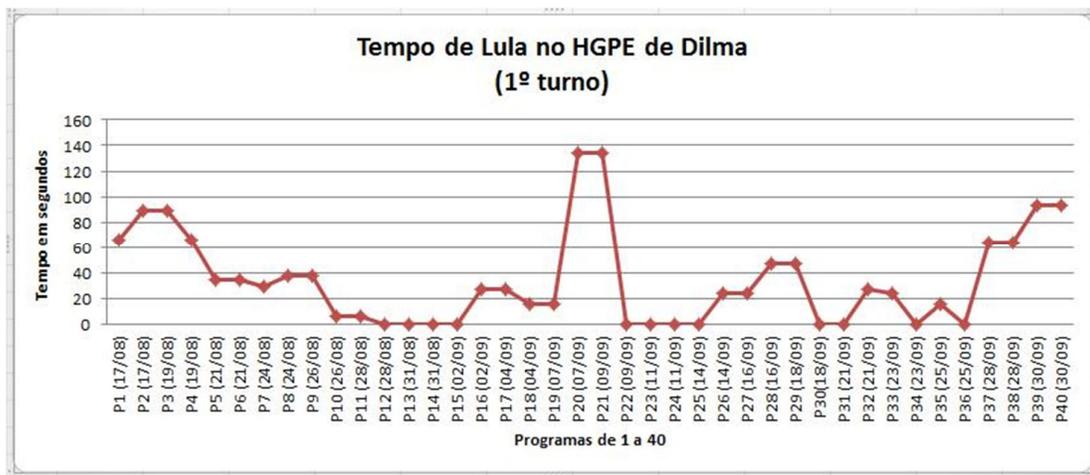
Do tempo de Lula no HGPE

Partindo para uma análise quantitativa, foi calculado o tempo que Lula esteve presente no HGPE de Dilma em forma de vídeo e voz (quando apresentados juntos). A contagem foi feita em sua totalidade, ou seja, os momentos que não eram mais inéditos (há diversos programas repetidos) também foram contabilizados. Esse resultado é relevante para auxiliar na avaliação da influência de Lula na campanha eleitoral de Dilma, pois aborda o quanto Lula expôs sua imagem de líder carismático para auxiliar Dilma na sua eleição.

	Tempo Total	Tempo de Lula no ar
Minutos	416	22,86
Segundos	24960	1372
%	100	5,49

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

Gráfico 1



Fonte: Tabela elaborada pelo autor

¹ Apesar de ser muito abundante e com grande impacto visual, ficou excluído o tempo em que o presidente apareceu apenas por meio de imagens.

É interessante notar que, de acordo com Gráfico 1, houve uma queda da média de tempo em que Lula esteve no ar, essa teve início no programa de número 10 (28/08) e fim no programa 25 (14/09). Porém houve uma quebra marcada pelos programas 20 e 21, os quais eram comemorativos à 07 de setembro (independência do Brasil) e Lula acabou aparecendo até mais do que a própria candidata. Depois do dia da independência a queda na média de tempo se sucedeu por mais quatro programas. O motivo mais plausível para essa interrupção no destaque de Lula são as críticas que foram voltadas à candidata de que ela fazia o papel de “marionete” do então presidente (TAVARES, 2002, p. 321), e era incapaz de promover sua

campanha sozinha.

Conclusões

Diante dos dados expostos ficou claro que Lula esteve muito presente no HGPE da candidata Dilma, participando de quase todos os programas exibidos; isso foi essencial para a formação da agenda de campanha de Dilma que, entre outros assuntos, buscou abordar “os números positivos da economia, que em 2010 apresenta forte crescimento; os programas sociais e a redução da desigualdade e a forte mobilidade social que ascendeu quase trinta milhões de pessoas para a classe média” (AZEVEDO, 2011, p. 17) levando o eleitor a votar retrospectivamente pela economia bem sucedida do governo Lula, segundo modelo economicista da teoria racional do voto. Portanto, o papel e a presença de Lula como patrono¹ eleitoral de Dilma foi absolutamente estratégico e significativa para a vitória nas urnas em 2010.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. **Aqui você vê a verdade na TV: a propaganda política na TV.** Niterói. UFF. 1999.

ALVES, M. Análise da construção da imagem de Dilma Roussef na campanha eleitoral de 2010. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política ABCP, VII, 2012, Gramado. **Anais do Encontro da Associação Brasileiro de Ciência Política ABCP.** Gramado, 2012.

AZEVEDO, F.A. Eleições Presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. **Revista USP.**, v.90, p.84-101, 2011.

AZEVEDO, F.A. Mídia e Democracia no Brasil: relações e entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, vol.12, n.1, p.88-113, Abril/Maio, 2006.

FIGUEIREDO, M; ALDÉ, A; DIAS, H.; JORGE, V.L. **Estratégia de Persuasão em Eleições Majoritárias: uma Proposta Metodológica para o Estudo da Propaganda Eleitoral.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios síntese de indicadores 2012**, Rio de Janeiro 2013.

IBOPE. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. **Avaliação do Governo e Pesquisa Eleitoral**, Confederação Nacional da Indústria, Setembro, 2010.

PARACHEN, E. **O uso do HGPE na construção da imagem pública de Dilma Roussef e José Serra nas eleições de 2010.** In: Seminário Nacional de Sociologia e Política, IV. 2012.

Curitiba. Anais. Curitiba, 2012.

TAVARES, C. **O presidente presente no horário eleitoral: A aparição de Lula como patrono eleitoral de Dilma Roussef nas eleições presidenciais de 2010.** In: POLITICOM. XI. 2012. Curitiba. Anais. Curitiba, 2012.

VEIGA, L.F. O eleitor diante do Horário Eleitoral. **Rev. Meio & Mensagem.** São Paulo, 08 abr. 2002. Disponível em: < <http://doxa.iesp.uerj.br/artigos/memluciana.pdf> >. Acesso em: Dez. 2012.

DOMINAÇÃO, PROVISÃO E PLURALIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Rodrigo Albano Nascimento dos Santos – UFMG
rodrigoalbano.santos@gmail.com
GT: Estado, poder e Ilegalidade

Resumo: O advento do Estado Democrático de Direito promoveu a reestruturação do ente estatal tendo em vista a consecução dos direitos sociais, já integrantes do grupo de direitos fundamentais ditos de primeira geração. Entretanto, apesar da previsão prestacional e participativa do ordenamento jurídico brasileiro, o indivíduo encontra-se em posição de exclusão e desamparo na atual conjuntura política. A baixa efetividade das garantias individuais liberais atrelada ao exagerado distanciamento que há entre Direito e realidade é um dos sintomas deste lapso social. O objetivo deste trabalho é compreender o antagonismo do poder estatal no que concerne à efetivação de garantias materiais em oposição ao crescente afastamento do cidadão da vida política tendo como material de estudo a obra de Giorgio Agamben “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua” e de Ingo Wolfgang Sarlet “Direitos Fundamentais Sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado”. A pesquisa de caráter bibliográfico procurou estabelecer relações de semelhança e oposição entre os distintos pontos de vista sobre a conformação do Estado, de modo a compreender as razões pelas quais houve um decaimento da participação política e do interesse do indivíduo na coisa pública. A pesquisa indicou que há, na mesma estrutura, ações de provimento e dominação sobre a população, provável reflexo da formação estatal a partir da pluralidade de interesses concorrentes. Este achado pode ser crucial na formulação de políticas públicas mais equilibradas tendo em vista a consideração de, num mesmo contexto, o desequilíbrio das funções do Estado.

Palavras-chave: Estado, democracia, cidadania, direitos fundamentais, vida nua, exclusão.

Introdução

A formação do Estado Democrático de Direito remonta à superação dos ideais do Estado Liberal. Embora ambos os modelos sejam formatados politicamente no âmbito jurídico, há uma disparidade no que concerne aos direitos fundamentais assegurados. Enquanto no Estado Liberal eram garantidas prerrogativas típicas dos proprietários, visto que a noção de direitos humanos foi estabelecida em relação à propriedade, o modelo democrático integra os direitos sociais e a participação nos valores fundamentais do Estado.

Apesar de serem mencionadas as garantias sociais e políticas, a conjuntura da pessoa humana, contudo, não é das mais favoráveis. A presença, no interior dos Estados Democráticos, de espaços de precarização social caracterizados por uma vulnerabilidade

exacerbada, em parte reflexo da desproteção das instituições do estado, ilustra o caráter simbólico da Constituição (KOVÁCS, 1994; 2002).

Este trabalho procura compreender as contradições do poder estatal no que concerne à efetivação de garantias materiais em oposição ao crescente afastamento do cidadão da vida política. Duas são as fontes bibliográficas que subsidiam o entendimento do autor sobre o que há de mais avançado na pesquisa em questão.

A obra de Ingo Wolfgang Sarlet “Direitos Fundamentais Sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado” diz respeito: 1) ao momento de discussão do aspecto plural e multifacetado da sociedade e 2) à questão da eficiência das normas de direito social. Em outra vertente, a obra de Giorgio Agamben “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua”, por meio de uma visão holística da realidade política aponta a relação intrínseca que há entre: 1) a crescente normatização da vida nua e; 2) o desinteresse da população excluída.

Direitos sociais: direitos humanos fundamentais

A classificação de certa parcela do ordenamento como sendo de Primeira, Segunda ou Terceira geração faz parte de uma visão clássica do Direito que entende que há evolução em blocos do conteúdo das normas. Os direitos de 1ª geração seriam aqueles desenvolvidos durante a consolidação do Estado Moderno os quais procuraram descrever a igualdade formal do indivíduo a partir do exercício de sua liberdade política. Neste contexto eram garantidas as prerrogativas típicas dos proprietários, visto que a noção de direitos foi estabelecida, inicialmente, em relação à propriedade.

Os de 2ª geração seriam temporalmente coincidentes com as conquistas dos movimentos sindicais no pós Revolução Industrial. Presentes inicialmente no texto constitucional da República Alemã (Constituição de Weimar – 1919) e do México (1917), os direitos econômicos e sociais tinham, por excelência, incumbir materialmente o Estado da prestação de certos serviços ditos essenciais. Fica evidente que esta organização ordinal acaba por atribuir valor negativo aos direitos sociais e, portanto, reflete o preconceito sobre uma menor relevância destes últimos em relação aos de ordem primeira.

Optamos pelo entendimento de que os Direitos Sociais são uma extensão dos princípios presentes no texto constitucional moderno. Eles passaram a integrar os fins primeiros do ordenamento - equiparados aos direitos civis e políticos - a partir do remolde do Estado Liberal.

Elencados no artigo 6º da CR de 1988, o rol de direitos sociais constitui, na

contemporaneidade, os mais altos valores a serem perseguidos pela democracia. A Carta Magna estabelece, nesse sentido, que a finalidade do Estado é a de garantir o desenvolvimento social na medida em que erradica a pobreza e promove o bem de todos os cidadãos. O legislador intentou, pois, legitimar o caráter fundamental da materialização de direitos. Ele compreendeu que as disparidades econômicas influenciam negativamente o alcance das liberdades formais por parte do indivíduo e, portanto, se fazia necessária intervenção estatal na matéria social.

A Constituição é concebida como o instrumento pelo qual os poderes devem imperativamente fazer valer os princípios (SARLET, 2003). A ação estatal é, portanto, moralmente guiada à consecução de liberdades palpáveis, das quais não se pode dispor e cuja efetivação é impostergável.

O movimento de expansão dos direitos humanos fundamentais foi possível graças ao entendimento de que estes estão condicionados ao acesso aos serviços públicos. Os esforços estatais na prestação de atividade não atrativas ao mercado comercial dizem respeito ao atendimento de uma universalidade no interior do território. As parcelas menos favorecidas da população e que, de forma alternativa, não teriam acesso àquele auxílio.

No contexto do Estado Democrático de Direito, agora fundado no ideário de uma nova cidadania amparado pela participação e a integração do cidadão nos momentos de debate, construção e implantação da vontade do Estado é inseparável de um governo cujas pretensões sejam democratizantes, conquanto os institutos políticos assegurados: plebiscito, referendo e a iniciativa popular sejam problematizados.

Em retorno às teorias que tentam justificar a formação do Estado, o que se tem neste momento é a introdução do cidadão na esfera de poder central. Quanto mais intenso for o nível de integração entre o interesse do cidadão, os âmbitos de deliberação e a decisão, mais legítimo o Estado. A democracia recai sobre a resignificação do Estado, cujo poder se autojustifica em ocasião da abertura institucional à participação política direta.

A cidadania passa a ser compreendida como uma vinculação dialógica entre sujeito e comunidade política. Aquele novo modelo incute a necessidade do empreendimento, da iniciativa da ação pessoal, em oposição ao Estado Social que buscava com maior ênfase apenas cumprir prestações materiais aos indivíduos. É necessário que a sociedade se preocupe com a qualidade da vida do indivíduo para que ele, desse modo sinta-se compelido a assumir suas responsabilidades como cidadão.

Espaços de precarização, desproteção e vulnerabilidade: baixa efetividade de direitos

O modelo representativo apresenta limitações qualitativas incompatíveis com a configuração da sociedade. Os grupos de interesse se proliferaram. As singularidades são valorizadas em detrimento dos antigos padrões homogêneos. As tecnologias de informação e comunicação ampliaram sobremedida o alcance da expressão individual e fica cada vez mais fácil identificar-se com o outro, na medida em que a diferença é o critério comum a todos.

O instituto da eleição direta, por exemplo, não é tão eficiente devido à incompatibilidade de interesses entre políticos e eleitores. Em primeiro lugar porque os representantes constituíram classe autônoma e independente e em segundo porque não há unicidade de intenção. As legendas perdem parcela de sua função quando os partidos políticos desvinculam-se de qualquer posição ideológica. A atuação dos partidos de centro no Brasil pode ser apontada como um dos sintomas dessa enfermidade.

A política de centro, caracterizada pela baliza de macro interesses, empreendida inicialmente no período de transição do regime militar e mais tarde adotada por esquerda e direita engessa a deliberação. O embate social, o calor da luta real é apaziguado por políticas assistencialistas de forte impacto no curto prazo. O intento é de cristalizarem-se as estruturas de poder sem que se comprometam os acordos de coalizão. Desse modo, direitos são positivados, intencionalmente não perseguidos com o único objetivo de reafirmar a ordem vigente.

A posição desfavorável do indivíduo, entretanto, extrapola o aspecto político. Há outros espaços nos quais a vida encontra-se desqualificada. Assim como no campo de concentração, o presídio e a favela se apresentam como lugar de esgotamento da cidadania. O caso concreto vislumbra o impacto do subsídio material mínimo na formação de uma cidadania plena.

O mínimo existencial, nesse contexto, indica uma mínima efetivação dos direitos fundamentais sociais elencados na Carta Constitucional. Para que a liberdade do cidadão exista efetivamente, é necessário que uma série de direitos “base” já seja prestada. Sem que prerrogativas mínimas sejam ofertadas, não existe a possibilidade de que o indivíduo disponha de paridade de condições formais de liberdade política e isonomia.

A precarização das relações sociais circundantes torna os excluídos sobremaneira vulneráveis à dominação do Estado. Seus corpos transfiguram-se em objetos de total submissão aos interesses estatais. Mais do que canais de interposição, nessas áreas prepondera o poder de polícia e a mão violenta do Estado.

A baixa efetividade em questão remonta a um discurso neoliberal sobre o perfil programático dos direitos sociais. De acordo com essa vertente, a dificuldade do Estado de fazer valer tais diretivas torna-as promessas vazias que atentam contra as liberdades e direitos individuais. Em verdade, os direitos sociais podem ser considerados uma extensão dos direitos ditos de primeira geração, as liberdades individuais liberais.

Em grande medida o lapso que há entre norma e realidade sobrepuja o distanciamento ideal destes dois âmbitos – normativo e social. A separação se justificaria por impedir o aparecimento de normas megalômanas que viessem a abalar a confiança do cidadão na ordem jurídica. O inverso, a norma demasiado genérica causa, em relação à cultura administrativa local, um esvaziamento de sentido, tendo em vista o tênue vínculo com a concretização de um ideal ético.

Crescente normatização da vida biológica

Subsidiado pelo pensamento clássico, Agamben faz uso dos conceitos de *zoé* e *bios* para distinguir, se utilizando da cultura, a vida natural biológica, da vida alcançada pelos homens no exercício da política. São as conclusões obtidas por ele que nos permitem questionar as razões pelas quais a ação individual é cada vez mais regulada.

Pensamos ser paradoxal o amplo espaço de discussão da autonomia individual em descompasso com a realidade do indivíduo, preso em mais densa teia de normas que tolhem seu comportamento.

Todavia, o autor demonstra que por ser a vida nua o alicerce da política moderna (e nisso inclui-se tanto proteção como exclusão da vida decisões legítimas de Estado) a tendência do estado democrático, de igual modo ao estado totalitário é infiltrar-se em questões sempre mais íntimas – a exemplo do corpo e da intervenção humanitária no campo da saúde.

A aspiração totalizante da democracia é reflexiva ao crescente controle sobre os corpos. Assim como a vida hoje é valor a ser protegido no nível concreto, cabe a figura do soberano decidir sobre sua exclusão.

A posição daqueles cuja integração ao sistema político desfavorece a participação aproxima-se ao máximo da inclusão exclusiva. Em referência à figura do *homo sacer* essas vidas são consideradas estritamente do ponto de vista fisiológico. Desfavorecidos materialmente, impedidos de acesso à política resta a eles transitar entre o insacrificável normativo e a concretude do matável.

Curioso se faz apontar que o conceito de povo utilizado na modernidade exprime em

si o contraste latente entre o corpo político do Estado e as classes inferiores (AGAMBEN, 2010). Fica evidente a ambivalência da ação do referido ente, posto que o cidadão tenha uma percepção positiva da estrutura, enquanto o desamparado vislumbra apenas um horizonte de exceção.

O desamparo do *homo sacer* é a chave de compreensão da condição dos indivíduos e das populações de risco na política atual. A significação do termo é um modelo fiel da perspectiva de exclusão aliada às técnicas biopolíticas de dominação.

O autor italiano maneja concluir sobre a presença da estrutura do campo de concentração no interior do ordenamento. Ele indica que sempre que é criada uma estrutura na qual o estado de exceção, de indiferenciação entre a vida desamparada e a norma é materializado defrontamo-nos com a essência do espaço político moderno.

Conclusão

Uma vez que ambas as teorias corroboram para afirmação da condição de vulnerabilidade do indivíduo, pensamos ser clara a necessidade de redefinição do objeto da democracia atual. A dificuldade em compatibilizar vontades individuais com preceitos de ordem coletiva pode ser fruto da indistinção entre produção e execução das leis.

Compreendemos ser este fator um entrave à execução administrativa eficaz. Neste caminho, a administração pública, como formatada hoje, necessita de revisão. Um provável caminho seja a formação, no interior dos espaços de exclusão, de um processo de articulação política próprio, capaz de potencializar a voz dos excluídos na formulação de uma nova vontade coletiva, a qual pretenda reformular a estrutura do Estado.

Referências Bibliográficas

ARENDRT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954**. Lisboa: Antropos, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I, tradução de Henrique Burigo. – 2. Ed.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador**. Coimbra: Coimbra Ed., 1982.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

KOVÁCS, Illona. **Sociedade da Informação e Emprego**. Lisboa: DGEFP-MTS, 2002.

SARLET, I. W. **Direitos fundamentais sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado.** Rio de Janeiro: Renovar 2003.

SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. **Sobre a normatização da vida: um ensaio a partir de Nietzsche e Agamben.** In: Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2011, São Carlos, página 346-356.

APOIO:



CCGCSO



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

REALIZAÇÃO:

**CIÊNCIAS
SOCIAIS**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS